



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**ADOLFO DA COSTA OLIVEIRA NETO**

**TERRITÓRIOS SUBORDINADOS:**

análise da política de desenvolvimento territorial a partir da produção de óleo de palma pela Agropalma em assentamentos de reforma agrária no Pará.

**PRESIDENTE PRUDENTE – SP  
2017**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**PROJETO DE PESQUISA:  
DESENVOLVIMENTO DO CAMPO E DA CIDADE:**  
perspectiva multidimensional.

**SUBPROJETO DE PESQUISA:  
TERRITÓRIOS SUBORDINADOS:**  
análise da política de desenvolvimento territorial a partir da produção de óleo de palma pela Agropalma em assentamentos de reforma agrária no Pará.

**TESE DE DOUTORADO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus de Presidente Prudente, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Geografia, na linha de pesquisa: Desenvolvimento Territorial.  
Orientador: Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes  
Co-orientador: Prof. Dr. João Santos Nahum

## FICHA CATALOGRÁFICA

Oliveira Neto, Adolfo da Costa.  
O48t Territórios subordinados : análise da política de desenvolvimento territorial a partir da produção de óleo de palma pela Agropalma em assentamentos de reforma agrária no Pará / Adolfo da Costa Oliveira Neto. - Presidente Prudente : [s.n.], 2017  
xix; 337 f. : il.  
DOI: 10.13140/RG.2.2.35710.69447

Orientador: Bernardo Mançano Fernandes; Coorientador: João Santos Nahum  
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia  
Inclui bibliografia


1. Desenvolvimento Territorial. 2. Agrocombustíveis. 3 Óleo de Palma. 4. Agropalma. 5. Amazônia. I. Oliveira Neto, Adolfo, Nome. II. Fernandes, Bernardo Mançano. III. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. IV. Título.

**CERTIFICADO DE APROVAÇÃO**

TÍTULO DA TESE: TERRITÓRIOS SUBORDINADOS: ANÁLISE DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL A PARTIR DA PRODUÇÃO DE ÓLEO DE PALMA PELA AGROPALMA EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO PARÁ


**AUTOR: ADOLFO DA COSTA OLIVEIRA NETO**  
**ORIENTADOR: BERNARDO MANCANO FERNANDES**  
**COORIENTADOR: JOÃO SANTOS NAHUM**

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em GEOGRAFIA, área: PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO pela Comissão Examinadora:

  
Prof. Dr. BERNARDO MANCANO FERNANDES  
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO  
CFCH / UFPE/Recife (PE)

  
Prof. Dr. JOSÉ ANTÔNIO HERRERA  
Faculdade de Geografia / Universidade Federal do Pará

  
Prof. Dr. JOSÉ SOBREIRO FILHO  
PPGEO / UFPA

  
Prof. Dr. LUIS FELIPE RINCÓN MANRIQUE  
Faculdade de Ciência e tecnologia / Universidade Estadual

Presidente Prudente, 18 de agosto de 2017

Para a *Bia*, que cresceu com a  
pesquisa, e a *Letícia*, que nasceu  
com a tese, por terem inaugurado  
um novo tempo na minha vida  
reescrevendo o significado da  
palavra amor...

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por nunca faltar em minha caminhada.

À minha mãe Neide e meu pai Paulo, pelos gestos de carinho e compreensão que me acompanharam desde sempre, pelo incentivo permanente ao estudo, pela grandeza de ter assumido os meus sonhos como deles e pelo privilégio que tive de tê-los como pais.

À Beatriz e a Letícia, minhas duas princesas que amo com toda a força que possa existir, por serem estas pessoas encantadoras e que me ensinam mais da vida, do amor, da amizade e da esperança do que elas podem imaginar.

À Brendha, companheira de sempre, sempre presente, sensata e carinhosa, por me envolver com o seu amor e compartilhar comigo todos os bons e maus momentos da vida, sendo sempre um porto seguro.

Ao meu irmão André, por sempre, ao seu jeito, querer-me bem e se importar com a minha felicidade.

À minha sobrinha Yasmim, pela alegria que sempre me oferece nos nossos encontros.

Ao grande professor Dr. Bernardo Mançano Fernandes, que aceitou o desafio de orientar este trabalho e que nestes anos de convivência me brindou com a sua sagacidade, fazendo-me admirar ainda mais a sua dedicação à geografia e à causa da reforma agrária.

Ao amigo e companheiro de tantas batalhas professor Dr. João Santos Nahum, que gentilmente aceitou a coorientação deste trabalho e que durante os anos desta jornada e os outros de convivência sempre me impressiona pela seriedade e dedicação, ensinando com o que escreve, o que fala e o que pratica.

À querida Profa. Dra. Ivanilde Apoluceno de Oliveira, mestra sempre fraterna, por acompanhar meus passos há anos nesta e em outras tantas lutas, mostrando-se atenciosa, compreensiva e companheira em todos os momentos, cuja presença ao seu lado apenas me honra.

Ao companheiro e professor Dr. Carlos Alexandre Leão Bordalo, pelo compromisso e dedicação com que tocou um projeto tão importante como o DINTER e não medido esforços para que o resultado fosse o melhor possível.

Aos professores Everaldo Melazzo, Carlos Alberto Feliciano, Eduardo Girardi, Antônio Cesar Leal, Eliseu Savério Spósito, Messias Modesto, Marco Aurélio Saquet, dentre tantos outros que contribuíram de maneira muito significativa neste trabalho.

Aos colegas e eternos professores João Márcio Palheta, Christian Nunes, Indira Marques, Rita Denise, Gilberto Rocha, Márcia Aparecida,

Carmena França, Giovane Mota, Clay Anderson, Franciney Ponte, José Edilson, Luziane Mesquita, Tiago e João Carvalho, pelo compromisso que tiveram e pelo entendimento da importância pessoal e profissional que tem a conclusão deste trabalho. Agradecimento que com carinho estendo aos demais professores que contribuíram com minha formação.

Aos amigos Braz, Livia, José, Regina, Diego, Jovenildo e Mateus, dentre outros que entenderam as minhas ausências nas reuniões, no futebol, nos debates, nas pizzas e em outros bons momentos nos quais estive ausente mas que pretendo recuperar.

Aos colegas e às colegas Nino, Guilherme, Carlos, Mauro, Bené, Emerson, Willame, Leia, Aiala, José Neto, Herrera, Paulo, Rosivanderson, Carlinhos, Ivana, Maria Augusta, Hugo, Rogério, Pádua, Francilene e Marcel, pelas grandes discussões que proporcionaram durante a elaboração desta pesquisa.

Aos trabalhadores do campo que na sua prática insistem em desobedecer às regras e desatualizar os estudos que falam que seu fim estaria determinado.

Aos companheiros do NERA e da Rede DATA Luta, que se colocam cotidianamente na luta em defesa da reforma agrária e que tem contribuído significativamente para que avancemos na compreensão da importância e atualidade da reforma agrária na América Latina.

Aos companheiros do GDEA, que foram incansáveis nos campos que realizamos tentando entender a dinâmica veloz dos acontecimentos que reestruturam a questão agrária na Amazônia.

Aos companheiros do PSOL, que muito contribuem no meu processo de amadurecimento político e intelectual e com quem compartilho a esperança de que outros outubros virão.

Aos incontáveis amigos e parceiros intelectuais que muito me ajudaram para que eu seja quem verdadeiramente hoje eu sou e para que este trabalho fosse concluído.

## EPÍGRAFE

Ó donos do agrobiz, ó reis do agronegócio  
Ó produtores de alimento com veneno  
Vocês que aumentam todo ano sua posse  
E que poluem cada palmo de terreno  
E que possuem cada qual um latifúndio  
E que destratam e destroem o ambiente  
De cada mente de vocês olhei no fundo  
E vi o quanto cada um, no fundo, mente

Vocês desterram povaréus ao léu que erram  
E não empregam tanta gente como pregam  
Vocês não matam nem a fome que há na terra  
Nem alimentam tanto a gente como alegam  
É o pequeno produtor que nos provê e os  
Seus deputados não protegem, como dizem  
Outra mentira de vocês, pinóquios véios  
Vocês já viram como tá o seu nariz, hem?

Vocês me dizem que o Brasil não desenvolve  
Sem o agrebiz feroz, desenvolvimentista  
Mas até hoje na verdade nunca houve  
Um desenvolvimento tão destrutivista  
É o que diz aquele que vocês não ouvem  
O cientista, essa voz, a da ciência  
Tampouco a voz da consciência os comove  
Vocês só ouvem algo por conveniência

Para vocês, que emitem montes de dióxido  
Para vocês, que têm um gênio neurastênico  
Pobre tem mais é que comer com agrotóxico  
Povo tem mais é que comer se tem transgênico  
É o que acha, é o que disse um certo dia  
Miss motosserrainha do desmatamento  
Já o que acho é que vocês é que deviam  
Diariamente só comer seu "alimento"

Vocês se elegem e legislam, feito cínicos  
Em causa própria ou de empresa coligada  
O frigo, a múlta de transgene e agentes químicos  
Que bancam cada deputado da bancada  
Té comunista cai no lobby antiecológico  
Do ruralista cujo clã é um grande clube  
Inclui até quem é racista e homofóbico  
Vocês abafam, mas tá tudo no youtube

Vocês que enxotam o que luta por justiça  
Vocês que oprimem quem produz e que preserva  
Vocês que pilham, assediam e cobiçam



A terra indígena, o quilombo e a reserva  
Vocês que podam e que fodem e que ferram  
Quem represente pela frente uma barreira  
Seja o posseiro, o seringueiro ou o sem-terra  
O extrativista, o ambientalista ou a freira

Vocês que criam, matam cruelmente bois  
Cujas carcaças formam um enorme lixo  
Vocês que exterminam peixes, caracóis  
Sapos e pássaros e abelhas do seu nicho  
E que rebaixam planta, bicho e outros entes  
E acham pobre, preto e índio "tudo" chucro  
Por que dispensam tal desprezo a um vivente?  
Por que só prezam e só pensam no seu lucro?

Eu vejo a liberdade dada aos que se põem  
Além da lei, na lista do trabalho escravo  
E a anistia concedida aos que destroem  
O verde, a vida, sem morrer com um centavo  
Com dor eu vejo cenas de horror tão fortes  
Tal como eu vejo com amor a fonte linda  
E além do monte o pôr-do-sol porque por sorte  
Vocês não destruíram o horizonte... Ainda

Seu avião derrama a chuva de veneno  
Na plantação e causa a náusea violenta  
E a intoxicação "né" adultos e pequenos  
Na mãe que contamina o filho que amamenta  
Provoca aborto e suicídio o inseticida  
Mas na mansão o fato não sensibiliza  
Vocês já não tão nem aí co'aquelas vidas  
Vejam como é que o ogrobiz desumaniza

Desmata Minas, a Amazônia, Mato Grosso  
Infecta solo, rio, ar, lençol freático  
Consome, mais do que qualquer outro negócio  
Um quatrilhão de litros d'água, o que é dramático  
Por tanto mal, do qual vocês não se redimem  
Por tal excesso que só leva à escassez  
Por essa seca, essa crise, esse crime  
Não há maiores responsáveis que vocês

Eu vejo o campo de vocês ficar infértil  
Num tempo um tanto longe ainda, mas não muito  
E eu vejo a terra de vocês restar estéril  
Num tempo cada vez mais perto, e lhes pergunto  
O que será que os seus filhos acharão de  
Vocês diante de um legado tão nefasto  
Vocês que fazem das fazendas hoje um grande  
Deserto verde só de soja, cana ou pasto?

Pelos milhares que ontem foram e amanhã serão  
Mortos pelo grão-negócio de vocês  
Pelos milhares dessas vítimas de câncer  
De fome e sede, e fogo e bala, e de avcs  
Saibam vocês, que ganham "cum" negócio desse  
Muitos milhões, enquanto perdem sua alma  
Que a mim não faria falta se vocês morressem  
Saibam que não me causaria nenhum trauma

Que a mim não faria falta se vocês morressem  
Talvez enfim a terra assim encontrasse calma

Que a mim não faria falta se vocês morressem  
Saibam vocês que não me causaria nenhum trauma

Que a mim não faria falta se vocês morressem  
Talvez assim a terra enfim encontrasse calma

Ó donos do agrobiz, ó reis do agronegócio  
Ó produtores de alimento com veneno

(Carlos Rennó/Chico César – Reis do Agronegócio)

## RESUMO

Entre 2004 e 2013 o governo federal implementou políticas no espaço agrário como resposta às pressões, por um lado, de movimentos sociais e socioterritoriais camponeses e, por outro lado, de representantes do agronegócio que buscaram viabilizar seus interesses. Estas pressões resultaram em políticas que buscavam fortalecer os territórios camponeses enquanto que, por outro lado, avançaram a territorialização do capital no campo, incentivando principalmente a produção de commodities. O reconhecimento deste conflito é o objeto deste estudo, investigando principalmente como a atual política de desenvolvimento territorial pensada para Amazônia a partir da dendecultura impactou nos territórios camponeses. Tomamos como referência os processos que desenvolvidos no nordeste paraense, como um campo de luta na Amazônia onde, a partir da mobilização de diversos sujeitos, esta política avançou a passos largos. O recorte foi feito nas ações do Grupo Agropalma, que é o líder nacional na produção de óleo de palma e pioneiro na integração subordinada do campesinato beneficiário de programas de reforma agrária para a produção de óleo de palma. A empresa atua nos municípios de Moju, Acará, Tomé-açu e Tailândia e o período analisado foi de 2004 a 2013. Para compreender o objeto, realizou-se pesquisa quanti-qualitativa, recorrendo à revisão bibliográfica, coletando dados a partir de análise documental, levantamento de dados estatísticos, entrevistas semi-estruturadas e observação de campo realizada no Complexo I da Agropalma e nos assentamentos de desenvolvimento comunitário Arauai I, Arauai II e Soledade. A análise indica que há hegemonia do Paradigma do Capitalismo Agrário no discurso e nas ações do Estado, da empresa e das duas associações de desenvolvimento comunitário que representam os sujeitos que estão integrados à Agropalma. Esta hegemonia está associada à retomada do cultivo do dendê como um novo ciclo de avanço do cultivo na Amazônia e o controle do sistema agrícola do dendê sobre o território do nordeste paraense a partir do modelo denominado de agronegócio. Este controle reestruturou o campo na região e impactou diretamente no volume e área destinada à pecuária, extrativismo de madeira e produção de mandioca, como principais atividades desenvolvidas na região. Desde o início das suas atividades na década de 1980 até o final do período analisado, a Agropalma constituiu um sistema territorial que permite a integração entre as áreas de cultivo, as indústrias de processamento do óleo de palma, as estradas, portos e o seu centro de comando, estado de São Paulo. Nos projetos de assentamento, tem-se a consolidação do projeto de integração subordinada, com integração completa do território camponês à lógica do agronegócio e a definição da sua renda às dinâmicas da bolsa de valores sem que nenhum dos sujeitos entrevistados seja contra o mecanismo criado pela empresa ou não esteja satisfeito com o incremento da renda que o projeto representa. No entanto, mesmo com esta constatação, o campesinato resiste no território a partir da construção de sítios, retomada da policultura, produção de farinha e criação de pequenos animais. Neste contexto, a subordinação do território camponês não significou a extinção do campesinato subordinado e sim a sua recriação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento Territorial; Agrocombustíveis; Óleo de Palma; Agropalma; Amazônia.

## ABSTRACT

Between 2004 and 2013, the federal government implemented policies in the agrarian space in response to the pressures, on the one hand, of peasant social and socio-territorial movements, and, on the other hand, agribusiness representatives who sought to make their interests feasible. These pressures resulted in policies that sought to strengthen the peasant territories while, on the other hand, they advanced the territorialization of capital in the countryside, mainly encouraging the production of commodities. The recognition of this conflict is the object of this study, investigating mainly how the current territorial development policy designed for the Amazon from the denculture impacted on the peasant territories. We take as a reference the processes developed in the northeast of Para, as a field of struggle in the Amazon where, from the mobilization of several subjects, this policy has advanced in stride. The cut was made in the actions of the Agropalma Group, which is the national leader in the production of palm oil and pioneer in the subordinate integration of the peasantry beneficiary of agrarian reform programs for the production of palm oil. The company operates in the municipalities of Moju, Acará, Tomé-açu and Thailandia and the period analyzed was from 2004 to 2013. In order to understand the object, quantitative-qualitative research was carried out, using a bibliographical review, collecting data from documentary analysis, Statistical data collection, semi-structured interviews and field observation carried out in Complex I of Agropalma and in the community development settlements Arauai I, Arauai II and Soledade. The analysis indicates that there is a hegemony of the Agrarian Capitalism Paradigm in the discourse and actions of the State, the company and the two community development associations that represent the subjects that are integrated with Agropalma. This hegemony is associated to the resumption of palm oil cultivation as a new cycle of advancement of cultivation in the Amazon and the control of the palm oil system over the territory of the northeast of Pará from the so-called agribusiness model. This control restructured the field in the region and directly impacted the volume and area destined to cattle raising, wood extraction and cassava production, as the main activities developed in the region. From the beginning of its activities in the 1980s until the end of the analyzed period, Agropalma constituted a territorial system that allows the integration between the cultivated areas, palm oil processing industries, roads, ports and its center Of command, state of São Paulo. In the settlement projects, there is a consolidation of the subordinate integration project, with the complete integration of peasant territory into the agribusiness logic and the definition of its income to the dynamics of the stock exchange without any of the interviewed individuals being against the mechanism created by Company is not satisfied with the increase in income that the project represents. However, even with this finding, the peasantry resists in the territory from the construction of sites, resumption of polyculture, flour production and raising small animals. In this context, the subordination of peasant territory did not mean the extinction of the subordinate peasantry, but its re-creation.

**KEY WORDS:** Territorial Development; Agrofuels; Palm oil; Agropalma; Amazon.

## RÉSUMÉ

Dans le 2004 et 2013, le gouvernement fédéral a mis en œuvre des politiques dans l'espace agricole en réponse aux pressions d'une part, les mouvements paysans sociaux et socio-territoriales et, d'autre part, les représentants de l'agro-industrie qui cherchaient permettre à leurs intérêts. Ces pressions ont abouti à des politiques qui ont cherché à renforcer les territoires paysans tandis que, d'autre part, a déplacé la capitale territoriale dans le domaine, notamment en encourageant la production de matières premières. La reconnaissance de ce conflit est le sujet de cette étude, enquête principalement la politique de développement territorial actuel visant à Amazon de dendecultura impacté les territoires paysans. Nous appelons les processus développés dans le nord-Pará, comme un champ de bataille en Amazonie où, de la mobilisation des différents sujets, cette politique a avancé à pas de géant. La coupe a été faite dans les actions du groupe Agropalma, qui est le chef de file national dans la production d'huile de palme et un pionnier dans l'intégration des bénéficiaires de la paysannerie subordonnée des programmes de réforme agraire pour la production d'huile de palme. La société opère dans Moju, Acará, Tomé-Açu et de la Thaïlande et la période d'étude a été de 2004 à 2013. Pour comprendre l'objet, il y avait une recherche quantitative et qualitative, en utilisant l'analyse documentaire, la collecte de données de l'analyse de documents, la production de données statistiques, des entretiens semi-structurés et observations sur le terrain menées dans le complexe I Agropalma et des établissements de développement communautaire I Arauaí, II et Soledad Arauaí. L'analyse indique qu'il existe une hégémonie du paradigme du capitalisme agraire dans le discours et dans les actions de l'Etat, la société et les deux associations de développement communautaire représentant les sujets qui sont intégrés dans Agropalma. Cette hégémonie est associée à la reprise de la culture du palmier à huile comme une nouvelle culture du cycle d'alimentation dans l'Amazonie et le contrôle du système d'exploitation de palmier à huile sur le territoire du Pará nord-est du modèle agro-industrie que l'on appelle. Ce contrôle a restructuré le terrain dans la région ayant un impact direct le volume et la zone pour le bétail, l'extraction du bois et la production de manioc, les principales activités développées dans la région. Depuis le début de ses activités dans les années 1980 jusqu'à la fin de la période considérée, Agropalma était un système territorial qui permet l'intégration de la superficie cultivée, les industries de transformation de l'huile de palme, les routes, les ports et son centre commande, l'état de Sao Paulo. Dans les projets de règlement, il a été la consolidation du projet d'intégration subordonnée à l'intégration complète des terres paysannes à la logique de l'agro-industrie et la définition de leur revenu à la dynamique du marché boursier, sans aucun des sujets interrogés sont contre le mécanisme créé par entreprise ou ne pas être satisfait de l'augmentation du revenu que le projet représente. Cependant, même avec cette conclusion, la paysannerie résiste sur le territoire des chantiers de construction, la reprise de la production de farine de polyculture et du petit bétail. Dans ce contexte, la subordination du territoire paysan ne signifiait pas l'extinction de la paysannerie subordonnée, mais sa récréation.

**MOTS CLÉS:** Développement du territoire; Agrocombustibles; Palmier à huile; Agropalma; Amazon.

## RESUMEN

Entre 2004 y 2013 el gobierno federal de Brasil implementó políticas en el espacio agrario como respuesta a las presiones, por un lado, de movimientos sociales y socioterritoriales campesinos y, por otro lado, de representantes del agronegocio que buscaron viabilizar sus intereses. Estas presiones resultaron en políticas que buscaban fortalecer los territorios campesinos mientras que, por otro lado, avanzaron la territorialización del capital en el campo, incentivando principalmente la producción de commodities. El reconocimiento de este conflicto es el objeto de este estudio, investigando principalmente cómo la actual política de desarrollo territorial pensada para Amazonia a partir de la dendeicultura impactó en los territorios campesinos. Tomamos como referencia los procesos que desarrollados en el nordeste paraense, como un campo de lucha en la Amazonia donde, a partir de la movilización de diversos sujetos, esta política avanzó a pasos agigantados. El recorte fue hecho en las acciones del Grupo Agropalma, que es el líder nacional en la producción de aceite de palma y pionero en la integración subordinada del campesinato beneficiario de programas de reforma agraria para la producción de aceite de palma. La empresa actúa en los municipios de Moju, Acará, Tomé-açu y Tailandia y el período analizado fue de 2004 a 2013. Para comprender el objeto, se realizó una investigación cuantitativa, recurriendo a la revisión bibliográfica, recogiendo datos a partir de análisis documental, Levantamiento de datos estadísticos, entrevistas semiestructuradas y observación de campo realizada en el Complejo I de la Agropalma y en los asentamientos de desarrollo comunitario Arauai I, Arauai II y Soledade. El análisis indica que hay una hegemonía del Paradigma del Capitalismo Agrario en el discurso y en las acciones del Estado, de la empresa y de las dos asociaciones de desarrollo comunitario que representan a los sujetos que están integrados a la Agropalma. Esta hegemonía está asociada a la reanudación del cultivo del dendê como un nuevo ciclo de avance del cultivo en la Amazonia y el control del sistema agrícola del dendê sobre el territorio del nordeste paraense a partir del modelo denominado de agronegocio. Este control reestructuró el campo en la región e impactó directamente en el volumen y área destinada a la ganadería, extractivismo de madera y producción de mandioca, como principales actividades desarrolladas en la región. Desde el inicio de sus actividades en la década de 1980 hasta el final del período analizado, Agropalma constituyó un sistema territorial que permite la integración entre las áreas de cultivo, las industrias de procesamiento del aceite de palma, las carreteras, puertos y su centro De mando, estado de São Paulo. En los proyectos de asentamiento, se tiene la consolidación del proyecto de integración subordinada, con integración completa del territorio campesino a la lógica del agronegocio y la definición de su renta a las dinámicas de la bolsa de valores sin que ninguno de los sujetos entrevistados sea contra el mecanismo creado por la empresa o no esteja satisfecho con el incremento de la renta que representa el proyecto. Sin embargo, incluso con esta constatación, el campesinado resiste en el territorio a partir de la construcción de sitios, retomada de la policultura, producción de harina y crianza de pequeños animales. En este contexto, la subordinación del territorio campesino no significó la extinción del campesinado subordinado, sino una estrategia de su recreación.

**PALABRAS CLAVE:** Desarrollo Territorial; Agrocombustibles; Aceite de Palma; Agropalma; Amazonia.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Produção sobre desenvolvimento territorial no Portal de Periódicos Capes (ano e idioma).....	31
Figura 2: Empresas dendecultoras em municípios do estado do Pará.....	35
Figura 3: Municípios produtores de dendê.....	36
Figura 4: Municípios onde se localizam as atividades do grupo Agropalma no Pará. ...	39
Figura 5: Estrutura de desenvolvimento da ciência.....	44
Figura 6: Modelo esquemático de desenvolvimento da ciência segundo a proposta kuhniana.....	45
Figura 7: Paradigmas na Ciência Geográfica.....	48
Figura 8: Debate paradigmático na geografia agrária brasileira.....	49
Figura 9: Sistema de oposição entre a ruralidade pretérita e a nova ruralidade.....	67
Figura 10: Síntese da relação entre território, tipologia de territórios e desenvolvimento territorial.....	73
Figura 11: Pilares do projeto de biodiesel no Brasil.....	79
Figura 12: Agentes estatais construtores do discurso do desenvolvimento territorial ligados à dendecultura.....	81
Figura 13: Zoneamento Econômico-Ecológico do Estado do Pará.....	83
Figura 14: Placa indicadora da reserva legal da Agropalma (PA).....	90
Figura 15: Objetivos, pilares e ações estratégicas do Grupo Agropalma.....	94
Figura 16: Plantação e tanque de óleo de palma (CRA).....	96
Figura 17: Portão da CRA com caminhão levando óleo bruto para o porto.....	97
Figura 18: Pé de dendê plantado pelo presidente Lula no lançamento do PNPB.....	104
Figura 19: Área destinada à lavoura permanente (Metropolitana x Nordeste Paraense).....	113
Figura 20: Fazenda da Denpasa cercada com muros e arame farpado na Região Metropolitana de Belém.....	114
Figura 21: Palmeiras remanescentes na área da Denpasa afetadas pelo Amarelecimento Fatal (AF).....	115
Figura 22: Área plantada x área colhida de dende (1994-2013).....	116
Figura 23: Área colhida x produção de dendê (1994-2013).....	118
Figura 24: Evolução da produção, da demanda compulsória e da capacidade anual autorizada peça ANP.....	120
Figura 25: Percentual da área destinada às lavouras permanentes ocupada pelo dendê nos municípios estudados (1994-2013).....	126
Figura 26: Área colhida x produção de dendê e produtividade média nos municípios estudados (1994-2013).....	128
Figura 27: Principais produtos agrícolas produzidos entre 1994 e 2013.....	130
Figura 28: Principais produtos agrícolas produzidos ente 1994-2013 nos municípios estudados.....	132
Figura 29: Principais produtos agrícolas produzidos entre 1994-2013 (Cenário 2).....	134
Figura 30: Principais produtos agrícolas produzidos entre 1994-2013 nos municípios estudados (Cenário 02).....	137
Figura 31: Fábrica abandonada de fécula de mandioca.....	138
Figura 32: Fábrica abandonada de fécula de mandioca (II).....	139
Figura 33: Fábrica abandonada de fécula de mandioca (III).....	139
Figura 34: Principais produtos agrícolas produzidos entre 1994 e 2013 (Cenário 3)...	141
Figura 35: Principais produtos agrícolas produzidos entre 1994-2013 nos municípios estudados (Cenário 03).....	142
Figura 37: Variação e produção absoluta de dendê.....	144
Figura 38: Variação e extração absoluta de madeira em tora nos municípios com dendê.....	147
Figura 39: Variação e quantidade absoluta do rebanho bovino nos municípios com dendê.....	149

Figura 40: Plantação recente de dendê em antiga área de pasto. ....	152
Figura 41: Plantação recente de dendê em antiga área de pasto (II). ....	152
Figura 42: Variação e produção absoluta de mandioca nos municípios com dendê....	154
Figura 43: Produção absoluta de mandioca entre 1994 e 2013 (Brasil e Regiões) ....	157
Figura 44: Produção absoluta de mandioca na região Nordeste entre 1994 e 2013. ..	160
Figura 45: Produção absoluta de mandioca na região Norte entre 1994 a 2013. ....	162
Figura 46: Produção de mandioca no estado do Pará entre 1994 e 2013. ....	164
Figura 47: Variação da produção de mandioca no estado do Pará (2004-2013). ....	167
Figura 48: Variação da produção agrícola e extração de madeira nos municípios com fazenda da Agropalma entre 1995-2004. ....	169
Figura 49: Variação da produção agrícola e extração de madeira nos municípios com fazenda da Agropalma entre 2004-2013. ....	171
Figura 50: Produção absoluta da produção agrícola e extração de madeira nos municípios com fazenda da Agropalma em 2013. ....	173
Figura 51: Área ocupada pelo cultivo de dendê e mandioca na Região Metropolitana de Belém e Nordeste Paraense. ....	175
Figura 52: Distribuição dos plantios de dendê em 2008 e 2013 na Região Metropolitana de Belém e na Região Nordeste Paraense. ....	177
Figura 53: Composição do PIB dos municípios estudados (2004-2013) ....	178
Figura 54: Balanço energético das matérias primas do biocombustível. ....	180
Figura 55: Importações x exportações de óleo de palma no Brasil (1961 - 2013). ....	182
Figura 56: Matérias-primas utilizadas para a produção de biodiesel - perfil nacional (%). .....	184
Figura 57: Produção Nacional de Biodiesel (m <sup>3</sup> ) .....	185
Figura 58: Participação da Agropalma no leilão do biodiesel (m <sup>3</sup> ) .....	186
Figura 59: Cotação de commodities entre 1994 e 2014 (II). ....	188
Figura 60: Companhia Real Agroindustrial (CRAI). ....	202
Figura 61: Tanques da Companhia Real Agroindustrial (CRAI). ....	202
Figura 62: Companhia Refinadora da Amazônia (CRA). ....	203
Figura 63: Área de estacionamento dos caminhões no Porto Moju (Agropalma). ....	204
Figura 64: Porto Moju (Agropalma). ....	204
Figura 65: Caminhões e transporte de óleo e de CFF. ....	205
Figura 66: Caminhões transportando CFF para serem processados na CRAI. ....	206
Figura 67: Pórtico de entrada da pista de pouso da Agropalma. ....	207
Figura 68: Alojamento "Cupuaçu" para trabalhadores da Agropalma. ....	208
Figura 69: Mapa de comercialização de palma e palmiste na escala intraestadual. ....	209
Figura 70: Replântio nas fazendas próprias do Complexo Agropalma I. ....	213
Figura 72: Mapa de áreas produtivas e das florestas pertencentes ao Grupo Agropalma. .....	214
Figura 73: Agropalma - Complexo I .....	215
Figura 75: Agropalma - Complexo II .....	216
Figura 76: Percentual dos estabelecimentos agrícolas x percentual da área ocupada (hectares). ....	218
Figura 77: Estrutura fundiária da área estudada. ....	219
Figura 78: Fazendas Próprias Agropalma, Assentamentos e Terras Indígenas na Região. ....	223
Figura 79: Mapa de riscos do entorno das fazendas do Grupo Agropalma. ....	225
Figura 80: "Entrada Proibida": fazenda própria da Agropalma. ....	226
Figura 81: Produção de Cachos de Frutos Frescos (CFF) (mil toneladas) .....	228
Figura 82: Histórico do uso da terra na área pioneira da Agropalma e dos assentamentos Arauaí I, Arauaí II e Soledade. ....	230
Figura 83: Histórico do uso da terra na área pioneira da Agropalma e dos assentamentos Arauaí I, Arauaí II e Soledade (2). ....	231
Figura 84: Mapa de localização dos assentamentos integrados à Agropalma. ....	238
Figura 85: Histórico do uso da terra nas comunidades Arauaí e Soledade. ....	240



Figura 86: Histórico do uso da terra nas comunidades Arauaí e Soledade (II). .....	241
Figura 87: Histórico do uso da terra na vila Cairari. ....	244
Figura 88: Histórico do uso da terra na vila Cairari (II). ....	245
Figura 90: Posto da Polícia Militar na Vila Cairari. ....	246
Figura 92: Unidade Básica de Saúde na Vila Cairari.....	247
Figura 94: Escola, transporte de CFF do PAF e a Moto: indicadores de uma "nova realidade" .....	252
Figura 95: Associação do Desenvolvimento Comunitário do Ramal do Arauaí, Escola e transporte de CFF do PAF.....	254
Figura 96: Identificador da área dos lotes no PAF. ....	259
Figura 97: Manejo e adubação no PAF.....	264
Figura 98: Renda do Agricultor de Palma (Projeto I) entre 2005 e 2015. ....	266
Figura 99: Casa de agricultor integrado ao PAF/Agropalma no ramal do Arauaí. ....	270
Figura 100: Controle biológico de pragas e doenças no PAF.....	277
Figura 101: Fezes de lagarta no PAF. ....	278
Figura 102: Floração do dendê. ....	278

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Perfil dos sujeitos da pesquisa. ....	42
Quadro 2: Sindicatos de trabalhadores de áreas vizinhas à empresa. ....	99
Quadro 3: Associações patronais com ações na área de atuação da Agropalma. ....	100
Quadro 4: Associações representativas dos agricultores familiares integrados. ....	100
Quadro 5: Síntese das diferenças entre o PCA e o PQA. ....	101
Quadro 6: Síntese das instituições, fatos e eventos relacionados à produção de dendê no estado do Pará. ....	105
Quadro 7: Formas de aquisição de terras na região para a dendecultura. ....	110
Quadro 8: Empresas que compõem o Conglomerado Alfa. ....	195
Quadro 9: Síntese dos principais fatos e eventos ligados ao Grupo Agropalma. ....	198
Quadro 10: Principais produtos do Grupo Agropalma. ....	209
Quadro 11: Comunidades diretamente impactadas pelas ações do Grupo Agropalma. ....	224
Quadro 12: 10 maiores propriedades privadas registradas no SICAR. ....	234
Quadro 13: Projetos de Agricultura Familiar vinculados à Agropalma. ....	237
Quadro 14: Produtores independentes e integrados à Agropalma em 2013. ....	327

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: BNDES Finame para o biodiesel.....	85
Tabela 2: Tributação federal sobre o biodiesel e diesel. ....	86
Tabela 3: Área plantada e metas de expansão do dendê no Pará.....	124
Tabela 4: Área ocupada pelo dendê e a mandioca nos municípios produtores de dendê em 1994, 1998, 2004 e 2013. ....	136
Tabela 5: Variação da produção de mandioca na Região Metropolitana de Belém e no Marajó. ....	165
Tabela 6: Síntese das Grandes propriedades na área estudada. ....	221
Tabela 8: Movimentação financeira estimada do Projeto I entre 2005 e 2015.....	267

## Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	21
2. DEBATE PARADIGMÁTICO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	29
2.1 Territórios da Pesquisa: objeto e metodologia.....	34
2.2 Debate Paradigmático no Desenvolvimento Territorial: análise do Paradigma do Capitalismo Agrário e do Paradigma da Questão Agrária.....	43
2.3 Hegemonia do Paradigma do Capitalismo Agrário no Discurso do Estado e da Agropalma.....	78
2.4 Síntese do Capítulo.....	101
3. DINÂMICAS RECENTES DO ESPAÇO AGRÁRIO PARAENSE: histórico e reestruturações motivadas pela dendecultura.....	102
3.1 O novo <i>Boom</i> do dendê no Pará.....	112
3.2 O Controle do Sistema Agrário do Óleo de Palma na Microrregião do Guamá.....	123
3.3 A Agropalma como produtora de <i>commodity</i> e <i>flex crop</i> .....	179
3.4 Síntese do Capítulo.....	191
4. USOS E ABUSOS NO TERRITÓRIO: as contradições impostas pela produção mundializada aos assentamentos de reforma agrária Arauaí I, Soledade e Arauaí II, no município de Moju, PA.....	193
4.1 O Histórico do Grupo Agropalma na Região.....	194
4.2 Questão agrária e integração subordinada nos assentamentos de reforma agrária: o caso dos assentamentos Arauaí I, Soledade e Arauaí II.....	233
4.3 Síntese do Capítulo.....	284
CONSIDERAÇÕES FINAIS:.....	286
REFERÊNCIAS.....	290
ANEXO 1: Instituições, fatos e eventos relacionados à dendecultura no Pará.....	308
ANEXO 2: Propriedades com mais de 15 módulos fiscais na área estudada.....	315
ANEXO 3: Produtores integrados e PAF ligados à Agropalma em 2011.....	326
ANEXO 4: Lista parcial de imóveis rurais ligados às empresas dendecultoras (próprios e arrendados).....	328

## 1. INTRODUÇÃO

Até que ponto a nossa descrição de um fenômeno deixa de ser uma interpretação para tornar-se uma reprodução fotográfica? Reconhecer este problema não corresponde de todo à confissão de uma fraude. Vemos a realidade através da ótica de nossa ideologia, de nossa metodologia, de nossa visão global do mundo. Por isso, a mesma realidade pode prestar-se a diferentes interpretações. (SANTOS, 2009, p. 06)

É com a preocupação esboçada por Milton Santos em 1971 no livro *Le métier de geographe pays sous-développé*, traduzido para o português pela primeira vez em 1978 sob o título “O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo”, que inicia a construção desta tese. Não pela certeza de se ter encontrado terras além-mar dantes nunca navegadas, mas, pela convicção que busca construir a interpretação nos caminhos pelos quais muitos outros pesquisadores passaram, e que esta interpretação é marcada pela maneira como somos com os outros *no e com o mundo*.

Fruto de um trabalho artesanal, que exige dedicação, compromisso, estudo, paciência, quando fomos modelando e remodelando a interpretação do objeto, entre a dúvida e a felicidade do encontro do novo a cada passo dado, quanto mais perto se chega do que acreditamos ser o fim desta etapa, mais atônitos ficamos. Descobrimos que o fim é a mesma pegadinha imposta ao horizonte para aqueles que querem lhe alcançar. O desejo de chegar ao fim, neste trabalho, é só uma justificativa para reconstruir o processo e continuar caminhando.

Neste ato de caminhar, o percurso se dá pelo território material e a nossa interpretação é uma aventura pelo território imaterial, utilizando-me das definições construídas por Fernandes (2009), para o qual a nossa visão construímos a partir das marcas da nossa cultura, da nossa classe, de nossas convicções (sim, não apenas de dúvidas vive a pesquisa), da metodologia, do tempo presente, das temporalidades, dos sujeitos e de suas territorialidades. E neste processo, entendendo que materialidade e imaterialidade são apenas dimensões do mesmo processo.

Por isso o território imaterial não é o mundo das ideias de Platão em que nele se encontram as coisas em seu formato puro e original, tampouco o que Thompson (1995) definiu como “concepção polêmica de ideologia” de Marx e Engels, presente principalmente em “A ideologia alemã” (MARX; ENGELS, 2007).

O território imaterial é outra dimensão das lutas culturais, sociais, políticas, econômicas e ambientais que existem nos territórios materiais. Ele funciona como sistemas de legitimação das ações e das intencionalidades de diferentes grupos sociais.

Como um instrumento de interpretação presente nos territórios, esta tese se dá como um trabalho individual, mas nunca solitário. Ela é moldada dentro de um coletivo de pensamento<sup>1</sup> (FLECK, 2010) que constrói concepções e interpreta a realidade empírica de acordo com uma visão construída por elementos ambientais, culturais, econômicos sociais e políticos em certa medida compartilhados no coletivo e que, por isso, faz com que o conhecimento seja o resultado sócio histórico da produção deste coletivo.

Neste caso, o coletivo concreto é o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) e a Rede DATALUTA, que vem produzindo, ambos, uma interpretação sobre o campesinato Latino Americano a partir do debate paradigmático e que, com esta interpretação, produz o que Fleck define como “estilo de pensamento” (FLECK, 2010).

Esse é a estrutura que está por trás deste trabalho, que busca compreender como as políticas de desenvolvimento territorial vêm impactando a questão agrária na Amazônia, tomando como referência a política de expansão da dendeicultura. Para esta análise, temos nos baseado nas experiências e acúmulos construídos pelo Grupo de Pesquisa em Dinâmicas Agrárias na Amazônia (GEDEA).

Este processo complexo e multifacetado tem sido alterado profundamente na década de 2000 a partir de programas oficiais como a “Política Nacional de Produção e Uso do Biodiesel” (2004) e o Plano “Palma Verde” (2010).

A análise do caso brasileiro parece sugerir que ao lado das condições edafoclimáticas, o cultivo de palma só avança se tiver condições políticas igualmente favoráveis. Os programas brasileiros buscam construir estas condições políticas em

---

<sup>1</sup> Sobre como o pensamento de Ludwik Fleck contribui para a epistemologia e para a epistemologia da geografia, é importante consultar os trabalhos de Campos (2012), Campos; Fernandes (2011), Carneiro (2012) e Parreiras (2006), dentre outros.

termos amplos, a partir da reestruturação econômica, normativa, social e institucional que garantam que a possibilidade ambiental de cultivo da dendecultura se concretize como um negócio lucrativo. Essas condições são tão importantes quanto às edafoclimáticas porque é a partir delas que o fruto se torna produto e pode virar mercadoria produzida sob critérios de eficiência e competitividade definidos em regras relacionadas aos mercados internacionais.

A dendecultura é uma possibilidade que só se efetiva a partir de regras favoráveis às indústrias, que lhes permitam acessar os mercados dinâmicos e atender à elevadíssima demanda por óleo de palma e palmiste, seja para qual ramo da indústria for (cosmético, alimentos, agrocombustíveis). Por isso que não se pode considerar que as suas políticas de fomento são conjunturais ou tampouco aleatórias.

A expansão da produção de óleo de palma no Pará é resultado de uma política de expansão da demanda por este produto em escala planetária, o que leva a expansão dos cultivos de dendê em diversos países que tenham as condições propícias para tanto, incluindo outros países da América Latina que passam por uma quase uniformização do discurso e das políticas, com diferenças pequenas entre um país ou outro, para que sejam construídas as condições políticas de cultivo do dendê. Nesse sentido, o avanço da dendecultura significa também o avanço da produção de uma commodity importante no cenário mundial que avança buscando novas terras.

Essa busca é notadamente diferente da vivenciada em períodos anteriores. A disputa por mercados segue sendo importante, mas os estoques de terra ainda pouco estudados no Brasil vêm ganhando importância no novo momento político e econômico<sup>2</sup>.

O processo conhecido como *land grabbing*, a reestruturação dos mercados de terras, as disputas pela água, as disputas pelos metais e hidrocarbonetos, os recentes mercados de “serviços ambientais”, a constante diminuição relativa dos custos de transportes e o aumento dos fluxos informacionais presentes no período atual permitem uma reestruturação das formas de apreensão da mais-valia pelos grandes conglomerados do agro-hidro-minero-negócio, mas, sobretudo, das formas de se auferir a renda e a renda capitalizada da terra.

---

<sup>2</sup> A este respeito, ver Krieger; Leroy (2016), Carroccio et al (2016) e Borrás Júnior et al (2012), entre outros.

Esta é uma nova fase de avanço do agronegócio no campo brasileiro e que nas áreas onde ele avança encerra a fase de predominância econômica e política do latifúndio improdutivo (mesmo que ele ainda permaneça existindo) duramente criticada por sujeitos como Hebete (2004a, 2004b, 2004c, 2004d), Ianni (1986, 1978), Guimarães (2005), Caio Prado Júnior (2005) ou Nelson Werneck Sodré (2005), consolidando um momento em que diversos adjetivos se adicionam ao substantivo “negócio” para tentar representar o seu caráter multifacetário, que avança como um complexo de sistemas formado pelos sistemas financeiro, mercantil, industrial, agrícola, cultural, científico e pelo sistema de representação política, o qual, na Amazônia, transveste-se de agro-hidro-minero-bio-negócio. Sim, todos estes adjetivos juntos porque é na união destes elementos que avança a forma atual do agronegócio<sup>3</sup>. Sua comunhão é para garantir parcelas cada vez maiores de lucro e um projeto territorial que os represente. Seus conflitos internos possuem caráter apenas conjuntural e, em algumas vezes, são refletidos nas disputas por terras e águas.

Nessa fase, as ações ganham em escala e complexidade, e os territórios estão cada vez mais subordinados aos desígnios de atores hegemônicos de mercados dinâmicos, levando pouco em consideração os impactos sobre os territórios.

A nova fase de ampliação do que Chesnais (1996) chamou de mundialização dos oligopólios no capitalismo é a marca atual da maneira perversa como avança uma das facetas do capital na Amazônia. Apropriando-nos da belíssima passagem de Galeano, acreditamos que:

o mundo é o mercado. O mercado mundial, onde se compram países. Nada de novo. A América Latina nasceu para obedecê-lo, quando o mercado mundial ainda não se chamava assim, e aos trancos e barrancos continuamos atados ao dever de obediência. Essa triste rotina dos séculos começou com o ouro e a prata, e seguiu com o açúcar, o tabaco, o guano, o salitre, o cobre, o estanho, a borracha, o cacau, a banana, o café, o petróleo... O que nos legaram esses esplendores? Nem herança nem bonança. Jardins transformados em desertos, campos abandonados, montanhas esburacadas, águas estagnadas, longas caravanas de infelizes condenados à morte precoce e palácios vazios onde deambulam os fantasmas. Agora é a vez da soja transgênica, dos falsos bosques da celulose e do novo cardápio dos automóveis, que

---

<sup>3</sup> Entendemos que agronegócio é um “complexo de sistemas, cuja formação vem acontecendo durante as diversas fases do capitalismo”. (FERNANDES, 2013a, p. 30)



já não comem apenas petróleo ou gás, mas também milho e cana-de-açúcar de imensas plantações. Dar de comer aos carros é mais importante do que dar de comer às pessoas. (GALEANO, 2010, p. 05-06)

Este novo “cardápio” oferecido aos automóveis está relacionado ao uso cada vez mais intenso dos agrocombustíveis que, no caso em questão, é um dos elementos que sustentam o discurso e as políticas públicas relacionadas ao dendê na região amazônica, avançando como imensos monocultivos.

Este é o quadro geral que serve de base para o entendimento segundo o qual a dendecultura é, na verdade, parte de um amplo processo de reestruturação produtiva com interfaces relacionadas a novas dinâmicas de avanço do agronegócio no campo na Amazônia. Trata-se da entrada de novos sujeitos, estratégias de produção e circulação, tipos de controle do território e o avanço de novos sistemas agrários no campo amazônico com o objetivo de auferir uma renda cada vez mais capitalizada da terra.

Estas dinâmicas se solidificam de modo particular na região. As estratégias lançadas pelas empresas para monopolizar o território, suas disputas, a forma diferenciada de se apropriar do trabalho e acumular capitais são apenas alguns dos traços que demarcam a particularidade do avanço dos agrocombustíveis na região.

O resultado disto é a tensão permanente entre projetos territoriais. É a incerteza quanto ao futuro e o avanço de novas formas de exploração do trabalho, alteração da dinâmica da natureza e apropriação dos recursos naturais.

Para que esse processo avance, o primeiro lugar onde é cultivado o dendê é no imaginário social. Vendido como sinônimo de progresso<sup>4</sup>, o monocultivo do dendê se instala nesse imaginário como *monocultura*, ou seja, como uma única visão possível e viável de estabelecer um caminho de futuro. Da mesma forma como o monocultivo se instala nos solos férteis da Amazônia, a monocultura do dendê se instala como uma praga, de maneira acelerada, adubada pelas árduas experiências e histórias fartas de negação que os sujeitos vivenciaram pela falta de apoio do Estado e pelas cruéis e desleais formas como o seu trabalho é explorado e a renda da terra é capturada.

---

<sup>4</sup> Para melhor compreender o que estamos delimitando como a força do progresso no imaginário social, ver Dupas (2012).

Uma teoria que entenda esta dinâmica deve comprometer-se com o entendimento de que o território é ao mesmo tempo uma rede e uma zona. Sua configuração é o resultado de processos sociais, ambientais, culturais, econômicos e políticos. É carregado de intencionalidade e jamais compreensível sem o entendimento profundo e articulado dos diversos processos históricos que se sucederam. Aliás, jamais compreensível sem o entendimento dos sonhos que movem os sujeitos em disputas cada dia mais contraditórias e complexas. Uma parte significativa do território é imaterial. Porque é sonho, desejos, imaginários, projetos, saberes, intencionalidades e representações.

A chave de interpretação é a tipologia dos territórios proposta por Fernandes (2009, 2008) a qual trataremos detalhadamente no próximo capítulo.

Os efeitos observados no território indicam, parafraseando Santos (2002), uma disputa entre o chão e o cifrão. No primeiro, há diversas lógicas econômicas, sociais, políticas, ambientais e culturais que entranhadas ao território constroem as bases de reprodução da sociedade. Na segunda, pensada tomando o subsistema econômico como o (des)estruturador de todos os demais e incluindo uma lógica despótica e tirânica nos territórios, temos o dinheiro como o motor e quase como um ator que usa a tudo e a todos ao seu bel prazer, sendo um desencadeador de ações e racionalidades.

Neste caso, a contradição torna-se insolúvel e a crise uma presença constante, mesmo que oculta ou fragmentada sob diversas formas. O território, em suas múltiplas dimensões e escalas, como síntese contraditória de projetos conflitantes, é o repositório final das tensões que mais cedo ou mais tarde vão produzir novas convulsões e formas de resistência. É neste processo que a classe se recria e reconstrói os novos sentidos da luta e suas dinâmicas de esperança e de resistência.

Esta construção teve como objetivo a análise de como se estruturou a política de desenvolvimento territorial a partir da dendeicultura na Amazônia paraense, tomando como referência as ações do grupo Agropalma nos assentamentos de reforma agrária no nordeste paraense no período dentre 2004 e 2013. A argumentação está estruturada em quatro partes, além desta introdução.

No capítulo “2. DEBATE PARADIGMÁTICO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.” (página 29) partimos do debate paradigmático para analisar como alguns dos autores do “Paradigma do Capitalismo Agrário” e do “Paradigma da

Questão Agrária” entendem o desenvolvimento territorial, identificando quais são as características centrais do pensamento desses autores, bem como os aspectos em comum e os elementos divergentes.

No discurso da Agropalma analisou a visão presente de desenvolvimento, identificando a relação com o discurso do desenvolvimento territorial. Para isso, as referências foram os documentos públicos disponibilizados pela empresa, bem como as informações eletrônicas e vídeos institucionais. A finalidade é compreender quais são os principais elementos teóricos que sustentam a sua ação.

Outro elemento importante é como o Estado produz o seu discurso sobre o desenvolvimento territorial, enfocando os discursos ligados à dendeicultura. Este “discurso” é a visão presente em documentos oficiais.

O último elemento destacado é como as associações que representam os assentados integrados ao programa de agricultura familiar da empresa atuam na região entendem o desenvolvimento territorial, buscando identificar os elementos teóricos que sustentam esta concepção.

No item “3. DINÂMICAS RECENTES DO ESPAÇO AGRÁRIO PARAENSE: histórico e reestruturações motivadas pela dendeicultura.” (página 102) debateremos três questões principais. A primeira é a proposição feita por Nahum; Bastos (2014, 2013) de que o avanço recente da dendeicultura na região é a marca de um novo período na região tomando como referência o conceito de “período geográfico” proposto por Santos (2008d).

A segunda é uma tentativa de reconstruir a história da dendeicultura na região, enfocando principalmente o papel das empresas, com destaque para a Agropalma, e como o Estado vem reestruturando, ao lado dos agentes hegemônicos, a base do território para garantir a melhor ação estas empresas. Nesta ação levaremos em consideração também o acirramento das contradições territoriais, seja entre frações da classe dominante, seja enfocando o fato de que o território remodelado para a dendeicultura em muitas vezes é contraditório em relação aos projetos territoriais defendidos por grupos populares.

Como terceiro elemento, buscaremos identificar como a dendeicultura avança na região e qual é o impacto que tem promovido no campo, principalmente identificando a força deste avanço, o incremento de terra para a sua produção, o volume de capital que tem movimentado, o impacto que tem sobre a base produtiva local e sobre a mão de obra.

No item “4. USOS E ABUSOS NO TERRITÓRIO: as contradições impostas pela produção mundializada aos assentamentos de reforma agrária Arauaí I, Soledade e Arauaí II, no município de Moju, PA.” (página 193) foram analisadas três dimensões em que se expressam as contradições no território. Na primeira se analisou o acirramento das contradições entre o uso subordinado da terra e os abusos impostos aos territórios de reprodução da classe camponesa. Na segunda, como o paradigma produtivo levado a cabo pela dendeicultura é, na verdade, um projeto territorial que se utiliza da polivalência do trabalho camponês para garantir a acumulação da renda capitalizada da terra.

Este caminho é audacioso e cheio de armadilhas, como sempre é o caminho da pesquisa. Mas caminhamos conscientes de que uma tese, para além de descrever, precisa explicar a realidade. Longe da neutralidade da explicação proposta pela ciência positivista, esta mesma é um processo de construção de uma interpretação a partir das bases sociais presentes no sujeito e nas disputas da realidade, como aponta Freitas ao afirmar que:

No limite, nós somos o maior objeto da tese, pois enquanto sujeito dela vivemos um embate de forças internas e externas que nos ensina muito sobre nós mesmos. Fazer a tese significa não apenas dominar parte do conteúdo relacionado ao assunto, mas também dominar nossas inseguranças, medos, escapes, defesas, ansiedades e angústias. (FREITAS, 2012, p. 233)

É este o espírito deste trabalho.

## 2. DEBATE PARADIGMÁTICO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.

Introdução:

No presente capítulo se analisa as diferentes perspectivas que o desenvolvimento territorial é trabalhado no Brasil. Com matrizes de interpretação e perspectivas teórico-metodológicas diversas, é necessária atenção na delimitação do conceito e na sua utilização, atendendo a objetivos políticos e acadêmicos distintos ou, por vezes, absolutamente antagônicos.

Presente nos debates do Paradigma da Questão Agrária e nos do Paradigma do Capitalismo Agrário, o desenvolvimento territorial ocupou na primeira década dos anos 2000 lugar de destaque nas políticas públicas e foi disputado por diversos agentes.

É possível encontra-lo no discurso oficial, sobretudo do governo federal, no discurso das empresas, nos documentos de movimentos sociais e nos debates acadêmicos com grande frequência, geralmente articulado a políticas públicas, projetos empresariais e disputas políticas em torno de projetos territoriais.

Sua origem, segundo Saquet (2007a; 2007b) e Saquet e Sposito (2008) vem dos trabalhos de autores Italianos da década de 1960, 1970 e 1980, com destaque para Calògero Muscarà, Giuseppe Dematteis, Giacomo Becattini, Giachino Garofoli, Arnaldo Bagnasco, Alberto Magnaghi, entre outros. Bagnasco teve papel fundamental ao definir o Sistema Local Territorial (Slot) que “compreende o território como área, com características econômicas, políticas e culturais específicas, nas quais seus agentes sociais mantêm relações com agentes de outras áreas” (SAQUET; SPOSITO, 2008, p. 26).

Saquet & Spósito (2008, p. 27) destacam que para Bagnasco existe no processo de territorialização, quatro mecanismos principais de regulação econômica: a) reciprocidade entre indivíduos e instituições; b) o mercado; c) a organização interna e externa das empresas; e d) as relações políticas.

É importante destacar os quatro elementos analíticos definidos por Dematteis (2008) para análise do Slot, que são: a) a rede local de sujeitos; b) o milieu local; c) a interação entre a rede local e o milieu e com os ecossistemas locais; d) a relação interativa ente a rede local com redes globais.

A partir das posições de Bagnasco e Dematteis, Saquet & Sposito, (2008) afirmam que os trabalhos relacionados à temática do desenvolvimento territorial

devam considerar: a) a articulação de classe e a constituição de redes e tramas locais e extralocais; b) o caráter (i)material, conciliando-se fatores culturais, políticos, econômicos e naturais; c) a produção de mercadorias; d) a preservação da natureza exterior ao homem; e) valorização das pequenas e médias iniciativas produtivas; f) valorização dos saberes locais e da identidade; g) consideração do processo histórico e patrimônio de cada lugar; h) a produção ecológica de alimentos; i) organização política local com vistas a conquista de autonomia; j) diminuição das injustiças e desigualdades sociais.

O território é visto como um elemento multiescalar que estrutura o processo de desenvolvimento articulando dimensões sociais, políticas, ambientais, culturais, históricas e econômicas por meio de um arranjo de características uniescalar e que pensa o processo de desenvolvimento a partir do local.

Esta posição é duramente criticada por autores como Brandão (2012) que acreditam que ela nega “completamente a natureza das hierarquias (impostas em variadas escalas) de geração e apropriação da riqueza” (BRANDÃO, 2012, p. 35) e afirma que há em curso uma grande moda do discurso do desenvolvimento baseado em uma visão localista.

Contra-pondo-se a esta visão, Ortega (2007, p. 282) afirma que “ao contrário do que muitos dizem, ao se aventurar por essa enorme produção acadêmica, chega-se à conclusão de que não se pode concordar com a posição de que existe um ‘pensamento único localista’”.

Esse autor admite que

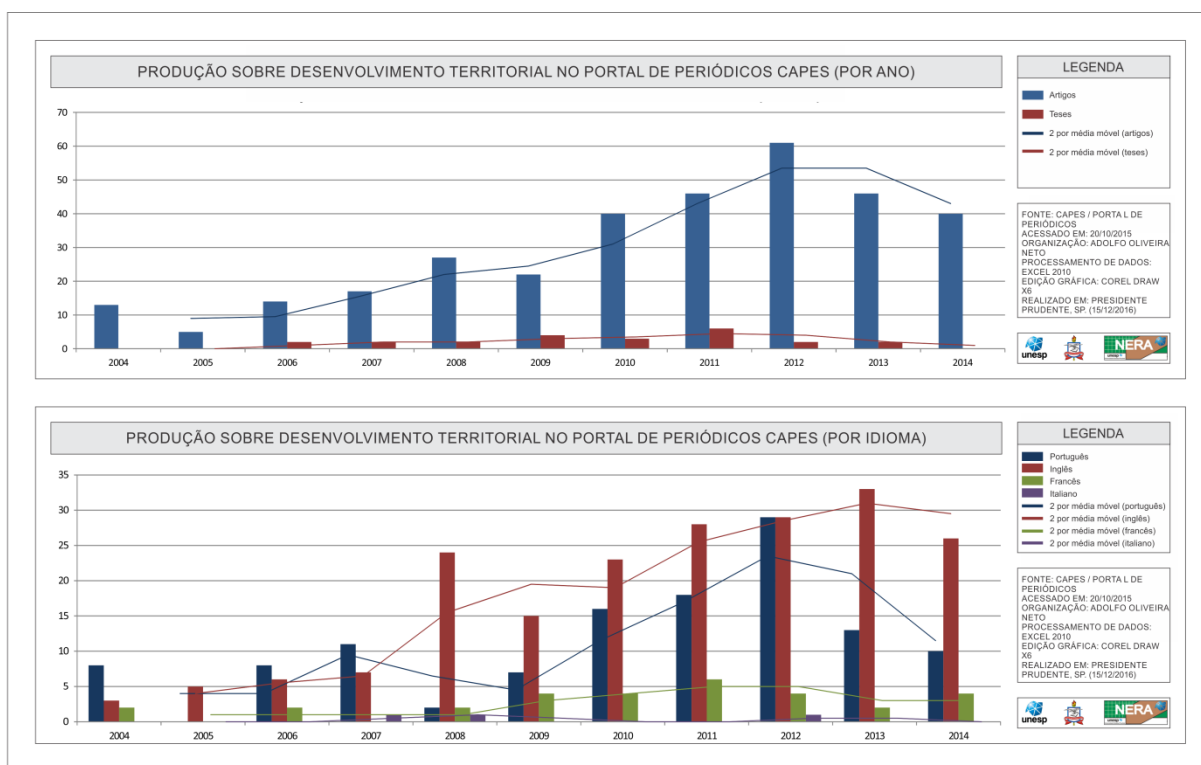
Não se trata, portanto, de realizar apologia ao tema do desenvolvimento territorial/local, que, segundo alguns autores, vem se constituindo em enorme modismo. Porém entende-se que se este existe é no meio acadêmico. Para os atores sociais que fazem parte dos inúmeros arranjos sócio-produtivos que se espalham pelo país, a questão não pode ser colocada nesses termos. Para eles, trata-se de uma luta por conseguir a inclusão social, política e econômica com vistas ao desenvolvimento de suas localidades/territórios. (ORTEGA, 2007, p. 282-283)

Esse debate vem se mostrando profícuo e crescente no Brasil. Incentivado por múltiplos atores coletivos, o número de trabalhos dedicados ao desenvolvimento territorial vêm crescendo, bem como o acesso aos materiais produzidos em outros centros.

Pesquisa explanatória realizada banco de dados do Portal de Periódicos da CAPES<sup>5</sup> em outubro de 2015 e sintetizada na Figura 1 induz este entendimento<sup>6</sup>.

Para a seleção dos dados dos dois gráficos foram utilizados trabalhos que traziam em seus títulos os termos “Desenvolvimento Territorial”, “Sviluppo Territoriale”, “Développement Territorial” e “Territorial Development”. A pesquisa apresenta ocorrências desde a década de 1980, mas a opção foi restringir nossa amostra para o período entre 2004 e 2014.

Figura 1: Produção sobre desenvolvimento territorial no Portal de Periódicos Capes (ano e idioma).



Fonte: Capes, 2015

Considerando que esta pesquisa é parcial e restrita, a utilização de outros termos e a busca em outras bases científicas apontaria uma ocorrência muito grande de ocorrências e, talvez, a alteração do perfil das produções, o que exigiria

<sup>5</sup> O site [www.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos.capes.gov.br) informa que o portal de periódicos é “uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta atualmente com um acervo de mais de 38 mil periódicos com texto completo, 123 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual”.

<sup>6</sup> Mesmo considerando que o Portal de Periódicos representa apenas parte do material científico que é produzido e circula nas universidades brasileiras, acreditamos que para o objetivo desta argumentação ele é representativo

um outro trabalho que fugiria aos objetivos desta pesquisa, que busca indicar o movimento geral do debate.

No primeiro gráfico da figura estão os artigos publicados em periódicos vinculados ao portal por ano e algumas teses defendidas em programas de pós-graduação no Brasil recomendados pela CAPES. A ocorrência de trabalhos científicos no portal que atendem ao descritor da pesquisa subiu em torno de 400% com linha média crescente entre 2005 e 2012 (ápice da ocorrência de artigos) enquanto que movimento semelhante é observado para as teses, que possuem ápice numérico em 2011.

No segundo gráfico da figura estão os artigos agrupados por idioma. A seleção está limitada ao português, inglês, francês e italiano no Portal. Mesmo considerando que os clássicos do debate sejam de origem italiana, há uma hegemonia numérica dos trabalhos produzidos em língua inglesa.

O debate foi impulsionado por um conjunto de fatores, que se relacionam com a influência dos organismos internacionais que passaram a defender esta política para os territórios rurais na América Latina desde a década de 1990; a importância das políticas públicas desenvolvidas pelos governos europeus e latino americanos que adotam esta perspectiva e; sobre tudo, pela valorização crescente que tem ganhado as disputas pelo desenvolvimento do campo na agenda política brasileira, gerando um território de tensões permanentes.

As múltiplas combinações possíveis entre estes elementos são analisados de forma diferente, a partir do Paradigma do Capitalismo Agrário e do Paradigma da Questão Agrária, o que tem influenciado ações políticas e políticas públicas absolutamente diferenciadas sob o mesmo rótulo: desenvolvimento territorial.

Atentamos à crítica que Favareto (2006) faz a velocidade com que o termo se espalha pelo vocabulário acadêmico e político não é a mesma com que se tem o aprofundamento do debate, gerando um numeroso número de trabalhos sem o devido cuidado teórico. Esta questão persiste em trabalhos importantes sobre o tema.

Obviamente que paradigmas diferentes possuem interpretações diferentes sobre o que seja desenvolvimento, território e o papel do Estado, das empresas, do mercado e dos “sujeitos locais” (ou sujeitos coletivos) no processo de acendimento da “centelha detonadora do desenvolvimento” (ORTEGA, 2008, p. 36).



Este capítulo está estruturado em três seções. A primeira discute os territórios e a metodologia da pesquisa. O objetivo é mostrar como se deu a construção do objeto, passando desde o levantamento do problema até a definição da escala de análise, seleção dos sujeitos e delimitação do recorte temporal. Também apresentamos os objetivos e os procedimentos para coleta e análise dos dados, além da abordagem teórico-metodológica, conceitos e categorias utilizadas na construção da interpretação.

A segunda seção debate o desenvolvimento territorial e o debate paradigmático. O objetivo é destacar como o Paradigma do Capitalismo Agrário e o Paradigma da Questão Agrária produzem interpretações diferentes sobre o tema e como estes paradigmas produzem interpretações diferentes, examinando a complementariedade, as rupturas e superações presentes na disputa paradigmática e nas diferenças dentro de um mesmo paradigma.

A terceira seção aborda como o Estado, a empresa e as associações de desenvolvimento comunitário que representam os assentados integrados à Agropalma constroem seu discurso sobre o desenvolvimento territorial. No que tange ao Estado, a análise foca na posição externada pelo governo federal a partir de documentos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA), além da análise da estrutura normativa e institucional criada para desenvolver a dendecultura no estado do Pará como um exemplo de política que tem influência nesta perspectiva de desenvolvimento.

Mesmo considerando a diversidade de sujeitos que disputam posição no Estado e as várias escalas em que a ação estatal é produzida, nossa opção por este recorte é pelas influências que estes ministérios têm na implementação desta política. Em relação ao grupo Agropalma, se analisou documentos públicos da empresa e o relatório de sustentabilidade onde ela pontua a sua relação com o Estado, colaboradores e meio ambiente. Em relação às associações, a coleta de dados valorizou a experiência que os sujeitos vieram tendo com a Agropalma na década que vai de 2004 a 2013.

O discurso produzido por estes três sujeitos mostra a hegemonia do PCA na base da formulação do discurso sobre desenvolvimento territorial na perspectiva da integração subordinada do campesinato ao agronegócio.

## 2.1 Territórios da Pesquisa: objeto e metodologia.

O objeto de pesquisa é uma construção teórica. Ele vem da realidade concreta, mas é uma lógica interpretativa e discursiva que é o resultado de opções teórico-metodológicas e dos nexos que o pesquisador encontra para tentar compreender a totalidade. Ao mesmo tempo, se assemelha a uma produção artesanal em que, no processo de construção do objeto, vai se imprimindo as características de quem o produz.

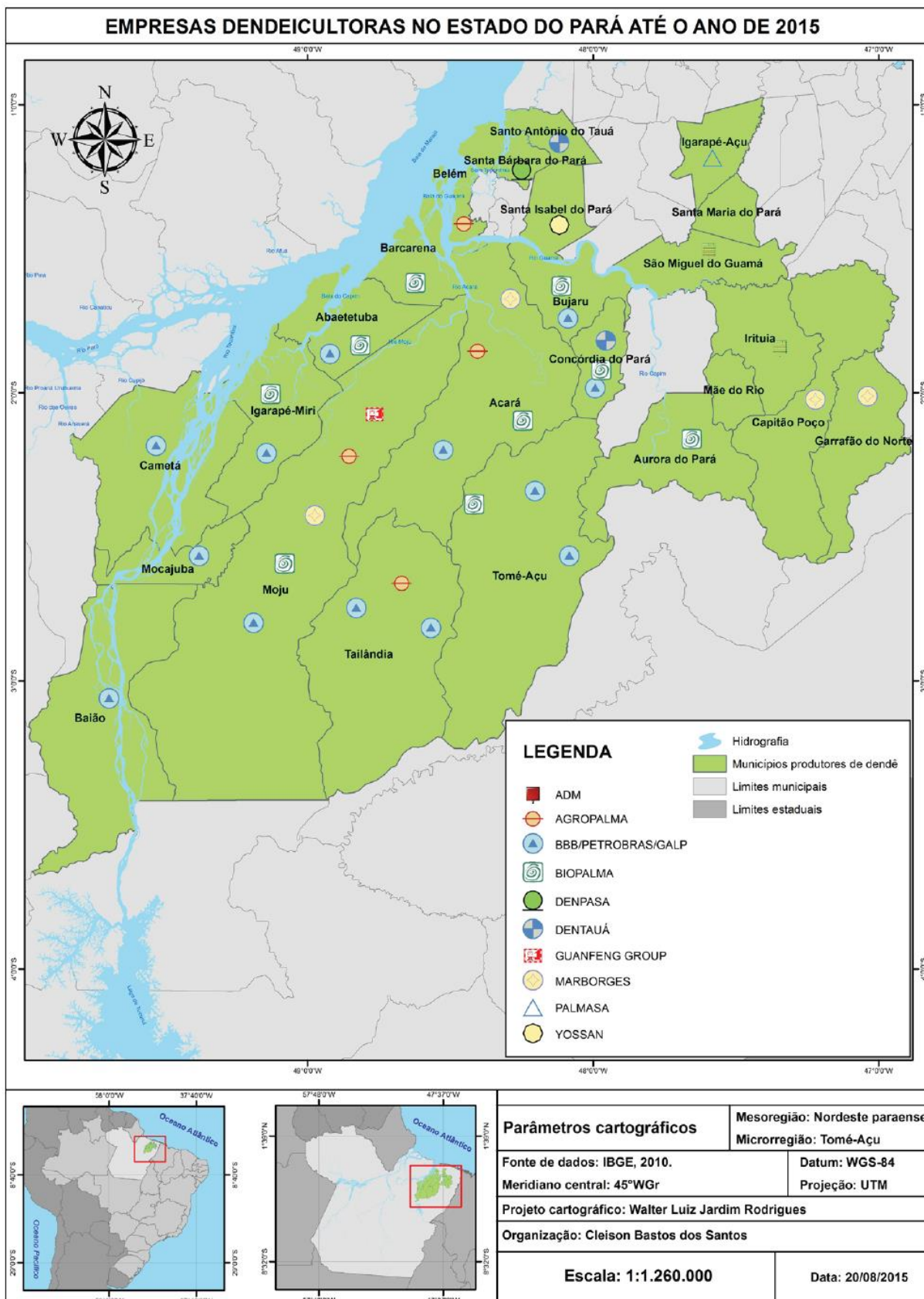
Estruturamos o nosso objeto partindo do problema com que nos enfrentamos durante toda a pesquisa e ele serviu de elemento estruturador de todo o nosso debate. No caso, o problema foi “Como a política de desenvolvimento territorial implantado na Amazônia paraense a partir da dendecultura impactou a questão agrária na mesorregião do nordeste paraense entre 2004 e 2013?”.

Este problema parte de três pressupostos: o primeiro é a permanência e atualidade do debate sobre a questão agrária na Amazônia, enfocando as novas dinâmicas e os sujeitos que delimitam hoje as disputas, conflitos e contradições. Esta disputa é representada neste trabalho pela relação que se estabelece entre o grupo Agropalma, como manifestação empírica do capital no campo a partir do modelo do agronegócio, e os assentados de reforma agrária, como manifestação empírica do campesinato e do mundo do trabalho, que se vincula à empresa a partir do modelo de integração subordinada. O segundo é que a dendecultura avançou significativamente no período analisado a partir da conjunção de elementos favoráveis de mercado com o forte apoio estatal. O Terceiro é que o recorte temporal é significativo do avanço da dendecultura como política de desenvolvimento territorial baseada na articulação de elementos de mercado, inclusão social e preservação ambiental.

O avanço da dendecultura foi tão expressivo neste período que, segundo Nahum e Santos (2013), só a área que em 2013 quatro empresas (Biopalma, BBB/PBIO/Galp e ADM) tinham como meta monopolizar para a produção de dendê, considerando a reserva legal, era de 430 mil hectares.

Além destas empresas, ainda desenvolvem atividades na região as empresas Dendetauá, Denpasa, Marborges, Agropalma, Yossan, Guanfeng Group e Palmasa. A Figura 2 apresenta o mapa de Nahum; Santos (2016).

Figura 2: Empresas dendecultoras em municípios do estado do Pará.



Fonte: Nahum; Santos (2016, p. 287)

Ela localiza algumas das empresas e suas áreas de atuação na região em 2015. Nela temos a presença de empresas que iniciaram suas atividades até a década de 1990, que estamos considerando como o período da dendeicultura voltada a indústria de alimentos, como a Agropalma, Denpasa, Dentauá, Palmasa e Marborges, com as novas empresas que se instalaram na região no período atual a partir da dinâmica das *flex crop* e da produção de agrocombustíveis, como a ADM, BBB/PBio/GALP, Guanfeng Group, Yossan e Biopalma.

O município de Moju é o que concentra ações da maior quantidade de empresas (Agropalma, Biopalma, Guanfeng Group, Marborges e BBB/Pbio/Galp). Por outro lado, a empresa que desenvolve atividades em um maior número de municípios é a BBB/Pbio/Galp, atuando em Abaetetuba, Acará, Cametá, Baião, Mocajuba, Moju, Igarapé-Miri, Concórdia do Pará, Tailândia, Tomé-Açu e Bujaru.

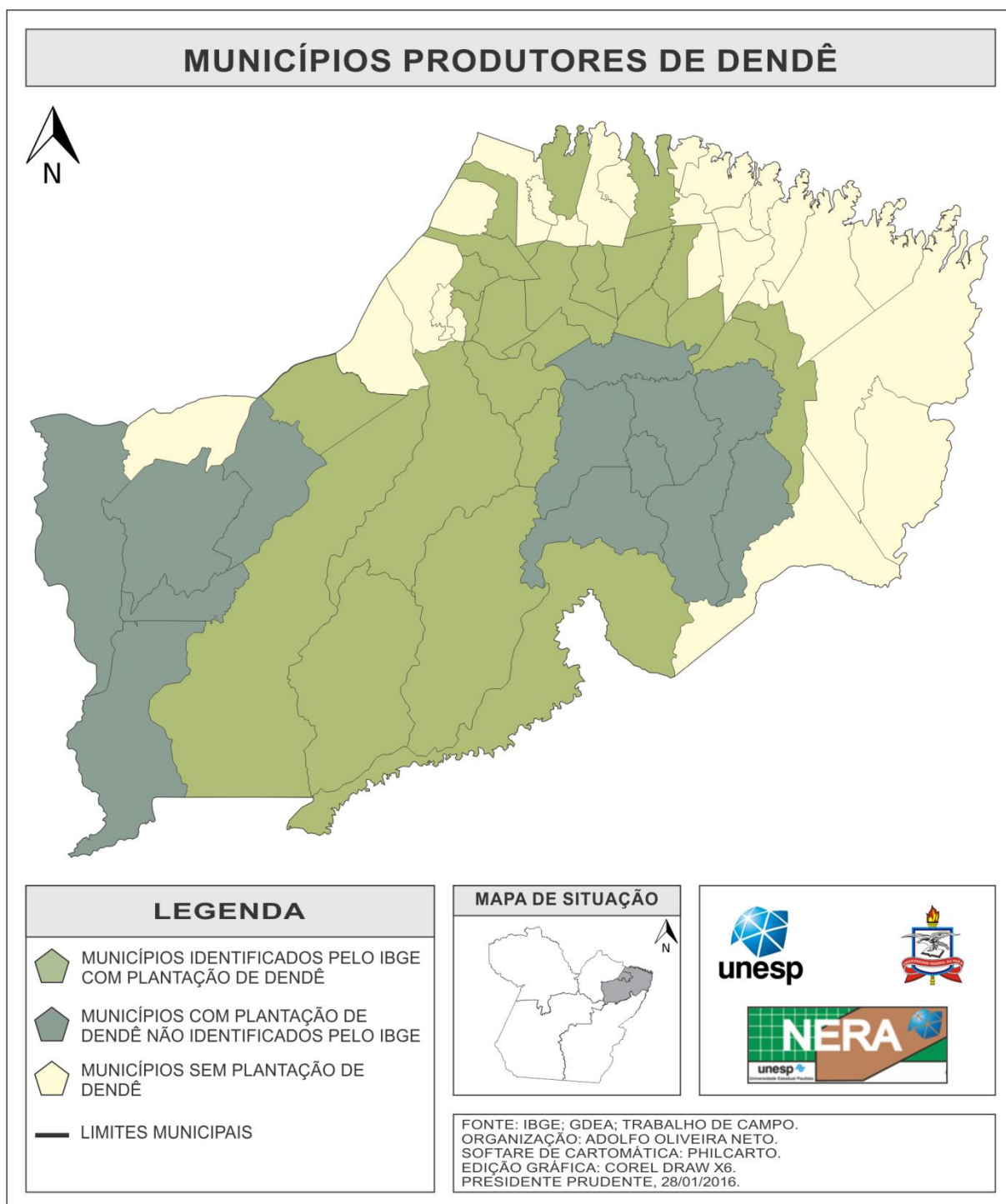
A junção dos dados colhidos em campo com os disponibilizados pelo Grupo de Pesquisa Dinâmicas Territoriais do Espaço Agrário na Amazônia (GDEA) e os do IBGE apresentam que a dendeicultura já se encontra em uma quantidade maior de municípios do que os indicados tanto pelo IBGE, quanto pelo GDEA. A **Erro! Autoreferência de indicador não válida.** apresenta os municípios que o IBGE indentifica plantações de dendê e os municípios que a partir dos dados do GDEA e de trabalhos de campo encontramos cultivos que o IBGE não identifica.

O cultivo de dendê iniciou na região em 1940 com a introdução das primeira mudas no Campo Agrícola Lira Castro e desde lá vem tendo ciclos de ascensão e queda. Por este motivo, o recorte temporal desta pesquisa é entre 2004 e 2013, período que delimita uma década de forte avanço da dendeicultura a partir de dois elementos principais: o avanço das políticas de fomento à dendeicultura na região; e a elevação do consumo e do preço do óleo de palma no mercado internacional.

O objetivo geral é analisar como a política de desenvolvimento territorial implementada na Amazônia paraense a partir da dendeicultura impactou na questão agrária no nordeste paraense no período de 2004 a 2013.

As questões norteadoras tiveram como finalidade definir os limites por onde a pesquisa se desenvolveu, delimitando melhor alguns assuntos e desdobrando questões que surgiram como desdobramentos do problema central. As questões norteadoras e os consequentes objetivos específicos foram cinco.

Figura 3: Municípios produtores de dendê.



Fonte: IBGE, GDEA, Trabalho de campo.

A primeira foi: a luz do debate paradigmático, quais são os principais elementos que estruturam o discurso e as ações políticas do desenvolvimento territorial ligado à dendecultura? Tomou-se como chave de interpretação o debate paradigmático para desenvolver como o objetivo específico a análise dos elementos

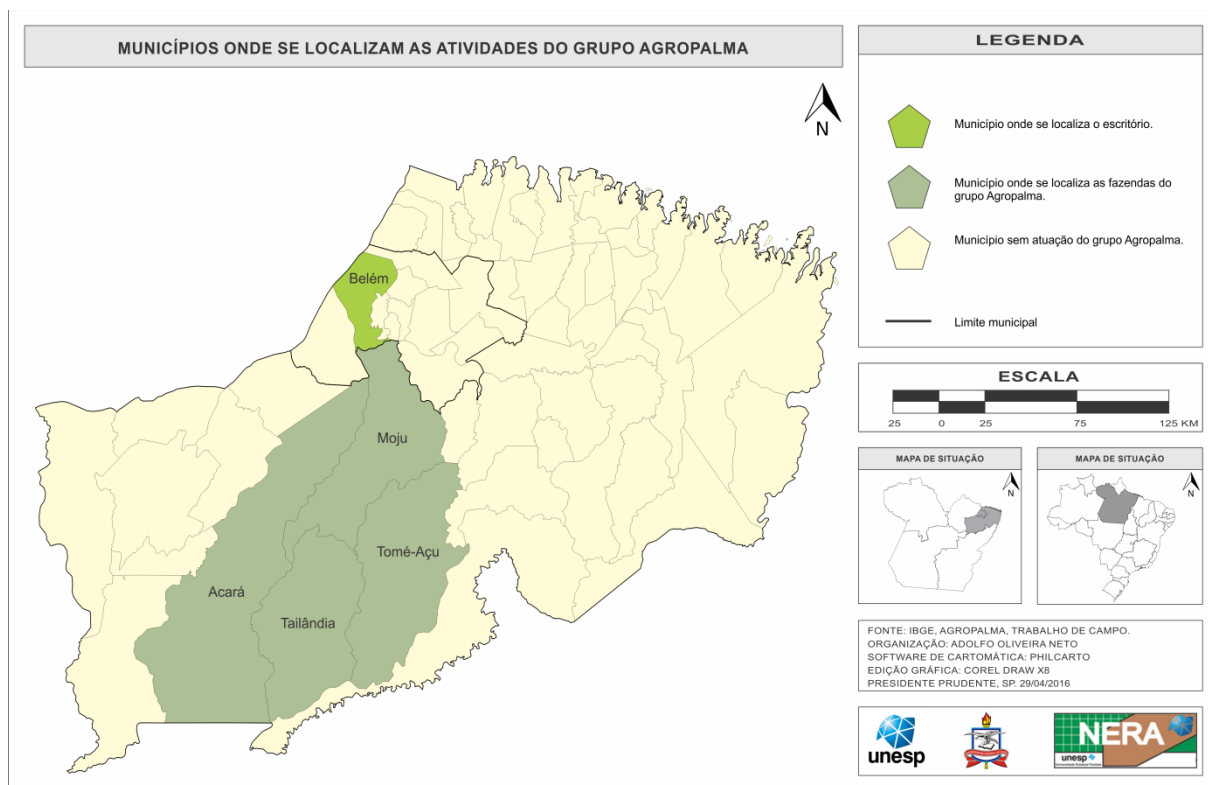
que estruturam o discurso sobre o desenvolvimento territorial a partir de três sujeitos: o Estado, a Empresa e as Associações que representam os assentados vinculados à Agropalma. As dimensões analisadas foram a econômica, social e a ambiental. As variáveis foram: a relação da empresa com os territórios camponeses; a autonomia e subordinação dos sujeitos; a consolidação do complexo de sistemas; a estrutura fundiária e o controle de terras; a preservação ambiental; as relações de trabalho e produção; a multidimensionalidade do campo; a conflitualidade do desenvolvimento.

A segunda questão norteadora foi: quais as condições políticas e econômicas que possibilitarem o avanço da dendecultura no período em questão? O objetivo específico foi analisar o conjunto de políticas públicas e dinâmicas econômicas que foram conjugadas neste período e que possibilitaram o avanço acelerado da dendecultura na região. Os indicadores analisados para debater as políticas públicas foram a política tributária, fiscal, financeira, infraestrutural e de ordenamento territorial. Para debater as dinâmicas econômicas, os indicadores foram a flutuação do preço do óleo de palma o mercado internacional de commodities, a flutuação do preço do petróleo, como elemento regulador, o aumento da demanda interna e do consumo internacional do óleo de palma e a valorização da palma africana como uma cultura flexível no mercado internacional. Esta questão foi a que nos permitiu definir que a análise se desenvolveria a partir do Grupo Agropalma, pelo histórico do grupo na região e pelo fato dela ser a líder nacional no cultivo de palma e na industrialização do produto.

A terceira questão norteadora foi: qual o impacto do avanço da dendecultura nos usos da terra na região nordeste paraense? O objetivo específico foi analisar o impacto da dendecultura nos usos da terra, enfocando a dimensão agrícola, ambiental, econômica e fundiária. O processo avaliado foi as estratégias de controle das terras propícias à produção do Dendê pelas empresas dendecultoras, em geral, e pela Agropalma, do ponto de vista específico. Este controle se deu pela compra ou arrendamento de terras, por um lado, e pela integração subordinada, por outro. Os indicadores utilizados são a área ocupada pelas principais atividades econômicas do campo, a produção, a gestão ambiental, a quantidade e área das fazendas integradas à produção de dendê. Esta questão norteadora foi a base para a definição da escala de análise, pois opção pela Agropalma delimitou a escala de análise, que ficou restrita aos municípios de Acará, Moju, Tomé-Açu e Tailândia, que

são os municípios que estão localizadas as fazendas do Grupo Agropalma. Este municípios apresentamos na Figura 4.

Figura 4: Municípios onde se localizam as atividades do grupo Agropalma no Pará.



Fonte: Trabalho de Campo.

A quarta questão norteadora foi: como a dendeicultura impactou nos territórios camponeses? Esta pergunta parte do pressuposto que a questão agrária é o resultado do movimento contraditório e interdependente da dinâmica do capital do campo e das estratégias de reprodução do campesinato. Ela busca analisar como o movimento do capital, expresso pela dendeicultura, se relaciona com as estratégias desenvolvidas pelo campesinato para assegurar a sua reprodução. O objetivo específico é analisar como a dendeicultura impactou nos territórios camponeses e se este impacto se deu metamorfoseando o campesinato ou se possibilitou a sua recriação. O processo analisado é dinâmica territorial dos sujeitos após a instalação dos projetos de integração da agricultura familiar à empresa. Os principais indicadores são o modo de vida e o trabalho e as variáveis são a pluriatividade, os tipos de trabalho, a relação com a natureza e a relação entre trabalho e renda. Na Agropalma se tem trabalho assalariado, arrendamento de terras, produtores

independentes que vendem seus frutos à empresa e os projetos de agricultura familiar. Esta questão norteadora foi a base para a delimitação dos territórios da pesquisa, que foram o Assentamento Ramal do Arauaí, Assentamento Soledade e o Assentamento Ramal do Arauaí II.

A seleção teve como base os seguintes critérios: a) fazem parte do programa de agricultura familiar do Grupo Agropalma; b) fazem parte da política de reforma agrária; c) expressam a relação de integração entre o agronegócio e o campesinato, muito presente em outros cultivos como a laranja, arroz, pepino, frango, soja e milho, entre outros; d) são representativos do processo de territorialização do agronegócio nos territórios camponeses.

A última questão norteadora foi: qual a relação entre a dendeicultura e as dinâmicas internacionais atuais de avanço do capitalismo no campo? O objetivo específico é analisar a relação entre as atuais dinâmicas de avanço da dendeicultura no nordeste paraense e as observadas em escala internacional, principalmente no que tange a produção de commodities e *flex crop*. Processos como o *land grabbing* e o *greenn grabbing* são avaliados.

Durante a realização da pesquisa, a revisão bibliográfica e análise documental estiveram presentes no desenvolvimento de toda a tese. A revisão bibliográfica se deu acessando textos em português, inglês, espanhol, francês e italiano. Sempre quando se chegava a um trabalho que fosse considerado importante pelas questões postas, se analisava outros trabalhos do mesmo autor. Por este motivo, a maioria dos autores citados possuem mais de um trabalho nas referências. Quando um autor possui apenas um trabalho nas referências é porque este trabalho está sendo citado por uma questão pontual. Há raras citações de textos em idiomas diferentes dos citados e que estão presentes para registrar o debate.

Os documentos foram analisados porque são representações de um discurso, seja o discurso da empresa, do Estado ou das Associações que representam os assentados e eles representam uma manifestação da própria realidade, principalmente a partir de dados estatísticos e do conteúdo presente em contratos que estabelecem a relação entre empresas, Estado e camponeses.

Os documentos analisados foram de três tipos:

- Documentos disponibilizados ao público: são oriundos do Estado, das empresas e das Associações. Estão disponíveis ao acesso geral e possuem um



discurso genérico e buscam construir uma imagem obtusa sobre a complexidade da dinâmica presente na região. Eles se apresentaram como discursos generalizantes com pouca vinculação com as mais diversas contradições e conflitualidades experimentadas na execução da política pública.

- Documentos oficiais sob gestão dos órgãos de Estado: estes são documentos oficiais e de caráter público. Para acessá-los foi necessário obedecer aos trâmites institucionais e acompanhar os pedidos e o tempo de resposta de cada instituição. Os principais documentos relativos a esta categoria referem-se a questão ambiental (CAR), fundiária (escrituras, titularidade, concessão de uso e reservas) e a financeira (financiamentos bancários).

- Documentos das Empresas Privadas disponibilizados para acesso público: neste grupo estão os documentos que as empresas autodeclararam que podem disponibilizar para pesquisadores e a comunidade em geral, mas que sua liberação passa pela análise do pedido e liberação de acesso pela empresa. Nesta categoria incluímos o “relatório de sustentabilidade” das empresas, o mapa das áreas de produção, a relação dos agricultores e os pedidos de entrevista que foram concedidas pelo Grupo Agropalma.

Os trabalhos de campo e levantamento de dados qualitativos foram feitos entre agosto de 2013 a fevereiro de 2017. Neste período, realizamos observações em campo e entrevistas. As observações foram realizadas principalmente no Complexo I da Agropalma, o Assentamento Ramal do Arauaí I, Assentamento Ramal do Arauaí II, Assentamento Soledade, vila Arauaí, Vila São Vicente, Vila Cairari, Vila Palmares, Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Moju e na Associação de Desenvolvimento Comunitário Ramal do Arauaí.

Ao todo foram entrevistados 12 sujeitos e o perfil deles está sintetizado no Quadro 1. Tentou-se ao máximo privilegiar a entrevista com os sujeitos respeitando a diversidade de gênero no entanto, apenas uma camponesa do sexo feminino foi entrevistada. Também optamos por entrevistar sujeitos dos três projetos e incluímos tanto os que estavam desde o início do projeto quanto os que entraram recentemente. O local de moradia são as vilas Arauaí, São Vincente e Carari. Em relação aos funcionários da Agropalma, eles eram os responsáveis pela diretoria de responsabilidade socioambiental as entrevistas aconteceram dentro do próprio espaço da empresa. Algumas entrevistas foram descartadas, como a com o representante do Sindicato dos Assalariados Rurais do Município de Moju, já que

este público não fez parte do recorte do objeto, e outras não possuem citações diretas na tese, já que foram colhidas apenas com caderno de campo.

Quadro 1: Perfil dos sujeitos da pesquisa.

<b>Identificação</b>	<b>Vínculo</b>	<b>Sexo</b>	<b>Faixa Etária</b>	<b>Coleta de informações</b>
<b>Representante I da Empresa</b>	Agropalma	Masculino	20-29 anos	Caderno de campo.
<b>Representante II da Empresa</b>	Agropalma	Masculino	30-39 anos	Caderno de campo.
<b>Sujeito 1, projeto 1</b>	Projeto I	Masculino	40-49 anos	Gravação de áudio.
<b>Sujeito 2, projeto 1</b>	Projeto I	Masculino	50-59 anos	Gravação de áudio.
<b>Sujeito 1, projeto 2</b>	Projeto II	Masculino	40-49 anos	Gravação de áudio.
<b>Sujeito 2, projeto 2</b>	Projeto II	Masculino	30-39 anos	Gravação de áudio.
<b>Sujeito 3, projeto 2</b>	Projeto II	Masculino	30-39 anos	Caderno de Campo
<b>Sujeito 1, projeto 3</b>	Projeto III	Feminino	50-59 anos	Gravação de áudio.
<b>Sujeito 2, projeto 3</b>	Projeto III	Masculino	40-49 anos	Gravação de áudio.
<b>Sujeito 3, projeto 3</b>	Projeto III	Masculino	40-49 anos	Caderno de Campo.
<b>Representante do Sindicato dos Assalariados Rurais</b>	Sindicato dos Assalariados Rurais do Município de Moju.	Masculino	30-39 anos	Gravação de áudio.
<b>Representante da Associação</b>	Associação de Desenvolvimento Comunitário Ramal do Arauaí.	Masculino	40-49 anos	Gravação de áudio.

Fonte: Trabalho de campo.

As entrevistas foram semiestruturadas e, sempre que possível e autorizado, foram gravadas em áudio e transcritas para servirem de base para a análise. A identidade de todos os sujeitos entrevistados foi preservada e os nomes foram substituídas pela designação genérica que apresentamos no quadro acima.

Em atenção aos cuidados éticos da pesquisa, todas as entrevistas foram devidamente autorizadas e, quando gravadas, os sujeitos estavam ciente e de acordo com este processo. Este cuidado se estende para as fotos e documentos presentes neste trabalho. Por opção, nenhum documento ou registro fotográfico ou oral não autorizado ou que se tenha pedido sigilo está sendo divulgado. Também não há imagens que não preservem a dignidade do ser ou exponham a situação inadequada crianças ou adolescentes.

As imagens são originais e foram registradas em trabalhos de campo, a menos que a fonte indique o contrário. Elas são apresentadas na taxa de proposção

widescreen, sem filtro e sem qualquer tipo de distorção. Algumas são resultado do trabalho de profissional da área contratado para nos acompanhar no trabalho de campo e registrar as devidas imagens. Nestes casos, identificamos a imagem registrando os créditos. Algumas são apresentadas no formato paisagem em página A3. Este recurso é utilizado para ressaltar a beleza artística da imagem ou a riqueza de informações que ela contém para o trabalho.

A principal fonte de dados estatísticos foi o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com destaque para os dados oriundos do Censo Agropecuário de 2006, a Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e os dados disponíveis no canal SIDRA do IBGE, além dos dados de outras instituições, como o Banco Central do Brasil (BANCEN), a Agência Nacional de Petróleo (ANP), a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (SEMAS) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Como padrão, as tabelas formam uma série histórica de duas décadas. A primeira é para ilustrar a dinâmica do dado trabalhado no período anterior ao que estamos chamando de novo *boom* do dendê. A segunda década é referente ao recorte temporal da pesquisa (2004-2013). Há poucas exceções que são formadas por dados que não possuem a série histórica completa ou então aqueles gráficos que por motivos analíticos possuem uma série maior ou menor que a série que estamos definindo como padrão.

## 2.2 Debate Paradigmático no Desenvolvimento Territorial: análise do Paradigma do Capitalismo Agrário e do Paradigma da Questão Agrária.

Inúmeros autores assumem abertamente que há um debate paradigmático nos debates sobre o campo. Entre eles, há o destaque para os trabalhos de Abramovay (2012), Camacho (2014), Campos (2012), Campos & Fernandes (2011), Favareto (2006), Fernandes (2015, 2013a, 2008a), Fernandes; Welch; Gonçalves (2014), Felício (2014, 2011), Graziano & Navarro (2015) e Roos (2015), entre outros.

Uma leitura detalhada dos autores mostra que eles usam o conceito de maneira diferente, mesmo todos indicando referência na obra de Kuhn (2007), o que pode ser justificado pelas diversas maneiras como este autor usa o termo em sua obra, gerando entendimentos diferentes do que seja “paradigma”.

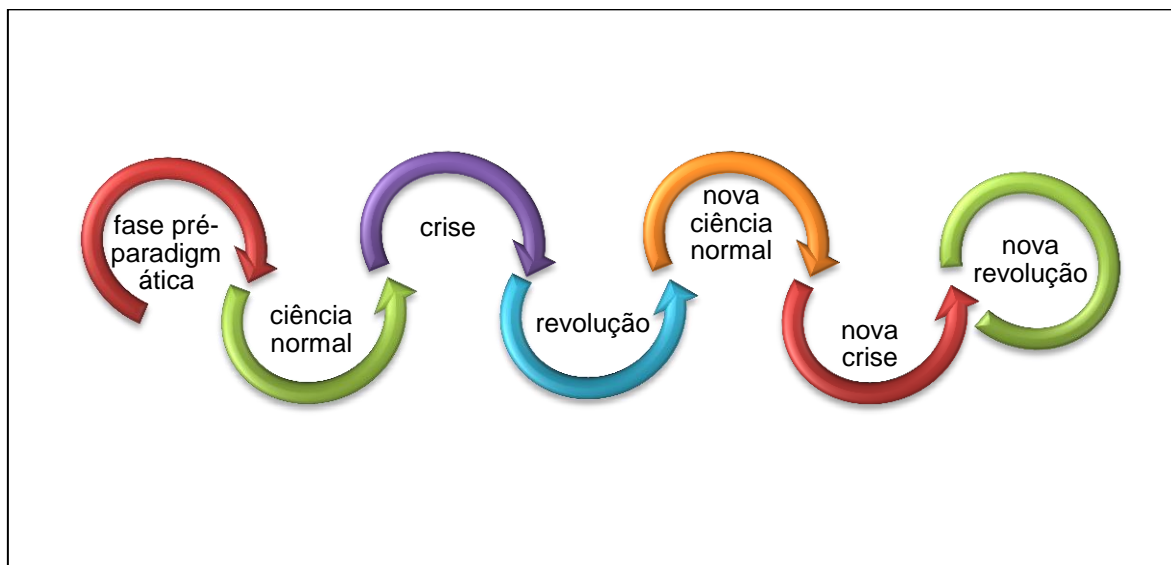
Segundo Japiassu; Marcondes (2006):

(gr. *paradeigma*) 1. Segundo Platão, as formas ou ideias são paradigmas, ou seja, arquétipos, modelos perfeitos, eternos e imutáveis dos objetos existentes no mundo natural que são cópias desses modelos, e que de algum modo participam deles. As noções de paradigma e de participação, ou seja, da relação entre o modelo e a cópia, levam, no entanto, a vários impasses que são discutidos por Platão sobretudo no diálogo *Parmênides* (128-134).

2. O filósofo da ciência Thomas Kuhn utiliza o termo em sua análise do processo de formação e transformação das teorias científicas – da “revolução” na ciência – considerando que “alguns exemplos aceitos na prática científica real – exemplos que incluem, ao mesmo tempo, lei, teoria, aplicação e instrumentação – proporcionam modelos dos quais surgem tradições coerentes e específicas da pesquisa científica”. (JAPIASSU; MARCONDES, 2006, p. 211)

O termo paradigma em Kuhn está dentro da lógica de construção da ciência, a qual parte da tese que o seu desenvolvimento se dá dentro da estrutura aberta que é apresentada esquematicamente na Figura 5. A partir dele o autor defende que “apesar das ambiguidades ocasionais, os paradigmas de uma comunidade científica amadurecida podem ser determinados com relativa facilidade” (KUHN, 2007, p. 67).

Figura 5: Estrutura de desenvolvimento da ciência.

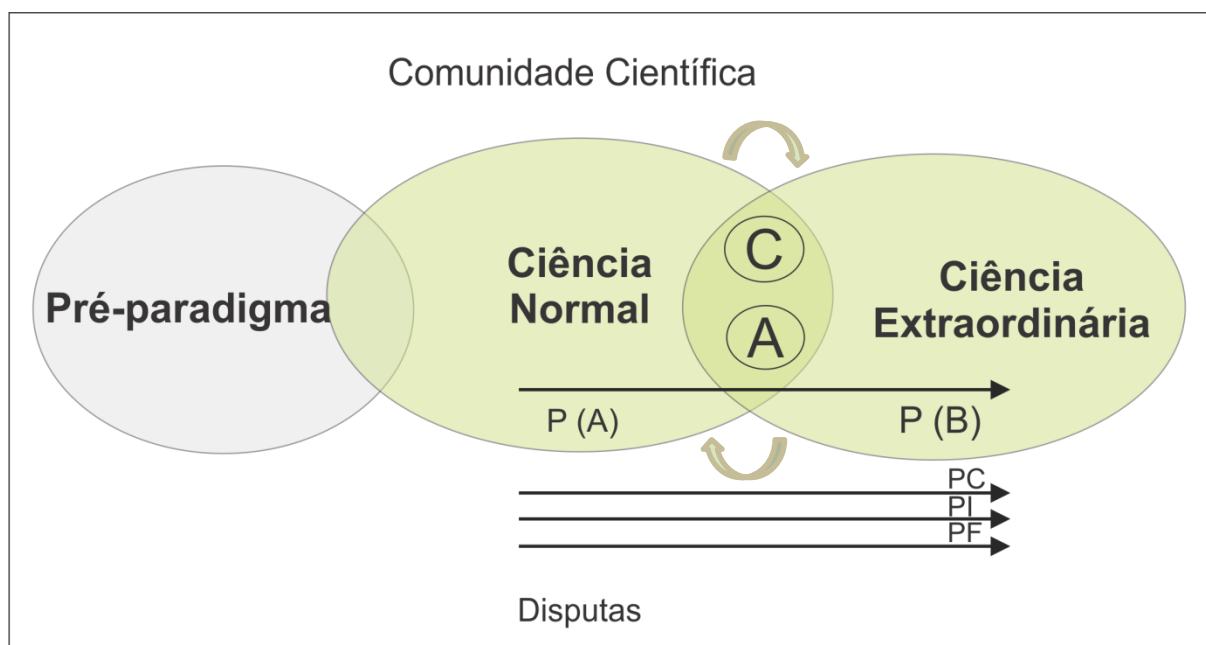


Organização: Adolfo Oliveira Neto.  
Fonte: Kuhn (2007).

A Figura 6 apresenta esquematicamente como Campos & Fernandes sintetizam a interpretação da obra de Kuhn. Na figura há a representação do período

pré-paradigmático, do período da ciência normal e do período da ciência extraordinária. O Paradigma “A” [P (A)] e o Paradigma “B” [P (B)] estão representados, respectivamente, dentro do período da ciência normal e da ciência extraordinária e o Paradigma Científico (PC), o Paradigma Instrumental (PI) e o Paradigma Filosófico (PF) estão representados abaixo indicando o movimento que fazem em direção ao paradigma emergente. Por fim a “crise” (C) e a “anomalia” (A) são representadas na confluência dos dois períodos científicos.

Figura 6: Modelo esquemático de desenvolvimento da ciência segundo a proposta kuhniana.



Organização: Janaina Campos.  
Fonte: Campos; Fernandes (2011, p. 29).

Nesta interpretação, o paradigma é a base sobre a qual determinada comunidade produz a ciência. Esta base é marcada pela tradição e pelos elementos cognitivos que são compartilhados pelo grupo. A superação de um paradigma por outro só se dá a partir de crises e rupturas e, no período em que a ciência se institui como normal, há a predominância de apenas um paradigma interpretativo.

Mais comum dentro dos autores que representam o Paradigma do Capitalismo Agrário, esta visão afirma a mudanças das características do período atual que teriam levado a superação das bases teóricas e empíricas que sustentam o Paradigma da Questão Agrária, sem considerar a possibilidade da existência conflituosa das duas fontes de interpretação.

Há, também, outra interpretação de paradigma presente nos autores. Em parte significativa dos trabalhos, o termo é utilizado como um conjunto instrumental que permite a construção de uma lógica interpretativa e que encontra correspondências na comunidade acadêmica e na ação política. Uma boa tradução desta visão é apresentada por Graziano e Navarro quando sugerem que:

Quando um paradigma é suplantado, altera-se a estrutura mental sob a qual os estudiosos apreendem a realidade. Kuhn afirmava que um homem enxerga apenas aquilo que a sua experiência visual-conceitual o ensinou a ver. É por esta razão que os cientistas ligados a paradigmas diferentes veem coisas distintas mesmo quando olham para o mesmo lugar, o mesmo fenômeno ou os mesmos processos. (GRAZIANO; NAVARRO, 2015, p. 13)

Interpretação semelhante é assumida por Fernandes; Welch & Gonçalves sob o que seja paradigma. No entanto, extrapolando o campo da produção da ciência restrita, que ao nosso ver caracteriza uma tendência reducionista, os autores defendem que o paradigma é um elemento mais amplo, que influencia, entre outras coisas, a produção do território e as políticas públicas, como afirmam a seguir:

Os paradigmas representam as visões de mundo, que contém interesses e ideologias, desejos e determinações que se materializam através de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais. Através do recurso paradigmático, os cientistas interpretam a realidade e procuram explicá-la. (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014, p. 47)

Nesta interpretação, não há uma sucessão automática de paradigmas. Ao contrário, há coexistência conflituosa entre eles. Esta coexistência é tensa e marca além de opções teórico-metodológicas, opções políticas e simbólicas feitas pelo pesquisador e por um determinado grupo dentro da comunidade científica.

Voltando a Kuhn, ao analisar o papel do historiador da ciência o autor adverte que a delimitação de um paradigma não é a mesma coisa que a definição das regras que serão aceitas por todos os membros de um grupo. Mesmo considerando a importância do paradigma como elemento orientador das tradições científicas, Kuhn admite a possibilidade de diferenciações teóricas dentro de um mesmo paradigma e adverte para a necessidade do trabalho metodológico de definição do que é ou não comum aos membros de um grupo que compartilham do mesmo paradigma. Isso é evidenciado quando o autor admite:

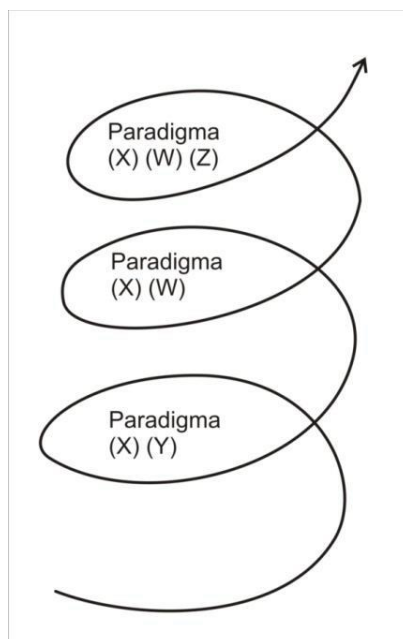
Contudo, a determinação de paradigmas compartilhados não coincide com a determinação das regras comuns ao grupo. Isto exige uma segunda etapa, de natureza um tanto diferente. Ao empreendê-la, o historiador deve comparar entre si os paradigmas da comunidade e em seguida compará-los com os relatórios de pesquisa habituais do grupo. Com isso o historiador visa descobrir que elementos isoláveis, explícitos ou implícitos, os membros dessa comunidade podem ter abstraído de seus paradigmas mais globais, empregando-os depois em suas pesquisas.

(...) Cientistas podem concordar que um Newton, um Lavoisier, um Maxwell ou um Einstein produziram uma solução aparentemente duradoura para um grupo de problemas especialmente importantes e mesmo assim discordar, algumas vezes sem estarem conscientes disso, a respeito das características abstratas específicas que tornam essas soluções permanentes. Isto é, podem concordar na identificação de um paradigma sem, entretanto, entrar num acordo (ou mesmo tentar obtê-lo) quanto a uma interpretação ou racionalização completa a respeito daquele. A falta de uma interpretação padronizada ou de uma redução a regras que goze de unanimidade não impede que um paradigma oriente a pesquisa (KUHN, 2007, p. 68-69).

Nesta concepção, há espaço para a convivência de múltiplas vertentes dentro de um mesmo paradigma e, por vezes, da convivência conflituosa de múltiplos paradigmas que disputam a hegemonia da interpretação da realidade e da produção de intervenções em um mesmo período histórico.

A Figura 7 representa o esforço de síntese feito por Campos & Fernandes (2011) para mostrar como estes paradigmas diferentes disputam posição dentro da geografia. Os autores mostram, esquematicamente, como convivem dentro da ciência geográfica paradigmas diferentes que, em certos momentos, ampliam sua capacidade de influenciar a comunidade científica e a política e, em outros momentos, tem sua capacidade de influência diminuída ou até extinta temporariamente.

Figura 7: Paradigmas na Ciência Geográfica.



Fonte: Campos & Fernandes (2011).

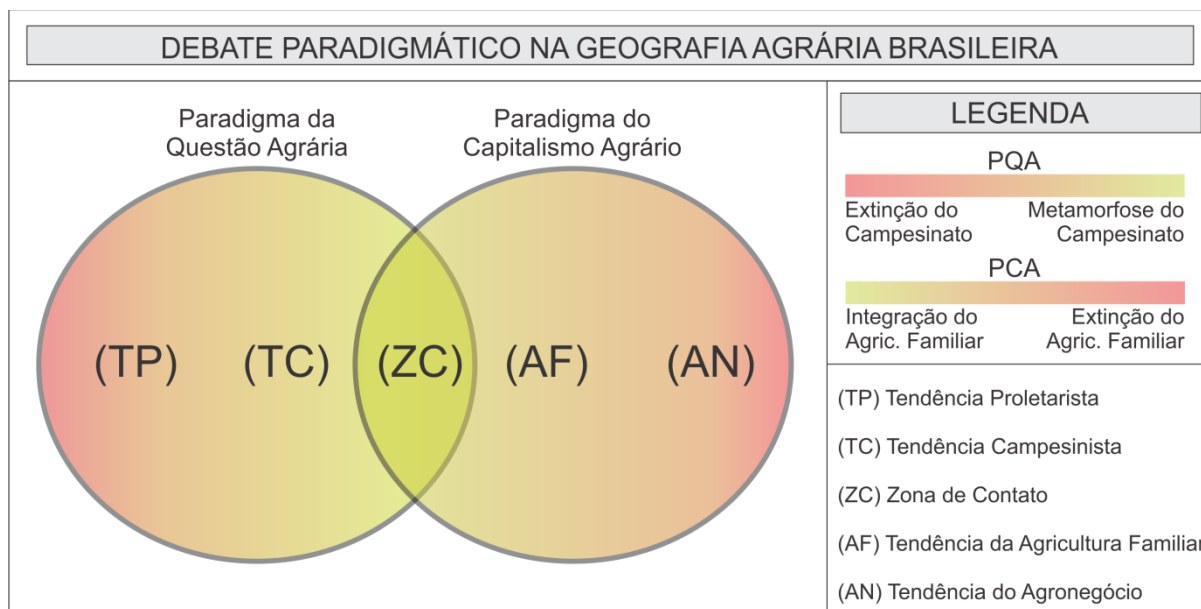
É pertinente a interpretação de Felício (2014, 2011, 2006), Campos (2012), Campos & Fernandes (2011) Camacho (2014), Fernandes (2015, 2013a), Roos (2015) sobre a existência de dois paradigmas nas interpretações sobre o campo brasileiro, na formulação das políticas públicas e subsidiando a ação de diversos agentes, sejam eles empresas, sindicatos, cooperativas, partidos políticos ou movimentos sociais. Estes são o Paradigma da Questão Agrária e o Paradigma do Capitalismo Agrário. Dentro do primeiro está presente a tendência Proletarista e a tendência Campesinista. No segundo há a tendência da Agricultura Familiar e a tendência do Agronegócio. A Figura 8 busca construir uma síntese esquemática deste entendimento.

O Paradigma do Capitalismo Agrário tem como seus precursores os trabalhos de Mendras (1984) e Lamarche (1998, 1993), que avaliaram o desenvolvimento do capitalismo no campo principalmente na Europa na segunda metade do século XX. O primeiro trabalho é seminal da tendência do agronegócio e defende que a industrialização da agricultura eliminou o camponês francês pela falta de competitividade da pequena propriedade; enquanto o segundo autor, que dá origem à tendência da agricultura familiar, mostra como os diferentes graus de integração possibilitaram a metamorfose do campesinato que teria substituído o



camponês por um sujeito mais moderno e dinâmico, capaz de responder as novas características do mercado, o agricultor familiar.

Figura 8: Debate paradigmático na geografia agrária brasileira.



Concepção: Bernardo Mançano Fernandes.  
Organização: Adolfo Oliveira Neto.

Além dos trabalhos presentes no tópico seguinte, para entender melhor o Paradigma do Capitalismo Agrário é fundamental a consulta aos trabalhos de Germer (2013) Schneider (2010, 2006, 2005, 2001), Moraes & Schneider (2010), Schneider & Cassol (2013), Schineider & Tartaruga (2004) Silva (1999, 1981) e Wanderley (2001), que por opção metodológica não foram objeto de análise neste trabalho.

Interpretando a diferença entre o PAC e o PQA, Fernandes afirma que:

Os paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário tratam os problemas da diferenciação e da expropriação do campesinato no capitalismo através de diferentes perspectivas: a questão agrária é da natureza do capitalismo, portanto, esses problemas não serão solucionados sem a superação da sociedade capitalista; o capitalismo agrário criou o agronegócio, o modelo mais eficiente para o desenvolvimento da agropecuária, de modo que a existência do campesinato na sociedade capitalista só pode acontecer de forma subalterna. (FERNANDES, 2015, p. 85)

Baseado em uma proposta de ruptura, por um lado com a interpretação marxista/leninista (ABRAMOVAY, 2012) e de uma releitura da estrutura teórico-metodológica proposta por Chayanov (MENDRAS, 1984), o PCA busca romper com a interpretação da disputa de classes no campo e constrói suas análises levando em consideração o caráter imperfeito e incompleto da “economia camponesa” e de sua existência enquanto classe social. Isso faz com que suas análises indiquem, por um lado, o caminho da subordinação ao agronegócio para que se tenha acesso a mercados mais dinâmicos ou, por outro lado, a extinção do campesinato devido à incapacidade de produzir que existiria nas pequenas propriedades.

O Paradigma da Questão Agrária, segundo Felício (2014, 2011, 2006), Fernandes (2015, 2013a) tem origem nos trabalhos de Kautsky (1986), Lênin (1985, 1980), Chayanov (2014a, 2014b, 1974), Luxemburg (1985) e, mais recentemente, em Shanin (2007, 1983, 1983). Esses autores partem suas análises do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo na Rússia pré e pós-revolucionária, acompanhando o desenvolvimento do capitalismo no campo nos séculos XIX e XX.

Kautsky e Lênin deram origem à chamada tendência proletarista, que via o avanço do capitalismo no campo como um elemento destruidor do campesinato que, em última instância, tenderia a proletarizar-se para se reproduzir como classe. Chayanov, Luxemburg e Shanin dão origem à tendência camponesa, compreendendo o campesinato como uma classe social que se reproduz a partir de relações não capitalistas de produção e que, a cada novo avanço do capitalismo no campo, recria-se para poder se reproduzir.

No Brasil, os debates do Paradigma da Questão Agrária chegam a partir de autores como Alberto Passos Guimarães (2009, 1979, 1968), Caio Prado Júnior (2004), Manoel Correia de Andrade (1982, 1963), Orlando Valverde (1964) e Otávio Guilherme Velho (1969), entre outros.

Uma interessante produção baseada nesta perspectiva vem sendo desenvolvida em escala internacional por Armando Bartra Vergés (2014, 2011, 2007), Blanca Rubio Vega (2014), Henry Bernstein (2011), Bernstein; Brass (1996), Jan Douwe Ploeg (2008); e em escala nacional por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007, 2001, 1991, 1987, 1981, 1978), Jean Hébert (2004a, 2004b, 2004c, 2004d),

Moreira; Hébette (2009) e Eliane Tomiasi Paulino (2015, 2012, 2008, 2007), entre outros<sup>7</sup>.

Fernandes (2008a, p. 183) aponta que entre os principais temas desta corrente, encontram-se o problema da renda da terra, a diferenciação social do campesinato e a desigualdade social gerada pelo avanço do capitalismo no campo. Além destes elementos, incluímos outros que vêm ganhando relevância, como a acumulação primitiva permanente, o controle dos recursos naturais, o *land grabbing* e a conflitualidade.

A questão agrária é o movimento contraditório do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento do capitalismo no campo (como as tendências atuais do agronegócio, mineronegócio, hidronegócio e bionegócio) e dos processos que envolvem o campesinato, que dizem respeito às lutas de resistência e aos processos de recriação.

### 2.2.1 O Desenvolvimento Territorial a partir do Paradigma do Capitalismo Agrário.

Dentro do paradigma do capitalismo agrário, trabalhos importantes sobre o Desenvolvimento Territorial, são Abramovay; Veiga (1999), Abramovay (2012, 2006, 2004, 2001a, 2001b, 2001c, 2000a, 2000b, 1999), Favareto (2010, 2009, 2006) Favareto *et al.* (2014, 2011), Ortega (2014, 2012, 2008, 2007), Ortega; Silva, (2011) Moyano-Estrada; Ortega (2014), Veiga (2013, 2012, 2006a, 2006b, 2005, 2004a, 2004b, 2001a, 2001b, 1999). É fundamental destacar que entre eles há traços comuns e, em alguns casos, diferenças que podem ser interpretadas como uma dinâmica própria da mudança ou como superação.

Sobre o tema, é importante consultar o trabalho de Ortega (2008). Como adverte o autor, o objetivo na obra é “introduzir o debate em torno do uso do enfoque territorial nas políticas de desenvolvimento rural aos alunos de graduação e pós-graduação com pouco contato com o tema”, o que faz com que a obra apresente uma visão panorâmica sobre o tema.

---

<sup>7</sup> Nesta lista, estamos excluindo os autores que analisaremos no tópico 2.1.2.

Ortega (2012) usa a categoria “territórios deprimidos” para analisar as políticas de desenvolvimento territorial no Brasil e define que “territórios deprimidos” são territórios que:

constituyen municipios con bajos niveles de desarrollo, ritmo de crecimiento y potencial de desarrollo. Sus indicadores sociales (educación, salud y mortalidad) se ubican por debajo de la media nacional, al igual que su capacidad institucional (estimada por el grado de participación local en su gestión, así como su capacidad financiera y gerencial)<sup>8</sup>. (ORTEGA, 2012, p. 151).

Dentro da política de desenvolvimento territorial rural, Ortega (2012) admite que ela seja guiada em linhas mestras por princípios inovadores que a diferenciam de outras correntes de desenvolvimento, como: a) a assunção do rural como espaço e não como setor econômico; b) a superação da dicotomia rural-urbana e, por fim; c) o caráter intermunicipal dos arranjos socioprodutivos.

Debatendo sobre a origem das políticas brasileiras de desenvolvimento territorial, o autor admite que,

As políticas territoriais brasileiras, assim como fizeram outros países latino americanos, tomaram como referência, principalmente, as experiências europeias da chamada Terceira Itália e do Programa Leader da União Européia. No caso italiano, trata-se de uma experiência de desenvolvimento territorial relativamente autônomo, enquanto que, no caso do Leader, se constitui na política de desenvolvimento territorial dirigido às zonas rurais de seus países membros. (ORTEGA, 2014, p. 03)

Ortega, analisando alguns dos autores que discutem sobre o tema, destaca questões como o discurso em torno da necessidade de se criar um pacto em torno do desenvolvimento territorial. Este pacto seria a construção de uma ideia guia com força de mobilizar os diversos agentes e criar uma agenda de ação pública e privada para desenvolver o território.

Em alguns momentos, este elemento que é forte em autores como Abramovay (2012) ganha um novo contorno em Ortega, quando este autor assume o papel da conflitualidade no processo de construção do “pacto territorial”. Em outros

---

<sup>8</sup> Constituem municípios com baixos níveis de desenvolvimento, ritmo de crescimento e potencial de desenvolvimento. Seus indicadores sociais (educação, saúde e mortalidade) se mantêm abaixo da média nacional, igual a sua capacidade institucional (estimada pelo grau de participação local em sua gestão, assim como sua capacidade financeira e gerencial). [tradução livre].

momentos, admite que este pacto pelo desenvolvimento territorial evoca-se do papel de articulador do bem comum, o que possibilitaria que divergências fossem superadas para que o desenvolvimento se viabilize. Esta posição aparece quando o autor afirma, por exemplo, que

Es decir, son necesarios proyectos colectivos, contruidos con base en un sentimiento de pertenencia, participación, superación de los obstáculos políticos que dificultan la construcción de un pacto territorial, es decir, requiere una concertación con miras a buscar una suma diferente de cero. Lo que no significa que todos ganan lo mismo al participar, pero que todos ganan. Tampoco que los conflictos sociales intra e interclases se superen, pero que los conflictos se mantienen cerrados, en una acción estratégica concertada orientada al desarrollo territorial-local<sup>9</sup>. (ORTEGA, 2012, p. 175)

Neste caso, Ortega parece induzir que o desenvolvimento é um bem supremo e inquestionável, estando acima, inclusive, dos conflitos entre e intraclases que são obstáculos que podem ser controlados para que o objetivo maior se efetive.

Destaca que a descentralização da política pública é uma tendência que ganhou força nos anos 2000 e que segue o modelo *button-up*, conferindo maior espaço de participação dos sujeitos locais no processo de formulação e execução de políticas públicas, principalmente pelo fato de haver: a) maior preocupação com aspectos sociais da localidade, que pode fazer com que este modelo se adeque melhor a necessidades locais e; b) maior conhecimento das necessidades e características locais articulando melhor os elementos de maneira a extrair o maior potencial possível para o desenvolvimento. No entanto, admite que devido às especificidades do território, deve-se buscar uma saída para o modelo localista e tentar articular ações em várias escalas, combinando “estratégias de planejamento *bottom-up* e *top-down* para que os territórios tenham tanto a participação das esferas públicas e privadas locais, como da esfera nacional” (ORTEGA; SILVA, 2011, p. 51).

---

<sup>9</sup> Quer dizer, são necessários projetos coletivos, contruídos com base em um sentimento de pertencimento, participação, superação dos obstáculos políticos que dificultam a construção de um pacto territorial, quer dizer, requer uma cooperação com vistas a buscar uma soma diferente de zero. O que significa que nem todos ganham o mesmo ao participar, mas todos ganham. Tampouco que os conflitos sociais intra e interclasses se superem, mas que os conflitos se mantenham sob controle, em uma ação estratégica cooperada orientada ao desenvolvimento territorial-local. [tradução nossa]

As políticas de desenvolvimento localistas e de características *bottom-up* avançaram nos países subdesenvolvidos com o forte apoio das recomendações do Banco Mundial (WORLD BANK, 1997), do BID e da FAO, por exemplo, por meio do *Proyecto de Desarrollo Regional* iniciado ainda nos anos 2000, a fim de que os Estados optassem pela descentralização como forma de planejamento e do desenvolvimento territorial como caminho para o desenvolvimento.

Dentre os fatores que fizeram a visão localista ganhar força nos países latino americanos, Ortega (2012, 2007) destaca: a) Fortalecimento de forças locais na luta pela redemocratização do país; b) a reconfiguração institucional motivada pela Constituição de 1988; c) a desregulamentação da economia; e d) a recomendação das agências multilaterais.

Estes organismos internacionais e um conjunto de pesquisadores partem de certos “consensos” para a definição das políticas de desenvolvimento territorial rural na América Latina (ORTEGA, 2008, p. 16), como: a) a de que o déficit nutricional e pobreza são elementos marcantes dos territórios rurais; b) que o desenvolvimento deve relacionar-se com inserção em mercados dinâmicos (regionais, nacionais ou internacionais); c) que as inovações tecnológicas, produtivas e organizacionais têm papel fundamental no processo de desenvolvimento e; d) que a governança para o desenvolvimento deve ser baseada em um pacto territorial que inclui articulações inter e intraclasses, além de articular agentes públicos e privados.

Em estudos recentes sobre a realidade Europeia, Monayo-Estrada e Ortega (2014) admitem a permanência e o aprofundamento de estratégias territoriais de desenvolvimento nos próximos anos, como, por exemplo, quando analisam a Programação Estratégica da União Europeia (2014-2020) e nela encontram o território como eixo articulador das políticas de financiamentos e de diversas políticas públicas.

Ortega critica a corrente neoinstitucionalista e admite como base para o seu pensamento as contribuições da Nova Sociologia Economia (ORTEGA; SILVA, 2011) pelas características únicas que constituem cada território e pelo fato do desenvolvimento ter que se adaptar a estas dinâmicas locais. Por isso, admite que na Nova Sociologia Econômica:

as configurações institucionais são “não-estáticas” e “não-replicáveis”, seja no espaço ou no tempo, proporcionando uma

diversidade incalculável de sistemas econômicos, sociais e políticos (ou institucionais), que transcendem (e muito) a universalidade do mundo, vinculada à ideia da globalização. (ORTEGA; SILVA, 2011, p. 41)

Tentando articular esta visão institucional produzida pela Nova Sociologia Econômica com a sua concepção de território, critica a visão localista do desenvolvimento e a visão estática do território assumida em diversas políticas afirmando que:

o “enfoque territorial” tem uma característica multiescalar, multidimensional e multidisciplinar. Não basta, portanto, fazer apologia ao localismo, como solução de todos os “problemas” do desenvolvimento. É essencial aceitar que os processos de desenvolvimento territorial são peculiares, e seu sucesso não pode ser “exportado” de um espaço para outro. Ou seja, os territórios têm “aparências” econômicas, políticas, culturais e sociais específicas, tanto no espaço, como no tempo. Assim, é necessário notar que o território é muito mais do que um “pedaço de terra”, sendo composto por: instituições, estruturas de governança, classes sociais, lutas de poder, história, hierarquias, relações sociais, simbolismos, e experiências de vida – mostrando que as sociedades são feitas de trocas calculáveis, de trocas não calculáveis, de enraizamentos, e de valores “não intercambiáveis”. Logo, as políticas de desenvolvimento territorial não são projetos individuais, mas coletivos, construídos com base no sentimento “de pertencimento”, e num “pacto” político – onde haja uma combinação de atuação local e global. (ORTEGA; SILVA, 2011, p. 51).

Um ponto interessante é a concepção de território definida pelo autor. Ele faz uma crítica contundente à concepção presente em grande parte das políticas que tomam um território como uma zona com características constituídas a partir de si mesmas e que naturalizam as relações sociais.

Em sua crítica, Ortega (2012, p. 152) afirma que “las políticas públicas de desarrollo rural recientes utilizan el criterio territorial en su implementación, y lo hacen a partir del incentivo de la constitución de territorios zonas, es decir, en espacios continuos”<sup>10</sup>.

Quanto ao território, Ortega admite-o como um processo, constituindo-se e reconstituindo-se permanentemente a partir de projetos sociais que disputam socialmente a sua efetivação. Estas posições expressam-se e se articulam em

---

<sup>10</sup> As políticas públicas de desenvolvimento rural recentes utilizam o critério do território para a sua implementação e o fazem a partir do incentivo à construção de territórios zonas, quer dizer, de espaços contínuos. [tradução livre]

relações internas e externas ao território, em múltiplas escalas. Em suas palavras, Ortega admite que:

Entendemos, por tanto, los territorios como espacios delimitados donde en su interior se practican diferentes tipos de intercambio (inclusive poder), y con el exterior (otros territorios, localidades, espacios regionales o nacionales y la economía internacional) con una perspectiva de competitividad territorial que combina las dimensiones económica, social, ambiental y política<sup>11</sup>. (ORTEGA, 2012, p. 152)

Ao definir o território como multidimensional, procura fugir das interpretações unidirecionais que buscam, de um lado, defini-lo a partir apenas do poder ou, de outro lado, apenas tomando por base uma visão cultural. Tenta se localizar neste debate admitindo que

o território é uma “produção sociocultural”, que requer ser visto dialeticamente, “fechado” e “aberto”, de maneira “inter-escalar”, inclusive com a presença do Estado. É neste contexto, que buscaremos construir uma visão crítica entre o “economicismo cego” e o “culturalismo estático”. (ORTEGA; SILVA, 2011, p. 33)

Sobre a relação entre os territórios e os mercados dinâmicos, Ortega questiona que “como cada território pode e deve mover-se dentro de um avassalador processo de mudanças globais que penetra e influencia todos os espaços, e como as políticas de desenvolvimento territorial podem contribuir com esse desafio?” (ORTEGA, 2008, p. 18).

Este questionamento, que é parte da visão hegemônica da relação entre mercados e territórios rurais, é um dos elementos que ajudam a construir uma espécie de bloqueio intelectual para pensar novos papéis e dinâmicas para mercados o que nos parece fundamental. Mesmo entre movimentos sociais camponeses, há dificuldades de se pensar qual papel os mercados podem desenvolver para o fortalecimento das dinâmicas territoriais camponesas, como apresenta Oliveira Neto (2015).

---

<sup>11</sup> Entendemos, por tanto, os territórios como espaços delimitados onde em seu interior se praticam diferentes tipos de intercambio (inclusive poder), e com o exterior (outros territórios, localidades, espaços regionais ou nacionais e a economia internacional) com uma perspectiva de competitividade territorial que combina as dimensões económica, social, ambiental e política. [tradução livre]



Ortega, por sua vez, vê os mercados como construções sociais que se dão em relações de tensão e complementariedade, admitindo que “os mercados não são nem ‘claros’, nem evidentes, e sua dinâmica é fruto de relações sociais complexas, permanentemente trabalhadas e redefinidas. Isso significa que os mercados são espaços de conflitos” (ORTEGA; SILVA, 2011, p. 42).

Ele caracteriza o desenvolvimento territorial rural definindo a partir de uma proposta de descentralização de políticas pública ou, como comumente aparece em documentos, “desde baixo”.

No entanto, argumenta que para “que se tenha êxito nos chamados territórios deprimidos, reduzindo-se as disparidades econômicas e sociais entre e intraterritorial, é preciso que as políticas de descentralização adotem ações *top-down* combinadas com as *bottom-up*” (ORTEGA, 2014, p. 04).

Segundo o autor:

Essas experiências, que requerem a construção de arranjos socioprodutivos locais, visam implementar respostas específicas que valorizem as diversidades econômicas, sociais e políticas existentes em seus territórios. Em muitas delas, a motivação principal tem sido contribuir com o combate à pobreza e a exclusão, e vem constituindo-se em alternativas para a inclusão social e inserção competitiva dos territórios nos circuitos econômicos regionais, nacionais e internacionais mais dinâmicos. (ORTEGA, 2008, p. 40)

Sua proposta é baseada em pelo menos cinco elementos: a) o processo de fortalecimento de atores locais pelo qual passou a América Latina; b) pela motivação de reconstruir as bases institucionais para o desenvolvimento, considerando outras formas de organização e outras escalas de atuação diferentes das tradicionais; c) o processo de desregulamentação da economia pelo qual passou a América Latina, fazendo com o que debate do desenvolvimento tenha saído da dimensão macroeconômica e ganhado contornos locais; d) capacidade de gerar desenvolvimento endógeno a partir da ideia de dinamização local e; e) o caráter intermunicipal dos arranjos socioprodutivos.

Abramovay (2012), por sua vez, discute a questão partindo da constatação de que nos países desenvolvidos o campo assume um papel importante no processo de desenvolvimento e que este papel é desempenhado, sobretudo, pelos agricultores familiares.

Baseado na Nova Sociologia Econômica, Abramovay busca apresentar algumas definições teóricas sobre a natureza dos laços sociais que formam o território, defendendo, por exemplo, que “la sociología económica contemporánea ofrece herramientas especialmente importantes para el estudio de la vinculación entre los territorios y las fuerzas sociales que los componen<sup>12</sup>” (ABRAMOVAY, 2006, p. 56).

Buscando construir uma relação em que o rural possa ser entendido a partir das relações que estabelece com as cidades (ABRAMOVAY, 2000a) o autor afirma a importância do acesso à terra como uma pré-condição, mesmo que insuficiente, para que o campo assuma este papel no desenvolvimento, pois:

O acesso à terra é uma das condições básicas para esta alteração: mas ele só faz sentido, se for acompanhado do acesso a um conjunto de condições que alterem o ambiente institucional local e regional e permitam a revelação dos potenciais com que cada território pode participar do processo de desenvolvimento. (ABRAMOVAY, 1999, p. 01)

Como pré-condição ao desenvolvimento territorial, o acesso à terra tem que se unir a outras características e a mais destacada pelo autor é a necessidade de se criar um “ambiente institucional” (ABRAMOVAY, 1999; 2000b).

O ambiente institucional é um dos principais elementos no processo de desenvolvimento territorial. Ele é uma rede local que estabelece relações com diversas escalas e com espaços urbanos e rurais, sendo formado por um conjunto de componentes públicos e privados, individuais e coletivos, como os círculos de relações dos agricultores, o acesso ao crédito, infraestrutura, a organização local, o acesso aos serviços como saúde e educação, entre outros, que teriam a função de “enriquecer o tecido social de certa localidade” (ABRAMOVAY, 2000b, p. 380) e garantir que os investimentos ali realizados possibilitem uma reestruturação da rede social que forma o ambiente institucional local a fim de permitir uma nova forma de inserção dos agricultores.

Para o autor,

regiões dinâmicas [...] caracterizam-se por uma densa rede de relações entre serviços e organizações públicas, iniciativas

---

<sup>12</sup> A sociologia econômica contemporânea oferece ferramentas especialmente importantes para o estudo da vinculação entre os territórios e as forças sociais que os compõem. [tradução livre]

empresariais urbanas e rurais, agrícolas e não agrícolas. Mais importante que vantagens competitivas dadas por atributos naturais, de localização ou setoriais é o fenômeno da proximidade social que permite uma forma de coordenação entre os atores capaz de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam e, portanto, de convertê-lo em base para empreendimentos inovadores”. (ABRAMOVAY, 2000b, p. 380)

A reestruturação deste ambiente social seria uma possibilidade para que os agricultores pudessem alterar suas formas de relação com o restante da sociedade e afirmarem-se economicamente, com uma produção maior, mais diversificada e que pudesse alcançar novos mercados, o que seria um elemento importante para romper com a pobreza rural.

Paralelo ao conceito de “ambiente institucional”, o autor usa o de “capital social” para afirmar a necessidade de uma nova cultura entre os sujeitos. Debatendo sobre a operacionalidade do conceito, afirma que:

a noção de capital social permite ver que os indivíduos não agem independentemente, que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e seu comportamento nem sempre é estritamente egoísta. Neste sentido, as estruturas sociais devem ser vistas como recursos, como um ativo de capital de que os indivíduos podem dispor. [...] Capital social é, antes de tudo, a resposta ao dilema neoclássico da ação coletiva. A base do raciocínio está na constatação de que “as soluções privadas nem sempre funcionam”. (ABRAMOVAY, 2000b, p. 382)

Sua importância é correlata aos outros tipos de capital porque é uma espécie de base que permite a participação dos sujeitos no processo de desenvolvimento territorial. Esta base cultural é uma mistura de elementos de caráter técnico ligados à produção, como o domínio de técnicas e tecnologias, de elementos políticos, que permitem a construção de um consenso e da ação coletiva em torno do projeto de desenvolvimento territorial.

Esse consenso o autor define como “pacto pelo desenvolvimento territorial” (ABRAMOVAY, 2000b) e que teria cinco funções principais: a) mobilizar os atores em torno de uma “ideia guia” que seria o desenvolvimento territorial; b) contar com o apoio destes atores na elaboração e execução do projeto; c) definir um projeto que seja orientado ao desenvolvimento das atividades de um território, d) realizar o projeto em um tempo definido e; e) criar uma entidade gerenciadora que expresse a unidade (sempre conflituosa, é claro) entre os protagonistas do pacto territorial.

Neste caso, a discussão sobre o desenvolvimento apresentada pelo autor fica reduzida à capacidade dos agentes criarem projetos e instituições de intervenção local ou regional que possibilitem o aumento da renda dos que estão sob influência da iniciativa. A autonomia dos sujeitos, então, é sequestrada para que eles tenham acesso a uma possível elevação da renda e isto é, por mais absurdo que seja, defendido como desenvolvimento.

A conflitualidade é secundarizada em detrimento da harmonia do processo de desenvolvimento. A conflitualidade é vista, então, como o processo normal de disputa de posição entre diversos agentes, mas que deve ser minimizado em defesa de uma visão maior e mais importante, que é o desenvolvimento, que parece estar, para o autor, acima de posições individuais e conflitos de interesses.

Esta visão busca construir o desenvolvimento como harmonia, a partir de um rótulo de pacto social, representado pela chamada habilidade social (*social skill*) que “es la capacidad de inducir, de obtener la cooperación ajena. Es en base a esta capacidad como se construyen órdenes locales que serán decisivos para el funcionamiento de las organizaciones y, en particular, de los mercados<sup>13</sup>”. (ABRAMOVAY, 2006, p. 57)

Esta capacidade é reflexo, entre outras coisas, da capacidade de construir coalizões políticas que, mesmo refletindo a força de cada grupo social, devem se direcionar na execução de uma proposta mestra de desenvolvimento.

Analisando a política de desenvolvimento territorial implantada no Brasil durante o final da década de 1990 e durante os anos 2000, Abramovay (2006, 2001a, 2001b) e Abramovay e Veiga (1999) destacam o papel das instituições com ênfase especial dada aos Conselhos de Desenvolvimento Territorial e aos Consórcios Municipais, afirmando que elas cumprem um papel fundamental nas políticas atuais no Brasil por articularem o Estado com a sociedade civil. No entanto, defendem que não deve haver subordinação destas instituições as decisões de grupos dominantes locais. Abramovay (2001a) destaca ainda a necessidade de superar a precariedade com que a participação social vem ocorrendo.

Avalia que o campesinato é a forma tradicional e atrasada do sujeito do campo que, a partir do capital social e da construção de um ambiente institucional

---

<sup>13</sup> “É a capacidade de induzir, obtendo-se a cooperação alheia. É com base nesta capacidade que são construídas as ordens locais que serão decisivas para o funcionamento das organizações e, em particular, dos mercados” [tradução livre].

pode se ligar as novas tecnologias e produzir para mercados mais dinâmicos, o que poderia lhe caracterizar como um agricultor familiar. Para o autor, “uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como *camponesa*” (ABRAMOVAY, 2012, p. 33).

Os camponeses são produtores familiares que se caracterizam por uma inserção parcial em mercados incompletos (ABRAMOVAY, 2012). Segue afirmando que:

Diferente de boa parte da literatura a respeito, a ênfase da definição (e, portanto da diferença com relação aos agricultores familiares modernos) está no tipo de relação com o mercado. Neste sentido, a noção muito difundida, sobretudo nos anos de 1970, de que o camponês está ‘integrado ao capital’, de que é um ‘modo de produção subordinado’, peca por um problema conceitual elementar. O que esta noção escamoteia são os próprios limites da *racionalidade econômica* do campesinato, sua natureza fundamentalmente *incompleta*. [...] Explicar a existência *camponesa* a partir da “lógica do capital” é um equívoco que impede a compreensão do que há de mais importante na estrutura social da agricultura capitalista contemporânea: o peso predominante, em seu interior, de unidades produtivas que são *familiares, mas não camponesas*<sup>14</sup> (ABRAMOVAY, 2012, p. 34-35).

Sobre os mercados, o autor define que estes são sínteses de disputa entre diversos agentes públicos e privados. Segundo ele, “mercados no son puntos neutrales de equilibrio entre oferta y demanda, sino, al contrario, deben ser entendidos como estructuras sociales capaces de proveer a sus participantes reglas de interacción y referencias cognitivas que molde sus acciones<sup>15</sup>” (ABRAMOVAY, 2006, p. 58).

Para os agricultores familiares, é interessante destacar dois elementos. O primeiro é o fato de que a inserção em mercados mais dinâmicos e que exige inovações podem ser um dos elementos de base do desenvolvimento rural. O segundo elemento é a incorporação de atividades produtivas não agrícolas e produção de “gêneros diferenciados”. Os elementos não agrícolas estão ligados a elementos como o turismo, lazer e preservação ambiental enquanto os gêneros

<sup>14</sup> Destaques do autor.

<sup>15</sup> “mercados não são pontos neutros de equilíbrio entre oferta e demanda, e sim, ao contrário, devem ser entendidos como estruturas sociais capazes de promover a seus participantes regras de interação e referências cognitivas que moldam suas ações” [tradução nossa].

diferenciados são ligados a produtos que “vão desde cogumelos e escargots até produtos que não contenham insumos químicos em sua composição ou artigos destinados à indústria farmacêutica” (ABRAMOVAY, 1999, p. 15).

No que tange à definição do conceito de território que o autor usa para discutir o desenvolvimento, existem muitas fragilidades. Território é comumente confundido com área, lugar, região, suporte material e espaço. O autor usa constantemente o termo “noção” para se referir ao território, inclusive em texto destinado a discutir sobre a teoria dos estudos territoriais (ABRAMOVAY, 2006), mostrando dificuldade em definir o conceito, as categorias de análise e sua operacionalização.

Inadvertidamente diversas vezes os termos “desenvolvimento local” e “desenvolvimento regional” são usados como sinônimos do “desenvolvimento territorial”. Três passagens onde, discutindo o desenvolvimento territorial, esta confusão dos conceitos se apresenta, estão transcritas abaixo. Na primeira, o autor admite que:

A ideia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico. A economia tem prestado bastante atenção aos aspectos temporais (ciclos econômicos) e setoriais (complexos agroindustriais, por exemplo) do desenvolvimento, mas é recente o interesse por sua dimensão territorial ou espacial (ABRAMOVAY, 2000b, p. 384).

A segunda está presente em:

Estas observações são importantes por se chocarem contra a visão frequente de que os agricultores familiares serão fatalmente marginalizados pelo processo de globalização. Nada é menos evidente. [...] os setores sociais que souberem valorizar os atributos de sua localização têm mais chances de desenvolvimento que os ligados a mercados anônimos e indiferenciados (ABRAMOVAY, 1999, p. 16).

E a terceira observamos no discurso de Abramovay (1999) quando o autor admite que “é neste sentido que o desenvolvimento rural passa pela construção de novos territórios, isto é, pela capacidade que terão os atores econômicos locais de

manejar e valorizar ativos específicos às regiões em que habitam” (ABRAMOVAY, 1999, p. 17).

Nos três casos, o autor usa os conceitos de território, espaço, lugar e região para caracterizar o mesmo processo: o desenvolvimento territorial. Em ambos os casos, ao que parece, o autor está tentando caracterizar atributos locais ou regionais que podem ser mobilizados por diferentes atores para servir de base ao desenvolvimento.

Na perspectiva como o autor trabalha, se trata da construção de projetos locais ou regionais de desenvolvimento. Ambos caracterizados por uma visão endógena do desenvolvimento, construído sob bases harmônicas e que possuem unicamente a finalidade de possibilitar a elevação de renda dos agricultores.

Posição semelhante também é apresentada por Favareto. Tomando como referência os trabalhos de Abramovay estrutura o seu discurso sob forte influência das ideias Weberianas, com destaque para Weber (2004, 2000). Sua concepção busca articular alguns elementos presentes na nova economia institucional de North (2005, 1990, 1981), North; Thomas (1973), com elementos ambientais propostos por Diamond (2005, 2002), a análise da dimensão social do desenvolvimento proposta por Sen (2000, 1992), e mais recentemente Escobal *et al.* (2015), propondo uma incursão pela “nova geografia econômica” a partir de Krugman (2011, 1991), Kilkenny (1998), Goffette-Nagot; Schimitt (1999), Fan; Chan-Kang; Mukherjee (2005) e Hadjimichaliis (2006).

Favareto argumenta que a emergência do desenvolvimento territorial na agenda política teve sua base construída nos anos de 1990, com base nas políticas implementadas pelo governo FHC e que serviram de embrião para as políticas multidimensionais, as quais extrapolam os limites municipais. Sobre o assunto, o autor afirma que:

A descentralização das políticas e também da atividade industrial, associado à redução e a um certo redirecionamento da intervenção estatal, contribuíram para que, particularmente nos meados dos anos 80 e nos anos 90, se instituisse um padrão onde, em lugar dos investimentos diretos e de corte setorial, caberia ao Estado criar condições e um certo ambiente a partir do qual os agentes privados pudessem, eles mesmos, fazer a alocação, supostamente mais eficiente, dos recursos humanos e materiais. Aqueles processos sociais e econômicos de corte eminentemente territorial, e não mais meramente setorial, e este novo padrão, são, em síntese, as

principais razões da emergência e consolidação desta nova abordagem. (FAVARETO, 2009, p. 11)

Essa postura leva à possibilidade do desenvolvimento como resultado, de um lado, do “ambiente” institucional criado pelo Estado e, de outro, da ação da iniciativa privada que, no mesmo trabalho, ele reconhece não ter sido suficiente para uma melhor distribuição dos bens produzidos.

Sobre o desenvolvimento territorial, tomando como referência a nova economia institucional, questiona a necessidade de se pensar as instituições que seriam necessárias ao desenvolvimento. Estas instituições deveriam se caracterizar por uma ação multidimensional e ter uma abrangência maior que os limites dos municípios, sendo um dos elementos responsáveis por fazer que os territórios rurais consigam se beneficiar da proximidade de mercados mais dinâmicos. Um exemplo disso podemos observar quando o autor afirma que

Em geral três são os fatores principais que contribuem para a ocorrência de bons indicadores: o aproveitamento do dinamismo gerado a partir da vitalidade de espaços urbanos próximos, este o mais presente na literatura dedicada ao tema e também compatível com análises mais tradicionais; a incidência de fortes políticas sociais, com destaque para aquelas que implicam a transferência de fundos públicos; e um dinamismo próprio de determinados espaços rurais. (...) Segundo uma quarta explicação, o que permitiria a determinados espaços captar efeitos de proximidade, transformar em trunfos ao desenvolvimento os investimentos em políticas sociais, ou até mesmo o estabelecimento de uma dinamização endógena de sua base econômica – em resumo, as três explicações correntes - é a existência de instituições locais que favoreçam a coesão territorial e o aproveitamento dos recursos locais aproximando taxas privadas e sociais de retorno. (FAVARETO, 2006, p. 22-3)

Mesmo considerando o papel desempenhado pelos territórios que são marcados por grandes processos de concentração e de especialização, Favaretto defende que a análise do processo de desenvolvimento dos territórios rurais dos países desenvolvidos sugere que são mais propensos ao desenvolvimento territorial aqueles territórios marcados pela descentralização de recursos e a diversificação econômica.

Esta posição também está presente em trabalhos mais recentes, como os que buscam construir uma análise comparada de experiências exitosas de desenvolvimento. O autor destaca que:



Primeiro, estes são territórios que tem experimentado crescimento econômico e reduções da pobreza nas últimas duas décadas; e, segundo os estudos de base realizados pelo programa DTR, seu crescimento se pode associar a seu vínculo com mercados dinâmicos. Segundo, os habitantes destes territórios não têm muito capital financeiro nem físico (uma característica comum na maioria dos territórios rurais de América Latina) e, por tanto, seu vínculo com mercados dinâmicos sugere mobilizar outros tipos de capital que têm a sua disposição, como capital cultural, capital social e/ou capital humano. (...) Terceiro, buscamos territórios que, em conjunto, representaram três dos vínculos com mercados dinâmicos mais frequentes que são identificados na literatura sobre territórios rurais na América Latina. Estes três tipos de vínculo com mercados dinâmicos são: (i) vínculos históricos com mercados dinâmicos dentro e fora do território – territórios como Tungurahua no Ecuador, Jauja no Peru e Santa Catarina no Brasil seriam exemplos deste primeiro tipo; (ii) vínculos recentes com novos mercados para produtos diferenciados com que os atores se conectam usando tipos de capital (cultural, social, humano) disponíveis para eles – territórios como Valle Sur-Ocongate no Peru, Loja Cariamanga no Equador, Peñas Blancas na Nicarágua e Oaxaca no México estariam dentro desta categoria; e (iii) vínculo com mercados dinâmicos mediado pela chegada de empresas medias ou grandes desde fora do território, uma situação em que os residentes locais tendem a estabelecer vínculos mediante os mercados de trabalho – territórios como O'Higgins e Chiloé no Chile ou Chaco de Tarija na Bolívia seriam exemplos deste tipo. (ESCOBAL *et al.*, 2015, p. 47-48)

Admite a necessidade da construção de instituições que permitam que a estrutura social diversificada e desconcentrada presente em determinados territórios possa influenciar na construção das instituições que promovam o desenvolvimento. É o que podemos observar quando Favaretto afirma que:

se é verdade que certas regiões rurais poderão alcançar o caminho da dinamização por meio da especialização produtiva combinada à exploração de segmentos de mercado dinâmicos, também é preciso reconhecer que os casos explorados pela literatura disponível enfatizam não ser essa a tendência nos países do capitalismo avançado. a evolução e o estado recente dessa mesma literatura sugere que, em primeiro lugar, o desenvolvimento dos territórios é o resultado de determinadas formas de coordenação capazes de fazer convergir os benefícios privados e sociais, seja nas formas de organizar a produção e a distribuição de bens individuais, seja nas formas de garantir que os rendimentos provenientes sejam revertidos de maneira a razoavelmente repartir os ganhos. além disso, sugere também que as formações sociais marcadas por uma maior desconcentração da posse dos diferentes recursos – materiais, simbólicos e cognitivos – e de uma maior diversificação de seu tecido social são aquelas que mais favorecem a formação desse tipo de

instituição, em oposição àquelas estruturas sociais mais especializadas, rígidas e concentradas. essa é a vinculação do desenvolvimento às estruturas locais e às instituições que a concepção apoiada no trinômio pobreza, instituições, mercados externos não opera. (FAVARETO, 2010, p. 308-309)

Frustrando esta perspectiva, afirma a pouca capacidade que o discurso do desenvolvimento territorial teve em criar estas novas instituições que rompem com a visão setorial da economia e que podem atuar em escalas definidas por outros limites que não os municipais.

A operacionalização da análise do desenvolvimento territorial sob a perspectiva de Favareto é outro elemento importante. Um exercício interessante feito pelo autor é a análise do desenvolvimento Brasileiro no período de 2000-2010 (FAVARETO *et al.*, 2014), as dez dimensões e as categorias de análise derivadas que ele usa como instrumento<sup>16</sup>.

Sua análise é construída como a união de indicadores setoriais. As considerações do autor sempre são de análise do caráter regional das diferenças e das desigualdades como, por exemplo, quando afirma que “em relação aos percentuais de população sem renda própria, que, por mais que tenham se reduzido de forma importante entre a população feminina (principalmente no Nordeste), esta ainda mantém maiores percentuais do que a masculina, principalmente nas regiões Norte, Sudeste, Sul e Centro-Oeste” (FAVARETO *et al.*, 2014, p. 80) ou quando afirma que “é uma evidência do relativamente baixo grau de dinamização e complexificação dos mercados de trabalho das economias interioranas fora da Região Sudeste” (FAVARETO *et al.*, 2014, p. 80).

Favareto considera que há uma disputa entre duas visões de desenvolvimento no campo. Uma é baseada restritamente no “agrário” e é marcada por uma visão setorial do processo. A outra analisa o desenvolvimento no campo a partir da uma dimensão “ambiental” e multidimensional e, por isso, teria como base uma visão territorial. A passagem da primeira a segunda se dá pela inclusão de preocupações relativas ao “acesso à terra, a gestão de bacias hidrográficas, a conservação de florestas e rios, e a valorização da paisagem e da biodiversidade passam a serem os novos aspectos incorporados aos anteriores” (FAVARETO,

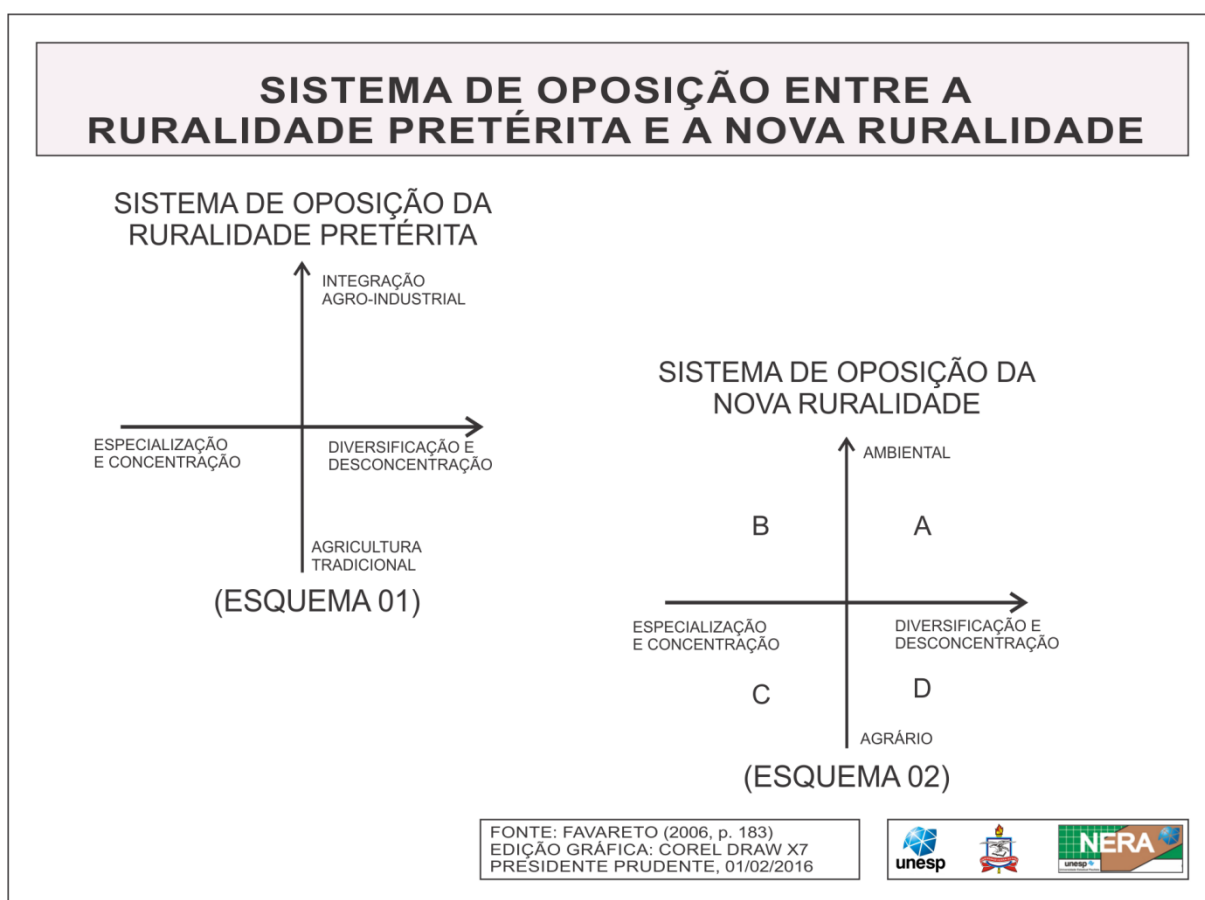
---

<sup>16</sup> a) Demografia; b) Saúde; c) Educação; d) Segurança; e) Econômica e emprego; f) Renda, pobreza e desigualdade; g) Capacidade de gestão dos governos locais; h) Gênero; i) Geografia, meio-ambiente e recursos naturais; j) Territórios funcionais. Sobre estas categorias ver Favareto *et. al.* (2014, p. 05-07).

2006, p. 98), o que descaracterizaria o campo como um local caracterizado apenas pela produção de produtos agrícolas.

O autor tenta construir uma síntese que represente a transição para este debate e que pode ser encontrada na proposta do “Sistema de oposições entre a ruralidade pretérita e a nova ruralidade”, que reproduzimos na Figura 9.

Figura 9: Sistema de oposição entre a ruralidade pretérita e a nova ruralidade.



Fonte: Favareto (2006, p. 183).

No esquema 01 o autor constrói duas oposições: a “integração agroindustrial” versus “agricultura tradicional” e a “especialização e concentração versus diversificação e desconcentração”. Em relação ao primeiro sistema de oposições, há uma defesa clara do processo de integração agroindustrial como fomentador do processo de desenvolvimento. No que tange à segunda oposição, advoga a favor da diversificação e desconcentração como mais propenso a criação de condições para o melhor aproveitamento dos “recursos territoriais” e do capital social, elucidando, no entanto, que o processo de especialização e contração

também tem papel decisivo em vários países latino-americanos no processo de crescimento econômico, mesmo que com poucos resultados relacionados à distribuição, democratização dos recursos e da melhoria da qualidade de vida.

A passagem do esquema 01 para o esquema 02 se dá pelas mudanças nas estruturas sociais que, em tese, teriam desconstruído as antigas relações marcadamente agrícolas no campo, caracterizando uma complexificação de estruturas, sujeitos e ações no momento atual, como destaca o autor ao afirmar que:

O caráter emergente da nova ruralidade fará com que, usando novamente a representação esquemática, a parte inferior ao eixo X se desloque, diminuindo sua importância quantitativa, e que em seu lugar surja uma nova oposição. Este esboroamento das sociedades agrárias, expresso tanto no movimento indicado na passagem do desenho 1 ao desenho 2 e seus correspondentes campos de oposição só adquire contornos de fatalidade nos marcos do paradigma agrário. Ali, trata-se da diluição de um mundo social, com o que isto tem de tragédia e de criação. De tragédia porque ficaram prisioneiras do sistema de oposições típico de seu tempo. De criação porque o novo sistema de oposições abre possibilidades antes não claramente inscritas (FAVARETO, 2006, p. 186).

No esquema 02, batizado de “sistema de oposição da nova ruralidade”, Favareto indica quatro situações hipotéticas. Na situação “A”, teríamos a coexistência da “ruralidade ambiental” com estruturas sociais mais diversificadas e desconcentradas. Na situação “B”, a “ruralidade ambiental” em estruturas sociais mais especializadas e concentradas. Na situação “C” a ruralidade basicamente setorial ligada à produção agrícola em estruturas sociais mais especializadas e concentradas, e, por fim, na situação “D” a ruralidade setorial, com estruturas sociais mais diversificadas e desconcentradas.

Favareto (2006) ainda defende que não há uma “teoria do desenvolvimento territorial”, mas sim uma “abordagem territorial” do desenvolvimento. Esta questão nos é cara porque indica, sobretudo, a maneira como o autor encara a relação entre “território” e “desenvolvimento”.

Como teoria, o desenvolvimento territorial necessita de instrumentos teórico-conceituais, indicadores, estratégias e táticas de operacionalização. Como abordagem, o território é visto pelo autor como uma “escala” de operacionalização do desenvolvimento.

Uma das indagações que o autor faz sobre a questão é porque o território “ganhou proeminência, e não outras *ideias* com uma ainda maior tradição, como a ideia de região, que apresenta tantos conteúdos similares e reúne uma maior especialização em torno de si?” (FAVARETO, 2006, p. 124). Ele próprio responde afirmando que “parte das razões que levam a substituir região por território na retórica e nos estudos sobre desenvolvimento [é]: a referência privilegiada da ideia de território se estabelece com a política, que enquanto tal não resvala na difícil questão dos limites e da especialidade disciplinar.” (FAVARETO, 2006, p. 126).

Além disso, argumenta sobre os debates internos relativos ao conceito de região e uma possível superação deste conceito com o surgimento dos territórios em rede, que substituiriam a região de fronteiras rígidas ou se constituiriam por elementos homogeneizadores.

O autor não leva em consideração, no entanto, um elemento fundamental, que é o papel desempenhado pelo conceito de território no pensamento geográfico europeu nos anos de 1970, principalmente sob a influência do livro de Lacoste (2012). Este e outros trabalhos vão atribuir ao conceito de território elemento central no pensamento geográfico e, com isso influenciar as obras de Dematteis (2008), por exemplo.

O debate epistemológico é tangenciado por Favareto, que usa repetidamente o conceito de território, região, lugar e local como sinônimos, a fim de definir antes de tudo uma escala, ao invés de utilizar de uma ferramenta teórica de interpretação da realidade. Um exemplo é quando afirma que:

A inserção das áreas rurais nas possibilidades abertas com esta nova etapa do desenvolvimento rural dependem, sobretudo, de características que lhe são específicas e que encontram sua melhor expressão na ideia de território, entendido como a trama complexa de aspectos ambientais, culturais, sociais e econômicos, cuja escala remete ao conceito de região e obriga a um seu reexame. (FAVARETO, 2006, p. 128)

Ou então quando argumenta:

O fato é que, deste ponto-de-vista, seja através da ideia de região, seja através da ideia de território, trata-se, sobretudo, menos de uma teoria e mais de uma escala dos processos sociais e de um conjunto de instâncias empíricas a serem mobilizadas para a explicação. (FAVARETO, 2006, p. 126)

Mais heterodoxo ainda é quando usa o território não como conceito, categoria ou como escala, mas como uma “dimensão” comparável a outras como a “institucional” e a “ambiental”. Esta equiparação aparece em Favareto (2010, p. 306) ao analisar o documento “Política de Desarrollo Rural” (BID, 2005) onde afirma que:

Por certo, há uma incorporação das dimensões territorial, institucional e ambiental, mas isso se dá mais “por adição” ao léxico dos formuladores das políticas ou, no limite, como identificação de instâncias a serem, de alguma maneira, envolvidas ou mobilizadas com as orientações enunciadas. (FAVARETO, 2010, p. 306)

Favareto apresenta o mesmo problema teórico que ele mesmo enuncia no que tange à concepção sobre o que seja Desenvolvimento Territorial. Ele adverte que a junção de “territorial” ao “desenvolvimento” “pretende, a um só tempo, envolver e substituir com maior precisão outros qualificativos relacionados à dimensão espacial dos processos de desenvolvimento, como rural, urbano, regional, local” (FAVARETO, 2006, p. 21). Tanto em escala internacional quanto a nacional o termo “territorial” entrou no léxico dos formuladores de políticas e no vocabulário acadêmico a partir de uma “incorporação por adição” (FAVARETO, 2010). Esta incorporação por adição estaria vinculada a um processo de construção de um discurso baseado na dependência do discurso ou na “*path dependence*” (FAVARETO, 2006, p. 25).

Essas visões são significativamente expressivas para mostrar os contornos nos quais se definem os debates sobre o desenvolvimento territorial dentro do Paradigma do capitalismo Agrário sem, no entanto, termos conseguido esgotar a gama de autores e temáticas relacionados ao tema que estão presentes dentro do paradigma.

A análise destes autores demonstra que falta “território” no conceito de desenvolvimento territorial e que as expressões poderiam ser mais bem traduzidas como desenvolvimento local ou desenvolvimento regional. É importante salientar o caráter conservador destas políticas que buscam moldar os territórios e as populações camponesas de acordo com as lógicas atuais dos mercados mundializados. Em outras palavras, concordamos com a posição de Fernandes. O qual defende que “é neste contexto, que o conceito de território passou a ser muito utilizado nos estudos sobre *desenvolvimento territorial* em regiões camponesas e

indígenas, que visavam e visam a adequação das comunidades às políticas de ajuste estrutural do neoliberalismo” (FERNANDES, 2013a, p. 44).

A temática trabalhada por Fernandes anteriormente, soma-se o fato de a incorporação do discurso territorial nas políticas públicas e a consequente aceitação desta lógica pelas empresas, com inclusão das populações do campo, possibilita a produção do discurso de um desenvolvimento sustentável e supostamente incluyente, que permite às empresas acessarem mercados restritos, baseados nas lógicas do capitalismo verde.

### 2.2.2 Uma Leitura do Desenvolvimento Territorial Rural a partir das Contribuições do Paradigma da Questão Agrária.

O PQA tem suas origens nos trabalhos de Lênin (1985, 1980), Kautsky (1986), Luxemburg (1985) e Chayanov (1974, 2014a, 2014b), entre outros. Estas obras deram origem a diferentes interpretações dentro do paradigma. Diferenças que Favareto explica afirmando:

Uma primeira vertente se constituiu a partir da obra de dois importantes teóricos marxistas: Lenin e Kautsky. Do primeiro, destacam-se, sob o tema que aqui mais interessa, os livros *O Programa da Social-Democracia*, e principalmente *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Do segundo, seu mais famoso texto: *A questão agrária*. Em Kautsky, sua ênfase vai no sentido de demonstrar como, com o progresso das forças produtivas, os pequenos estabelecimentos não teriam como incorporar as inovações tecnológicas, organizacionais e econômicas em igualdade de condições com a produção capitalista.

(...) Uma segunda vertente é formada por aqueles estudos que procuraram, justamente partir desta lacuna, construir um modelo explicativo fundado na especificidade das formas camponesas e dos traços distintivos da ruralidade. Sobre uma economia camponesa, os principais nomes são sem dúvida Alexander Chayanov e Jerzy Tepicht. O tipo de questão que estes autores se colocaram era diferente daquilo que havia motivado as teorias de Lênin e Kautsky porque era diferente o contexto de suas obras. Chayanov e Tepicht deparavam-se já com a necessidade de interpretar as condições de permanência do campesinato sob o desenvolvimento das forças produtivas e não apesar delas ou contra elas. (FAVARETO, 2006, p. 163-165).

Fernandes entende esta diferenciação da seguinte maneira:

O paradigma da questão agrária tem como ponto de partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses. Entende que os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo, de modo que a luta contra o capitalismo é a perspectiva de construção de outra sociedade. O paradigma da questão agrária está disposto em duas tendências: a proletarista que tem como ênfase as relações capital trabalho e a camponista que tem como ênfase as relações sociais camponesas e seu enfrentamento com o capital. (FERNANDES, 2013a, p. 69)

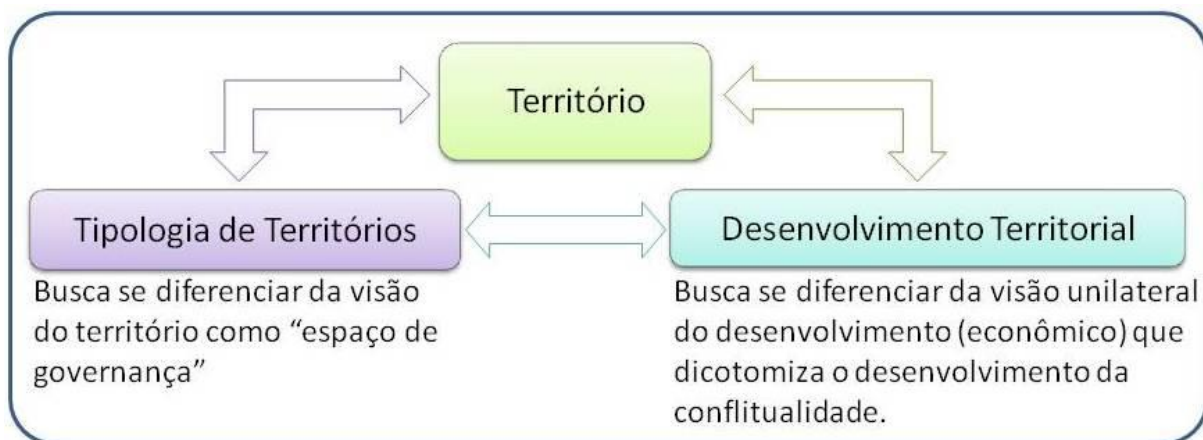
Fernandes (2013a) encara a questão de maneira mais abrangente e complexa. Na sua obra, a problemática é posta a partir do ponto de vista da diversidade da produção camponesa, da necessidade de um paradigma produtivo no campo que considere as dinâmicas da vida, defendendo principalmente o paradigma da agroecologia e o mercado em que esta diversidade de produtos irá circular, debatendo os mercados camponeses.

Para entender o Desenvolvimento Territorial em Fernandes, é preciso iniciar pelo debate que o autor trava sobre o território. Em Fernandes (1999, 1994) ainda não é possível encontrar um conceito próprio de território. No entanto, estão presentes algumas das categorias que o autor lança mão para desenvolver uma análise da diversidade territorial e da multiterritorialidade. Para Fernandes (2009, p. 198) “tal leitura tem, como estrutura, a produção espacial e territorial por meio das disputas por modelos de desenvolvimento e de sociedade. Nesse modo de análise, a relação classe-território são indissociáveis”.

A partir desta visão, o autor passa a defender uma tipologia de territórios (FERNANDES, 2009) para estruturar seu pensamento sobre o conceito, que apresenta relação indissociável com o desenvolvimento territorial, como mostra a síntese presente na Figura 10.



Figura 10: Síntese da relação entre território, tipologia de territórios e desenvolvimento territorial.



Organização: Adolfo Oliveira Neto

A tipologia é elaborada para demarcar como o autor entende o conceito de território e o desenvolvimento territorial é uma tentativa de buscar uma interpretação do desenvolvimento que incorpore a conflitualidade e supere a visão unidimensional que reduz o desenvolvimento a uma dimensão econômica.

A questão agrária é ao mesmo tempo a base e o contexto de Fernandes para produzir suas análises. A sua concepção de território deriva diretamente daí. O embate entre o agronegócio e latifúndio versus o território camponês são algumas das maneiras como a questão agrária se torna empírica. O debate entre o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) são desdobramentos teóricos das disputas que existem na realidade material.

O território para o autor é compreendido como totalidade, constituindo-se em uma síntese contraditória e complexa e que, por isso, deve ser entendido em sua diversidade (multiterritorialidades), multidimensionalidade e multiescalaridade.

Em sua análise, Fernandes (2009) define pelo menos três tipos de território. O primeiro é o espaço de governança da nação, que “está organizado em diferentes escalas e instâncias” (FERNANDES, 2009, p. 207). Ele tem o Estado como instituição fundamental e os governos como os seus gestores. É formado historicamente a partir de processos de dominação e suas fronteiras geralmente são preservadas pela via da diplomacia ou pela via militar.

O segundo território é o da “propriedade como espaço de vida” (FERNANDES, 2009, p. 208) e não pode ser entendido de forma separada das relações sociais que o constituem porque “sujeitos, grupos sociais, classes sociais

não existem sem seus territórios” (FERNANDES, 2009, p. 209). Ele é produzido em todos os sistemas econômicos e políticos, com repercussões que são diferentes. Um exemplo são as diferenças observadas quando analisadas a propriedade privada capitalista e a propriedade privada não capitalista, constatando o caráter contraditório, produtor intenso e acelerado de conflitualidades no primeiro tipo de propriedade. Para o autor:

O primeiro território e o Estado são disputados permanentemente. Os segundos são frações do primeiro, mas devem ser distinguidos porque as relações sociais que os produzem são diferentes. Um território propriedade-privada não pode ser confundido com um território espaço de governança (FERNANDES, 2009, p. 208).

O segundo território é uma fração do primeiro e é disputado continuamente pelos grupos sociais.

O terceiro é o espaço relacional. Para o autor, ele deve ser entendido a partir da conflitualidade porque reúne todos os tipos de território. Este caráter relacional é marcado por disputas, tensões, conflitos, avanços, retrocessos e resistências, sendo expressão dos projetos que os grupos e classes sociais buscam materializar. Para Fernandes (2009, p. 210), “o terceiro território está relacionado às formas de uso dos territórios”. Ele é fluxo e representa projetos dos diversos grupos sociais que buscam construir ou manter a hegemonia na sociedade. Está ligado à ação dos sujeitos e é composto por uma trama de relações simbólicas, econômicas, políticas, culturais, ambientais e de poder. Ele é fluxo e sua materialidade contém a imaterialidade que o produz.

Outro elemento importante no pensamento do autor é o que se refere a concepção de território imaterial. Ele é o resultado de disputas pela execução de projetos territoriais, seja a partir de políticas públicas, ações privadas ou coletivas. “Nesse contexto, tanto o conceito de território quanto os territórios passam a ser disputados. Temos então disputas territoriais no plano material e imaterial” (FERNANDES, 2009, p. 200).

O território imaterial é outra dimensão das lutas culturais, sociais, políticas, econômicas e ambientais que existem nos territórios materiais. Ele funciona como sistemas de legitimação das ações e das intencionalidades de diferentes grupos sociais. Por isso, estão ligados às classes sociais e suas diversas frações que disputam na sociedade a execução de seus projetos. Isto porque, para o autor,

como espaços da organização do conhecimento, como imaterialidade da materialização da existência humana [...] e como a imaterialidade nos sistemas de ações [...], sem nunca pensar em separar o imaterial do material, a forma do conteúdo, a realidade da teoria ou o concreto do abstrato, o sujeito do espaço e estes do território, que produzem e são produzidos, por meio de relações sociais que os determinam e por quem são determinadas, formado pelas “síntese das múltiplas determinações” ou “unidade do diverso” (FERNANDES, 2013a, p. 16).

O território imaterial não é uma visão idealista do território, mas mais um dos elementos concretos que estão presentes nas disputas nos territórios materiais. Fernandes enfatiza que “compreendo que território imaterial é um estado do território material, de modo que não é outro tipo, mas que possui seus próprios tipos” (FERNANDES, 2013a, p. 50).

Ao debater o desenvolvimento territorial, Fernandes contrapõe as teses correntes sobre o desenvolvimento. Em sua construção o autor leva em consideração pelos menos quatro elementos basilares: 1) a conflitualidade como um elemento fundamental ao desenvolvimento territorial; 2) a multidimensionalidade do desenvolvimento; 3) a ligação entre projetos de desenvolvimento territorial e projetos de classe que estruturam territórios; 4) a relação entre desenvolvimento territorial e políticas públicas.

Avança no sentido de construir dialeticamente o conceito de território, considerando sua multidimensionalidade que se materializa como síntese contraditória, ou seja, como totalidade. Para Fernandes,

Quando se pensa o território desde esta concepção, há dois pressupostos que precisam ser considerados: que o conceito de território não deve ser pensando como uno, mas sim como totalidade, a partir de suas múltiplas escalas e dimensões; que a terra é a base do território, sendo espaço limitado por relações de poder, sob a forma de propriedade, constitui-se em fração do território que é disputada por distintos interesses das classes sociais. (FERNANDES, 2013a, p. 48)

Como o primeiro pilar da sua concepção de território, a *conflitualidade* é entendida como um elemento intrínseco ao desenvolvimento. Debatendo a questão, o autor destaca que:

Há, inclusive, uma compreensão predominante de que o conflito prejudica o desenvolvimento. Confrontando essa visão afirmamos que conflito agrário e desenvolvimento são processos inerentes da contradição estrutural do capitalismo e paradoxalmente acontecem simultaneamente (FERNANDES, 2013c, p. 175).

Buscando construir uma visão dialética entre conflitualidade e desenvolvimento territorial, Fernandes afirma que:

Em todo o século XX, conflitualidade e desenvolvimento coexistiram, embora fossem tratados separadamente. O tratamento à parte desses processos simultâneos atrapalha a compreensão da questão agrária. Da forma como tem sido tratada, é como se o capitalismo só promovesse o desenvolvimento e a luta pela terra só motivasse o conflito. De um lado, a apologia ao agronegócio. De outro a criminalização da luta pela terra. Enquanto, de fato, ambos produzem conflitualidade e desenvolvimento. É preciso superar esta visão dicotômica para tratar a essência da complexidade da questão agrária. (FERNANDES, 2013c, p. 182)

A conflitualidade se dá devido à multidimensionalidade do desenvolvimento territorial, em que movimentos socioterritoriais entram em disputas não apenas pela condição econômica a que estão submetidos. Sua luta é por melhores condições econômicas, assim como pela estruturação de territórios que possibilitem a sua reprodução enquanto grupo social. O desenvolvimento territorial se estrutura a partir da multidimensionalidade que envolve a produção da cidadania, a conquista de direitos, a produção de territórios materiais e a luta no campo dos territórios imateriais.

Os grupos sociais disputam projetos e territórios e lutam por políticas públicas que estruturam estes territórios. Para Fernandes (2013c) estas políticas podem ser emancipatórias ou compensatórias, sendo a primeira a responsável pela produção da autonomia.

A conflitualidade é o processo de esgarçamento das antigas relações dominantes concentradoras (renda, riqueza, terra e outros) e que colocam em cheque a possibilidade de distribuição justa da riqueza socialmente produzida. Isso quer dizer que, além de multidimensional e multiescalar, o desenvolvimento é um processo no qual se tem a disputa pela democratização de diversos elementos. Considerando a realidade do campo, há a democratização dos direitos individuais e dos direitos sociais, além, nos parece óbvio, de um projeto de democratização da riqueza socialmente produzida.

Isto não se dá por vias de mercado, mas como projeto político direcionado à mudança das relações de poder e que podem ter papel mais influente do que propriamente o papel das instituições.

Destacando o que seriam as noções de uma leitura espacial e da territorialidade da conflitualidade, Fernandes destaca que a

conflitualidade pode ser entendida como: 1) a complexidade das relações sociais construídas de formas diversas e contraditórias, produzindo espaços e territórios heterogêneos; 2) a historicidade e a espacialidade dos processos e conflitos sociais, dinamizadoras e não determinadas; 3) a construção política de uma perspectiva relacional das classes sociais em trajetórias divergentes e diferentes estratégias de reprodução social; 5) o reconhecimento da polarização regra/conflito como contradição em oposição à ordem e ao “consenso”; 6) posicionar-se ante aos efeitos da globalização da sociedade, da economia e dos espaços e territórios, marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtora de desigualdades e ameaçando a consolidação da democracia. (FERNANDES, 2013a, p. 55)

O segundo elemento, a multidimensionalidade do desenvolvimento, deve ser encarado desta maneira porque o campo não pode ser visto apenas como setor da economia, em especial o agrícola. Como território, o campo é composto por atividades agrícolas e não agrícolas, cultura, tradições, natureza e complexas relações sociais.

O terceiro elemento é a ligação entre projetos de desenvolvimento territorial e projetos de classe que estruturam territórios. Diferente dos autores do PCA que pregam que o desenvolvimento territorial deve surgir de um pacto entre os sujeitos para viabilizar o desenvolvimento, Fernandes argumenta que o próprio desenvolvimento territorial seja a territorialização de um projeto de classe. Ele não está acima tampouco extingue as classes.

Enquanto os autores do PCA encaram que existe uma superação das classes sociais, os possíveis conflitos apresentados durante o processo de desenvolvimento representam disputas ou desacordos conjunturais e que por isso, podem ser superadas em defesa de um processo que irá beneficiar a todos.

Por sua vez, Fernandes parte do princípio da disputa entre classes e do desenvolvimento territorial como parte destas disputas. O processo de desenvolvimento é um projeto de territorialização executado pelas classes sociais e

que pode auxiliar na construção de outras novas. Concordamos com a posição de que:

A construção de políticas emancipatórias promove o desenvolvimento e fortalece a compreensão da luta contra a hegemonia. É uma forma de resistência na luta anticapitalista e um território para avançar na constituição de uma sociedade democrática e menos desigual. (FERNANDES, 2013a, p. 23)

Debatendo mais especificamente os territórios camponeses, Fernandes elucida que “os territórios camponeses são espaços importantes neste processo tanto pela sua natureza anticapitalista, quanto por suas possibilidades e perspectivas” (FERNANDES, 2013a, p. 23).

É a partir desta visão de desenvolvimento e do papel dos territórios camponeses que nos propomos a debater o papel que a política de desenvolvimento territorial rural vem tendo na região.

Além do debate acadêmico, esta política tem forte penetração no discurso oficial e na definição das estratégias de ação da empresa, como veremos a seguir.

## 2.3 Hegemonia do Paradigma do Capitalismo Agrário no Discurso do Estado e da Agropalma.

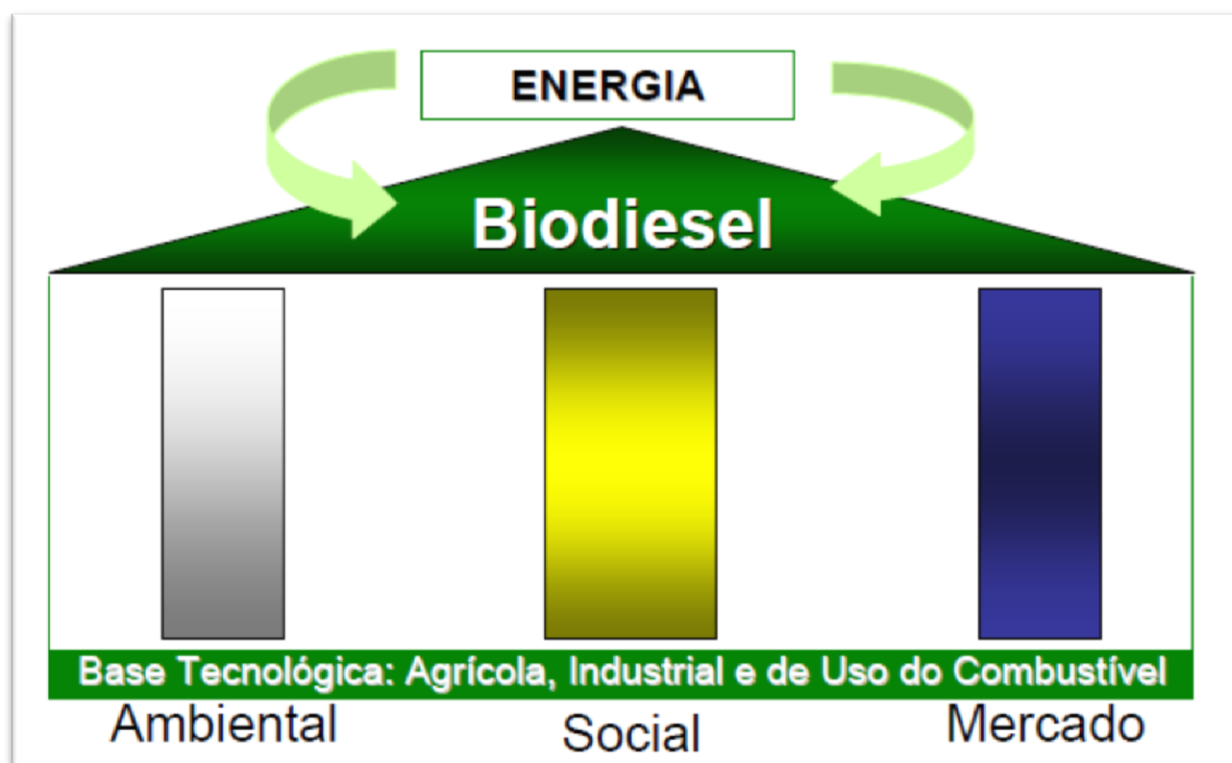
### 2.3.1 O Desenvolvimento territorial no discurso do Estado.

Uma boa leitura sobre como o desenvolvimento territorial se institucionaliza no Brasil é Ortega (2008). Os traços das principais políticas como os “Territórios da Cidadania” e a “Política Nacional de Produção de Biocombustíveis” indica que o Estado brasileiro optou, a nosso ver, pelo desenvolvimento territorial por meio da via defendida pelo Paradigma do Capitalismo Agrário.

Documentos oficiais apresentados pelo Ministério de Minas e Energia (MME), por exemplo, demonstram que a política energética a partir do biodiesel possui três eixos de sustentação: o ambiental, o social e o mercado, com forte prevalência do terceiro sobre os demais. Estes três eixos redefiniriam a base tecnológica para a produção agrícola, a base tecnológica industrial e a base tecnológica para os usos do combustível, como mostra a Figura 11.

Difundida como uma política pública capaz de gerar preservação ambiental, inclusão social e crescimento econômico, ela se estrutura por meio do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), que buscou reestruturar de maneira intensa os territórios rurais a partir da nova visão sobre o desenvolvimento adotada pelo então governo Lula.

Figura 11: Pilares do projeto de biodiesel no Brasil.



Fonte: BRASIL (2004).

Uma das justificativas utilizadas era que

A entrada do biodiesel no mercado nacional vai gerar uma expressiva economia para o Brasil, reduzindo as importações do diesel de petróleo, além de contribuir para preservar o meio ambiente e promover a inclusão social de milhares de brasileiros. (BRASIL, 2004, p. S/P)

Esta posição marca uma mudança no enfoque das políticas públicas para a região. O debate social e fundiário que buscavam entender as dimensões profundas da pobreza e da violência no campo como expressões das contradições estruturais e sistêmicas do desenvolvimento do capitalismo no campo foram substituídas por uma

política pública cujo eixo central é o combate à fome e inclusão social, ambas construídas a partir da interpretação de que estes problemas podem ser superados por políticas locais de desenvolvimento que primem pela resolução destas questões pela via do mercado.

Entre as principais características, destacam-se: a) a intersetorialidade da política pública vinculada à dendeicultura; b) uma concepção de inclusão social e preservação ambiental via mercado; c) a construção de um discurso e um pacto social em prol do desenvolvimento; d) crescimento econômico.

a) A intersetorialidade da política pública vinculada à dendeicultura:

Defendida pelo governo federal como uma política de desenvolvimento territorial, a política de biocombustíveis é apresentada como uma política multidimensional. O discurso oficial admite que:

A concretização da expansão da agroenergia pressupõe o alinhamento de diversas políticas governamentais, como política tributária, de abastecimento, agrícola, agrária, creditícia, fiscal, energética, de ciência e tecnologia, ambiental, industrial, de comércio internacional e de relações exteriores e, quando for o caso, do seu desdobramento em legislação específica (BRASIL, 2005, p. 03).

Esta política abrange pelo menos quatro frentes, que é apresentada sinteticamente na Figura 12. A primeira é ligada aos instrumentos normativos, que são o conjunto de leis que estipulam as regras para o desenvolvimento da atividade produtiva, a política fiscal e tributária, a política ambiental, a especificação dos produtos e regras de mercado.

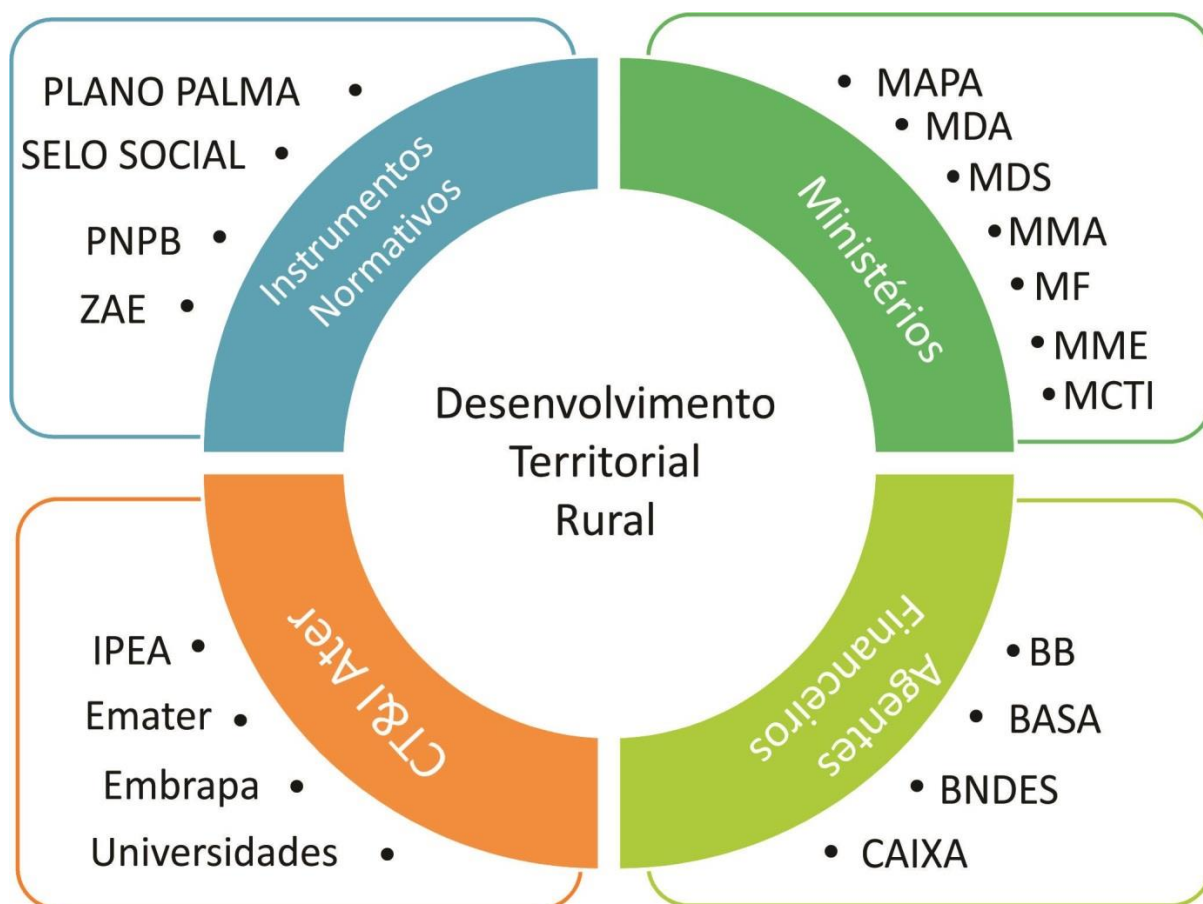
A segunda é o arranjo intersetorial da política pública, que vem sendo desenvolvida a partir da ação de diversos ministérios e coordenada pela Casa Civil. Destaque para a atuação de ministérios como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério de Minas e Energia (MME), Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento (MAPA) e o Ministério do Meio Ambiente na região.

A terceira é o papel dos agentes financiadores da política. Entre eles, destaca-se o papel que foi atribuído aos bancos de desenvolvimento, em especial o Banco da Amazônia S.A. (BASA) que teve um papel importante no financiamento aos camponeses, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social



(BNDES), com ação voltada para as indústrias e grandes empresas. Também desenvolvem papel importante na região o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal, como agentes que gerenciam os créditos da política de financiamento rural.

Figura 12: Agentes estatais construtores do discurso do desenvolvimento territorial ligados à dendecultura.



Fonte: Casa Civil, Congresso Nacional.  
Organização: Adolfo Oliveira Neto.

A quarta é o papel da rede de Ciência, Tecnologia, Inovação e Assistência Técnica Rural. Em geral, esta rede na Amazônia é marcada pela precariedade dos recursos e a pouca presença no território, principalmente quando se discute a produção camponesa. No entanto, nos últimos anos, há um investimento público e privado no sentido de construir uma rede que sustente as ações ligadas a dendecultura e que permita desenvolver novos processos e melhoramentos genéticos para aumentar a produtividade da dendecultura.

No ano de 2004 o governo federal buscou desenvolver diversas ações no intuito de organizar “a cadeia produtiva, definir linhas de financiamento, estruturar a base tecnológica e editar o marco regulatório do biodiesel” (BRASIL, 2004, p. S/P).

Para a execução desta política a partir da dendeicultura na Amazônia, uma das primeiras ações foi a construção do Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) do Estado Pará, apresentado na Figura 13. Ele inicia em 2005 e se consolida em 2012 com o ZEE da Calha Norte e do Leste.

Justamente na tentativa de encontrar um diálogo entre a possibilidade de expansão da nova atividade pretendida, os diversos usos precedentes da terra e a necessidade de planejar o desenvolvimento a partir de um discurso com viés ecológico, o ZEE surge como uma visão regional que busca identificar as áreas agrícolas que poderiam ser utilizadas no cultivo do dendê.

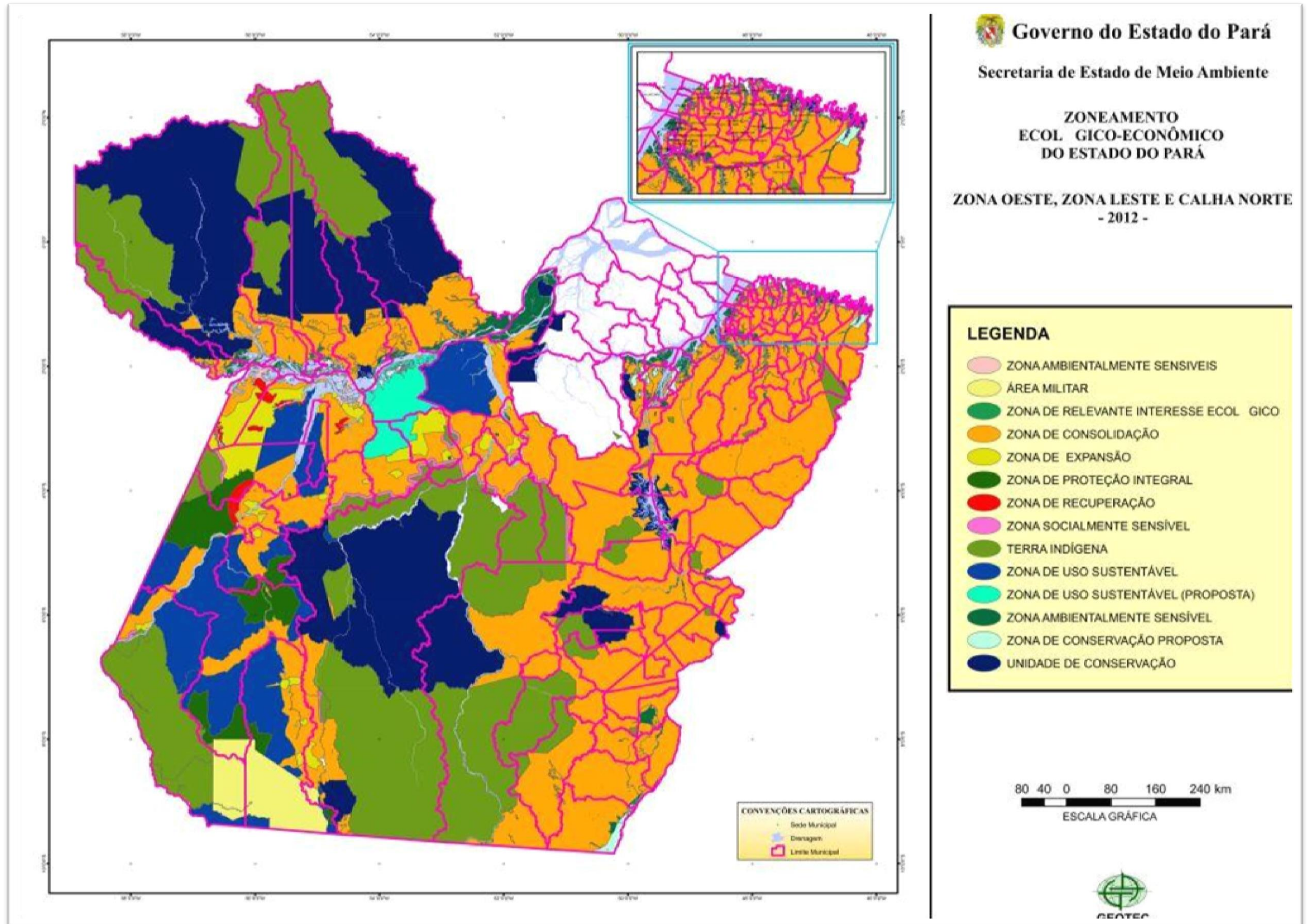
O objetivo inicial era mapear os usos da terra e iniciar um processo de ordenamento territorial nas áreas propícias ao avanço da dendeicultura. Nahum e Malcher (2012) defendem que

em 2010 as perspectivas apontadas pelo Zoneamento Agroecológico do Dendezeiro para as áreas Desmatadas da Amazônia Legal, realizado pela Embrapa, Centro Nacional de Pesquisas de Solos e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento reforçam a expansão acelerada da dendeicultura. Esta pesquisa identificou as áreas mais adequadas à expansão sustentável do cultivo de dendê

Paralelamente foi estruturada a Rede Brasileira de Tecnologia do Biodiesel (RBTB) e a redefinição da política de Ciência e Tecnologia e da política de Desenvolvimento e Inovação para o biodiesel.

Uma das alterações significativas foi o papel atribuído à Embrapa, que contribuiu no processo de melhoramento genético e produção de sementes, no treinamento e disseminação de técnicas de cultivo, além da produção do zoneamento de risco climático para a viabilização do crédito e do Pró-Agro (seguro safra).

Figura 13: Zoneamento Econômico-Ecológico do Estado do Pará.



No estado do Pará, grande parte da assistência técnica oferecida aos produtores independentes e aos produtores associados nas áreas estudadas é desenvolvida pelas próprias empresas privadas que são responsáveis por gerenciar todo o processo de cultivo. Elas têm responsabilidades sobre a escolha da variedade da planta, a produção das mudas, a análise e correção do solo, a definição do espaçamento e local exato de plantio, a definição da adubação e controle de pragas, a forma de manejo e a forma de colheita dos frutos.

As etapas do processo são acompanhadas de perto por técnicos especializados, fazendo com que a dendecultura avance como uma cultura de precisão, tirando a margem de ação dos agricultores, que passam a ter a função de executar as tarefas prescritas pelos técnicos.

Os insumos são vendidos pelas empresas para os agricultores. O avanço da dendecultura é também o avanço de um pacote tecnológico e de uma forma de produzir. O cultivo começa com o endividamento do trabalhador, mesmo que este imagine que esteja recebendo para isso. Isto graças à lógica de financiamento que envolve a integração do campesinato à dendecultura e que acaba servindo como um elemento mistificador de toda esta relação.

Duas frentes estratégicas para a consolidação do PNPB são a frente financeira e a tributária. Sobre a primeira, para os pequenos agricultores, o governo federal lançou o Pronaf Biodiesel, que teve a função de financiar os projetos (custeio e investimento). Na região em questão, as empresas se responsabilizaram por elaborar o projeto técnico e organizar a documentação necessária para que o financiamento fosse aprovado para o pequeno agricultor. Com os recursos liberados pelo banco, as famílias limpariam a terra, comprariam as mudas e insumos, fariam o trato cultural durante o crescimento da planta e teriam uma renda periódica no período em que a plantação ainda não tivesse dando fruto.

Relatos das empresas indicam que uma das dificuldades para se avançar com a dendecultura a partir da integração com o campesinato seriam, por um lado, a dificuldade que os segundos têm para organizar toda a documentação exigida pelo banco e, por outro lado, a quantidade de dívidas não saldadas contraídas com outras modalidades de Pronaf ou outras linhas de crédito.

Para as agroindústrias, o governo lançou uma linha de crédito no BNDES específica para o Biodiesel, dando tratamento diferenciado para as empresas que

possuem o selo social. Esta linha de crédito possuía as características apresentadas na Tabela 1:

Tabela 1: BNDES Finame para o biodiesel.

<b>BNDES Finame para o biodiesel</b>	
Tipo de Empresa	Taxa
Micro, pequenas e médias empresas com Selo Social	TJLP + 1%
Micro, pequenas e médias empresas sem Selo Social	TJLP + 2%
Grandes empresas com Selo Social	TJLP + 2%
Grandes empresas sem Selo Social	TJLP + 3%

Fonte: Banco Central do Brasil.

Outro instrumento utilizado foi a política tributária. Segundo informações disponibilizadas pelo governo federal, a finalidade era incentivar o novo combustível e dar competitividade frente ao diesel. O regime tributário foi estruturado a partir de alíquotas diferentes, considerando o tipo de planta (mamona ou dendê, por exemplo), a região de plantio e se ela é do campesinato ou do agronegócio. Para tanto, os principais instrumentos foram a CIDE (Contribuição de Intervenção No Domínio Econômico), a PIS (Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social).

Neste caso, há derivações da regra geral relacionadas ao tipo de agricultura (Agricultura Familiar/Agricultura Intensiva), região do empreendimento e tipo de cultivo (Dendê ou Mamona). As informações detalhadas encontram-se na

Tabela 2.

A política tributária é um importante indicador da visão de desenvolvimento associada à política de biodiesel e é um dos principais elementos que viabilizaram o PNPB, que demonstra a atualidade das análises de Oliveira (2007). Para o autor,

A agricultura foi drenada nas duas pontas do processo produtivo: na do consumo produtivo, pelos altos preços que teve e tem que pagar pelos produtos industrializados (maquinaria e insumos) que é praticamente obrigada a consumir, e na da circulação, onde é obrigada a vender sua produção por preços vis. O endividamento constante é a consequência desse balanço desfavorável. O Estado tem mediado e mesmo bancado essa dívida na atualidade. (OLIVEIRA, 2007, p. 32)

Tabela 2: Tributação federal sobre o biodiesel e diesel.

TRIBUTAÇÃO FEDERAL SOBRE BIODIESEL E DIESEL					
TRIBUTOS FEDERAIS	BIODIESEL				DIESEL DERIVADO DO PETRÓLEO
	AGRICULTURA FAMILIAR (NO, NE E SEMIÁRIDO) MAMONA OU DENDÊ	AGRICULTURA FAMILIAR GERAL	AGRICULTURA INTENSIVA (NO, NE E SEMIÁRIDO) MAMONA OU DENDÊ	REGRA GERAL (RG)	
	R\$/LITRO	R\$/LITRO	R\$/LITRO	R\$/LITRO	
CIDE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	0,07
PIS/COFINS	100% DE REDUÇÃO DA RG (R\$0,0)	68% DE REDUÇÃO DA RG (R\$0,07)	32% DE REDUÇÃO DA RG (R\$0,151)	0,222	0,148
TOTAL	100% DE REDUÇÃO DA RG (R\$0,0)	68% DE REDUÇÃO DA RG (R\$0,07)	32% DE REDUÇÃO DA RG (R\$0,151)	0,222	0,218

Fonte: Ministério de Minas e Energia.

A nosso ver, quatro são os elementos que delimitam esta concepção. Em primeiro lugar, o papel desempenhado pelos conceitos de agricultura familiar e agricultura empresarial. Na formulação da política pública os termos e a concepção de agricultura e campo são oriundos da matriz interpretativa do paradigma do capitalismo agrário.

Em segundo lugar, o grande destaque que tem a política de integração entre o campesinato e o agronegócio. Esta política é baseada na ideia de que o campesinato só ganha competitividade e desenvolve os seus territórios se ele estiver associado à dinâmica do agronegócio, entendido como moderno e promotor do desenvolvimento. Isso representa, na prática, o incentivo para as empresas obterem o selo social.

Em terceiro lugar, o papel da produção do biodiesel no discurso de combate a fome e a pobreza. Para justificar o PNPB como um dos programas ligados à geração de emprego e renda nos territórios marcados pela pobreza, o governo federal definiu áreas especiais com tratamento tributário diferenciado para incentivar o avanço da dendeicultura e da plantação de mamona em regiões marcadas pela pobreza rural. Por esta razão, as regiões Norte e Nordeste (com destaque para o Semiárido) tiveram incentivos fiscais para permitir o avanço da atividade e poder disputar mercado com regiões onde a produção de biocombustíveis estava

consolidada a partir de outras matérias primas, como o Centro-Oeste e a região Sudeste.

Por fim, o incentivo a produção de biodiesel a partir Dendê e Mamona, culturas que tradicionalmente não vinham sendo aproveitadas no Brasil para a produção de biocombustíveis oriundos, tradicionalmente, da cana-de-açúcar (etanol) e da soja (biodiesel). A inclusão destas matérias primas é feita com base no discurso da diversificação das fontes e utilização de cultivos mais adequados à realidade da Amazônia e do semiárido nordestino. No entanto, elas se envolvem a escala global em um novo circuito produtivo ligado a diversificação das fontes de energia a partir do desenvolvimento da agroenergia. Sobre os impactos da agroenergia no Brasil e na América Latina e seus impactos políticos, econômicos, sociais e ambientais, alguns trabalhos são interessantes, como Vieira (2015), Ferreira; Daniel; Lima (2015), Loreto; Cavelli; Silva (2017), Fernandes; Welch; Gonçalves (2010), Altieri (2009), Altieri; Bravo (2015), Levidow; Paul (2010) e Margulis (2015), entre outros.

b) uma concepção de inclusão social e preservação ambiental via mercado;

A inclusão social na perspectiva do discurso oficial ligado à dendecultura é construída a partir de mecanismos de mercado. A superação da pobreza deixa de ser encarada a partir dos problemas estruturais que marcam a sociedade brasileira para ser debatida na sua manifestação mais imediata, a renda.

Segundo o discurso oficial,

A utilização comercial do biodiesel no Brasil está amparada em um marco regulatório específico que torna o novo combustível competitivo frente ao diesel de petróleo e contempla a diversidade de oleaginosas, a garantia de suprimento, a qualidade do novo combustível e uma política de inclusão social. (Biodiesel, 2004, s/p)

No entanto, o discurso baseado na inclusão social e o discurso da preservação ambiental são desenvolvidos com forte viés mercadológico. Este viés não questiona as desigualdades sociais, tampouco, a falta de acesso aos direitos individuais, sociais ou humanos, sendo estes últimos, em geral, os mais negligenciados. Em sua lógica, o problema da pobreza se reverte em uma dimensão local e pode ser resolvido a partir da dinamização local da economia, que tenha como resultado a elevação da renda das pessoas. É neste momento que há a passagem da interpretação da pobreza como elemento estrutural para a defesa da pobreza como elemento conjuntural que pode ser resolvido em escala local.

A elevação da renda não supõe necessariamente a superação de problemas como os apontados por Furtado (2011, 1998), Cardoso e Faletto (1970) ou Prado Júnior (2004), por exemplo. Partem do reconhecimento velado de que a elevação de renda seria suficiente para o desenvolvimento local, mesmo que esta elevação se dê sob base desigual, mantendo o que Becker e Egler (2006) definiram como “modernização conservadora”. Abandonam teses baseadas nos conflitos entre as classes e assumem interpretações baseadas em novas relações, dinâmicas, articulação de sinergias para o desenvolvimento, aproximando-se da visão interpretativa do Paradigma do Capitalismo Agrário expresso em posições como a de Favareto, para quem:

A nova etapa do desenvolvimento rural, tal como qualificada nesta tese e em outros trabalhos, e típica das décadas mais recentes, comporta também um novo momento neste longo processo de racionalização da vida rural. São três os seus traços mais marcantes. No que diz respeito às formas de condução da vida cotidiana, completa-se a extensão da racionalização para todos os domínios da vida rural, sobrepondo-se não só às formas encantadas de relação com a natureza, mas, até mesmo, à tradição, no caso das relações associativas. No que diz respeito à relação entre sociedade e natureza, não ocorre nem uma intensificação da oposição levada aos limites na etapa anterior, nem um reencantamento do mundo natural ou retraditionalização. Acontece, antes, o contrário, a busca por uma diminuição da assimetria entre sociedade e meio-ambiente, cuja melhor expressão se encontra na crescente valorização das amenidades naturais e nas tentativas de contenção dos problemas ambientais globais. E, por fim, quanto à relação rural-urbano, deixa de ser prerrogativa das cidades e do urbano estar em afinidades eletivas com as possibilidades de se fazer da vida uma vida crescentemente conduzida. (FAVARETO, 2006, p. 173).

Um dos instrumentos para reforçar a relação entre o campesinato e as empresas foi a construção do Selo Social que é, segundo o discurso oficial, um “instrumento do marco regulatório para promover a inclusão social na cadeia de produção do novo combustível.” (Biodiesel, 2004, s/p). Estudos recentes como de Andrade (2009), Lunardi (2011), Santos (2013) e Isolani (2013), foram dedicados a avaliar especificamente o impacto desta política.

A despeito do que enuncia o discurso oficial, o Selo Social é um dos instrumentos mais efetivos para que as empresas mantenham uma parte do cultivo ligado à agricultura camponesa, gerando uma distribuição de renda na escala local. É esta fração dos recursos que o discurso oficial ressalta como o responsável pela



inclusão das famílias que, trabalhando em seu próprio lote, conseguem aumentar a sua renda significativamente.

Este é o trunfo e o limite deste discurso. Por um lado, não considera o papel preocupante que é exercido pelos camponeses no processo de integração subordinada, pois eles deixam de ser os responsáveis por definir e comercializar a sua produção; por outro lado, como subordinados da empresa, passam a se beneficiar de uma renda muito superior a que possuíam antes da subordinação.

Neste processo, as funções e contrapartidas são bem definidas. As empresas entram com a racionalidade técnica para o cultivo, o monitoramento de toda a cadeia, beneficiamento e comercialização dos produtos derivados do dendê; o Estado com a política de reforma agrária e o financiamento para o campesinato e a empresa; o camponês entra com o trabalho e, sobretudo, com a sua condição social. É esta condição, de camponês, o principal elemento que a empresa procura para imprimir uma identidade aos seus produtos, buscar explorar mercados específicos onde exista o preço de monopólio.

Ambientalmente, o discurso propagado pelo PNPB é de diversificação da matriz energética nacional pela produção de biocombustíveis por meio da mamona, dendê, girassol, babaçu, soja e algodão, entre outras.

O respeito à legislação ambiental é outro item forte no discurso do cultivo do dendê. A manutenção da reserva legal pelas empresas e pelos agricultores associados, além do mapeamento das nascentes e preservação dos leitos dos rios são alguns dos exemplos de como estas empresas desenvolvem suas ações. A Figura 14 na página 90, por exemplo, indica a preocupação que as empresas têm de identificar na região as áreas de reserva.

Esta preocupação, no entanto, é circunscrita à observância da legislação e não respeitando a dinâmica da natureza. Três exemplos fundamentais são: (a) a permanência do modelo de produção baseado no monocultivo em larga escala em detrimento do debate atual sobre de base agroecológica ou a produção em sistemas agroflorestais; (b) o desenvolvimento permanente de plantas híbridas e; (c) a pressão que foi feita pelas empresas para que no novo código florestal houvesse a diminuição da área de reserva legal para a dendecultura na Amazônia que é de 50% enquanto para as demais atividades pode chegar a 80%.

Neste processo todo, do ponto de vista do campesinato, a liberdade de produzir e a autonomia sobre o seu território são trocados pela renda e um modelo

de inclusão baseado no acesso ao mercado. Do ponto de vista da empresa, constrói-se a identidade dos produtos com a finalidade de “agregar valor” e acessar mercados específicos, aumentando os lucros. Do ponto de vista do Estado, dinamiza-se as economias locais, incrementa-se a renda das famílias, garante-se a permanência dos sujeitos no campo. É ai que se consolida a ideologia do dendê como bom para todos. Ideologia esta baseada no triunfo do mercado, suas lógicas e relações.

Figura 14: Placa indicadora da reserva legal da Agropalma (PA).



Fonte: Trabalho de campo. Fevereiro/2017.  
Crédito: Jean Brito.

c) a construção do discurso de um pacto social em prol do desenvolvimento; No embate entre o desenvolvimento territorial a partir da conflitualidade, apresentado no PQA, versus o desenvolvimento territorial a partir do pacto social e conciliação de classes, apresentado pelo PCA, o discurso oficial ligado ao cultivo do dendê reconhece este último, embora na realidade a relação entre as empresas dendecultoras e o campesinato seja um mar de contradições.

As ações ligadas à dendecultura avançam por enormes áreas, levando em consideração as características edafoclimáticas, a infraestrutura de transporte e a existência de áreas indígenas e assentamentos. Estas ações são típicas de uma

política de desenvolvimento regional de cunho setorial. As políticas relacionadas à dendecultura não estão baseadas em dinâmicas territoriais, mas na expansão nas áreas pré-determinadas, disputando terras com outros sistemas agrícolas enquanto as empresas ligadas ao dendê disputam território com múltiplos agentes.

O discurso do monocultivo do dendê é construído a partir da ideia de preservação ambiental, diversificação das economias regionais, articulação entre o setor público e a iniciativa privada e a integração entre capital e trabalho que, neste caso específico, assume a forma de integração subordinada do campesinato ao agronegócio, gerando uma lógica de ação e um projeto territorial igualmente subordinado.

Para as análises PCA e para o discurso oficial do PNPB, estes elementos são simplesmente irrelevantes. Um dos exemplos encontramos na argumentação de Favareto:

Para os contornos das políticas para o desenvolvimento rural, ao menos duas lições derivam do que foi aqui exposto. Primeiro, o estímulo a formas descentralizadas de produção e à diversificação das economias locais mostra-se claramente desejável para criar ambientes e instituições que possam favorecer a ampliação das possibilidades dos indivíduos e a diminuição dos constrangimentos negativos sobre suas escolhas. Segundo, mudança institucional pode até ser induzida, mas somente mediante mecanismos cuja repercussão só se manifesta em termos de médio e longo prazos, seja pela via do aprendizado, seja pela via do acúmulo e conversão de recursos mobilizados na direção da mudança. (FAVARETO, 2010, p. 313)

Este pacto social propõe a superação de diferenças e aceitação por todos os sujeitos das prescrições para a dinamização das economias locais que, neste caso, é caracterizado pela consolidação da produção de dendê pelo campesinato para as empresas. O Estado e o campesinato devem aceitar e se envolver na dinâmica do desenvolvimento que tem como carro chefe as estratégias econômicas das empresas dendecultoras, sua técnica e sua lógica de produção. A lógica de circulação é baseada nas dinâmicas internacionais que determinam os movimentos das *commodities*, sendo sua negociação definida pela lógica das bolsas de valores.

d) crescimento econômico.

A quarta dimensão presente é o discurso que liga a dendecultura a grandes oportunidades de negócio, que se expandiu devido a alguns fatores. Em primeiro

lugar, pela possibilidade de se abrir um novo nicho de mercado e se produzir novas *commodities*. A estimativa do governo federal era que o início da produção comercial do Brasil tivesse potencial exportador, acessando o mercado dos EUA e da EU, cujo principal importador é a Alemanha, maior consumidor mundial de biodiesel.

Em segundo lugar, pela possibilidade de haver uma diminuição das importações de petróleo. Os planos iniciais feitos em 2004 pelo governo federal indicavam que apenas a adoção do B2 criaria um mercado interno de cerca de 800 milhões de litros/ano que em termos financeiros representaria cerca de US\$ 160 milhões por ano favoráveis ao país na balança comercial apenas com a redução de importação de óleo mineral. A utilização do B8 ampliaria esta economia nas importações para cerca de 3,2 bilhões de litro/ano.

Outra característica é a possibilidade de utilização de terras degradadas para uma atividade econômica. O Zoneamento Econômico e Ecológico do Dendê (ver Figura 13, página 83) indicaria a possibilidade de utilizar as terras que haviam sido desmatadas nas décadas de 1980 e 1990 e que, em grande parte, estavam destinadas à pecuária extensiva com pastagens já degradadas.

Também se considera a possibilidade de fixação do sujeito no campo. A utilização intensa de mão de obra para a manutenção dos tratos culturais e para a colheita possibilitava a abertura de uma grande quantidade de postos de trabalho no campo, na condição de assalariados rurais.

Em outra vertente, há o reforço da agricultura familiar por meio do programa de integração subordinada do campesinato à empresa, principalmente a partir da experiência de assentamentos de reforma agrária destinados ao cultivo de dendê.

Por fim, pela possibilidade de construir um parque tecnológico, rede de transporte e comercialização, assistência técnica e o desenvolvimento de diversas atividades correlatas ao novo produto que iniciaria a sua produção em larga escala.

Além de se expressar no campo acadêmico e no discurso do Estado, o debate paradigmático também está fortemente presente no discurso da empresa, sobretudo pelas teses que são aceitas e pelas formas de construir o discurso, como se analisa no próximo tópico.

### 2.3.2 O Desenvolvimento Territorial no Discurso da Empresa.

A empresa não define o que ela entende por desenvolvimento ou admite que se está tratando de desenvolvimento territorial. No entanto, nosso objetivo é analisar como os seus princípios e ações dialogam com as diversas visões acerca do desenvolvimento territorial, a fim de identificar com quais pontos estas ações mais dialogam.

Nossos principais documentos de análise são o Relatório de Sustentabilidade publicado pela Agropalma (2013), as informações contidas no site e as informações que foram colhidas em campo.

Em primeiro lugar, cabe destacar o papel que cumpre a política de transparência corporativa. Com relatório periódico e diversos documentos importantes disponibilizados de maneira pública, o Grupo Agropalma pode ser considerado o que possui a melhor política de transparência corporativa dentre as empresas que atuam na região.

Sobre os pilares que sustentam as ações da empresa, o discurso é fortemente marcado pela busca do lucro a partir da articulação de uma posição estratégica no mercado associada com o respeito a condicionantes sociais e ambientais.

Esta posição aparece quando a empresa afirma que tem:

compromisso com o meio ambiente e com todas as pessoas afetadas pelo nosso negócio. Nosso objetivo é ser líder de mercado e estabelecer parcerias que acelerem nosso progresso. Por exemplo, em 2004, fomos a primeira empresa brasileira a participar da Mesa Redonda para Produção de Óleo de Palma Sustentável e a primeira a obter sua certificação em 2011. Ficamos também honrados em ver nossos esforços reconhecidos através do primeiro lugar em 2012 no Scorecard do Greenpeace para Produtores de Óleo de Palma. Este ano, esperamos certificar toda a nossa produção externa de frutos, o que nos permitirá fornecer 100% de óleo de palma sustentável, segregado e rastreável a nossos clientes. (AGROPALMA, 2013, p. 06)

Este elemento está presente no plano estratégico da Agropalma e na articulação do objetivo, pilares e ações estratégicas, que é sintetizado na Figura 15, página 94. A posição estratégica que a empresa busca assumir no mercado é se diferenciando das empresas do setor que usam trabalho degradante ou são acusadas de serem geradoras de altos impactos ambientais.

Figura 15: Objetivos, pilares e ações estratégicas do Grupo Agropalma.



Fonte: Agropalma (2013).  
Organização: Adolfo Oliveira Neto.

Estes cinco pilares são muito fortes nas ações da empresa e, associado ao discurso de transparência corporativa, fecham a estrutura sob a qual ela desenvolve suas ações.

Tomando posição de vanguarda no mercado internacional, busca dialogar com demandas apresentadas pelo terceiro setor, em especial ONGs ambientalistas, para construir uma agenda baseada no respeito à legislação ambiental, na rastreabilidade dos seus produtos, na diminuição dos conflitos pela posse da terra e

na produção associada à agricultura camponesa. Um dos exemplos é o esforço desenvolvido na formação do POIG (Grupo de Inovadores da Indústria de Óleo de Palma).

Sobre a associação à agricultura familiar e ao respeito à legislação ambiental, em 2013 a empresa afirmava:

Nossas operações conquistaram a certificação RSPO em 2011 e 6,6% de nosso óleo de palma é orgânico e certificado com o selo EcoSocial (comércio justo). Processamos frutos produzidos por cerca de 240 pequenos agricultores familiares e produtores integrados que também foram certificados pela RSPO em meados de 2014. (AGROPALMA, 2013, p. 13)

Esse total de óleo orgânico é derivado dos três projetos de assentamento que foram desenvolvidos pelo governo estadual na região para produzirem dendê de maneira integrada com a empresa; analisa-se melhor este processo no capítulo 4. USOS E ABUSOS NO TERRITÓRIO: as contradições impostas pela produção mundializada aos assentamentos de reforma agrária Arauaí I, Soledade e Arauaí II, no município de Moju, PA. na página 193.

Em relação ao respeito à legislação trabalhista, a empresa buscou formalizar todas as relações trabalhistas presentes na sua cadeia produtiva. O principal impacto disso foi sentido pelos projetos de agricultura familiar, principalmente pela regulação da jornada do trabalho, o impedimento do trabalho infantil e o combate ao trabalho exaustivo e degradante.

O principal caminho encontrado foi a construção de um consórcio de trabalhadores assalariados que atendem de maneira complementar aos projetos da agricultura familiar.

Em relação à questão fundiária, os dados apresentados pela empresa são muito significativos para a região. Ela afirma que possui:

107 mil hectares de terras, todas tituladas, dos quais 39 mil hectares são de plantações de palma e 64 mil hectares são reservas florestais. (AGROPALMA, 2013, p. 13)

Sobre o tamanho das terras e sua localização, ver a Figura 71: Agropalma - Complexo I (página 215), Figura 72: Agropalma - Complexo II (página 216) e a Figura 75: Fazendas Próprias Agropalma (página 223). Nelas é apresentado os mapas relativos as fazendas da Agropalma.

Outra vantagem da empresa é o ganho de competitividade gerado pelo fato das fazendas e das plantas industriais estarem completamente integradas. Com isso, o custo de transporte do Cacho de Fruto Fresco (CFF) e a perda de rendimento do fruto após a colheita é reduzida. A Figura 16 é muito representativa desta realidade. Nela há a plantação própria da Agropalma em segundo plano; no primeiro o tanque de armazenamento de óleo bruto depois do processamento industrial na Companhia Refinadora da Amazônia (CRA).

Figura 16: Plantação e tanque de óleo de palma (CRA).



Fonte: Trabalho de campo. Maio/2016.  
Crédito: Adolfo Oliveira neto

Na Figura 17 (página 97) há outra perspectiva da CRA. Nela há a saída dos caminhões que levam óleo bruto para o porto da empresa e, em segundo plano, novamente a área da fazenda própria da empresa.



Figura 17: Portão da CRA com caminhão levando óleo bruto para o porto.



Fonte: Trabalho de campo. Maio/2016.  
Crédito: Adolfo Oliveira Neto

Outro elemento marcante na visão da empresa sobre o desenvolvimento é a busca constante pela diminuição do custo da mão de obra na composição final dos custos de produção. O principal fator é o investimento na mecanização de diversas atividades relacionadas ao cultivo do dendê, com buscas a diminuir a quantidade de postos de trabalho. Este é um elemento que aparece fortemente nos dois principais documentos públicos da empresa, destacados abaixo.

Estamos mecanizando diversas etapas de nosso processo de produção, adotando um novo sistema de replantio que minimiza quedas na produção resultantes do corte de palmeiras adultas e identificando formas de redução de custos em todas as nossas operações. (AGROPALMA, 2013, p. 06-07)

Devido ao alto custo da mão-de-obra, e visando o aumento da eficiência e da segurança, investimos fortemente na mecanização de nossos processos, incluindo aplicação de herbicidas e adubação. Nos últimos anos, passamos a utilizar também equipamentos modernos para mecanizar o carreamento de cachos nas plantações adultas. O carreamento manual sempre envolveu enorme esforço físico, porque requer o levantamento dos cachos de frutos que podem pesar até 40 kg. (AGROPALMA, 2015, p. 21).

Dados apresentados pela Agropalma (2015) apontam que o índice de mecanização do carreamento do CFF chega a 90%, indicando que a mecanização do processo produtivo é realmente uma das principais metas da empresa.

Por fim, outra característica observada é a interlocução com as organizações sociais do campo com atuação na região. Em geral, a relação busca criar as condições para o avanço do cultivo e beneficiamento da palma a partir da perspectiva da empresa, de forma a minimizar os conflitos e embates. Nesse processo, não é possível definir que há diálogo entre a empresa e as associações pois o nível de dependência das segundas em relação a primeira é total. O que há é um campo de encontro onde a única possibilidade é, com pequenas variações, a reprodução de um monólogo proferido pela empresa que tem como eixo central a busca dos objetivos definidos pelos *stakeholders* e a tentativa de atingir as metas financeiras.

Atualmente a empresa mantém interlocução com diversas organizações sociais do campo que, analiticamente, dividimos em três grupos.

O primeiro é formado por sindicatos de trabalhadores rurais. Na lista indicada pela Empresa em 2011 para a *IBD Certification* constam seis sindicatos de

trabalhadores rurais que atuam na região de ação da empresa, O Quadro 2 apresenta a lista destas organizações com o contato de seus representantes, estes devidamente para que a empresa obtivesse a certificação. Este grupo está representado, principalmente, pelos trabalhadores que são contratados para atuarem nas terras próprias da Agropalma no cultivo, trato cultural e colheita. Ele também representa os trabalhadores que são contratados para atuarem no consórcio de trabalhadores que atendem aos projetos da agricultura familiar.

Quadro 2: Sindicatos de trabalhadores de áreas vizinhas à empresa.

ITEM	Sindicatos de trabalhadores de áreas vizinhas à empresa.	de	Representante	Contato
01.	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tailândia		José Valdir Hoss	E-mail: sttrtailandia@hotmail.com Telefone de contato: 3752-1150
02.	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju		Manoel Libório Ferreira dos Santos (Presidente)	E-mail: sttrmoju@hotmail.com Endereço: Praça do Estudante nº 82. Bairro: Centro. Moju - Pará Telefone de contato: 3756-1371
03.	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Tomé-Açu		Raimundo Nonato	E-mail: erbenihenrique@bol.com.br Endereço: Av. 1º de setembro nº 350. Bairro: Centro. Tomé-Açu / Pará Telefone de contato: 3727-1328 / 3727-1875
04.	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Acará		Manoel Raimundo da Silva (Presidente)	Endereço: Av. Fernando Guilhon nº 492. Bairro da Alegria. Acará – Pará Telefone/fax: (91) 3732-1160 Celular Presidente: (91) 8818-9256
05.	Sindicato dos Trabalhadores Agricultura		Edson Magno Farias	Telefone: (91) 9126-9959/9185-7149 edsonmagno2010@hotmail.com
06.	Sindicato dos Trabalhadores Agricultura		Pedro Pantoja	Telefone: (91) 3242-5900 / (91) 9150-8677 <a href="mailto:ig-leonardo@hotmail.com">ig-leonardo@hotmail.com</a>

Fonte: IBD Certifications (2011a, p. 07).

O segundo grupo de organizações do campo é composta pelas associações patronais que atuam na região. A fonte é a mesma indicada anteriormente, a qual apresenta 04 sindicatos patronais, sintetizadas no Quadro 3. Estas associações representam os médios e grandes agricultores que passaram a produzir dendê na forma de produtores independentes integrados à empresa.

Quadro 3: Associações patronais com ações na área de atuação da Agropalma.

ITEM	Associações patronais de áreas vizinhas à empresa.	Representante	Contato
01.	Sindicato dos Produtores Rurais de ACARÁ	Antônio Célio dos Santos Ribeirinho	Av. Pedro Vinagre, 852 - São Judas Tadeu Acará - PA, 68690-000 Fone: 91 3732-1692
02.	Sindicato dos Produtores Rurais de TAILÂNDIA	Adolfo Eugêncio Rosseto de Almeida	Endereço Comercial: Av. Belém nº 82 – Bairro Santa Maria – Caixa Postal 5 - Tailândia (PA). CEP: 68.695-000
03.	Sindicato dos Produtores Rurais de TOMÉ-AÇU	Shiguelo Takahashi	Endereço Comercial: Av. Dionísio Bentes nº 210 - Quatro Bocas - Tomé-Açu (PA) - CEP: 68.682000 Fone Comercial: (91) 3734-4189
04.	Sindicato dos Produtores Rurais de Mojú	Ivo Senger	Endereço Comercial: Rodovia PA- 252 - Km 06 Ramal Zé Lima-1,5 Km Mojú (PA)-CEP: 68.450000 Fone Comercial: (91) 3756.1212 Prefeitura

Fonte: IBD Certification (2011a, p. 08).

O Quadro 4 apresenta o terceiro grupo, que é o núcleo central que forma o nosso objeto. Ele é formado pelas associações que representam os projetos de assentamento ligados ao Grupo Agropalma. Elas detêm a propriedade jurídica da terra dos projetos Arauaí I, Arauaí II e Soledade.

Quadro 4: Associações representativas dos agricultores familiares integrados.

Razão Social	Proprietários do Empreendimento	Município
ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA SOLEDADE	ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA SOLEDADE	Moju
ASSOCIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO RAMALDO ARAURÁ – PROJETO I	ASSOCIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO RAMALDO ARAURÁ	Moju
ASSOCIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO RAMALDO ARAURÁ – PROJETO II	ASSOCIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO RAMALDO ARAURÁ	Moju

Fonte: Trabalho de campo.

O discurso de desenvolvimento apresentado pela empresa em seus documentos públicos tem como base o caráter local das ações; a tentativa de construção de um pacto social com os diversos sujeitos locais em prol do desenvolvimento, minimizando as diferenças entre classe; o respeito à legislação ambiental e social; interlocução com as aspirações dos *stakeholders* e a busca pela melhoria nos processos produtivos e ganho de competitividade.

## 2.4 Síntese do Capítulo

Buscou-se compreender as principais diferenças presentes nas interpretações do Paradigma do Capitalismo Agrário e no Paradigma da Questão Agrária que são apresentadas no Quadro 5.

Quadro 5: Síntese das diferenças entre o PCA e o PQA.

<b>Paradigma do Capitalismo Agrário</b>	<b>Paradigma da Questão Agrária</b>
Integração do campesinato à grande empresa	Luta de classes
Rural como espaço ou território, se opondo a visão do rural como setor	Rural como totalidade
Superação da dicotomia rural-urbano	Diferenciação social do campesinato
Arranjos socioprodutivos	Renda da terra
Pacto em torno do desenvolvimento (consenso)	Conflito como elemento fundamental para o desenvolvimento
Desenvolvimento como o bem comum e inquestionável (ideia guia)	Modelos de desenvolvimento sua relação com projetos de classe e grupos sociais
Maior preocupação com os aspectos locais (terroir)	Preocupação com a formação socioespacial e as desigualdades
Modelo localista de desenvolvimento	Desenvolvimento baseado na multiterritorialidade, multidimensionalidade e multiescalaridade
Importância na inserção em mercados dinâmicos	Importância da cidadania
Novos arranjos institucionais	Políticas públicas
Produção de produtos não agrícolas e gêneros diferenciados	Controle dos recursos naturais
Articulação entre agentes públicos e privados	Relações de poder
Descentralização de recursos e diversidade econômica	Relação entre capital x trabalho;
Pobreza como elemento conjuntural	Pobreza como elemento estrutural

Organização: Adolfo Oliveira Neto

A posição defendida pelo Estado nos documentos oficiais analisados e a posição defendida pela empresa dialogam com o pensamento expresso pelos autores do PCA, mostrando uma hegemonia deste paradigma nesta experiência. Isso porque, tanto o Estado quanto a empresa produzem seu discurso a partir dos seus interesses, do contexto em que agem, da sua finalidade e do grupo de sujeitos que define como interlocutores. O Estado e a empresa por vezes apresentam elementos que não apareceram nem na interpretação do PCA nem no PQA.

### 3. DINÂMICAS RECENTES DO ESPAÇO AGRÁRIO PARAENSE: histórico e reestruturações motivadas pela dendecultura.

Este capítulo analisa como a dendecultura se consolidou na região, tomando como referência um conjunto de estudos que foram realizados sobre o tema na região. Tais estudos analisam o processo de instalação dos empreendimentos dendecultores bem como o impacto deles em territórios camponeses e comunidades locais.

Nossa principal referência é o processo de territorialização do grupo Agropalma. O objetivo é avaliar como a dendecultura reestruturou a região do ponto de vista agrícola e técnico, criando um discurso passa ser amplamente aceita por diversos sujeitos e vista como uma das principais saídas para o desenvolvimento local.

Mielitz Netto (2011) mostra como a agricultura sempre esteve associado a diversos modelos de desenvolvimento na história brasileira e são importantes para entendermos a atual ligação entre o cultivo e o discurso do desenvolvimento territorial.

O atual ciclo de avanço da dendecultura é determinado por, pelo menos, cinco dinâmicas. A primeira é a consolidação do agronegócio como modelo hegemônico de desenvolvimento do capitalismo no campo, unindo vários sistemas com o objetivo de se ter uma produção cada vez mais integrada e verticalizada, com condições de ter uma maior renda em menos tempo. A segunda são as alternativas de mercado que buscam construir respostas à atual crise climática, criando oportunidades de acumulação acelerada de capital. A terceira é a busca por fontes alternativas de energias que possam dar respostas ao esgotamento cada vez mais eminente das fontes de energia fóssil. A quarta é o avanço em escala mundial do cultivo de commodities agrícolas e, em especial, das denominadas *flex crop*, que podem ser utilizadas nos ramos do agrocombustível, diversos ramos da indústria e alimentação. A quinta é o processo de *land grabbing* que ocorre nos países do sul para que suas terras sejam postas a disposição da permanência do modelo de desenvolvimento dos países do sul. Esta última dinâmica é apresentada por Houtart (2011) quando afirma que:

Es cierto que la falta de tierras e el alto costo de la mano de obra obligan las economías del Norte a promover la producción de

agroenergía en el Sul y, al mismo tiempo, de forma bastante contradictoria, a adoptar también medidas de conservación para los “pozos de carbón” (los bosques). (...) Entonces, se refuerza la dependencia de los países del Sur (lo mismo que sucede con las materias primas) al tiempo que se permite a los países desarrollados industrialmente continuar, atenuándolo, su modelo contaminante de crecimiento. (HOUTART, 2011, p. 99)

Em relação à dendecultura no estado do Pará, algumas teses e dissertações importantes sobre o assunto são apresentadas por Rocha (2015), Vásquez (2015), Silva (2015), Vieira (2015), Silva (2016), Andrade (2009), Cruz (2006), Barreto (2012) e Santos (2015).

Esses demonstram que a dendecultura teve generosos aportes do poder público para se consolidar, sendo um dos mais recentes o Programa Nacional de Uso e Produção do Biodiesel (PNPB), lançado pelo presidente Lula no município de Tomé-Açu em 2005. Tem como um dos principais marcos simbólicos na região o pé de dendê plantado pelo presidente na ocasião, na comunidade do Ramal do Arauaí, e que é apresentado na Figura 18.

De certo, naquele momento a dendecultura não era nenhuma novidade para a região. A cultura do dendê com fins comerciais começa ser implantada na Amazônia na década de 1940, com os primeiros experimentos no Campo Agrícola Lira Castro. Na década de 1950, iniciou-se uma política pública com grandes investimentos no cultivo do dendê, capitaneado pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), associado ao aumento das pesquisas sobre a cultura, encabeçadas inicialmente pelo Instituto Agrônomo do Norte (IAN), e, posteriormente, pelo Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Norte (IPEAN).

Na década de 1960 acendeu-se o debate sobre a dendecultura como uma alternativa para o desenvolvimento da Amazônia. Projetos apresentados à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), estudos de Clara Pandolfo e José Maria Pinheiro Condurú apontavam áreas para a expansão da dendecultura e a necessidade de criação das usinas extratoras para processar o fruto. Ainda na década de 1960, tivemos as primeiras plantações extensivas feitas pela SUDAM. Na década seguinte, as privatizações destes dendezais que inaugurou a métrica que se estendeu para a região até os dias atuais, que pensa modelos de desenvolvimento baseados em grandes projetos, irrigados com generosos

investimentos públicos e renúncia fiscal, estimulando projetos desenvolvidos pela iniciativa privada, que produzem no imaginário social a ideia de eficiência e alta competitividade. De certo, sem a generosa participação do Estado, estes projetos não se viabilizariam.

Figura 18: Pé de dendê plantado pelo presidente Lula no lançamento do PNPB.



Fonte: Trabalho de campo. Fevereiro/2017.  
Crédito: Jean Brito.

Seguidas décadas de maior ou menor investimento do Estado na dendecultura, este cultivo veio especializando o território e se consolidando como uma das principais atividades econômicas na região. Este investimento foi no campo financeiro, científico, tecnológico e na infraestrutura da região.

No entanto, a década de 1980 e a primeira metade da década de 1990 marcam uma forte crise no setor, especialmente por três motivos: a crise econômica brasileira da década de 1980 com o alongamento do período de instabilidade econômica e recessão nos investimentos no início da década de 1990; a diminuição dos recursos e das renúncias fiscais destinadas ao desenvolvimento da Amazônia, a partir da SUDAM; e o avanço do Amarelecimento Fatal (AF) nos dendezeiros da Dendê do Pará S.A. (DENPASA), o que gerou apreensão em todas as empresas do setor.



A grande novidade era que a dendecultura, vista desde a década de 1960 como uma das grandes possibilidades de desenvolvimento da Amazônia, editada naquele momento sob o contexto da manutenção dos ciclos econômicos amazônicos baseados em drogas do sertão e desenvolvidos sob a base discursiva do vazio demográfico, foi reeditada a partir de uma política multidimensional. Tal empreendimento juntou a política de financiamento, a tributária, a construção de uma rede de CT&I, a política ambiental e a fundiária, atraindo novas empresas que passariam a atuar (algumas de maneira até bastante agressivas) no setor.

Baseado no discurso da produção de bioenergia e justificado internamente pela possibilidade de associar a preservação ambiental e regularização fundiária à diminuição da pobreza rural e ao desenvolvimento territorial, o biodiesel avançou a largos passos aproveitando o contexto de alta nos preços das commodities agrícolas, com especial destaque para a elevação dos preços do óleo de palma e de palmiste no mercado internacional. Esta conjuntura da década de 2000 é o que caracteriza a nova fase da dendecultura no Pará.

Uma síntese de alguns dos eventos, fatos e instituições marcantes que se relacionam com a produção de dendê no estado do Pará é apresentada no Quadro 6.

Como ressalta Homma (2016, p. 11-12), em nossa cronologia temos que considerar fatos e eventos históricos visíveis, fatos e eventos históricos invisíveis, fatos e eventos históricos desconhecidos e, por fim, a dimensão humana. Esta síntese é apenas uma aproximação.

É importante salientar que o quadro inicial contou com mais de 110 itens, sendo a destacada abaixo apenas uma síntese pois o completo pode ser consultada no ANEXO 1, na página 308.

Quadro 6: Síntese das instituições, fatos e eventos relacionados à produção de dendê no estado do Pará.

<b>Ano</b>	<b>Instituição/Fato/Evento</b>	<b>Descrição</b>
<b>1940</b>	Campo Agrícola Lira Castro	Plantio em 08 de abril de 30 mudas, no km 18 da Estrada de Ferro Belém-Bragança com a primeira colheita em novembro de 1941.
<b>1955</b>	Instituto Agrônômico do Norte (IAN) e Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)	Estabelecimento de convênio entre o IAN e a SPVEA para produção de mudas de dendezeiros. Distribuição de 65 mil mudas e 160 mil sementes, entre maio de 1955 e janeiro de 1956.

<b>1961</b>	Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Norte (IPEAN).	Promove a ideia da implantação da cultura de dendê na Amazônia com a publicação do artigo de José Maria Pinheiro Conduru (A Cultura do Dendê tem Possibilidades na Amazônia) recomendando a região do Acará para o cultivo.
<b>1963</b>	SPVEA	Clara Martins Pandolfo (1912–2009) apresenta à SPVEA projeto para implantar um polo produtor de dendê e uma usina de beneficiamento.
<b>1964</b>	Secretaria de Produção do Estado do Pará.	Conduru & Soares. Primeiro planejamento para a implementação do dendê. Projeto para 1000 hectares e processamento de 6 t/CFF/hora em Acará/Moju ou Abaetetuba/Igarapé-Miri/Moju.
<b>1967</b>	SUDAM	Início do cultivo do dendezeiro na Estrada de Mosqueiro. Em torno de 3 mil hectares, sendo 1,5 mil hectares da atual Denpasa e 1,5 mil hectares de pequenos produtores.
<b>1972</b>	Ministério do Interior.	Determina a transferência do plantio de dendezeiros da Sudam para a iniciativa privada.
<b>1973</b>	Secretaria de Estado de Agricultura do Estado do Pará.	Lançamento do Projeto Dendê com o objetivo de consolidar plantações satélites para atender a DENPASA.
<b>1974</b>	DENPASA	Aparecimento dos primeiros casos isolados de Amarelecimento Fatal (AF) nos plantios da Dendê do Pará S.A. (DENPASA), em 25 palmeiras.
<b>1975</b>	CODENPA	Organização da Cooperativa Agrícola Mista Paraense, com sede em Santa Izabel do Pará, com 26 agricultores, iniciando o plantio de 50 mil palmeiras. Posteriormente seria constituída a Companhia de Dendê Norte Paraense (Codenpa).
<b>1976</b>	DENPASA	Inauguração da fábrica de beneficiamento de óleo de palma.
<b>1980</b>	PRÓ-ÓLEO	Em 22 de outubro foi criado o “Programa Nacional de Óleos Vegetais para Fins Energéticos” (Pro-óleo), para efetuar a mistura do óleo de dendê com óleo diesel e uso em motores próprios.
<b>1980</b>	DENPASA	Primeira exportação de óleo cru (Holanda).
<b>1980</b>	DENAM	Aprovação do projeto Dendê da Amazônia S.A. (Denam), na Sudam, para implantação de 3000 ha em São Domingos do Capim.
<b>1980</b>	REASA	Reflorestadora da Amazônia S.A. (REASA), financiada pelo Fiset e Sudam, apresenta proposta para implantação de projeto com dendezeiros no km 11,5 da Estrada Moju-Acará.
<b>1981</b>	COACARÁ	Denpasa compra 27,5 mil hectares no Município de Acará, onde foi implantado o Projeto Companhia Agrícola do Acará (Coacará).
<b>1981</b>	AGROPALMA	Início das atividades no município de Moju.
<b>1981</b>	AGROMENDES	Mendes Júnior Agrícola do Pará S.A. (Agromendes) tem seu projeto aprovado na Sudam, para ser implantado em Acará, iniciando a plantação em 1983.
<b>1982</b>	DENTAUÁ	Cisão entre os cooperados da Codenpa funda, em 22 de fevereiro, a Dendê do Tauá S.A. (Dentauá), iniciando as operações em 1984 no Município de

		Santo Antônio do Tauá.
1982	CRAI	Sudam aprova o projeto da Companhia Real Agroindustrial (CRAI), iniciando a produção de óleo de palma em 1985 e sendo posteriormente incorporada ao Grupo Agropalma.
1984	ÓLEOS CAMPEÃO	Instala usina em Santa Izabel do Pará com capacidade de processamento de 1,5 t/CFF/h.
1985	AGROPAR	Início da plantação da Companhia Agroindustrial do Pará (Agropar), pertencente ao Grupo Agropalma.
1985	PALMASA	Início das operações da Agroindustrial Palma S.A., com início do plantio em 1986.
1986	DENDÊ MOEMA S.A.	Início das atividades no município de Santa Izabel do Pará.
1989	AGROPALMA.	Adquire a empresa AGROPAR Adquire a empresa AMAPALMA Adquire a empresa AGROMENDES.
1990	MARBORGES	Adquire a empresa REASA.
1991	PALMASA	Implantação da unidade de beneficiamento com capacidade de 9 t/cff/h no município de Igarapé-Açu, ampliando a capacidade para 28 t/cff/h em 1992.
1992	MARBORGES	Inauguração da unidade de beneficiamento com capacidade de 9 t/cff/h.
1993	COACARÁ	Implantação da unidade de beneficiamento com capacidade para 20 t/cff/h.
1994	DENPASA	Trabalhadores fazem greve de três semanas.
1994	REFINORTE	Início do funcionamento em 07/01/1994 no município de Santa Izabel do Pará.
1995	AGROPALMA	Primeira exportação da empresa de óleo cru para o exterior (Alemanha).
1996	REFINORTE	Suspende as atividades.
1997	AMAPALMA S.A.	Inicia seus primeiros plantios.
1997	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ	Criação do Grupo de Estudos de Propostas Estratégicas (Gepe), enfatizando a expansão do cultivo do dendezeiro.
1997	MUNICÍPIO DE MOJU	Início das atividades do primeiro gerador de energia elétrica do estado movido à óleo de palma (Vila Boa esperança).
1997	CRA	Início das operações da Companhia Refinadora da Amazônia (CRA), do Grupo Agropalma, em Belém.
1999	YOSSAM LTDA.	Início das operações da Refinaria Yossam Ltda, em Santa Izabel do Pará, do Grupo Kabacznic, com capacidade de 36 mil toneladas/ano.
1999	DENPASA	Reduziu sua área de 5.300 ha para 1.000 ha.
2000	ASSENTAMENTO TARUMÃ-MIRIM	Localizado no km 21, da Rodovia BR-174. Foi implantado um viveiro para produção de mudas de dendezeiro, sem concretizar o plantio definitivo.
2000	COACARÁ	É comprada pelo Grupo Agropalma e passa a se chamar Companhia Palmares da Amazônia.
2001	DENPASA	Encerra as atividades da usina de processamento de óleo de palma.
2002	GRUPO AGROPALMA	Funde no Grupo Agropalma as agroindústrias CRAI, AGROPALMA, AGROPAR, AMAPALMA e CPA, além da Cia. Refinadora da Amazônia, constituindo o maior e mais moderno complexo agroindustrial de plantio de palma, produção e processamento do

		País.
2002	PROJETO I (Arauaí I)	Primeira experiência de integração de camponeses a Agropalma por meio do Assentamento Arauaí, com a participação de 50 famílias.
2004	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ.	Lançamento do Programa Paraense de Incentivo à Produção de Biodiesel (Pará Biodiesel).
2004	OCUPAÇÃO MARTIRES DE ABRIL.	O MST ocupa no dia 16 de abril o dendezal da Denpasa, localizado na Estrada de Mosqueiro, sendo a primeira experiência de ocupação de um dendezal por um movimento social do campo na Amazônia.
2004	PROJETO II (Comunidade Soledade)	Segundo projeto de integração do campesinato à Agropalma a partir do Assentamento Soledade com 50 famílias.
2005	PROJETO III (Arauaí II)	Terceiro projeto de integração do campesinato à Agropalma a partir do Assentamento Arauaí II com 50 famílias.
2005	B2	Introdução do biodiesel na matriz energética brasileira.
2005	CRA	Em 26 de abril o presidente Lula inaugura a Planta Piloto de Esterificação de Ácidos Graxos – resíduos do processo de refino na CRA para produzir biodiesel e visita a comunidade do Arauaí.
2005	SELO COMBISTÍVEL SOCIAL	Criado em 05 de julho pela IN 01 de 05 de julho de 2005 – MDA.
2005	PNPB	Lançamento do Programa de Produção e Uso do Biodiesel: Marco Regulatório e Metas Físicas.
2006	EMBRAPA AGROENERGIA	Criada em 24 de maio pela resolução nº 61 do Conselho de Administração.
2006	PROJETO IV (Calmaria II)	Quarto projeto de integração do campesinato à Agropalma a partir do Assentamento Calmaria com 35 famílias.
2007	BELÉM BIOENERGIA DO BRASIL S.A. (BBB)	Criada a partir de um acordo entre a Petrobrás e a empresa portuguesa Galp Energia.
2007	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A.	Joint venture criada com participação acionária majoritária do Grupo Vale.
2008	PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEIS	Planeja a produção de 300.000 toneladas de óleo de palma ao ano com investimento estimado em R\$ 330 milhões, sendo R\$ 237 milhões destinados à área agrícola e o restante à área industrial.
2010	PROGRAMA DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE PALMA DE ÓLEO NO BRASIL (PSPO)	Lançado presidente Lula em 6 de maio.
2010	ZONEAMENTO AGROECOLÓGICO DA CULTURA DE PALMA DE ÓLEO.	Instituído pelo Decreto nº 7.172 que dispõe sobre o estabelecimento de normas referentes às operações de financiamento ao segmento da palma de óleo, nos termos do zoneamento.
2010	PRONAF-ECO	Lançado pelo Governo Federal com o objetivo de financiar a expansão do dendê, com empréstimo de até R\$ 80.000,00 para cada agricultor.
2010	CRA	Fim da produção de biodiesel.
2010	Biopalma.	Planeja adquirir 130.000 há no nordeste paraense, sendo 15.000 ha destinados à exploração de 2.000 produtores familiares integrados.

<b>2010</b>	Petrobras Biocombustíveis.	Início do Projeto Pará. Início do Projeto Belém
<b>2011</b>	BBB	Fundação da Belém Bioenergia do Brasil S.A. e início dos plantios.
<b>2011</b>	BIOPALMA	A Vale adquire o controle acionário da Biopalma por US\$ 173,5 milhões.
<b>2011</b>	ADM	Início das atividades em São Domingos do Capim com o plantio de 2.030 ha e o envolvimento de 270 pequenos produtores.
<b>2012</b>	BIOPALMA	Inaugura a sua primeira usina extratora de dendê.
<b>2013</b>	B5	Introdução de 5% de biodiesel no diesel convencional.
<b>2013</b>	PALM OIL INNOVATION GROUP (POIG)	Lançado na reunião da Tropical Forest Alliance, em Jacarta, Indonésia. Fazem parte o Greenpeace, WWF, Rainforest Action Network (RAN), Forest People Program (FPP) e as empresas Agropalma (Brasil), Daabon (Colômbia) e New Britain Palm Oil (Papua e Nova Guiné).
<b>2014</b>	ADM	Inauguração em 15 de setembro do Terminal Portuário em Vila do Conde, no município de Barcarena.
<b>2014</b>	B6, B7	Aprovação da Lei nº 13.033 para o uso de 6% e 7% a partir de julho e novembro de 2015, respectivamente, de biodiesel no óleo diesel.
<b>2015</b>	MEJER AGROFLORESTAL	Inauguração do complexo de esterilizadores em Bonito, Pará, com tecnologia malaia, considerado o mais moderno da América Latina.
<b>2016</b>	ELEVAÇÃO PARA 20% DA ALIQUOTA DE IMPORTAÇÃO DE ÓLEO DE PALMA.	Publicada em 06 de maio a Resolução nº 42 da Camex que aumenta de 10% para 20% a alíquota do imposto de importação do óleo de palma refinado.

Fonte: Homma (2016); Vásquez (2015).  
Organização: Adolfo Oliveira Neto.

Na década de 2000, com a expansão significativa da área plantada de dendê na região e a introdução de novas empresas que passaram a atuar a partir do PNPB, o transporte de mudas tornou-se uma das novas referências. De maneira muito comum era possível ver nas estradas caminhões transportando mudas produzidas nos viveiros das empresas para as novas áreas de cultivo.

Desde então, se abriu uma corrida entre as empresas em busca das melhores terras. Estas novas áreas foram conquistadas de maneira múltipla, como é apresentado no Quadro 7.

Quadro 7: Formas de aquisição de terras na região para a dendecultura.

Forma de Aquisição de Terras	Características.
Compra	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Junção entre a propriedade capitalista e a produção.</li> <li>- As empresas adquiriram diversos tipos de terra. Algumas regularizadas e outras não. Há incerteza quanto à titularidade de algumas terras.</li> <li>- Propriedade monopolista da terra.</li> </ul>
Arrendamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Separação entre a propriedade da terra e a produção, sendo o proprietário beneficiário de uma parcela da renda da terra.</li> </ul>
Integração de produtores independentes.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Produtores que possuem plantações próprias e vendem a produção para as empresas processadoras. Em média as propriedades são superiores a 50 hectares.</li> <li>- Em geral, são integrados, recebendo o pacote tecnológico e as orientações das empresas.</li> </ul>
Beneficiários de programas da reforma agrária integrados.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assentamentos de reforma agrária que foram criados com a finalidade específica de produzir dendê.</li> <li>- Média de 10 hectares por produtor com financiamento do governo federal e acompanhamento da empresa.</li> </ul>
Produtores ligados ao Programa de Agricultura Familiar.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Produtores familiares integrados com média de 10 hectares de terras que contam com o financiamento do PRONAF-ECO, assistência técnica e acompanhamento da empresa.</li> </ul>

Fonte: Trabalhos de campo.

A busca por terras se tornou muito presente na região, principalmente nos anos de 2009 e 2010 com a expectativa que gigantes multinacionais iniciassem as suas operações na região, com destaque para a ADM, Biovale e Petrobrás Biocombustíveis.

Em muitas regiões o cultivo de dendê passou a ser visto como um negócio e as aquisições de terras se deram pela possibilidade de auferir a renda da terra arrendando-a as grandes empresas ou criando um empreendimento econômico, com a produção independente.

Devido às exigências Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Novo Código Florestal Brasileiro) as terras degradadas e que possuíam outros usos econômicos passaram a ser mais importantes, já que aumentaram as exigências em relação ao desmatamento de novas áreas.

Para a concretização dos programas de integração do campesinato, as empresas usaram de várias alternativas. Algumas aproveitaram-se da proximidade de alguns sujeitos locais para identificar e negociar com os camponeses, em geral empobrecidos pela falta de políticas públicas no campo, que pudessem se associar ao projeto. Essa ação é complementada por empresas especializadas contratadas

com a finalidade de acompanhar tais empreendimentos. Nahum e Malcher explicam este mecanismo.

Empresas são contratadas pelos empreendedores da dendecultura para construir projetos de agricultura familiar. Desse modo, a Nes Global Talent presta esses serviços para Petrobrás Biocombustível e a Ecodendê para a ADM. Tais empresas realizam os mesmos procedimentos dos agentes fundiários, com o diferencial de que não objetivam comprar terra, mas associar famílias camponesas à dendecultura. Assim temos acordos da ACM Bio-Tech com 450 famílias dos municípios de Moju, Igarapé-Miri e Mocajuba para a plantação de 3 milhões de mudas em uma área de 15 mil hectares. Em dois anos, na mesma área, devem ser plantados mais 6 milhões de mudas de dendê, algumas importadas do Equador, e acordos da ADM (Archer Daniels Midland), que iniciou em maio de 2012 o plantio de palma no Pará por meio de uma parceria com agricultores familiares. (NAHUM; MALCHER, 2012)

Estas mudanças levam a considerar que a expansão da dendecultura tendo como base o modelo do agronegócio produziram no campo amazônico o avanço de uma nova fração do agronegócio, com crescimento acentuado de suas ações, uma nova racionalidade técnica e a definição de novos sistemas agrícolas e arranjos espaciais, como analisado no item “3.1 O novo *Boom* do dendê no Pará.” O item “3.2 O Controle do Sistema Agrário do Óleo de Palma na Microrregião do Guamá” analisa o impacto que a dendecultura teve nos usos da terra, as condições políticas construídas no recorte temporal da pesquisa e o impacto na estrutura produtiva do campo na região. As referências para esta análise é a produção presente no campo paraense e a área ocupada pelas principais culturas. O item “3.3 A Agropalma como produtora de commodity e flex *crop*.” analisa como a dendecultura é incluída no mercado mundial de commodities e é valorizada recentemente como uma das principais *flex crop* do mercado mundial, aumentando significativamente sua demanda.

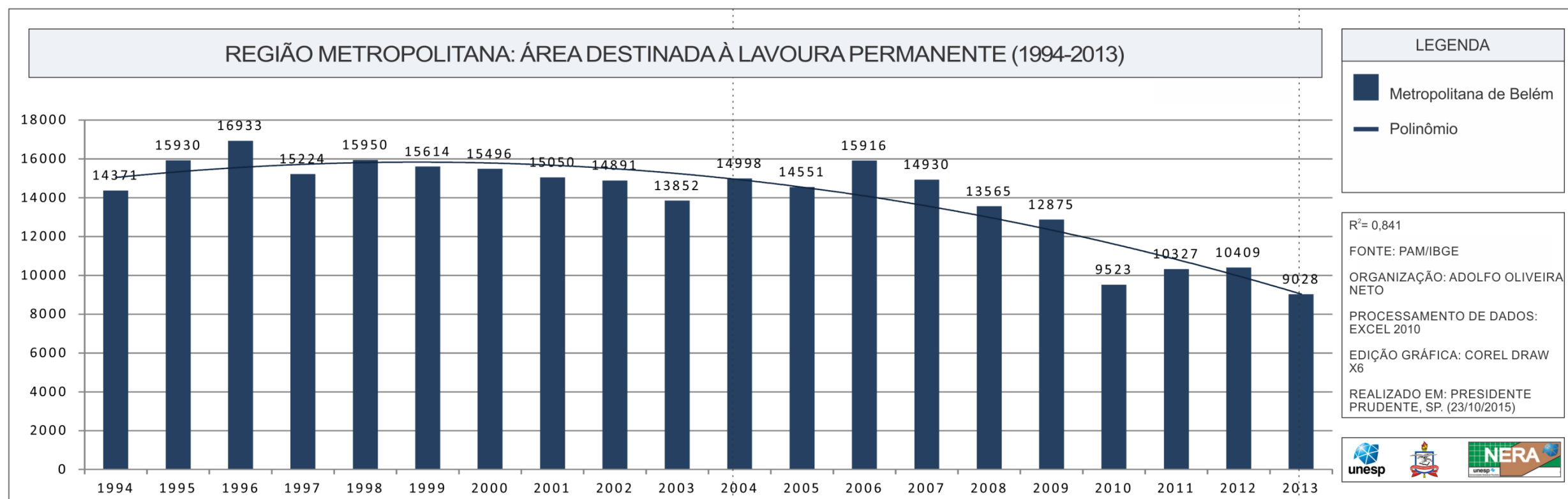
### 3.1 O novo *Boom* do dendê no Pará.

O avanço da dendecultura na região na década de 2000 foi extremamente acentuado. Na Figura 19 a série histórica é de duas décadas sobre a área destinada as lavouras permanentes nas duas regiões onde está presente o dendê no estado do Pará, a Região Metropolitana de Belém e a Região Nordeste Paraense, com vistas a avaliar o comportamento das áreas agrícolas.

Na Região Metropolitana de Belém a área destinada às lavouras permanentes diminuiu de 14.371 hectares, em 1994, para 9.028 hectares, em 2013. As primeiras experiências com dendê na região são da década de 1960 e desde a década de 1980 vem perdendo espaço na região as atividades agrícolas em detrimento do avanço das cidades e a intensificação da urbanização. O crescimento das cidades tem diminuído a oferta de terras para a agricultura na região e o aumento populacional tem pressionado os atuais dendezaís o que acaba aumentando o custo das empresas com vigilância e proteção das suas áreas, como mostra a Figura 20 na página 114.



Figura 19: Área destinada à lavoura permanente (Metropolitana x Nordeste Paraense)



(Recorte Temporal da Pesquisa)

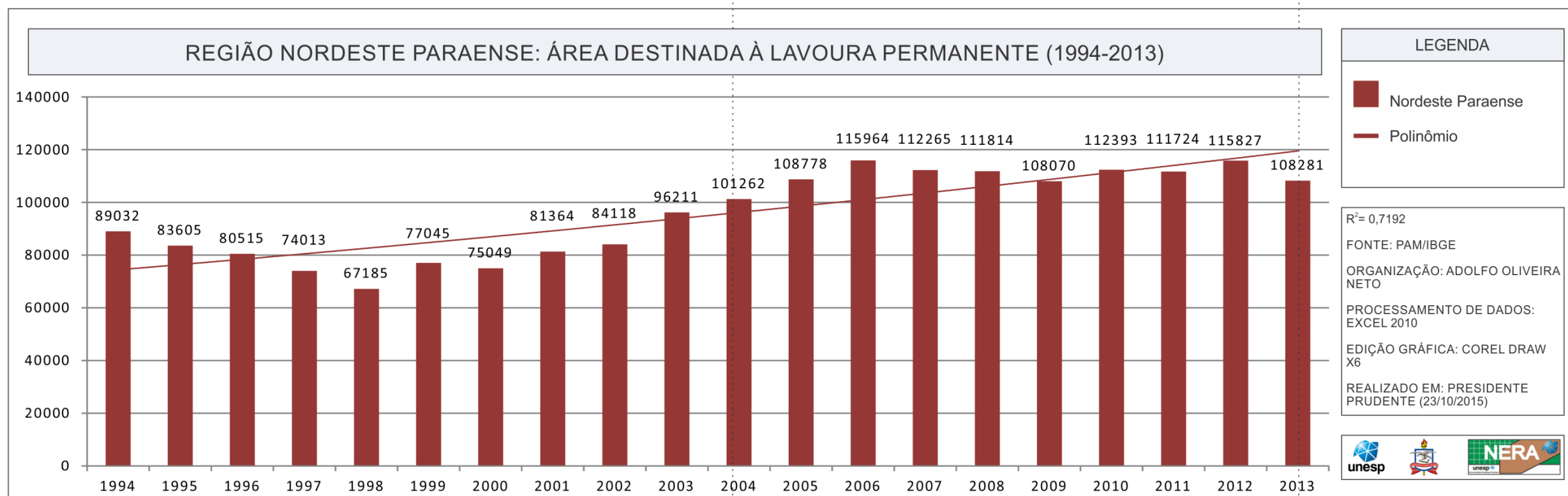


Figura 20: Fazenda da Denpasa cercada com muros e arame farpado na Região Metropolitana de Belém.



Fonte: Trabalho de Campo. Maio 2017.  
Crédito: Adolfo Oliveira Neto

Outro elemento fundamental para a diminuição da produção de dendê na Região Metropolitana de Belém foi o avanço do Amarelecimento Fatal (AF) nas primeiras experiências de cultivo realizadas em larga escala.

A principal área afetada foi o plantio da Sudam de 1967, repassado para a Denpasa em 1972. Dois anos depois (1974) o AF foi identificado em 25 palmeiras e em uma década a doença se alastrou para mais de 1000 hectares da empresa. A Figura 21 (página 115) apresenta uma imagem que mostra alguns dos pés de dendê afetados pelo AF na antiga fazenda da Denpasa. Hoje, a área é um assentamento de reforma agrária e ainda conta com muitos pés de dendê que foram afetados pela doença misturados à nova vegetação que surgiu na área durante o pousio. Estes pés são rugosidades espaciais da dendecultura na área do assentamento.

Na Região do Nordeste Paraense houve a ampliação da área destinada às lavouras permanentes. Em 1994 o IBGE registrava 89.032 hectares enquanto que em 2013 foram identificados 108.281 hectares com a linha de tendência favorável ao aumento da área plantada.

Figura 21: Palmeiras remanescentes na área da Denpasa afetadas pelo Amarelecimento Fatal (AF).



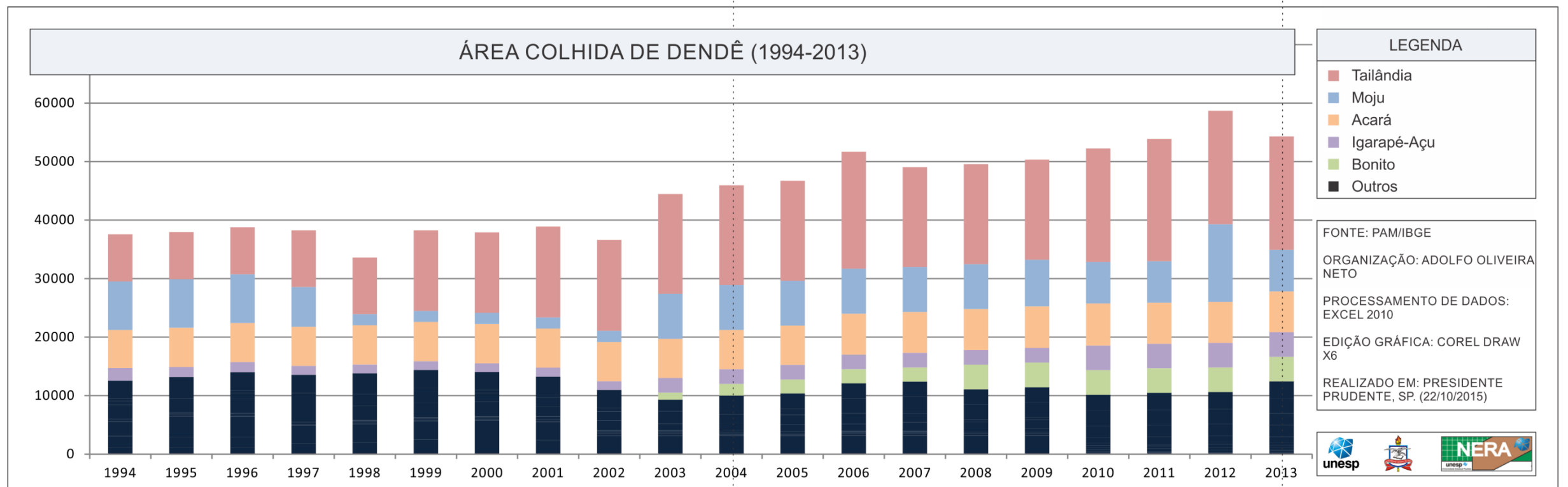
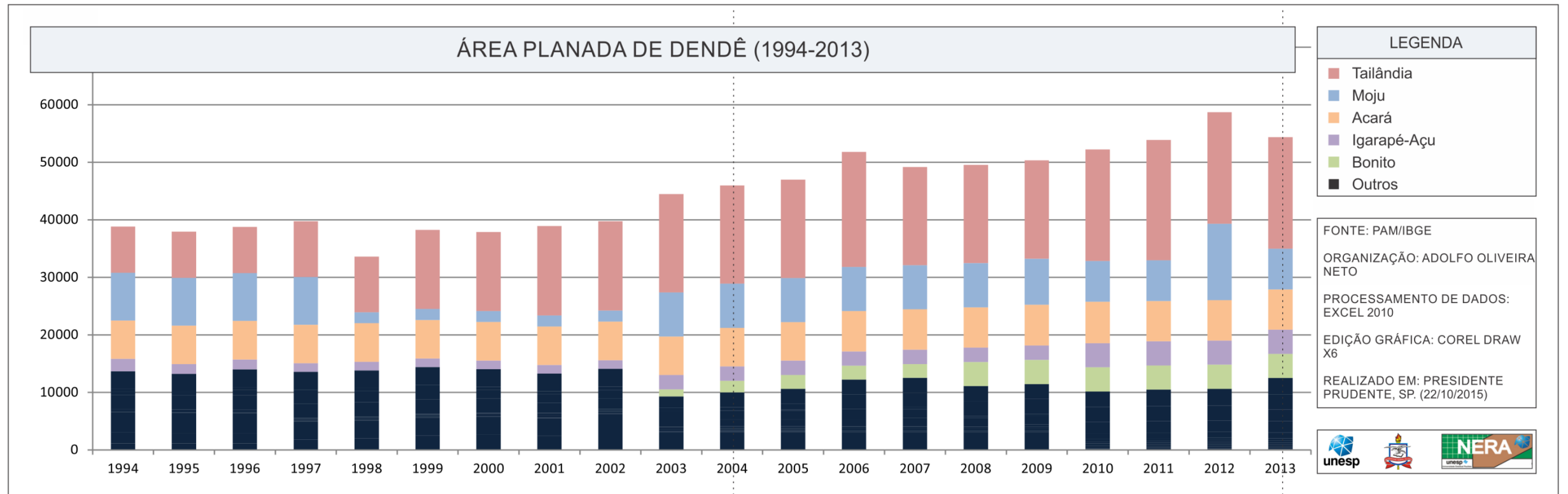
Fonte: Trabalho de Campo. Maio 2017.  
Crédito: Adolfo Oliveira Neto.

Na Região do Nordeste Paraense, a passagem da década de 1990 para 2000 marca a mudança na tendência observada em relação às áreas destinadas às lavouras permanentes. Mesmo considerando que este dado é genérico, destaca-se que ele é fundamental porque na região as principais culturas permanentes são o dendê e, em escala menor, o coco-da-baía.

Este avanço se deu pela incorporação de novas áreas para a produção agrícola e, por outro lado, pela disputa por terras travada entre a dendecultura e culturas agrícolas. A Figura 22 apresenta os dados do IBGE sobre a área plantada e a área colhida de dendê entre 1994 e 2013. Nela se pode destacar pelo menos quatro elementos.

O primeiro é a confirmação de que a passagem da década de 1990 para 2000 foi marcada pela mudança na tendência de produção do dendê, encerrando o ciclo de queda que a cultura vinha experimentando durante a década de noventa para iniciar um novo ciclo de ascensão.

Figura 22: Área plantada x área colhida de dende (1994-2013)



O ano que o IBGE registra a menor área destinada ao cultivo do dendê é 1998 com 33.614 hectares. Em 2004, início da série da nossa pesquisa, o IBGE registrava 45.969 hectares chegando a 54.375 hectares em 2013, após uma década com tendência constante ao aumento da área. Cabe destacar ainda que os números do IBGE dizem respeito à área destinada ao cultivo da palma, excluindo a área de reserva legal e a área de proteção permanente definida pelo Novo Código Florestal de 2012.

Este dado é fundamental para entender o aumento das áreas destinadas ao dendê, pois desde então a área de reserva legal tem que ser no mínimo 50% da área total utilizada. A área total monopolizada pela cultura de dendê, considerando os dados do IBGE e a legislação ambiental, é de, no mínimo, 108 mil hectares.

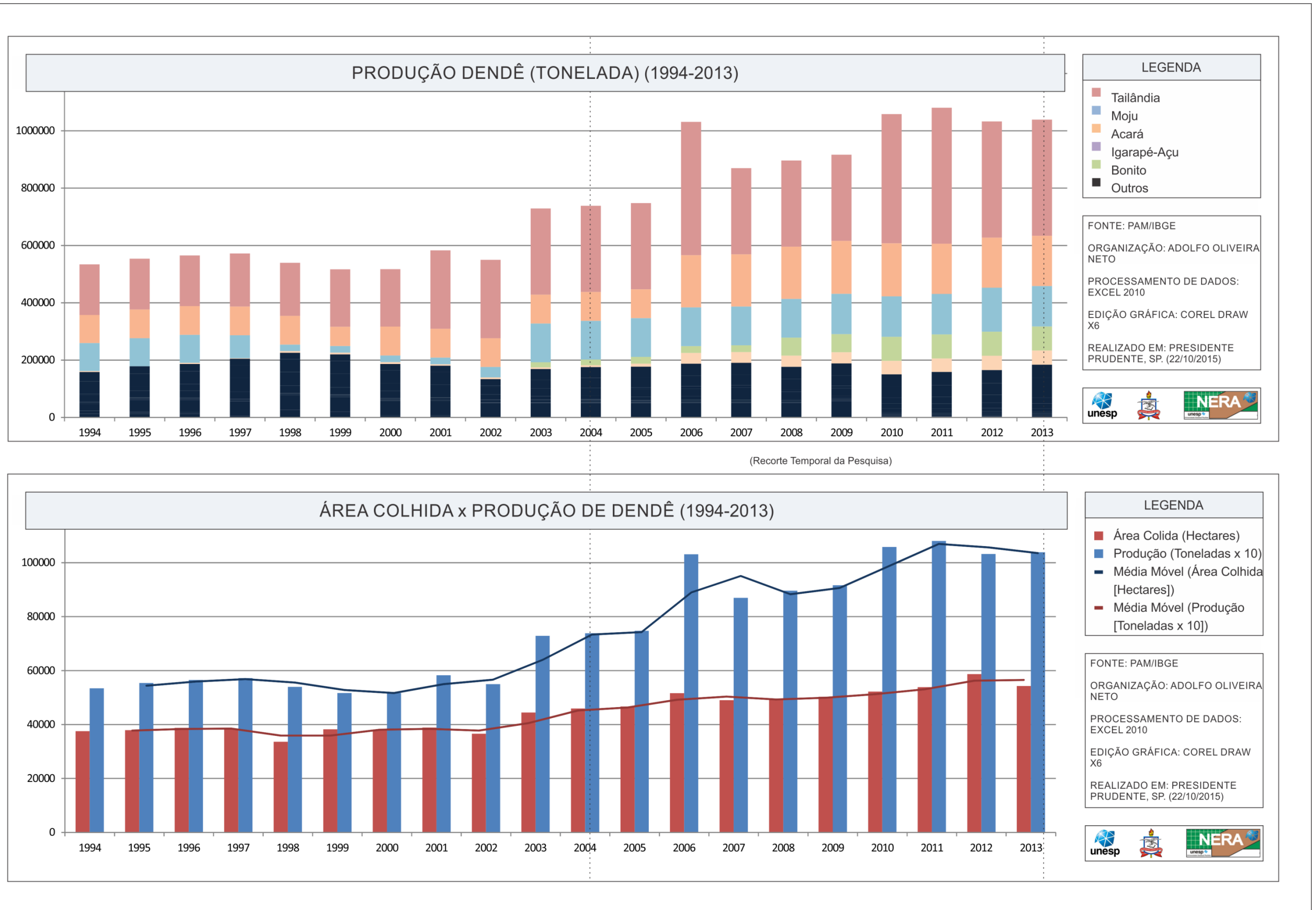
Em segundo lugar, a dendecultura continuou se expandindo em municípios que a cultura era consolidada, como os municípios de Tailândia, Moju e Acará que estão sob influência das ações do Grupo Agropalma.

Em terceiro lugar, o início de uma tendência que parece marcar este novo ciclo da cultura. Na década de 2000 houve a consolidação de novos polos produtivos que vem ampliando a sua área plantada e a sua produção. Este dado é importante porque marca não só a construção de novos polos, mas a diversificação das empresas, pois os municípios que têm se destacando como novos polos, como é o caso de Igarapé-Miri e Bonito, são áreas de atuação de novas empresas.

Em quarto lugar, nesta década a cultura avança em diversos municípios da região, como se pode perceber a partir do aumento da área plantada em municípios que são polos menores de produção.

A Figura 23 apresenta os dados sobre a produção do dendê para reforçar os quatro elementos destacados anteriormente e acrescentar um quinto. A análise dos dados da Figura 22 mostra que os três com maior área plantada são municípios de atuação direta do Grupo Agropalma, seguido por dois municípios (Igarapé-Miri e Bonito) onde a empresa não atua.

Figura 23: Área colhida x produção de dendê (1994-2013).



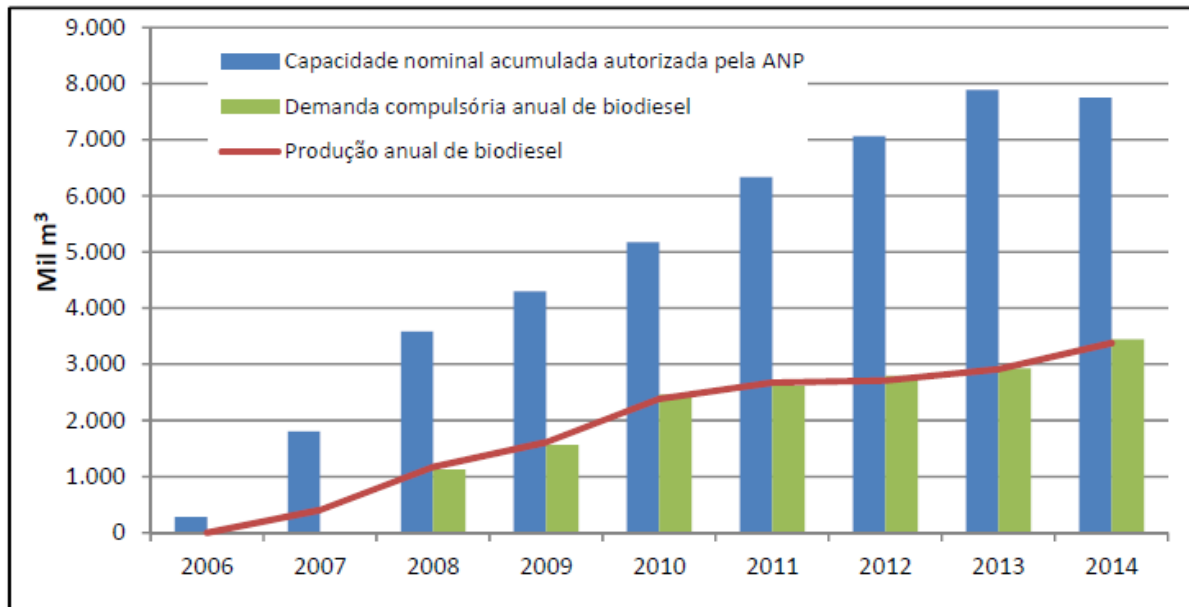
No entanto, a análise da Figura 23 indica que nos cinco municípios com maior produção de dendê estão presentes os quatro municípios com atuação direta do Grupo Agropalma, destacando a liderança que a empresa exerce no setor.

Cruzando os dados relativos à área plantada e a produção apresentados pelo IBGE há uma estimativa da produtividade. Neste quesito, também podemos observar que a definição de linhas de tendência por média móvel nos dados demonstram que o dendê vem se consolidando na região não apenas pela incorporação de novas áreas, mas também pelo aumento da produtividade, fato presente principalmente a partir de 2002. Este aumento da produtividade se dá devido à pesquisa constante, no que se refere aos tratamentos culturais, como também devido ao amadurecimento dos cultivos, que começam a sair da fase jovem para entrar em uma fase madura.

Associado a elevação do consumo e dos preços do óleo de palma e palmiste nos mercados internacionais, outro elemento foi decisivo para a ampliação do cultivo. A partir do Programa Nacional de Uso e Produção do Biodiesel, lançado em 2004, abriu-se um novo cenário para o dendê, ampliando em muito o mercado para os derivados da planta e criando um mercado adicional que, embora pensado em 1980 com o pró-óleo, que foi a primeira tentativa de construção de uma política energética baseada em óleos vegetais, só passou a se consolidar com o biodiesel do PNPB a partir de 2006.

A Figura 24 apresenta os dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP) que mostram a evolução a partir de 2006 da capacidade nominal de produção de biodiesel autorizada pela ANP, a demanda anual compulsória e a produção total. Nela há o crescimento constante da demanda por biodiesel, que se torna mais um dos elementos que faz aumentar o interesse de empresas de diversos segmentos pelo cultivo de palma na região. Interesse esse, devido ao surgimento de um novo mercado, além do cobiçado mercado de produtos alimentícios, farmacêuticos e de cosméticos, os quais, tradicionalmente, já utilizam em larga escala os produtos derivados do dendê.

Figura 24: Evolução da produção, da demanda compulsória e da capacidade anual autorizada pela ANP.



Fonte: Boletim Mensal do Biodiesel (ANP) de janeiro de 2015.

É neste quadro que a reativação da dendecultura é vista como uma política de desenvolvimento para a Amazônia, avançando na década de 2000 a partir de um novo *boom*. Sobre este momento, concordamos com Nahum & Santos que:

temos demarcado um boom do dendê, tornado possível por determinados estágios das pesquisas tecnológicas acerca das condições edafoclimáticas necessárias e propícias ao cultivo em grande escala da palma do dendê; por um conjunto de ações governamentais que promoveram o cultivo da palma africana à política de Estado; por fim, pela voracidade do mercado de commodities de óleo de palma, que encontrou seus limites físicos e territoriais no continente asiático, por isso expande-se para África e América Latina. (NAHUM; SANTOS, 2016, p. 282)

Uma proposição analítica sobre esta nova fase é feita por Nahum & Bastos (2016, 2015a, 2015b, 2014, 2013), Nahum et. al. (2014). Nestas obras os autores vêm considerando que há um período do dendê na Amazônia Paraense. Esta ideia de período é construída a partir das obras de Santos (2008a, 2008b, 2008c, 2008d,



2005) que argumenta que a dendeicultura (como um evento) tem inaugurado um novo período técnico e uma nova psicosfera no espaço agrário paraense.

Segundo Santos “trata-se de um instante do tempo dando-se em um ponto do espaço” (2008a, p. 144), complementando que “o que dá universalidade aos eventos não é apenas o seu acontecer mas a sua imbricação. O que é universal é a sua trama” (SANTOS, 2008a, p. 162).

O crescimento pelo qual o cultivo passou na última década associado ao conjunto de políticas públicas e avanços técnicos que reestruturaram o território para que ela ganhasse competitividade no acirrado mercado mundial de commodities fez com que se estruturassem grandes territórios que, se por um lado são marcados pela monotonia da paisagem dos monocultivos de dende e pela monopolização do território, por outro lado se articulam em rede na sua forma de comando e controle.

Segundo Nahum e Santos (2015b)

Analizamos a dendeicultura como evento que assinala um novo tempo na dinâmica territorial do espaço agrário no nordeste paraense. Desde então é possível identificarmos um período geográfico tornado possível por um conjunto de ações políticas estatais e empresariais que permitiram a formação de territórios da palma e aprofundaram a concentração de terra nas mãos de poucas empresas. Nos lugares subordinados à dinâmica desse agronegócio vemos surgir no horizonte traços de um campo sem camponês. (NAHUM; SANTOS, 2015c, p. 311-312)

Sobre esta questão, destaca-se três elementos. O primeiro é que é correta a interpretação da dendecultura como um evento fundamental na reestruturação recente do espaço agrário amazônico. Tal evento reestrutura os territórios a partir de três elementos fundamentais: a) monopolização do território; b) homogeneização da paisagem e; c) formação de sistemas territoriais e complexos territoriais pelas empresas.

O segundo é que o *boom* do dendê é marcado pelo crescimento acentuado na produção na última década, bem como a chegada de novas empresas que buscam para atender a demanda tradicional de óleo de palma e palmiste, além da nova demanda que surge a partir da produção de biodiesel.

Santos e Nahum retratam bem este cenário quando levam em consideração o período anterior e posterior para o PNPB e ilustram este crescimento argumentando que

Até 1960 essa atividade era desenvolvida pela Denpasa, no município de Benevides, em Santa Izabel do Pará, Santo Antônio do Tauá, Benevides e Ananindeua pela empresa Codenpa, sendo as duas empresas estatais. Segundo estimativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da FAO, apresentados no Anuário Estatístico de Agroenergia publicado pelo Mapa, nessa década a área plantada era de dois mil hectares. (...) Observamos em 2015 a dendeicultura desenvolvida pelas empresas Marborges, Agropalma, Biopalma ou Biovale, Petrobras Biocombustível (Galp/BBB/Petrobras Biocombustível), Yossan, Repsol, Dentaua, Palmasa, ADM, Guanfeng Group, entre outras, distribuídas pelos municípios de Abaetetuba, Acará, Aurora do Pará, Baião, Bujaru, Cametá, Castanhal, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Garrafão do Norte, Igarapé-Açu, Irituia, Mãe do rio, Mocajuba, Moju, São Domingos do Capim, Tailândia e Tomé-Açu. Considerando os dados da Secretaria de Agricultura do Estado do Pará (Sagri), em 2012, a área plantada de dendê no estado do Pará foi de 58.975 ha. (NAHUM; SANTOS, 2016, p. 287-288)

O terceiro elemento é sobre a afirmação de que a dendeicultura vem construindo um “campo sem camponês”. Esta afirmação está presente em diversos trabalhos como em Nahum e Santos (2016) quando os autores afirmam que:

Nesta situação geográfica visualizamos nos lugares onde a dendeicultura aporta a tendência a descampesinização, isto é, formação de um campo sem camponeses, predominando moradores rurais, assalariados rurais ou mesmo produtores de dendê. (NAHUM; SANTOS, 2016, p. 289)

Ela é verdadeira se considerado que o avanço da dendeicultura levará as empresas à necessitam de grandes contingentes de mão de obra para o trabalho rural, formando grandes vilas de trabalhadores rurais que passam a ter a empresa como sua principal provedora, como apontam os trabalhos de Nahum e Santos (2016, 2015a, 2015b, 2014, 2013), Nahum, Carvaho e Vieira (2014) e Santos (2015), entre outros.

Um dos exemplos da necessidade desta mão-de-obra encontramos no seguinte exceto de Nahum e Santos (2016) ao afirmarem que:

para concretizar suas metas a Biopalma deverá contar com um contingente de mão de obra de aproximadamente oito mil pessoas, sendo seis mil de mão de obra individual assalariada e duas mil unidades familiares, mão de obra coletiva, proveniente de associação com agricultura familiar; a Petrobras Biocombustível contará com a adesão de 98 mil unidades produtivas entre familiares e arrendatário; a ADM, por sua vez, para atingir sua meta terá a adesão de 600 unidades familiares e um contingente de 600 trabalhadores assalariados individuais. Os números decorrem da contabilidade

gerencial das empresas, segundo a qual, para ser lucrativo, o empreendimento deve manter o patamar de um trabalhador a cada 10 ha, ou seja, cada trabalhador e unidade familiar cuidará de 1.430 plantas. (NAHUM; SANTOS, 2016, p. 289-290)

No entanto, este processo só pode ser entendido assim por fora da questão agrária e desconsiderando a disputa de longo tempo, complexa e contraditória, que é desenvolvida pelo campesinato em oposição ao agronegócio. A afirmativa do avanço do assalariamento rural como tendência, mesmo que local, que poderia ser compreendido a luz da proletarização do campesinato na empresa rural moderna, que é o agronegócio, não tende a ser hegemônico por dois motivos. O primeiro é que a própria experiência da Amazônia mostra que tais processos de modernização são cíclicos, contendo momentos de alta com a absorção de grande contingente de mão-de-obra (como observado agora); e momentos de baixa, com a dispensa desses trabalhadores que se recriam no campo. A segunda é pelo fato de as próprias experiências do dendê também admitirem o campesinato subordinado, o que mostra que a formação do assalariado rural não é tendência única.

Dentro deste *boom*, é importante avaliar as estratégias que fizeram com que o grupo Agropalma se tornasse o principal player do setor. No próximo tópico, se analisa como o grupo foi se tornando um gigante do setor e como ele foi remodelando o território a partir dos seus interesses no processo que denominamos de formação do sistema territorial e do complexo territorial.

### 3.2 O Controle do Sistema Agrário do Óleo de Palma na Microrregião do Guamá.

Na região a Agropalma construiu um sistema territorial que interliga diversos territórios que estão sob seu comando, ao passo que com a dendecultura houve a construção de um complexo territorial que, conforme avança, converte outras atividades e territórios para a sua lógica. Estas características permitiram o avanço significativo do monocultivo do dendê por diversos territórios do campo, sejam eles territórios camponeses ou territórios do agronegócio. No primeiro caso, o processo acontece pela compra de terras (ocorrido em menor escala), pela compra da força de trabalho ou pela subordinação do território camponês (que na prática, tem se

mostrado como monopolização paralela da terra e da força de trabalho). Nos territórios do agronegócio, temos o processo de compra de terras ou arrendamento de áreas consideradas estratégicas pelas empresas.

Este avanço tem mostrado uma mudança significativa no perfil das atividades do campo e a construção de uma rede de suporte a esta produção. Sobre a mudança e seus desdobramentos nesta rede, cabe um diálogo com a posição de Fernandes reproduzida a seguir, que afirma que:

O caráter latifundiário é permanente e está explicitado no controle territorial determinado pela concentração da terra. Todavia, em sua formação, o complexo articulou os sistemas agrícola, industrial e comercial que se utilizou da verticalização da produção, por causa do uso intensivo de tecnologias e de grande investimentos, de modo que o latifúndio, embora continue sendo base territorial por concentrar o recurso terra, o processo produtivo é controlado pelo agronegócio. (FERNANDES, 2013a, p. 34)

Essa afirmação representa bem o que significa a recente expansão da dendecultura no Pará. Marcado pela monopolização da terra, do trabalho e integração cada vez maior de setores agrícolas, industriais, financeiros, logísticos e comerciais, o agronegócio se expande com uma força gigantesca, buscando cada vez mais novas áreas, como apresentado na Tabela 3, construída a partir dos dados disponibilizados por Nahum; Malcher (2012).

Tabela 3: Área plantada e metas de expansão do dendê no Pará.

Empresa	Área Plantada (ha)	Metas de expansão até 2019
Agropalma	43.250	14.000
Biopalma	5.000	95.000
Condenpa/Denpasa	1.093	5.000
Dentauá	4.168	6.000
Galp Energia	-	150.000
Marborges	4.400	6.000
Palmasa	4.594	4.000
Rio Negro	500	5.000
Yossam	4.300	5.000
Vale do Rio Doce	-	26.000
TOTAL	67.305	316.000

Fonte: Nahum; Malcher (NAHUM; MALCHER, 2012).

Se os dados apresentados na tabela forem concretizados, apenas as 10 empresas citadas acima multiplicarão o cultivo de palma em quase 05 vezes nos próximos anos. Isso significa que a área total monopolizada pelas empresas dendecultoras poderá atingir próximo de 632 mil hectares, se somarmos a área do plantio a área que deverá ser destinada à reserva legal. Ainda analisando os números apresentados os autores afirmam que

Ainda que os autores não explicitem o ano de referência considerado, sobre os 67.305 mil hectares de área plantada, estabelecem a meta de expandir 316.000 hectares até o ano de 2019. Concretizado este cenário e segundo dados da Conab (2011), teremos uma área quase quatro vezes a atual área 109.880 hectares de dendê em formação e produzindo; e mais de cinco vezes a área 75.000 estimada MAPA (2010, p. 91). As maiores metas de expansão são de empresas que associam a dendecultura ao biodiesel: Galp Energia (150.000), Biopalma (95.000) e Vale do Rio Doce (26.000). (NAHUM; MALCHER, 2012)

A produção do complexo territorial da dendecultura é feito a partir de um discurso cujo carro chefe é o crescimento econômico e a distribuição de renda. Ele impacta diretamente em diversas atividades e, com tamanha envergadura, subordina os territórios e as pessoas ao processo de concentração de terras e da diminuição da bio e sócio diversidade. Neste sentido, Nahum; Santos quando avaliam que:

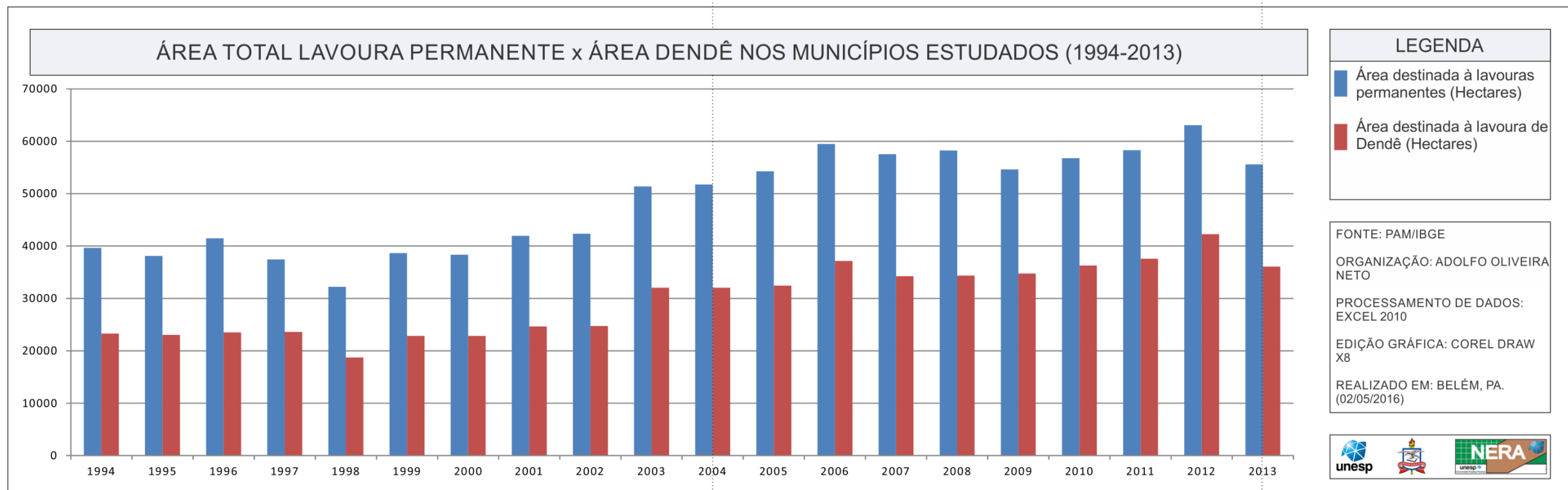
neste período aprofunda-se a concentração de terra. Assunto quase esquecido, silenciado e sufocado pelo discurso do desenvolvimento territorial rural, da geração de emprego e renda, da inclusão social, da recuperação de áreas degradadas pela pecuária. Na contabilidade das vantagens comparativas a concentração de terra aparece como um mal necessário e menor. O agronegócio do biodiesel expõe a concentração e a centralização de terra em poucas empresas. (NAHUM; SANTOS, 2015c, p. 318-319)

O avanço desta concentração aparece quando os dados que apresentamos anteriormente na Tabela 3 são associados com os dados da Figura 25. Nela, são utilizados os dados da Pesquisa Agrícola Municipal, da Pesquisa Agropecuária Municipal e da Pesquisa do Extrativismo Vegetal e Silvicultura, todas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Figura 25: Percentual da área destinada às lavouras permanentes ocupada pelo dendê nos municípios estudados (1994-2013).



(RECORTE TEMPORAL DA PESQUISA)



Nos dados do gráfico há duas dinâmicas. A primeira é a ampliação da área nos municípios estudados destinada às lavouras permanentes. Os dados do IBGE apresentados no gráfico ilustram um crescimento superior a 40% entre 1994 e 2013, saltando de 39.649 hectares para 55.595 hectares. O pico da área destinada às lavouras permanentes foi em 2012 atingindo 63068 hectares.

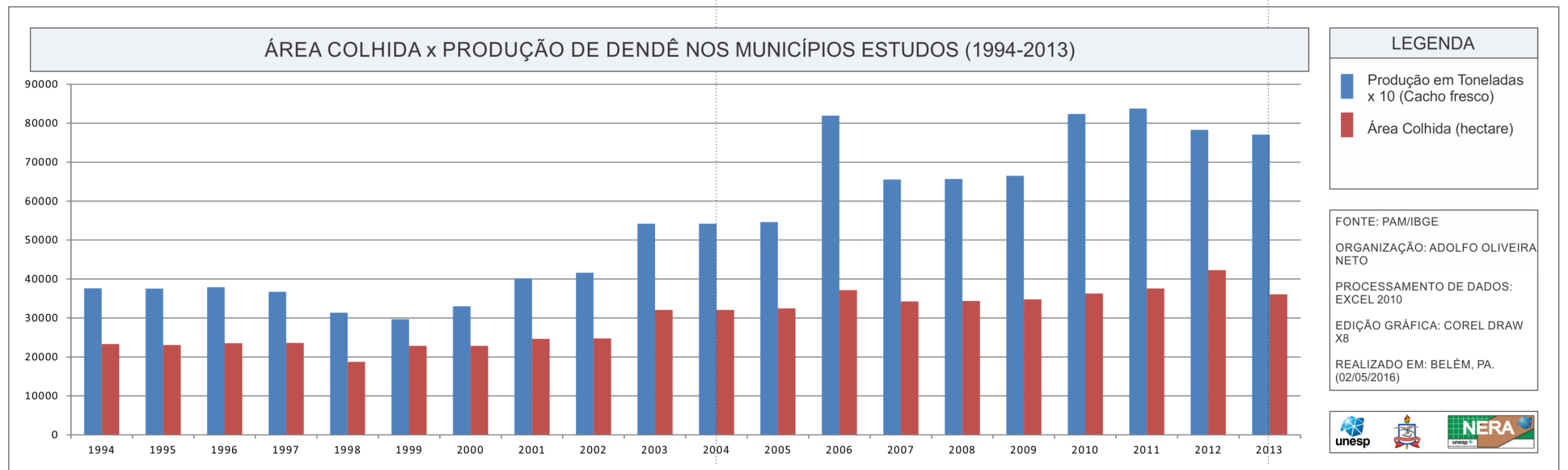
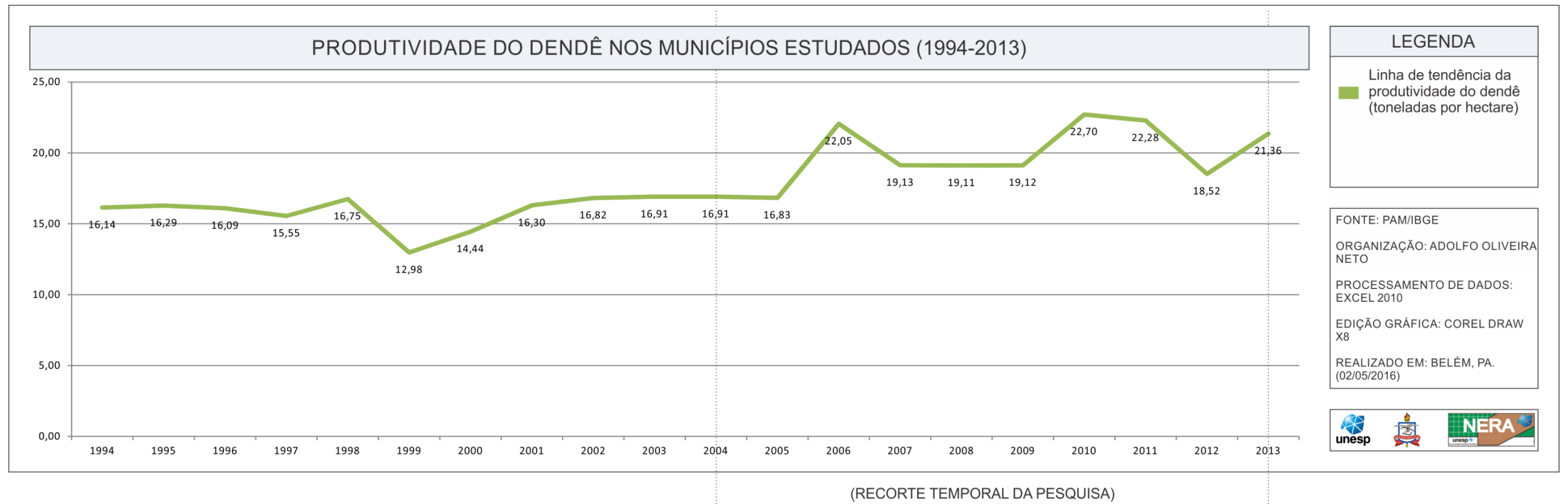
No entanto, se considerarmos apenas o período da pesquisa perceberemos um crescimento menor já que entre 2004 e 2013 a incorporação de áreas às lavouras permanentes foi de apenas 3.831 hectares (07,04%), que em 2004 se somavam 51.764 hectares.

A segunda dinâmica é a ampliação das áreas de cultivo de dendê, com crescimento em ritmo mais acelerado do que o das demais culturas, fazendo com que a porcentagem da área ocupada pelo dendê entre as lavouras permanentes crescesse no período estudado, como mostra na Figura 25. Nela está o gráfico do percentual da área destinada às lavouras permanentes ocupadas pelo dendê nos municípios estudados. O percentual saiu de 58,7% em 1994 para 61,9% em 2004 e alcançou 64,9% em 2013.

A Figura 26 propõe uma análise por meio da relação entre produção e área destinada ao cultivo do dendê. A partir destes dados é definido uma perspectiva de produtividade média dos municípios em questão durante duas décadas. Considerando que os dados não fracionam informações importantes, como as propriedades da empresa com as de outras empresas, de produtores integrados e da agricultura familiar, produtivos ou não e nem em que fase do seu ciclo produtivo, a produtividade média traçada é apenas ilustrativa da média de produtividade em todo o município e do movimento desta no período analisado.

Entre 1994 e 2013 a produção de cachos de fruto frescos subiu 105%, passando de 375.910 toneladas, em 1994, para 770.606 toneladas, em 2013, aumento bem superior ao crescimento de 54,9% na área ocupada por cultivos de dendê no período. Se considerarmos só o período da pesquisa o incremento na produção foi de 228.472 toneladas, bem superior ao crescimento da produção registrado na década anterior.

Figura 26: Área colhida x produção de dendê e produtividade média nos municípios estudados (1994-2013)





Em relação à produtividade estimada, ela se manteve praticamente estável entre 1004 e 2003, passando de 16,24 t/cff/ano para 16,91 t/cff/ano, com pequenas variações negativas e positivas entre 1998 e 2001. Entre 2004 e 2013 o cultivo experimentou um aumento da produtividade, passando de 16,93 t/cff/ano para 21,36 t/cff/ano, tendo o pico produtivo nos anos de 2006 (819.367 t/cff/ano) 2010 (823.705 t/cff/ano) e 2011 (837.552 t/cff/ano).

No relatório de sustentabilidade, o CEO da empresa anuncia que a meta é chegar a uma produtividade média de 26 toneladas por hectare (AGROPALMA, 2013, p. 07), o que é bem superior da média que conseguimos calcular a partir dos dados do IBGE, expressos na Figura 26.

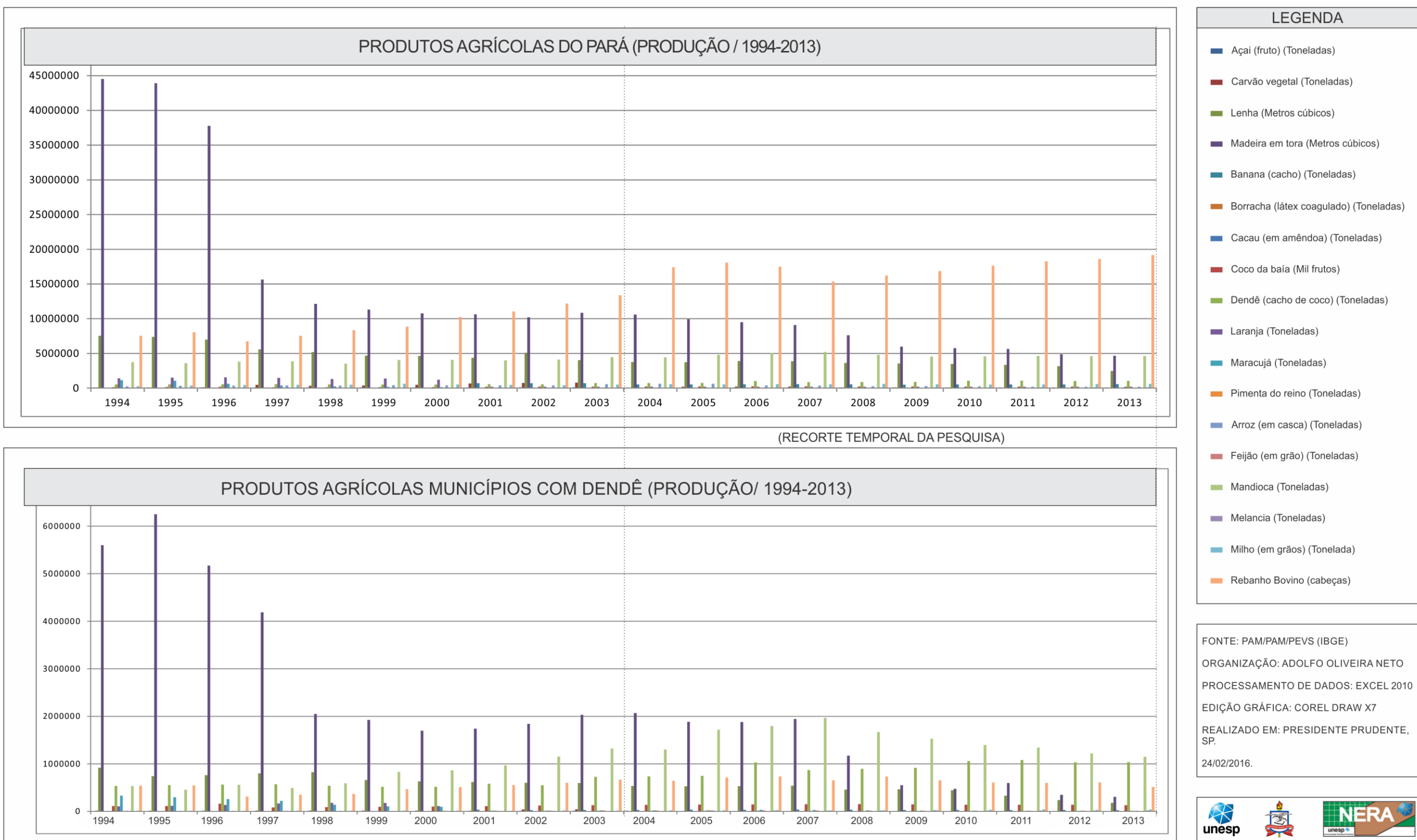
Este crescimento na área de produção e na produtividade se deu reestruturando diversos territórios e impactando em inúmeros setores, inclusive reestruturando toda a produção agrícola da região.

Para avaliar estas mudanças, são apresentados os dados do IBGE em uma série histórica de duas décadas sobre a produção agrícola, o extrativismo vegetal e a pecuária no Pará, na Região Nordeste paraense e nos quatro municípios com atuação da Agropalma (Acará, Moju, Tailândia e Tomé-Açu). Os dados foram sistematizados três cenários.

A Figura 27 apresenta o primeiro, utilizando dados sobre os dezoito produtos com maior impacto no campo paraense. Em um gráfico da figura, a escala é todo o estado do Pará enquanto que no segundo gráfico a escala são apenas os municípios que o IBGE identifica que há produção de dendê na Região Metropolitana de Belém e no Nordeste Paraense.

O cenário 1 apresenta uma visão de conjunto do campo nas escalas apresentadas. Os dados são referentes aos seguintes produtos: fruto fresco do açaí (toneladas), carvão vegetal (toneladas), lenha (metros cúbicos), madeira em tora (metros cúbicos), cacho fresco de banana (toneladas), borracha - látex coagulado (toneladas), amêndoa de cacau (toneladas), coco da bia (mil frutos), cacho fresco de coco de dendê (tonelada), laranja (toneladas), maracujá (toneladas), pimenta do reino (toneladas), arroz em casca (toneladas), feijão em grão (toneladas), mandioca (toneladas), melancia (toneladas), milho em grãos (toneladas) e rebanho bovino (cabeças). As unidades de medida são diferentes e o objetivo de coloca-los no mesmo gráfico é para mostrar a dinâmica histórica.

Figura 27: Principais produtos agrícolas produzidos entre 1994 e 2013.



O objetivo é mostrar as principais atividades econômicas, cultivos e extrativismos presentes no campo paraense. Por isso, os dados são relativos à produção já que nem todas as atividades apresentadas possuem dados estatísticos sobre a área ocupada.

Os dados relativos ao estado do Pará apontam uma associação entre a indústria madeireira com a pecuária. Nos anos de 1994, 1995 e 1996 ela se destacava como a principal indústria no campo na região, diminuindo sua atuação paulatinamente a partir de 1997. Em contrapartida, temos o crescimento constante do rebanho bovino de estado que passou de 7.5539.452 cabeças em 1994 para 19.165.028 em 2013,

Considerando apenas o recorte temporal da pesquisa, o acréscimo foi de quase 10%, passando de 17.430.496 cabeças, em 2004, para 19.165.028 cabeças, como mencionado anteriormente.

A associação entre a indústria madeireira e a pecuária mostra que o campo no estado foi construído a partir de um modelo concentrador de terras, riquezas e de uso irracional da natureza.

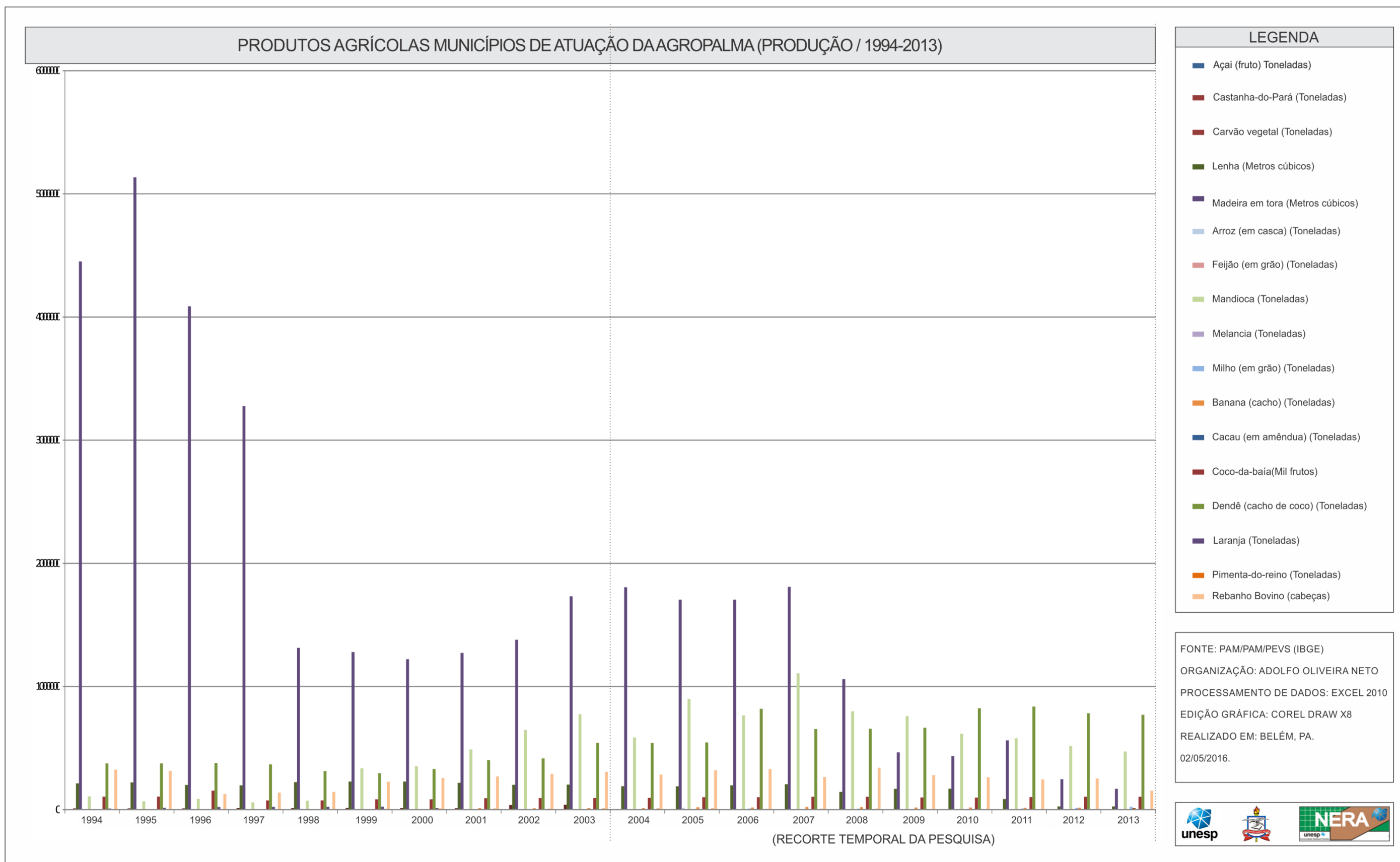
O terceiro cultivo mais presente no estado do Pará é a mandioca, sendo o principal cultivo desenvolvido pelo campesinato.

No gráfico referente à produção agrícola dos municípios que possuem plantação de dendê, o cenário é diferente, evidenciando que o comportamento regional das atividades econômicas no campo são caracterizados por outros produtos. Apesar de a indústria madeireira ter dominado grande parte do cenário de produção agrícola como frente pioneira, a substituição das florestas pelo gado não foi o movimento principal, como aconteceu no restante do estado.

As duas outras atividades econômicas mais importantes no campo são a plantação de mandioca e a de dendê, seguidas pelo rebanho bovino e o cultivo de coco-da-baía. Perderam espaço os cultivos de laranja e maracujá, mantendo-se praticamente estável o coco-da-baía.

A Figura 28 traz a mesma visão panorâmica dos quatro municípios com atuação direta da Agropalma. Neles, seis atividades principais dominam o campo: produção de madeira em tora, produção de lenha, cultivo de mandioca, cultivo de coco-da-baía, cultivo de dendê e a pecuária bovina.

Figura 28: Principais produtos agrícolas produzidos ente 1994-2013 nos municípios estudados.



As duas primeiras fazem parte da indústria madeireira que funcionou como frente pioneira da expansão da fronteira; a segunda é típica do campesinato; e as três últimas são vertentes diferentes do agronegócio que disputam recursos, terras e mão de obra para o avanço da territorialização do agronegócio.

No gráfico é possível identificar dois períodos de queda da produção da indústria madeireira. O primeiro é na passagem de 1997 para 1998 que, que a nosso ver, marca o fim da frente de expansão pioneira nos municípios; e o segundo a partir de 2007, quando a indústria madeireira vai diminuindo a produção, continuamente, até o ano de 2013.

Em contra partida, é possível perceber o avanço e o declínio da produção de mandioca (principalmente no recorte temporal da pesquisa) e o aumento constante da produção de dendê, desde o início da série histórica.

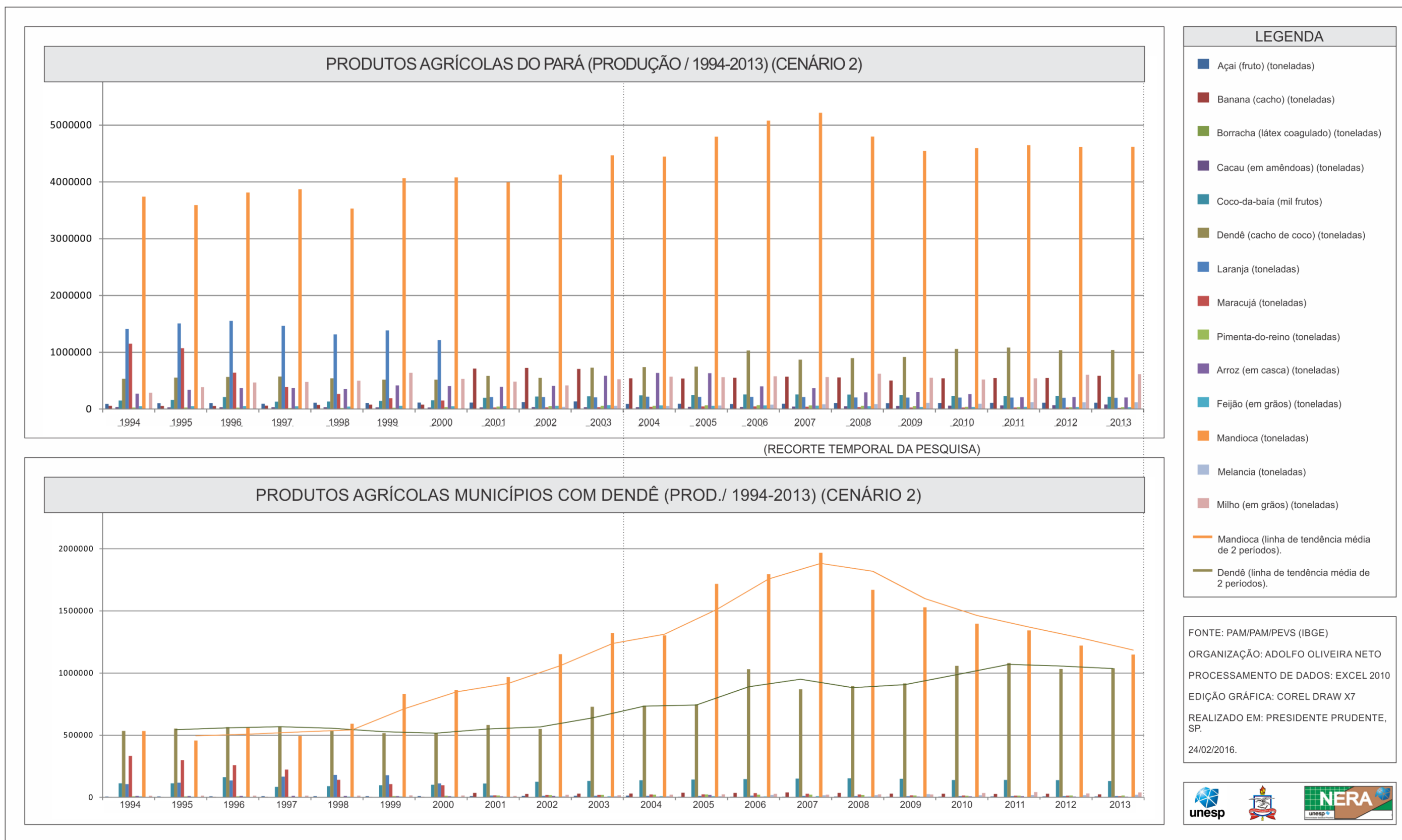
O coco-da-baía se manteve estável e a pecuária bovina com tendência de queda desde 2008.

O cenário 2 apresentado na Figura 29 e na Figura 30 traz o mesmo recorte temporal e espacial da Figura 27 e da Figura 28, respectivamente. No entanto, retiramos a série histórica dos produtores relacionados à extração de madeira e o rebanho bovino para avaliar melhor o peso de atividades agrícolas no território. Nesta série encontram-se dados relativos a lavouras temporárias e a lavouras permanentes, sendo a única exceção o extrativismo do açai.

No início da série histórica, as principais atividades econômicas no campo eram o cultivo do dendê, laranja, maracujá, arroz, mandioca e milho. Neste período, a maior diminuição foi da laranja que passou de 1.411.292 toneladas, em 1994, para 197.766, em 2013. Outra cultura que teve sua produção diminuída significativamente no período foi o maracujá. Em 1994 o IBGE registrava uma produção de 1.150.759 toneladas enquanto que, em 2013, o IBGE registrava apenas 1,8% da produção de 1994, ou 20786 toneladas.

Em contrapartida, a cultura que teve o maior crescimento percentual foi a de banana, aumento de 938,5%, passando de 56.421, em 1994, para 585.943 toneladas, em 2013. No recorte temporal da pesquisa, o que chama mais atenção, excetuando a produção de dendê, é a diminuição do cultivo de arroz, que passa de 636.645 toneladas, em 2004, para 205.358 toneladas, em 2014.

Figura 29: Principais produtos agrícolas produzidos entre 1994-2013 (Cenário 2).



Fonte: PAM, PAM, PEVS (IBGE).

Também é fundamental perceber o que acontece com o cultivo da mandioca que no recorte temporal da pesquisa se mantém praticamente estável, tendo uma variação positiva de 03,9% entre 2004 e 2013.

Considerando toda a série histórica, a produção de mandioca registrada pelo IBGE passou de 3.741.798 toneladas para 4.621.692, em 2013.

No que se refere a dinâmica do campo nos municípios produtores de dendê, a principal mudança é a diminuição do número de culturas principais. Neste contexto, destacam-se três dinâmicas.

A primeira, é a diminuição da produção de laranja e maracujá. A produção de laranja, por exemplo, teve uma tendência de queda desde o início da série histórica, passando de 106.541 toneladas, em 1994, para 11.145, em 2013. Situação semelhante aconteceu com o maracujá, que passou de 333.970, em 1994, para 9.592 toneladas, em 2013.

A segunda, é a produção de coco da baía, que se manteve estável. O início deste cultivo é semelhante ao do dendê. As empresas se instalaram na região a partir das políticas de desenvolvimento da Amazônia protagonizados pela SUDAM. No entanto, o que se percebe é a estabilidade deste cultivo. Na série histórica não há mudança significativa na produção, passando de 112.814.000 frutos, em 1994, para 131.641.000, em 2013.

A terceira, é o avanço da produção de dendê e de mandioca no período. Pela importância destes dois cultivos, incluímos neles uma linha de tendência móvel por dois períodos para facilitar a interpretação. No início da série histórica, a produção de mandioca e de dendê era bem próxima, tendo o primeiro alcançado 533.990 toneladas enquanto o segundo atingiu a marca de 534367 toneladas. A produção de mandioca só passa a ser significativamente superior à produção de dendê a partir de 1998. Neste ano, a produção de CFF de dendê atingiu 539.558 toneladas, enquanto que a produção de mandioca atingiu 592.230 toneladas.

A pesar do impacto que a variação do cultivo da mandioca tem para a segurança alimentar e nutricional, a nossa opção é por avaliá-la a partir do prisma da territorialização do campesinato. Nossa análise está ligada a quantidade de terras que ela utiliza e a disputa pelo trabalho camponês que ela trava com o cultivo do dendê.

No início do recorte temporal da nossa pesquisa, a produção de mandioca era 76,5% maior que a de dendê. Enquanto ela atingiu 1.303.425 toneladas, a produção de dendê alcançou 738.241 toneladas. No entanto, a partir de 2007 a mandioca experimenta uma tendência de diminuição da produção, chegando, em 2013, ao total de 1.148.545 toneladas enquanto o dendê continua vivenciando a tendência positiva iniciada em 2000, produzindo um total de 1.038.738 toneladas, em 2013.

A área ocupada por estes cultivos nos períodos mencionados, é apresentada na Tabela 4. Nela, a tendência da produção é a mesma apresentada para a área ocupada por estes cultivos. Enquanto o cultivo de dendê vem tendo uma ampliação progressiva, passando de 38.837 hectares, em 1994, para 54.375 hectares, em 2013, a produção de mandioca vem sofrendo uma grande variação. Passou, por exemplo, de 51.444 hectares em 1994 para 82.699 hectares em 2004, voltando a diminuir e atingindo 72.760 hectares, em 2013.

Tabela 4: Área ocupada pelo dendê e a mandioca nos municípios produtores de dendê em 1994, 1998, 2004 e 2013.

<b>CULTIVO</b>	<b>1994</b>	<b>1998</b>	<b>2004</b>	<b>2013</b>
<b>Dendê</b>	38.837	33.614	45.969	54.375
<b>Mandioca</b>	51.444	45.020	82.699	72.760

Fonte: IBGE.

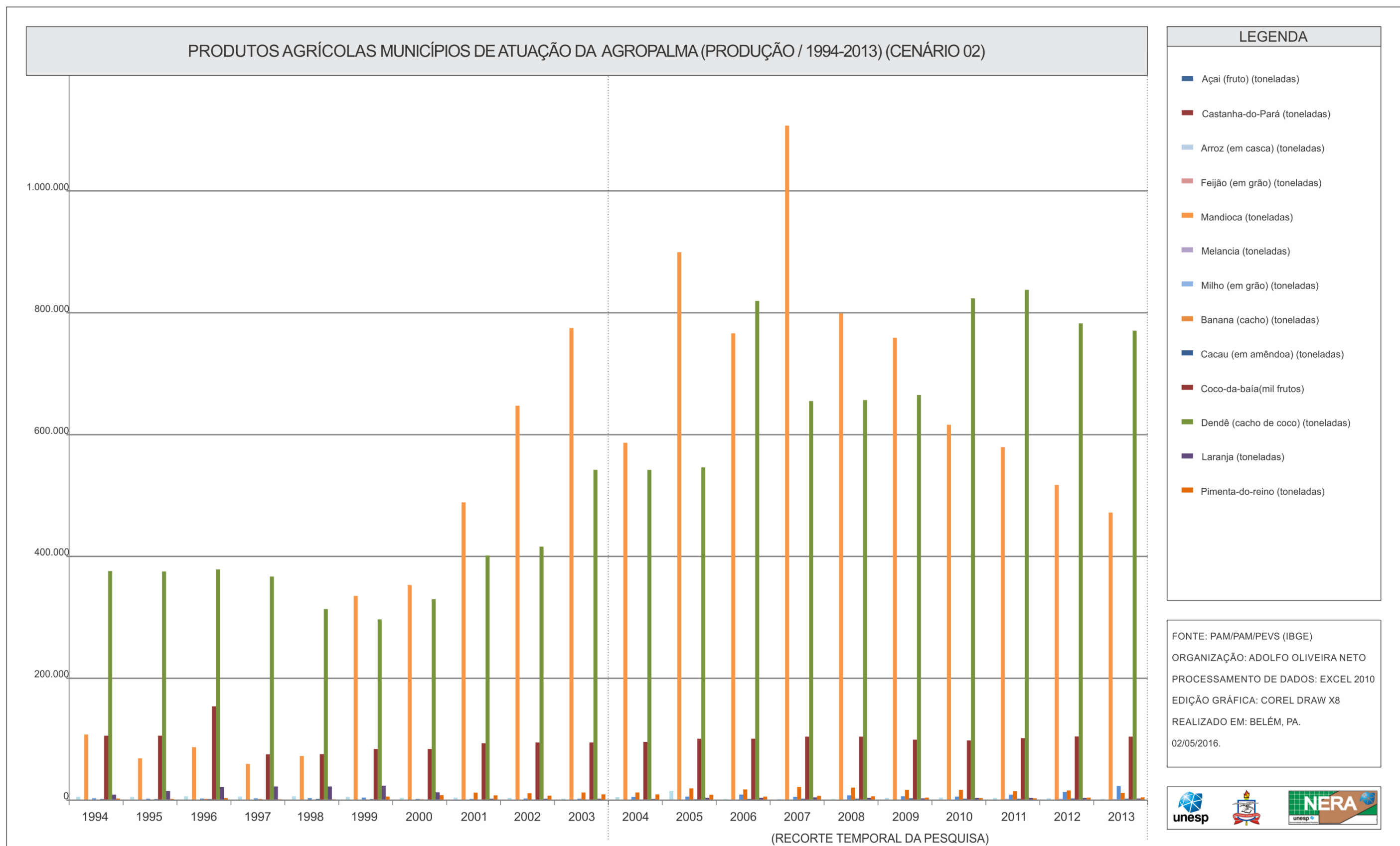
A Figura 30 representa o mesmo cenário da Figura 29. No entanto, ressaltando apenas os dados dos quatro municípios que possuem fazendas da Agropalma. As análises indicam um comportamento diferente dos municípios apresentados no gráfico anterior. Nele destaca-se quatro questões.

A primeira, como destacado anteriormente, é a estabilidade da produção de coco-da-baía. O cultivo não experimenta grande variação na sua produção desde 1997, quando produziu 139.951.000 frutos, finalizando nossa série histórica com 210.904.000 frutos.

A segunda é a diminuição das lavouras de laranja nestes municípios. Em 1994, a produção atingiu 109.292 toneladas, enquanto que, em 2013, esta produção foi reduzida a 13.059 toneladas. A maior redução foi entre os anos de 2000 e 2001, quando a produção diminuiu cerca de 86,4%.



Figura 30: Principais produtos agrícolas produzidos entre 1994-2013 nos municípios estudados (Cenário 02).



Fonte: PAM, PAM, PEVS (IBGE).

A terceira é o aumento da produção de banana e milho, tendo a primeira cultura atingido uma produção significativa a partir de 2001, quando atingiu 45.658 toneladas, aumentando a produção em quase 770% em relação ao ano anterior. O milho experimentou no recorte temporal da pesquisa um aumento de 131,7%, passando de 26.997 toneladas, em 2004, para 62.579, em 2013.

No entanto, estas culturas tem baixo impacto na região, quando comparadas à produção de mandioca e dendê. Enquanto nos dados de todos os municípios que produzem dendê na região a mandioca ainda é a principal cultura. Nos quatro municípios onde estão as fazendas da Agropalma a produção de dendê é o principal cultivo desde o ano de 2010 quando a produção atingiu 1.696.886 toneladas enquanto a produção de mandioca registrada pelo IBGE foi de 1.577.593 toneladas.

É importante destacar que desde o ano de 2007 a produção de mandioca encontra-se em declínio na região. A produção de 2013 é menor que a dos 12 anos anteriores e, mantendo-se a tendência, pode haver sérios riscos para a cultura muito brevemente. Um dos primeiros reflexos pode ser observado nas figuras Figura 31, Figura 32 e Figura 33. Nelas vemos um dos investimentos incentivados pelo governo do estado na região, que é a construção de uma indústria de fécula de mandioca.

Figura 31: Fábrica abandonada de fécula de mandioca.



Fonte: Trabalho de campo. Fevereiro 2017.  
Créditos: Jean Brito.

Figura 32: Fábrica abandonada de fécula de mandioca (II).



Fonte: Trabalho de campo. Fevereiro 2017.  
Crédito: Jean Brito.

Figura 33: Fábrica abandonada de fécula de mandioca (III).



Fonte: Trabalho de campo. Fevereiro 2017.  
Crédito: Jean Brito.

As fotos apresentadas são de fevereiro de 2017 e mostram um projeto que surgiu com o crescimento expressivo que cultivo de mandioca experimentou desde o ano de 1997, estendendo-se até 2008 quando começou a reduzir. A diminuição da produção na região, associada à diminuição da produção em outros estados que são grandes produtores no Brasil, fez aumentar a demanda pela mandioca e o consequente aumento do preço, o que foi um dos motivos pelo qual o projeto foi inviabilizado.

No cenário 3, apresentado nas figuras Figura 34 e Figura 35, há a mesma metodologia e série histórica dos cenários anteriores. No entanto, o objetivo é comparar os produtos advindos da extração de madeira, com o dendê, a mandioca, o coco-da-baía e o rebanho bovino.

A análise dos dados do estado do Pará apontam a diminuição das atividades da indústria madeireira (lenha e madeira em tora) e a consolidação da pecuária bovina como a principal atividade no campo.

No gráfico relativo aos municípios que possuem produção de dendê, também indicam a diminuição das atividades da indústria madeireira e um crescimento constante da produção de dendê que tende a superar a produção de mandioca nos próximos anos.

Por fim, na Figura 35, no gráfico que apresenta os dados dos quatro municípios que possuem fazendas da Agropalma, há a consolidação do dendê como a principal atividade econômica do campo.

Esta constatação é importante para mostrar a consolidação de uma nova fase da região. Trabalhos como Becker (2005, 1974), Lena; Oliveira (1991), Martins (1997, 1996) e F. Oliveira (1994) destacam que na Amazônia durante as décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990 havia uma associação produtiva entre a motosserra (ou o correntão) e a pata do boi para consolidar uma fronteira econômica, sendo a primeira a frente pioneira e a segunda a frente de expansão.

Figura 34: Principais produtos agrícolas produzidos entre 1994 e 2013 (Cenário 3).

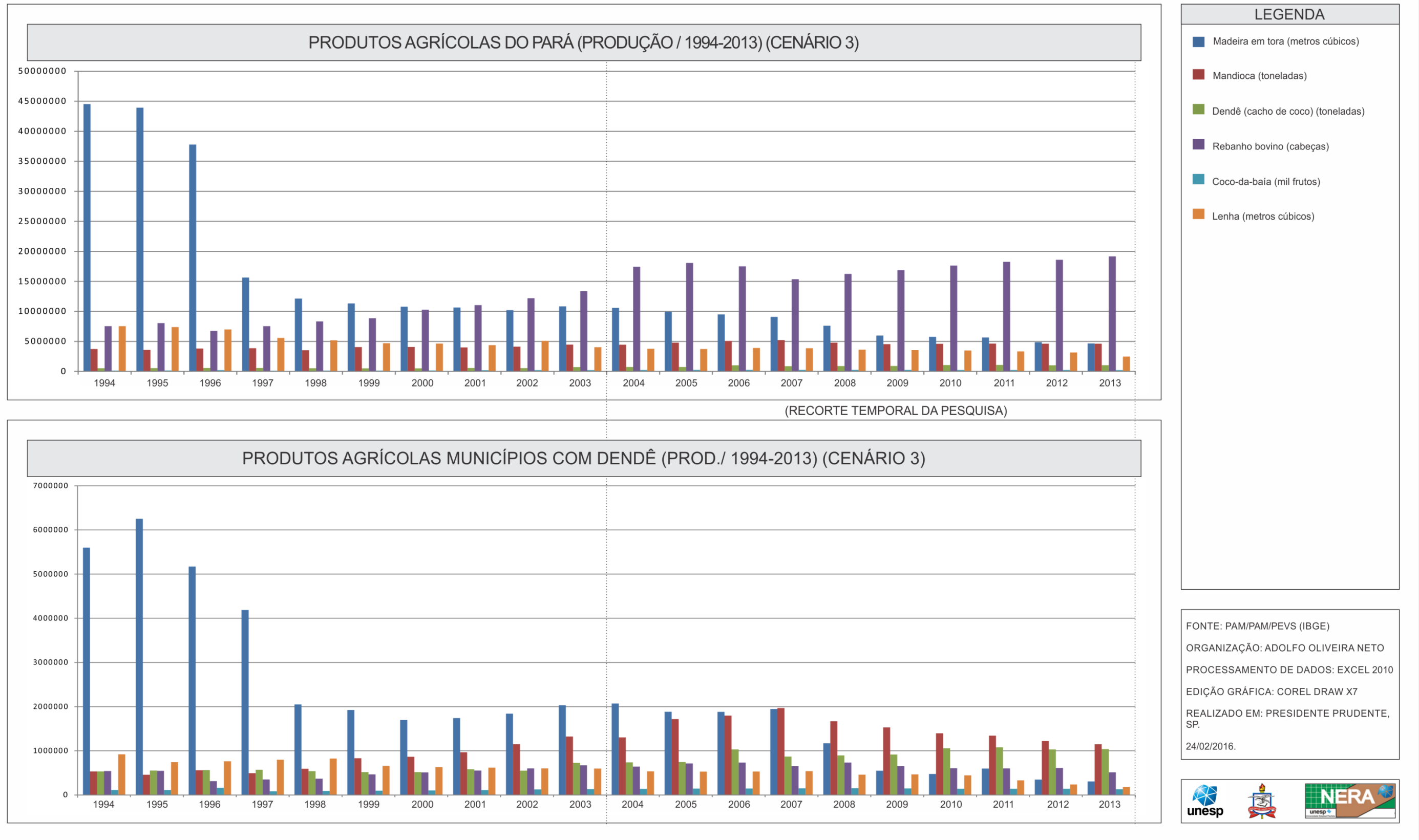
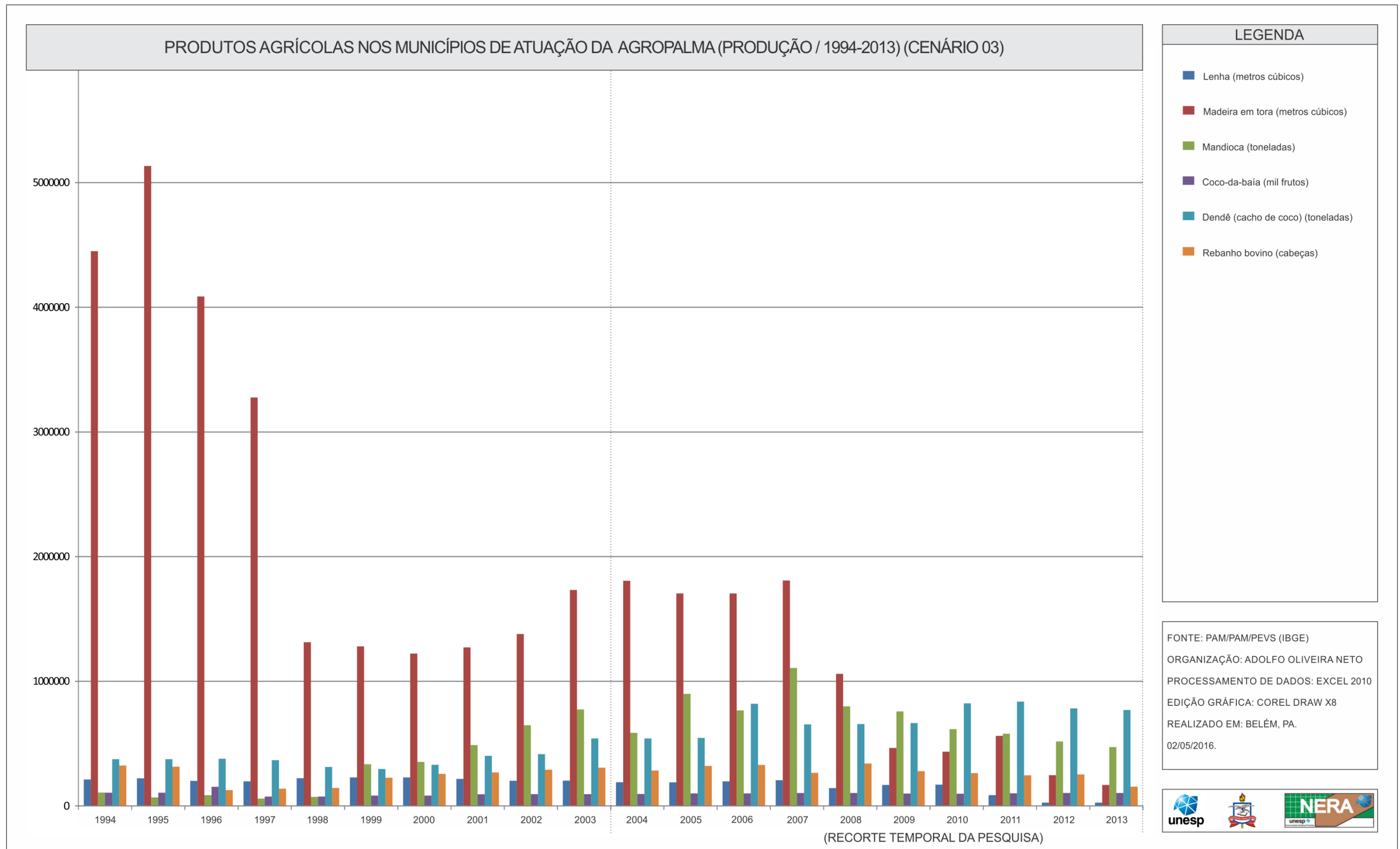


Figura 35: Principais produtos agrícolas produzidos entre 1994-2013 nos municípios estudados (Cenário 03).



Fonte: PAM, PAM, PEVS (IBGE).

Os dados destacados demonstram que este movimento não se configura mais da mesma forma e que na região está iniciando uma nova dinâmica, que é a expansão de uma nova frente do agronegócio que busca superar o período inicial de avanço marcado por ações típicas da acumulação primitiva do capital, por práticas do atual modelo de desenvolvimento do capitalismo no campo. marcado por dinâmicas como, por exemplo, o *land grabbing* e a produção de *flex crop*.

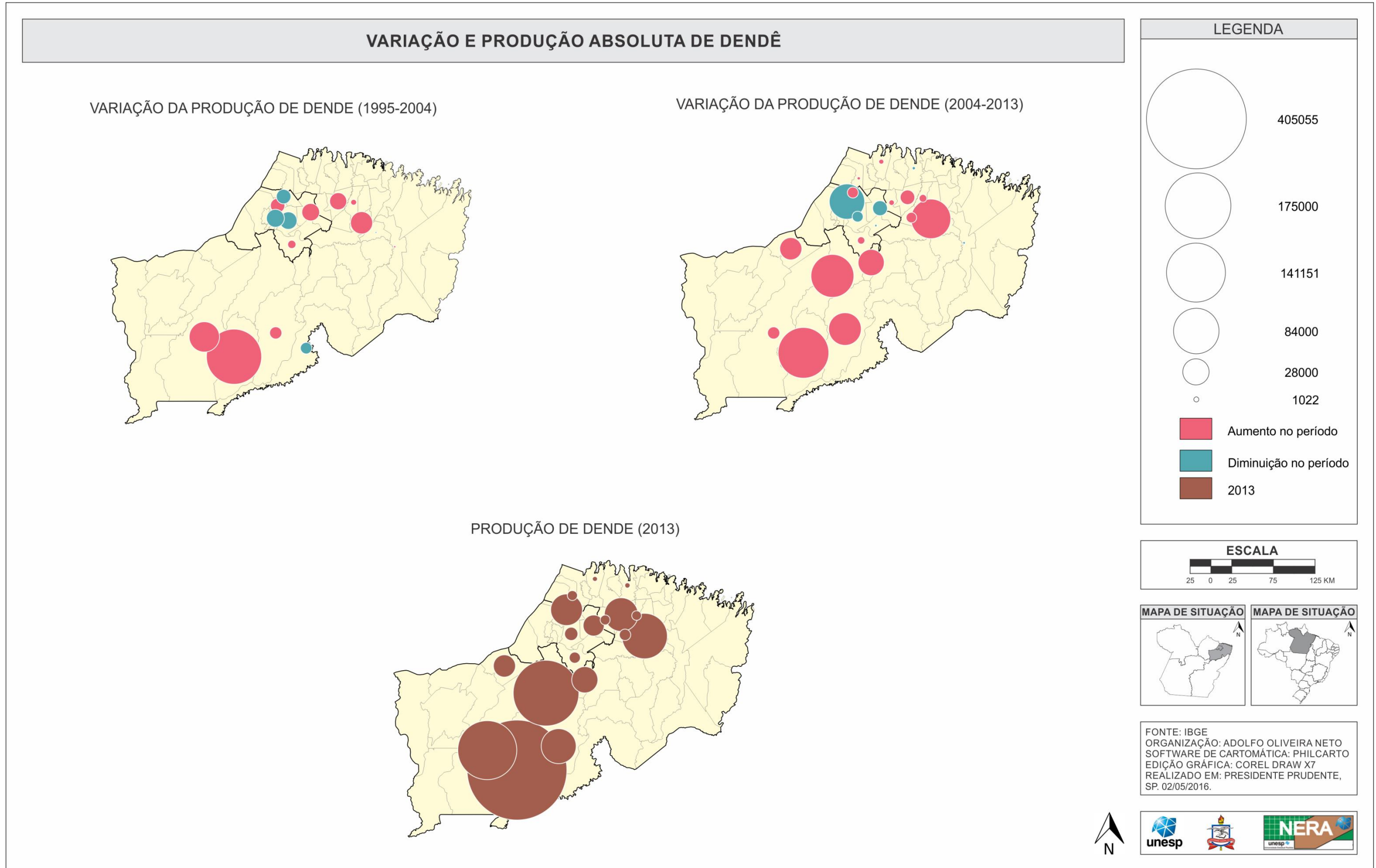
A cultura do dendê, investida desta lógica, conseguiu se consolidar como principal produto agrícola dos municípios em questão e sua espacialização teve impacto direto em outros cultivos e territórios.

A Figura 36 parte dos dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) do IBGE para mostrar como se deu a espacialização da produção de dendê na Região Metropolitana e no Nordeste Paraense nas últimas duas décadas. Para tanto, construímos três mapas temáticos nos quais a produção de dendê é representada por círculos proporcionais. O tamanho dos círculos representa a variação da produção de dendê e a sua cor significa se a variação foi positiva (aumento) ou negativa (diminuição).

A análise dos dados mostra que esta foi a cultura com maior crescimento nas últimas duas décadas, tendo sofrido uma redução localizada na Região Metropolitana de Belém e no município de Ipixuna do Pará, no nordeste paraense.

No mapa que representa o período entre 1995 e 2004 há três dinâmicas. A primeira é a diminuição da produção na Região Metropolitana de Belém, principalmente nos municípios que sofrem mais pressão pelo crescimento das cidades. Houve a diminuição da produção em Benevides que produzia 13.093 toneladas, em 1995, encerrando a produção no ano seguinte. Santa Izabel do Pará perdeu 48,9% da sua produção, passando de 24.525 toneladas, em 1995, para 12.000, em 2004. Santo Antônio do Tauá diminuiu a produção em 8.537 toneladas, passando de 44.287 para 35.750 toneladas no período.

Figura 36: Variação e produção absoluta de dendê.





Em contrapartida, esse mapa também registra o aumento da produção em três municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém. São eles: Castanhal, que passa de 14.414 toneladas, em 1995, para 27.027, em 2004; Bujaru, que inicia a sua produção em 1998 e atinge, em 2004, 2.800 toneladas; e Santa Bárbara do Pará, que passa de 42.042 toneladas, em 1995, para 50.500, em 2004.

A segunda é a consolidação da produção dos municípios sob influência da Agropalma, com a estabilidade da produção no município do Acará e o crescimento da produção no município de Tailândia, que aumenta 69,7% no período, passando de 176.990 toneladas, em 1995, para 300.502, em 2004, seguido por Moju, que tem um acréscimo na sua produção de 37.308 toneladas e de Tomé-Açu.

A terceira dinâmica é a expansão da dendecultura no eixo leste, envolvendo os municípios de Igarapé-Açu que aumenta a sua produção em 45,7%, passando de 25.751 toneladas, em 1995, para 37.525, em 2004, a partir das ações da Palmasa; Nova Timboteua, que inicia a sua produção, em 2004; e o município de Bonito, que começa a produzir em 2003 a partir das ações da empresa Yossan e, em 2004, atinge a marca de 20.000 toneladas.

No entanto, o dendê ainda não se espalhou por todo o território. Ele se expande em polos que são as áreas de ação das empresas dendecultoras e que são especializadas em atender à indústria de alimentos, farmacêutica e cosmética, não se constituindo um território contíguo do dendê, o que aconteceu na década seguinte, como podemos perceber no mapa relativo ao período de 2004 a 2013.

Nessa década, houve a consolidação da produção nas microrregiões de Tomé-Açu e Bragantina. Neste recorte temporal, só municípios ligados à Região Metropolitana de Belém e a Região do Salgado registraram diminuição da produção. Os municípios que possuem as maiores produções, localizados na microrregião de Tomé-Açu e Região Bragantina, houve um aumento significativo na produção.

A diminuição da produção nesta região aconteceu pelos seguintes motivos: a) ocupação de terras por movimentos sociais; b) pragas que dificultaram a produção; c) incorporação das fazendas às cidades; d) falência dos proprietários das fazendas. No período do PNPB só houve diminuição da produção pelos motivos (a) e (c).

Entre 2004 e 2013 o maior crescimento da produção foi registrado, respectivamente, nos municípios de Tailândia, Acará e Bonito. O primeiro registrou aumento de 104.553 toneladas no período, passando de 300.502, em 2004, para 405.055 toneladas, em 2013. O segundo maior aumento foi registrado no município do Acará, que no período aumentou 74% a sua produção, passando de 100.500 toneladas para 175.000, em 2013. O terceiro maior aumento se deu no município de Bonito, que passou de 20.000 toneladas, em 2004, para 84.000, em 2013.

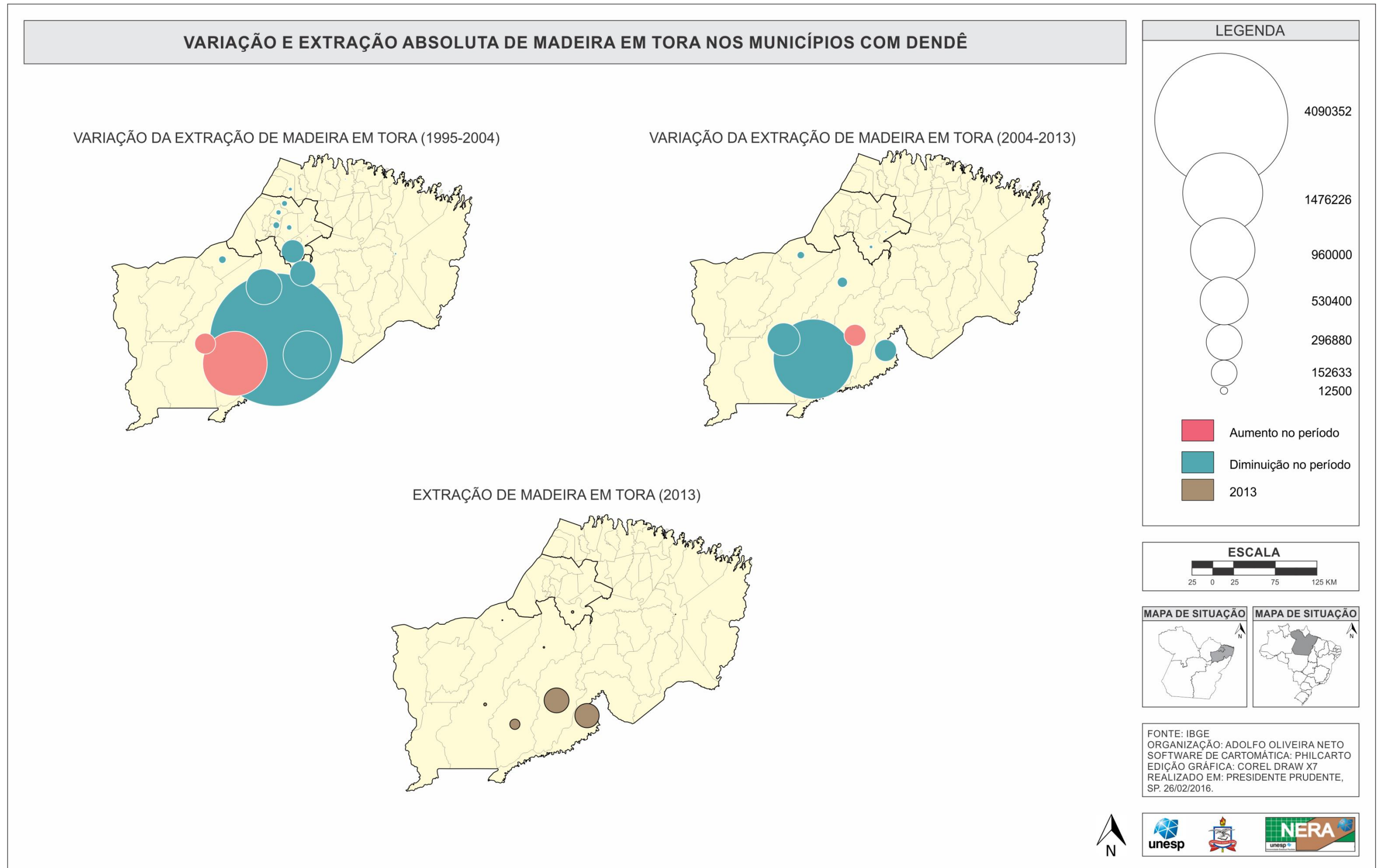
As empresas que mais se relacionam com o crescimento da produção nestes municípios foram a Agropalma, a Biopalma e a Yossan.

Em contrapartida, a maior redução se deu no município de Santa Bárbara do Pará, que em 2004 produziu cerca de 50.5000 toneladas e, em 2013, não teve produção registrada, com média nos anos anteriores de cerca de 2.800 toneladas. A principal empresa que atua na região é a Denpasa e a queda na sua produção está diretamente associada ao alastramento do AF em suas plantações e a desapropriação de parte da sua principal fazenda para a construção do Assentamento de Reforma Agrária “Abril Vermelho”.

Cabe destacar que no final deste período houve um aumento significativo nas plantações principalmente na microrregião do Guamá e de Cametá, que são as novas áreas de expansão da produção na próxima década, caso se mantenha o atual interesse do agronegócio pelo dendê.

Na Figura 37 partimos dos dados da Pesquisa sobre Extrativismo Vegetal e Silvicultura (PEVS) do IBGE para mostra, cartograficamente, como foi o comportamento da extração de madeira nas últimas duas décadas nos municípios da Região Metropolitana de Belém e do Nordeste Paraense nos municípios que o IBGE identifica como produtores de dendê. Para tanto, construímos três representações.

Figura 37: Variação e extração absoluta de madeira em tora nos municípios com dendê.



A primeira mostra a variação da extração de madeira na década entre 1995 e 2004. A segunda apresenta os dados da variação entre o ano de 2004 e 2013. A terceira representação mostra a extração absoluta de madeira em tora no ano de 2013.

Os círculos são proporcionais às três representações e o seu diâmetro representa a quantidade. O preenchimento em azul significa que houve uma variação negativa (diminuição) no período e o preenchimento em vermelho indica que houve uma variação positiva no período (aumento).

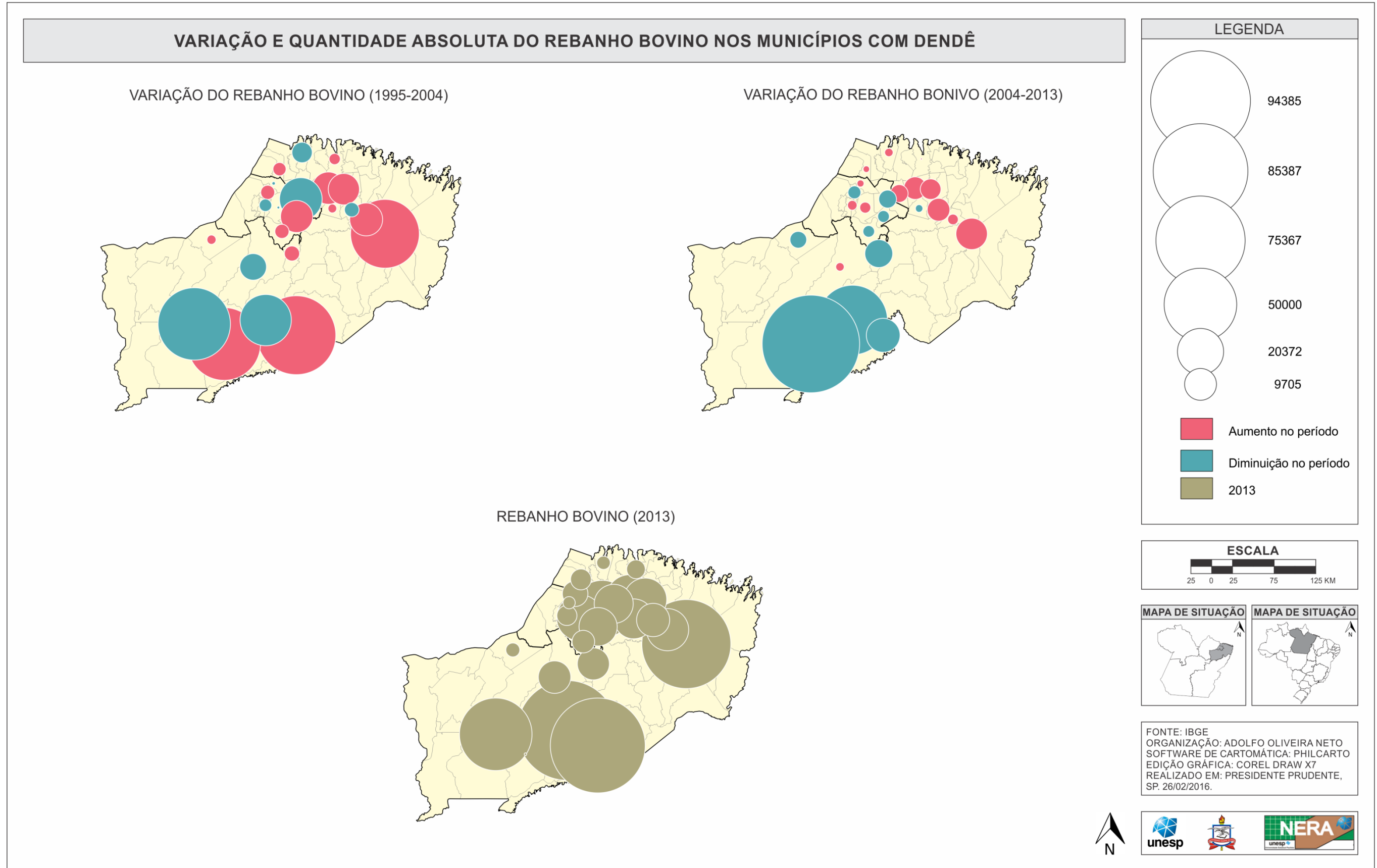
No período entre 1995 e 2004, houve uma diminuição das atividades ligadas à indústria madeireira no eixo da PA-475, sendo a maior diminuição nos municípios de Tailândia, Tomé-Açu e Acará, respectivamente. Em contrapartida, as atividades avançaram para os municípios de Moju e Baião, respectivamente. No entanto, em escala bem menor.

Na década de 2004 e 2013 continua a mesma tendência de diminuição das atividades ligadas à indústria madeireira. A única exceção é o município de Tomé-Açu, com a extração de 110.649 de metros cúbicos de madeira, em 2013, a mais do que o registrado em 2004.

A indústria madeireira encerrou seu ciclo na região por dois motivos. O primeiro, é a menor disponibilidade de áreas com florestas nativas que foram o principal combustível para as atividades dessa indústria. O segundo, é a maior rigidez da legislação ambiental e da fiscalização para impedir que os desmatamentos irregulares continuem acontecendo. Esta perda de espaço foi um dos elementos responsáveis pela reestruturação econômica da região.

A Figura 38 utiliza a mesma metodologia e a mesma forma de representação das duas anteriores. Se analisa a pecuária que tradicionalmente foi desenvolvida pelo médio e grande produtor e esteve diretamente ligada à consolidação das áreas em que a indústria madeireira avançou. O objetivo é entender o comportamento da atividade nas áreas produtoras do dendê, analisando se ela conseguiu consolidar o seu território ou se ela mesma foi envolvida por uma fração mais forte do agronegócio.

Figura 38: Variação e quantidade absoluta do rebanho bovino nos municípios com dendê.



O primeiro mapa representa a variação entre 1995 e 2013 e indica a pecuária de maneira difusa no território, sem um movimento claro no que se refere as tendências de expansão ou encolhimento. Em alguns municípios, como Moju e Tomé-Açu, o rebanho diminuiu significativamente. No primeiro, por exemplo, a diminuição foi de 49.704 cabeças, ou 52,6% do total. No município de Tomé-Açu a redução foi de 24.858 cabeças, ou 15% do total.

Além destes municípios, a pecuária também diminuiu significativamente nos municípios de Acará, Benevides, Bonito, Castanhal, Curuçá e São Francisco do Pará.

Em contrapartida, os três municípios nos quais o rebanho mais cresceu entre 1995 e 2004 foram Ipixuna do Pará, Tailândia e Santa Luzia do Pará. No primeiro, o rebanho bovino cresceu 159%, com o acréscimo de 59.192 cabeças. No município, a produção de dendê ocorreu até 2001, porém a produção não era significativa. Em relação a Tailândia, o rebanho bovino cresceu aproximadamente 126% no período, com a introdução de 50.362 cabeças. Este avanço se deu, principalmente, nas áreas que eram abertas em associação com a indústria madeireira, que foi forte no período, como apresentado em gráficos anteriores. Em relação a Santa Luzia do Pará, o crescimento foi de 212%, passando de 21.100 cabeças, em 1995, para 65.981, em 2004. O município possui a mesma característica de Ipixuna do Pará. Nele houve uma pequena produção de dendê em uma propriedade individual que encerrou as suas atividades em 2005.

Além desses municípios, também registraram tendência de aumento do rebanho bovino os municípios de Concórdia do Pará, Igarapé-Açu, Inhangapi, Nova Timboteua e Ourém, mesmo que tenha sido um aumento menos significativo que os primeiros.

Considerando todos os municípios da região que possuem produção de dendê, o rebanho bovino teve um aumento de 17,5% no período, aumentando em 95.966 cabeças entre 1995 e 2004.

No entanto, entre 2004 e 2013 o cenário muda para a pecuária bovina. Há uma diminuição significativa do rebanho nos municípios de Tailândia, Tomé-Açu, Ipixuna do Pará e Concórdia do Pará. Em Tailândia a redução do rebanho foi de 90.299 cabeças, Em Tomé-Açu a redução foi de 32,7% do total, diminuindo 45.883 cabeças.

Em Ipixuna do Pará, o rebanho bovino encolheu de 96.292 cabeças de 2004 para 85.387 cabeças em 2013. No mesmo período, o município de Concórdia do Pará perdeu 43% do seu rebanho, encolhendo de 17.044 para 9.705 cabeças. Municípios como Abaetetuba e Castanhal também tiveram redução significativa no seu rebanho.

A contraposição ficou por conta de municípios como Santa Luzia do Pará, Moju, Bonito e Igarapé-Açu. No primeiro houve um crescimento de 14,22%, passando de 65.981 cabeças, em 2004, para 75.367. em 2013. Em Moju, o crescimento foi de 5.304 cabeças, seguido pelo crescimento de Bonito que cresceu 4.899 e de Igarapé-Açu que viu o seu rebanho passar de 16.509 cabeças em 2004 para 21.345 cabeças em 2013.

Municípios como Nova Timboteua, Ourém, Santa Izabel do Pará e São Francisco do Pará também registraram crescimento do rebanho bovino acima de 1.000 cabeças no período estudado.

Na década em questão, o rebanho bovino encolheu quase 20% se somarmos todos os municípios que possuem produção de dendê, ou seja, 128.044 cabeças, revertendo a tendência positiva apresentada na década anterior.

Grande parte deste encolhimento da pecuária bovina é pela disputa que esta trava com a dendecultura por terra na região. Durante a década entre 2004 e 2013 se tornou comum ver a plantações de dendê sobre áreas de antigas pastagens. Algumas destas áreas o pasto estava completamente degradadas e não havia gado. Em outras, o rebanho bovino foi retirado para se fazer a conversão do pasto em dendezal.

Duas imagens que ilustram esta dinâmica são apresentadas nas figuras Figura 39 e Figura 40. Nelas, o dendê foi plantado sobre uma antiga área de pastagem, o que fica evidente ao perceber que entre as plantas jovens existe abundância de capim do tipo quicuío, tipo de pasto muito comum na região pela sua rusticidade e baixa exigência de nutrientes do solo.

Figura 39: Plantação recente de dendê em antiga área de pasto.



Fonte: Trabalho de campo. Fevereiro 2017.  
Crédito: Jean Brito.

Figura 40: Plantação recente de dendê em antiga área de pasto (II).



Fonte: Trabalho de campo, fevereiro/2017.  
Créditos: Jean Brito.



A área em questão é de um produtor independente que arrendou a sua fazenda para a Biopalma.

É controverso o movimento que a pecuária fez nas últimas duas décadas na região, reforçando a tese do avanço da dendecultura, pois a pecuária bovina é a principal fração do agronegócio que disputa terras com a dendecultura na região. Enquanto na primeira década ele aumentou, na segunda ele encolheu indo, sobretudo, para municípios onde a cultura do dendê não está menos consolidada.

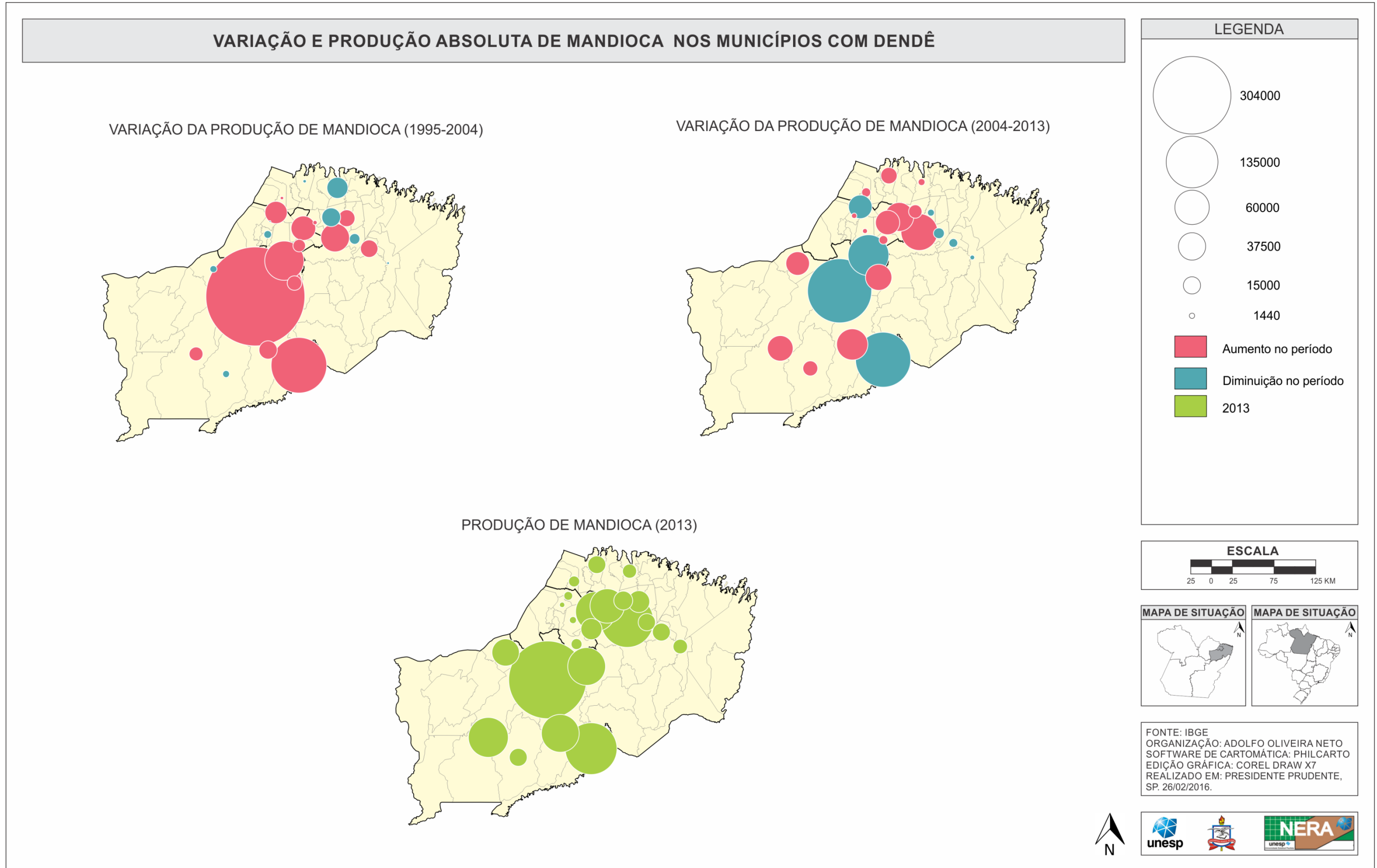
A Figura 41 utiliza a mesma metodologia e a mesma forma de representação da Figura 37. No entanto, os dados são relativos à produção de mandioca e a fonte é a Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) do IBGE.

Na região, a produção de mandioca é um elemento típico do campesinato e que representa os seus territórios. Também é um indicador fundamental para entender o processo de absorção ou liberação de mão-de-obra camponesa em diversos períodos históricos, bem como o aumento ou a diminuição das terras ocupadas pelo campesinato.

Se, do ponto de vista do agronegócio, a pecuária assumiu o papel de seguir a indústria madeireira, consolidando a ocupação territorial, do ponto de vista do campesinato, foi a cultura da mandioca que cumpriu esta função, consolidando os territórios camponeses em meio a outros cultivos de subsistência, a pesca, a caça e o extrativismo.

No período de 1995 a 2004 houve aumento na produção de mandioca nos municípios analisados, com destaque para Acará, Ipixuna do Pará, Bujaru e Santa Maria do Pará, respectivamente. No município do Acará, a produção aumentou 2.744%, passando de 18.000 toneladas, em 1995, para 512.000, em 2004. Ipixuna teve um aumento de 119,4%, passando de 131.250 toneladas, em 1994, para 288.000, em 2004. Bujaru ampliou a sua produção em 78.000 toneladas no período, passando de 12.000, em 1995, para 90.000, em 2004. Por fim, Santa Maria do Pará teve um crescimento de 40.060 toneladas, atingindo a produção de 72.000 toneladas em 2004.

Figura 41: Variação e produção absoluta de mandioca nos municípios com dendê.



Além destes municípios, outros que tiveram variação positiva acima de 9.000 toneladas no período foram Castanhal (30.550), Concórdia do Pará (10.500), Moju (9.560), Nova Timboteua (13.985), Ourém (15.200), Santo Antônio do Tauá (25.000) e Tomé-Açu (16.725).

Em contrapartida, os municípios que experimentaram a maior diminuição da produção de mandioca foram Maracanã, Igarapé-Açu e Bonito, respectivamente. Em Maracanã, a produção diminuiu 74,5%, passando de 30.000 toneladas em 1995 para apenas 7.640, em 2004. Em Igarapé-Açu, a redução foi de 66,1%, passando de 26.600 toneladas para 9.000 no período analisado. No município de Bonito, a redução foi de 5.600 toneladas, alcançando 20.800, em 2004.

Na década registrada pelo primeiro mapa, a produção de mandioca teve um saldo positivo de 846.420 toneladas, sendo o auferido em 2004 uma quantidade (1.303.425 toneladas) 185,2% superior do que a produção registrada em 1994, que era de 457.005 toneladas.

Na década entre 2004 e 2013, os municípios que experimentaram o maior crescimento na produção de mandioca foram Santa Maria do Pará, Tomé-Açu, São Francisco do Pará e Concórdia do Pará. No primeiro a produção de mandioca aumentou em 68.000 toneladas (94,4%), passando de 72.000, em 2004, para 140.000 toneladas, em 2013.

Em Tomé-Açu, a produção aumentou 49.275 toneladas, passando de 22.725 para 72.000 toneladas no final do período. Em São Francisco do Pará, o aumento da produção passou de 18.000 para 60.000 toneladas no período enquanto em Concórdia, o crescimento foi de 92%, passando de 37.500 toneladas, em 2004, para 72.000, em 2013.

Além destes, registraram crescimento da produção no período acima de 10.000 toneladas os municípios de Abaetetuba, Castanhal, Curuçá, Moju e Tailândia.

Em termos proporcionais, os municípios que tiveram a maior diminuição na produção entre 2004 e 2013 foram Bujaru (93,3%), Santo Antônio do Tauá (88,1%) e Acará (40,6%). Em termos absolutos, os municípios foram Acará, Ipixuna do Pará e Bujaru.

No município do Acará a produção experimentou um recuo de 208.000 toneladas (ou 40,6%), passando de 512.000, em 2004, para 304.000, em 2015. Em

Ipixuna do Pará, a redução na produção de mandioca no período foi de 153.000 toneladas (53,1%), passando de 288.000 para 135.000, em 2013. Por fim, no município de Bujaru, a produção de mandioca recuou cerca de 84.000 toneladas (93,3%), passando de 90.000 em 2004 para apenas 6.000 toneladas em 2013. Além destes municípios, também registraram recuo na produção de mandioca os municípios de Bonito e Santo Antônio do Tauá.

A produção de mandioca nos municípios que possuem plantação de dendê teve um saldo negativo de 11,8%, caindo de 1.303.425 toneladas, em 2004, para 1.148.545, em 2013.

Na década em questão a produção de mandioca encolheu 11,8% (154.880 toneladas), passando de 1.303.425 toneladas em 2004 para 1.148.545 toneladas em 2013.

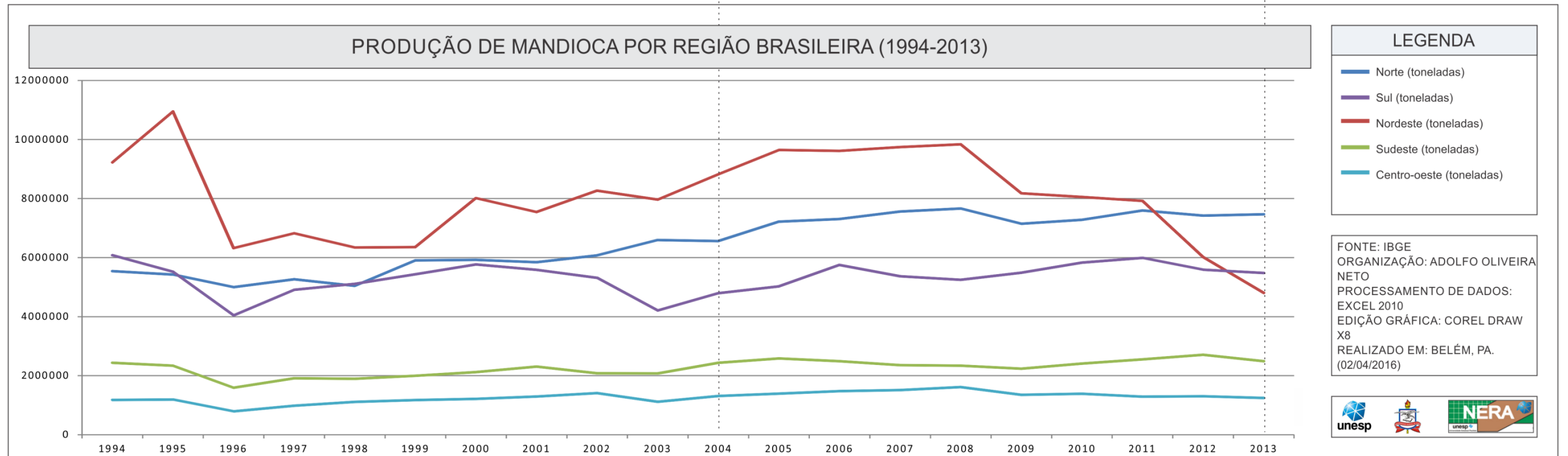
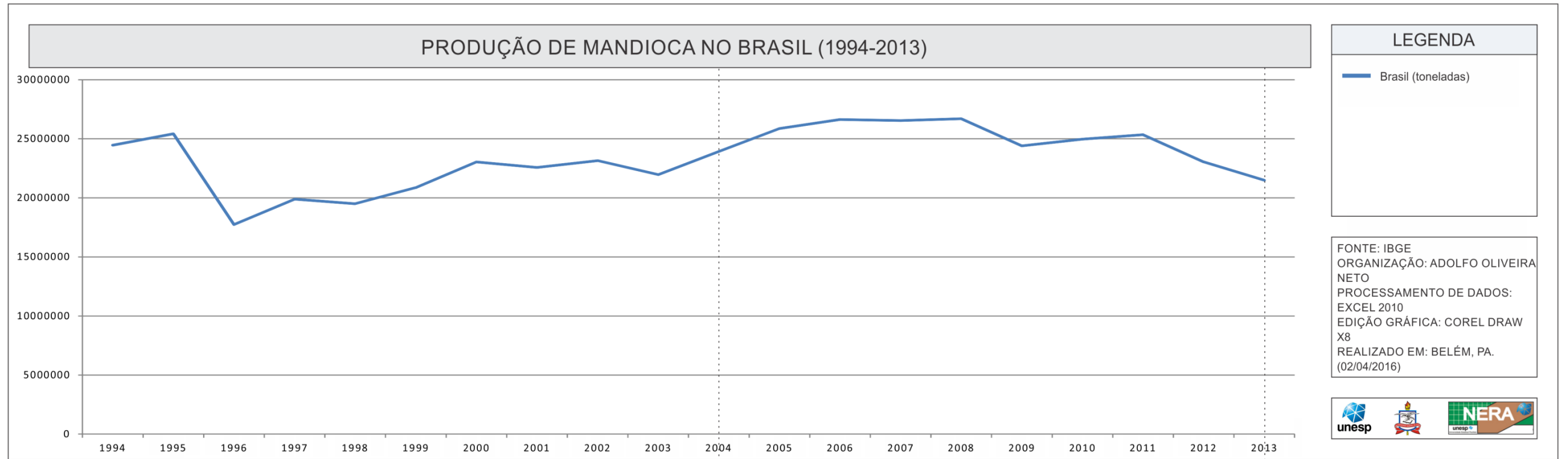
Em 2013, entre os municípios que possuem plantação de dendê, os principais produtores de mandioca foram, respectivamente, Acará (304.000 toneladas), Santa Maria do Pará (140.000 toneladas), Ipixuna do Pará (135.000 toneladas) Castanhal (80.000 toneladas) e Moju (80.000 toneladas).

Também registraram produção superior a 15.000 toneladas outros 11 municípios, a saber: Abaetetuba, Bonito, Concórdia do Pará, Curuçá, Igarapé-Açu, Inhangapi, Nova Timboteua, Ourém, São Francisco do Pará, Tailândia e Tomé-Açu.

Uma das principais críticas que tem sido feitas à dendecultura é que ela tem afetado a segurança alimentar nos municípios onde se instala, pois diminui a produção de mandioca (que é um dos principais elementos que formam a base da alimentação na região), aumentando o preço dela e dos seus derivados. O argumento fundamental é que o avanço da dendecultura se deu sobre a produção de mandioca e, quando isto não ocorreu, o trabalho com o dendê impediu que o campesinato continuasse com a produção.

Pela importância que este cultivo tem para entender as dinâmicas que envolvem o campesinato na região, ele deve ser debatido em maior profundidade. A produção da mandioca no Brasil e nas regiões brasileiras entre 1994 e 2013, considerando os dados registrados pelo IBGE, que estão sistematizados nos gráficos da Figura 42.

Figura 42: Produção absoluta de mandioca entre 1994 e 2013 (Brasil e Regiões)



O gráfico que mostra a produção de mandioca no Brasil, entre 1994 e 2013, e que o volume produzido em 2013 foi o menor dos últimos 13 anos, acima apenas da produção registrada nos anos de 1998, 1997 e 1996. Neste ano houve o pico negativo da produção em nossa série histórica, com 17.743.155 toneladas.

No recorte temporal da pesquisa, os anos de 2012 e 2013 representam a menor produção, tendo o primeiro atingindo 23.044.557 toneladas e 21.484.218, respectivamente. Em contrapartida, o pico positivo da série histórica foi observado em 2008 com 26.703.039 toneladas, após dois anos de alta produção.

As principais quedas na produção nacional da mandioca se deram entre 1995 e 1996 com uma redução de 30,2% (7.679.804 toneladas); entre 2008 e 2009 com a redução de 8,6% (2.299.058 toneladas); e entre os anos de 2011 e 2013 com a redução de 15,2%, o equivalente à 3.865.324 toneladas.

Quando avaliada a produção nacional e se desdobra a produção das cinco regiões, os motivos dos aumentos e reduções tornam-se mais claros, principalmente identificando o papel que cada região teve no aumento ou na diminuição da produção nacional de mandioca.

A análise do gráfico indica que a região que mais impactou a variação da produção nacional de mandioca foi a região Nordeste, mesmo considerando que em 2013 ela tenha sido apenas a terceira região produtora, atrás das regiões Norte e Sul.

Diferente das regiões Centro-oeste e Sudeste, que se comportaram praticamente de maneira estável no período, ou diferente da região Norte, que apesar de ter sofrido com variações importantes em alguns anos, manteve uma taxa crescente na sua produção, a região Nordeste sofreu com variações bruscas na sua produção, sendo as principais entre 1995 e 1996, entre 2008 e 2009 e entre 2011 e 2013.

O impacto da redução da produção nestes períodos se refletiu na produção nacional, que teve as suas principais reduções motivadas pelas alterações no nordeste. O único ano em que houve variação negativa significativa na produção nacional que não foi motivada pela região nordeste foi entre 2002 e 2003, com a queda motivada pelo desempenho da região sul do Brasil, que teve uma redução de 20,7% de sua produção, perdendo 1.105.122 toneladas.

Outro período de baixa expressiva na produção de mandioca na região foi entre 1995 e 1996 em que a produção reduziu em 1.477.795 toneladas, ou 26,7% do total,

Na região sudeste a produção de mandioca aumentou 2,1% entre 1994 e 2013. Se considerarmos apenas o recorte temporal da pesquisa o aumento entre 2004 e 2013 foi de 2,1% (53.512 toneladas), já que entre 1994 e 2003 a produção praticamente só se recuperou da queda que teve entre 1995 e 1996.

Os dados da região Centro-Oeste mostram que entre 1994 e 2013 a produção de mandioca subiu 05,4%, passando de 1.179.640 toneladas, em 1994, para 1.244.417, em 2013. Se considerarmos apenas o recorte temporal da pesquisa, a produção da região teve uma queda de 05,3%, reduzindo 69.893 toneladas.

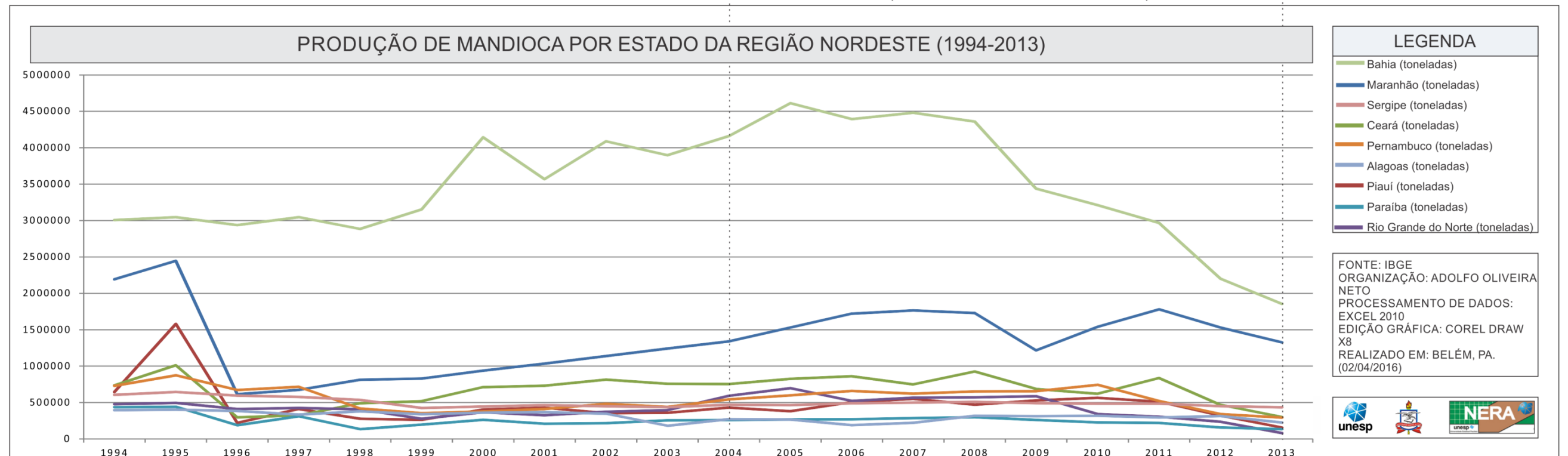
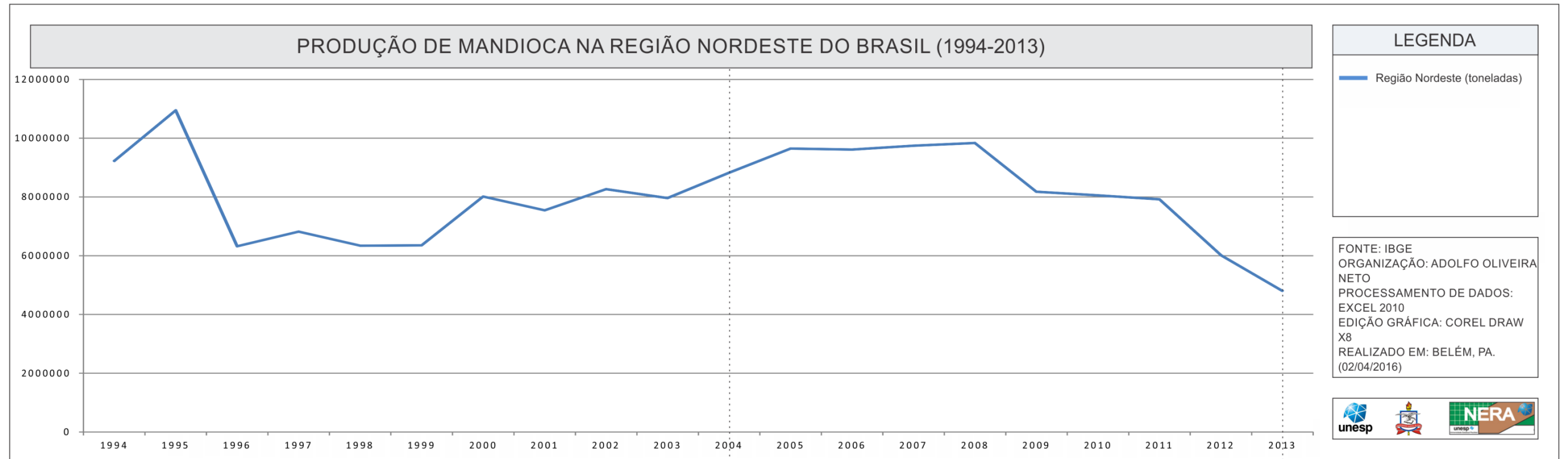
Os dados relativos à região Nordeste são explorados na Figura 43. Nela, observamos os estados que tiveram a produção mais atingida nos três períodos de diminuição intensa de mandioca. A queda registrada entre 1995 e 1996 atingiu a todos os estados da região. Do ponto de vista percentual, as maiores reduções foram no Piauí (86%), Maranhão (74,8%), Ceará (70,7%) e Pernambuco (57,5%).

Em números absolutos, os estados que tiveram a maior diminuição foram o Maranhão, com a redução de 1.830.461 toneladas, Piauí, com a redução de 1.359.357 toneladas e a Paraíba, com a redução de 254.605 toneladas.

O segundo período de queda expressiva na produção de mandioca da região foi entre 2008 e 2009. Nele, estados produtores importantes, como a Bahia e o Maranhão, registraram queda significativa. No segundo, por exemplo, a queda foi de 29,6% e o total da produção de 2009 foi 513.728 toneladas menor que a registrada em 2008.

Estados como Ceará e Paraíba também enfrentaram quedas significativas. O primeiro teve uma redução de 25,8% da sua produção entre 2008 e 2009, acumulando uma queda absoluta de 238.992 toneladas enquanto que a Paraíba experimentou uma redução de 12,4% na sua produção entre 2008 e 2009, com uma perda de 37.324 toneladas. Sergipe e Alagoas também experimentaram queda na sua produção, no entanto, menor que as citados anteriormente. A contraposição se deu pelo Piauí, Rio Grande do Norte e Pernambuco que experimentaram o crescimento da sua produção.

Figura 43: Produção absoluta de mandioca na região Nordeste entre 1994 e 2013.





Uma atenção especial deve ser destinada ao caso da Bahia, que é o maior produtor de mandioca da região nordeste e que, desde 2007 até o final da nossa série histórica, tem sofrido com a redução constante da sua produção. Em 2007 a sua produção foi de 4.481.355 toneladas, diminuindo 2.627.095, ou 58,6% do total, até 2013, quando registrou 1.854.260 toneladas.

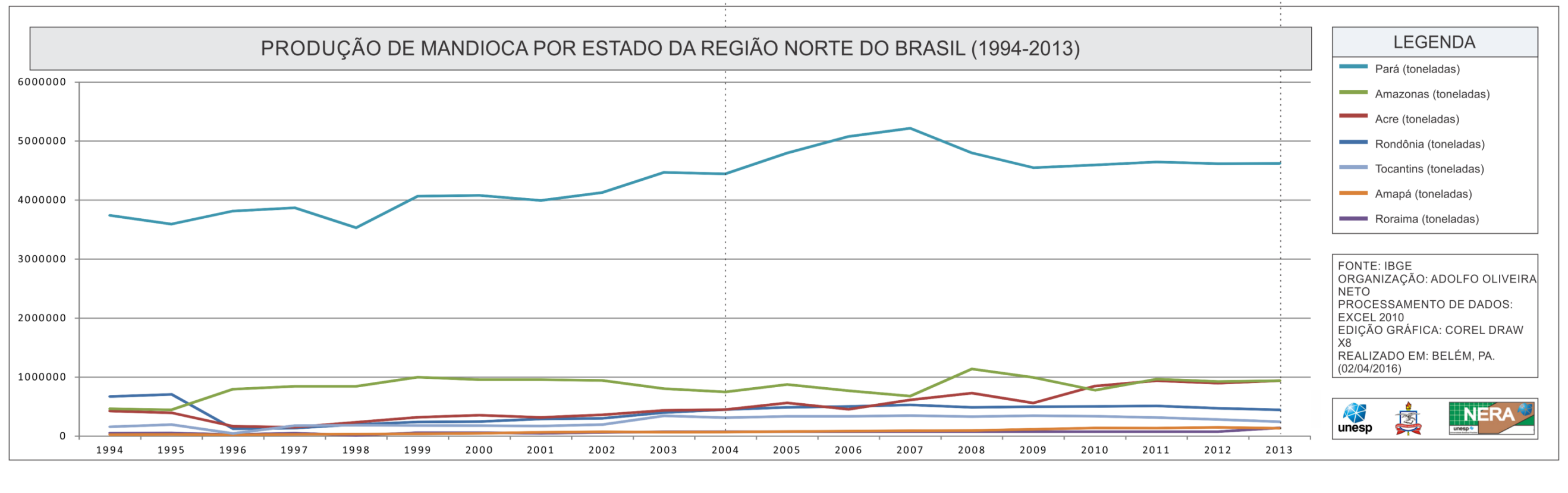
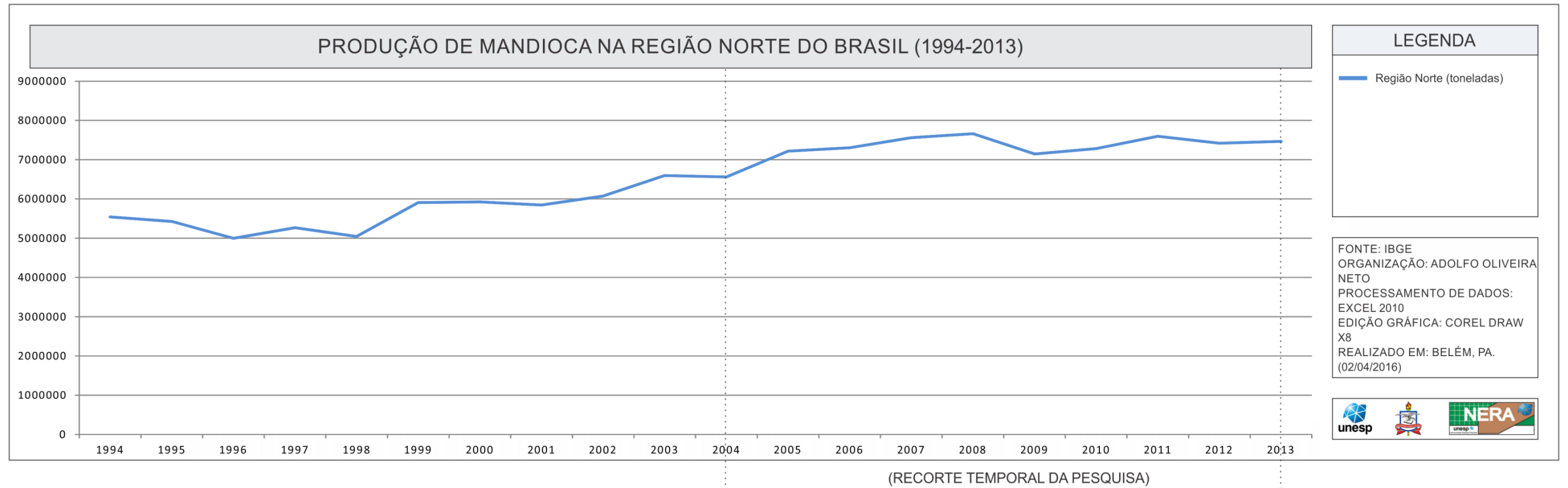
O novo período de redução da produção regional, entre 2011 e 2013, é resultado da diminuição que houve principalmente na Bahia, além do Ceará, Maranhão e Piauí. No primeiro, a redução foi a mais acentuada, atingindo 536.258 toneladas (64% do total). No Maranhão, a redução foi de 454.951 toneladas (25,5% do total), passando de 836.606, em 2011, para 300.348 toneladas, em 2013. No Piauí, a redução da produção chegou a 69,4%, perdendo 355.168 toneladas. Na série histórica, a produção da região nordeste encolheu 49,7%, perdendo 4.419.975 toneladas entre 1994, e 2013.

O principal motivo para a redução da produção na região foram as estiagens que se sucederam nos anos em que a produção diminuiu. De certo, que a este motivo houveram outras questões que diminuíram a produção de mandioca nos territórios camponeses.

Em relação à Região Norte o cenário é diferente. Desde 2012 ela é a principal produtora de mandioca do país e, nela, o principal estado produtor é o Pará. O perfil da produção da região e dos estados é apresentado na Figura 44. Nela, o balanço da produção da região entre 1994 e 2013 foi positivo, ampliando a produção em 34,7% (ou 1.924.852 toneladas). Se considerarmos apenas o recorte temporal da pesquisa, a região Norte ampliou a sua produção em 13,8%, ampliando a produção em 908.048 toneladas, atingindo um total de 7.467.943.

Durante a série histórica, em dois momentos foram registradas diminuição na produção. O primeiro é entre 1995 e 1996, quando a produção da região diminuiu 7,8% (427.755 toneladas) e o segundo é entre 2008 e 2009, quando a produção da região diminuiu 06,7% (515.252 toneladas). No primeiro período os estados que mais tiveram redução na sua produção foram Rondônia, Acre e Tocantins.

Figura 44: Produção absoluta de mandioca na região Norte entre 1994 a 2013.



No Acre, a produção de mandioca passou de 395.380 toneladas, em 1995, para 167.854 toneladas em 1996, ou seja, uma produção 57,5% menor que o ano anterior. No Tocantins, a produção passou de 196.934 toneladas para, apenas, 46.108, em 1996. No entanto, o caso que chama mais atenção é Rondônia, que reduziu a sua produção em 82,4%, passando de 708.605 toneladas em 1995 para, apenas, 124.676 no ano seguinte.

A redução na produção de mandioca que a região experimentou entre 2008 e 2009 foi devido à redução da produção nos três estados de maior produção no período, Pará, Amazonas e Acre, respectivamente.

No Pará, a queda está dentro de um contexto de redução da produção em três anos seguidos (2007, 2008 e 2009), quando houve a redução de 12,8%, ou 668.207 toneladas. No Amazonas a redução se estendeu de 2008 a 2010, diminuindo a produção do estado em 31,6%, ou 361.001 toneladas. O único estado que teve diminuição apenas entre o ano de 2008 e 2009 foi o Acre, que reduziu a sua produção em 23,1% (168.968 toneladas).

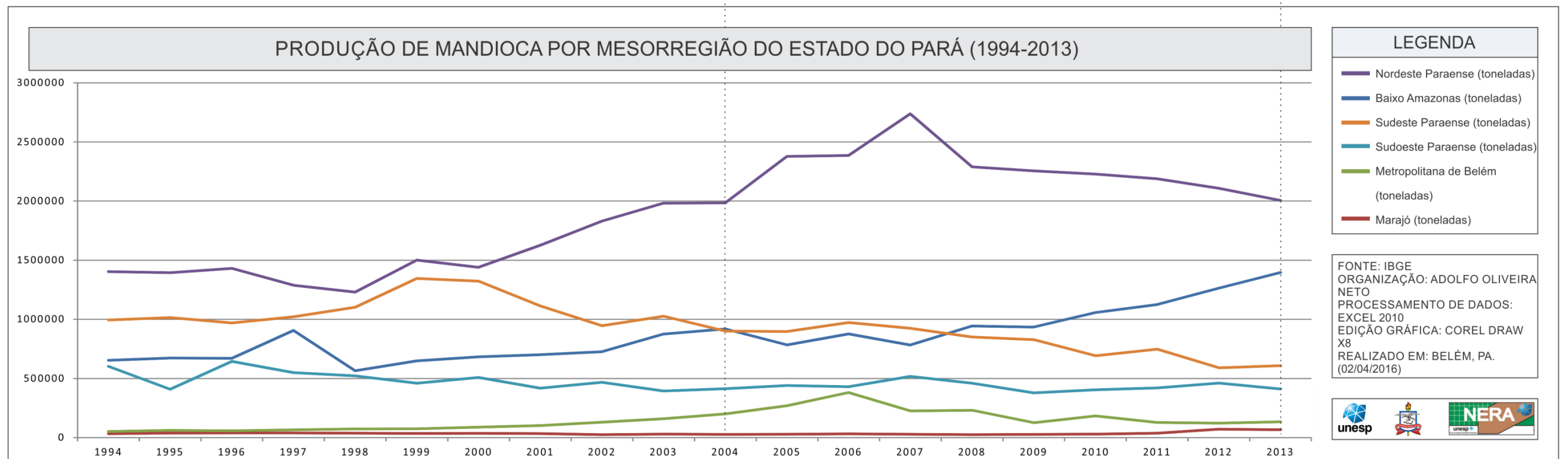
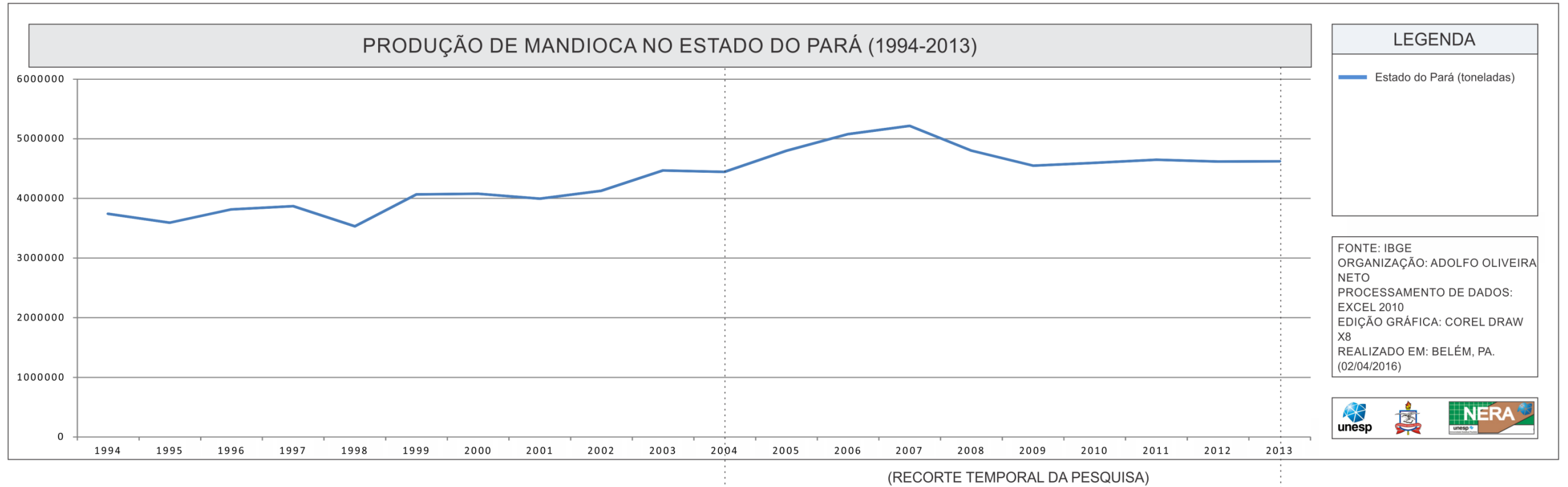
No recorte temporal da pesquisa, a maior variação na produção foi percebida nos estados do Pará, Amazonas e Acre. Em contrapartida, os estados do Amapá, Tocantins, Roraima e Rondônia mantiveram-se praticamente estáveis, mas possuem pouco volume para impactar a produção regional.

Por ser o principal estado produtor da região e pela importância deste cultivo para entender a dinâmica do objeto, os dados relativos ao estado do Pará foram sistematizados na Figura 45.

No recorte temporal da pesquisa, a produção de mandioca do estado do Pará teve um avanço de 03,9%, aumentando 176.170 toneladas. Levando em consideração o período entre 1994 e 2013, a produção de mandioca do estado cresceu 23,5%, passando de 3.741.798 para 4.621.692 toneladas, em 2013.

O maior ciclo de crescimento foi na década entre 1998 e 2007, em que a cultura teve um crescimento quase constante. No período, a produção de mandioca acumulou um crescimento de 47,7%, saindo de 3.530.717 toneladas, em 1998, e atingindo o pico da série histórica em 2007, com 5.216.955 toneladas. Cabe registrar que houve uma pequena variação negativa nas safras de 2001 e 2004.

Figura 45: Produção de mandioca no estado do Pará entre 1994 e 2013.



Dentro do estado, destaca-se na Tabela 5 a produção da Mesorregião Metropolitana de Belém e do Marajó, que tiveram variação percentual significativa no período, mas que é difícil identificar no gráfico devido ao baixo volume de produção, se comparado com as outras mesorregiões.

Tabela 5: Variação da produção de mandioca na Região Metropolitana de Belém e no Marajó.

Região	1994	2003	Variã o na Década (%)	Varição Absolut a	2004	2013	Variã o na Década (%)	Varição Absolut a
<b>Metropolitan a de Belém</b>	52.90 0	160.10 0	202,6%	107.200	200.54 5	134.44 0	- 32,9%	-66.105
<b>Marajó</b>	33.25 9	30.278	- 08,9%	- 2.981	27.872	67.469	142%	39.597

Fonte: PAM/IGBE

Na tabela, a principal variação da produção foi na mesorregião do Marajó, na década que corresponde ao recorte temporal da pesquisa, quando a produção cresceu 142%.

Na Figura 45, a maior redução na série histórica ocorreu nas mesorregiões Sudeste e Sudoeste Paraense. Na primeira, a redução entre 1994 e 2013 foi de 38,8%, diminuindo 386.702 toneladas, perdendo o posto de segunda maior produção de mandioca em 2008. Se considerarmos o apenas o período entre 2004 e 2013, a redução foi de 32,4%, perdendo 292.622 toneladas. Neste período, a atividade que mais avançou na região foi a pecuária bovina, com o incremento de 8.056.469 cabeças, o que significa um crescimento percentual de 171,5%, acima do observado no estado do Pará (154,1%), na Região Norte (148,8%) e no Brasil (33,8%) no período. Na região Sudeste, a disputa de território entre o campesinato e o agronegócio na região se manifesta, entre outras formas, na disputa entre a mandioca e a pata do boi, ressaltado que esta se discutindo estes cultivos em seus traços gerais.

No Sudoeste Paraense a produção de mandioca encolheu 31,8%, reduzindo 191.910 toneladas. Se considerarmos apenas o recorte temporal da pesquisa, a redução na produção foi pouco significativa (0,5%), reduzindo 2.300 toneladas, passando de 413.400, em 2004, para 411.100 toneladas, em 2013. Na mesorregião

Sudoeste, em contraposição, a pecuária bovina cresceu 393,1% entre 1994 e 2013, incorporando 2.935.929 cabeças no rebanho da mesorregião.

Nesse período, a mesorregião que se tornou a segunda principal produtora de mandioca foi o Baixo Amazonas. Entre 1994 e 2013, a produção cresceu 113,5%, passando de 653.480 para 1.395.630 toneladas. Considerando o período entre 2004 e 2013 o aumento foi de 51,9%, aumentando 477.000 toneladas.

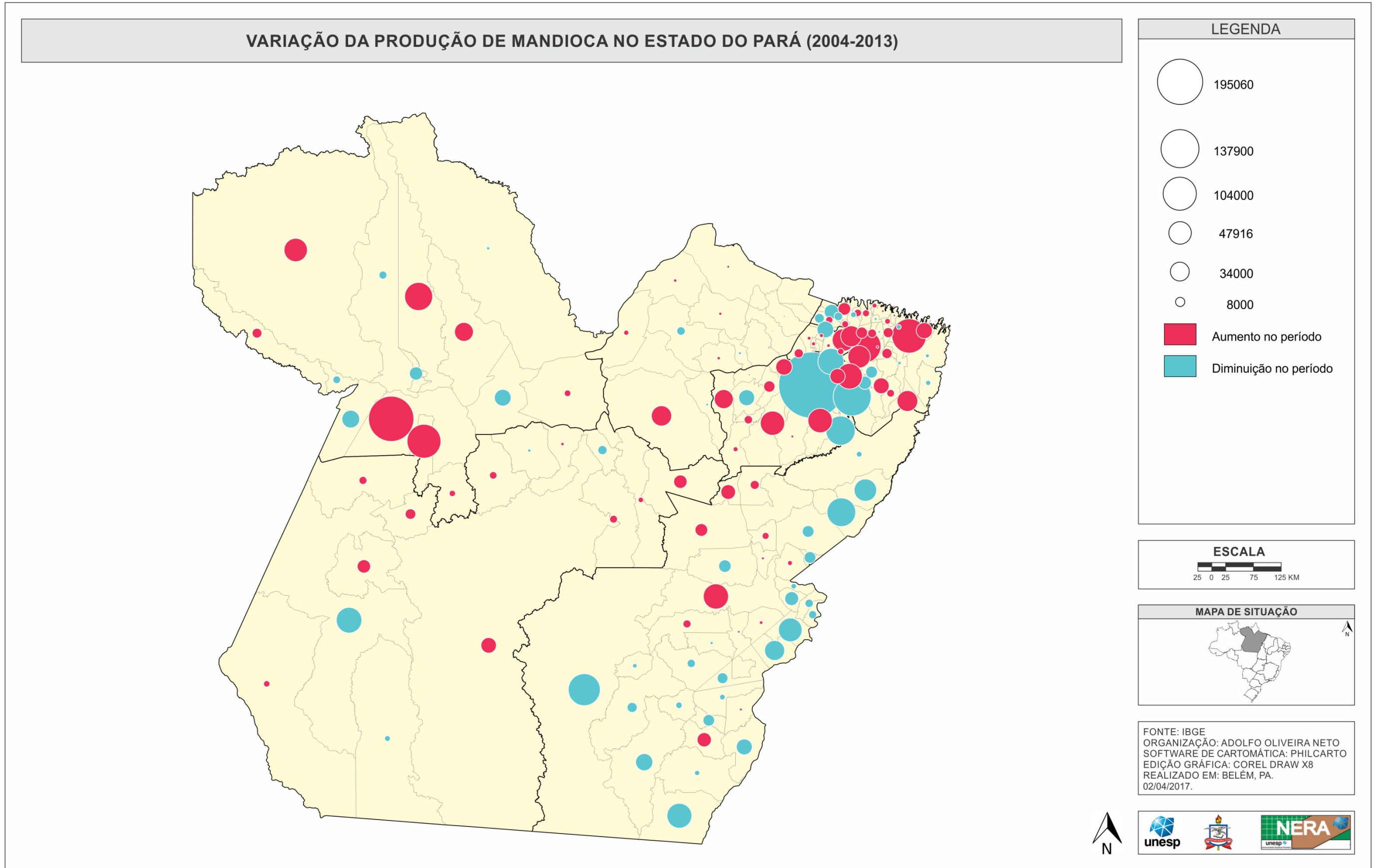
O movimento mais interessante aconteceu na mesorregião do Nordeste Paraense. O ciclo de crescimento da produção no estado, entre 1998 e 2007, se deu pelo crescimento nesta região, complementado pelo que ocorreu nas mesorregiões do Baixo Amazonas, Metropolitana de Belém e do Marajó. No Nordeste Paraense, esse ciclo de crescimento acumulou 122,5%, passando de 1.229.876 toneladas, em 1998, para 2.289.364, em 2007, que foi o pico produtivo da série histórica. Uma pequena variação negativa foi registrada em 2004.

Considerado apenas o recorte temporal da pesquisa, a produção de 2013 foi praticamente a mesma da registrada em 2004, sendo apenas 0.1% maior. Enquanto a produção de 2004 foi de 1.984.095 toneladas, a de 2013 alcançou 2.004.695. É importante perceber que no período a produção de mandioca na mesorregião experimentou dois movimentos. O primeiro, é de crescimento até 2007. Desde então, o cultivo veio diminuindo até o final da série histórica avaliada (2013).

A Figura 46 apresenta uma síntese dos dados, especializando a variação da produção entre 2004 e 2013 em todo o estado do Pará. Ela tem uma avaliação do conjunto do estado. Na escala estadual, podemos perceber o fortalecimento do cultivo no Oeste do Pará. A redução da produção do Sudeste é influenciada pelos municípios que se localizam nas margens da rodovia BR – 010 (Belém-Brasília) e da PA-150.

Na década que a produção de dendê mais se consolidou, a produção de mandioca diminuiu sensivelmente nos municípios onde a cultura do dendê se tornou mais forte, crescendo em outras microrregiões nas quais o dendê não se fez presente com tanta força. O maior crescimento da mandioca foi nas microrregiões Bragantina e de Cametá, perdendo espaço na microrregião do Guamá.

Figura 46: Variação da produção de mandioca no estado do Pará (2004-2013).



O mapa mostra que a produção de mandioca sofreu diminuição nos municípios que são grandes produtores de dendê entre 2004 e 2013. Este processo se dá pela monopolização da terra e de grande parcela da força de trabalho pela cultura do dendê que afeta não apenas a produção camponesa, mas também outras frações do agronegócio que atuam na região, como, por exemplo, a pecuária.

A Figura 47 propõe uma visão de conjunto de como a variação do rebanho bovino, da produção de dendê, da extração de madeira em tora e da produção da mandioca se comportaram entre 1995 e 2004.

Nesta amostragem está se restringindo aos quatro municípios que possuem fazendas do grupo Agropalma (Acará, Moju, Tailândia e Tomé-Açu). O objetivo é avaliar como os movimentos indicados nas figuras e gráficos anteriores ocorreram paralelamente, espacializando este processo.

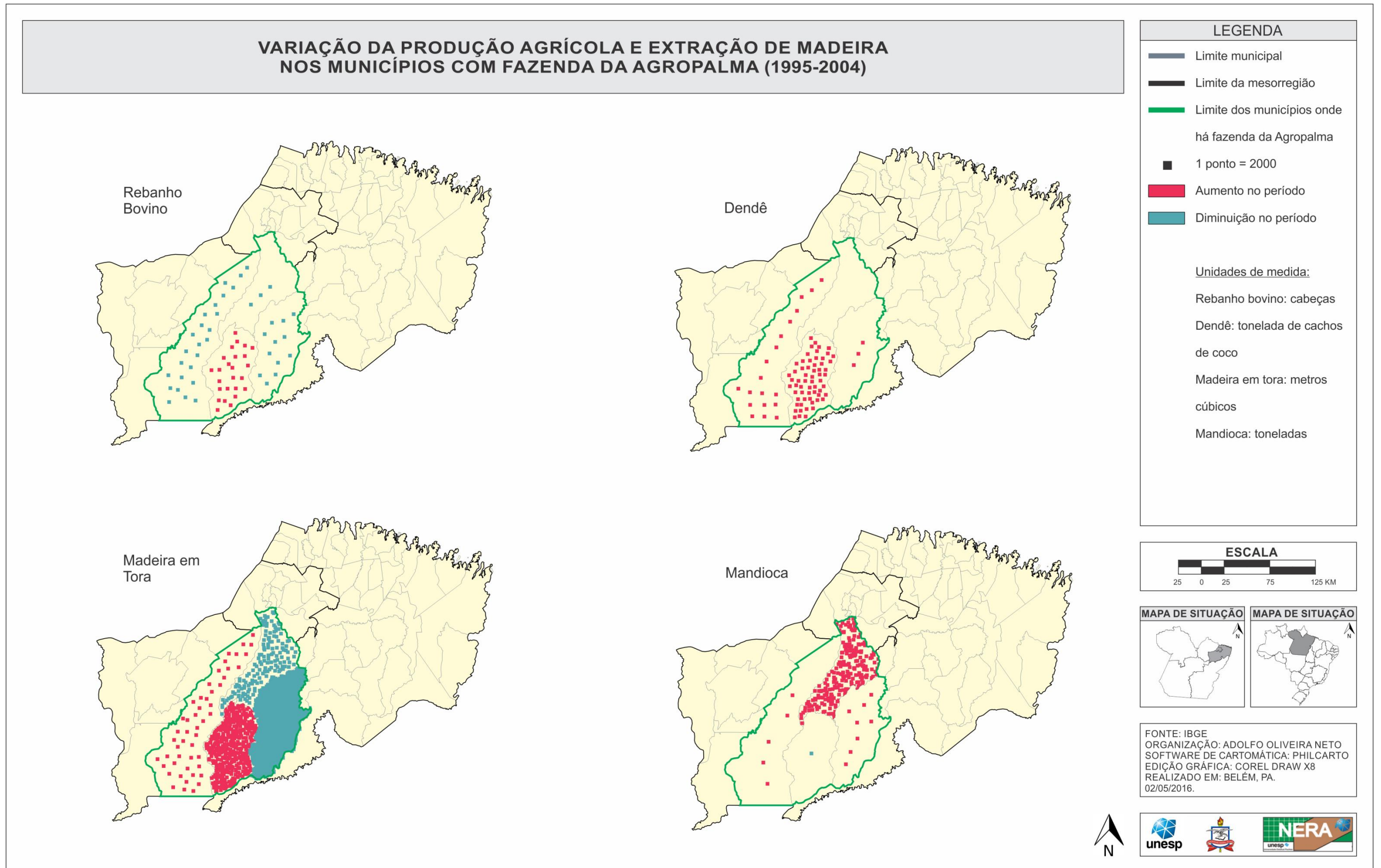
Esse movimento evidencia o avanço do cultivo de dendê e de mandioca em detrimento ao rebanho bovino, enquanto que a extração de madeira tem forte declínio nos municípios de Moju e Tomé-Açu, avançando nos municípios do Acará e Tailândia.

A principal dificuldade para elaborar a figura é a inexistência de dados relativos à área ocupada pelas quatro atividades, o que poderia mostrar a consolidação delas no território. Este tipo de dado em série anual só é encontrado para a produção de dendê e para a produção de mandioca, a partir da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, e em série decenal para o rebanho bovino, no Censo Agropecuário, também do IBGE. Este último, ainda, é só uma aproximação, a partir da união dos dados da área ocupada pelas pastagens naturais, pastagens degradadas e das pastagens em boas condições. Por fazer parte de uma indústria extrativa, os dados referentes à produção em tora só existem para o volume da produção.

Devido a motivo, optou-se por realizar a avaliação da dinâmica da produção deste período que, se tem a fragilidade de não conseguir mostrar a área monopolizada por estas atividades no território, tem o mérito de apresentar a dinâmica delas no recorte tempo e na escala espacial da pesquisa.



Figura 47: Variação da produção agrícola e extração de madeira nos municípios com fazenda da Agropalma entre 1995-2004.



Nesta figura, a diminuição do rebanho bovino é mais significativa nos municípios de Moju e Tomé-Açu e, em menor grau, no município do Acará. Nesta década, a única atividade que não vivenciou recuo em nenhum município foi o dendê, no entanto, o seu crescimento ainda é disputando área, de um lado, com a mandioca, que teve um forte crescimento no município do Acará, se beneficiando das áreas abertas pela indústria madeireira, e, de outro lado, com o rebanho bovino, que avançou significativamente no município de Tailândia.

A indústria madeireira parece ter se associado na década de maneira diferente com as diversas atividades econômicas. Além da associação com a mandioca no Município do Acará, a sua ação no município de Moju está ligada ao avanço do dendê, enquanto que em Tailândia a associação foi com a pecuária e a dendecultura.

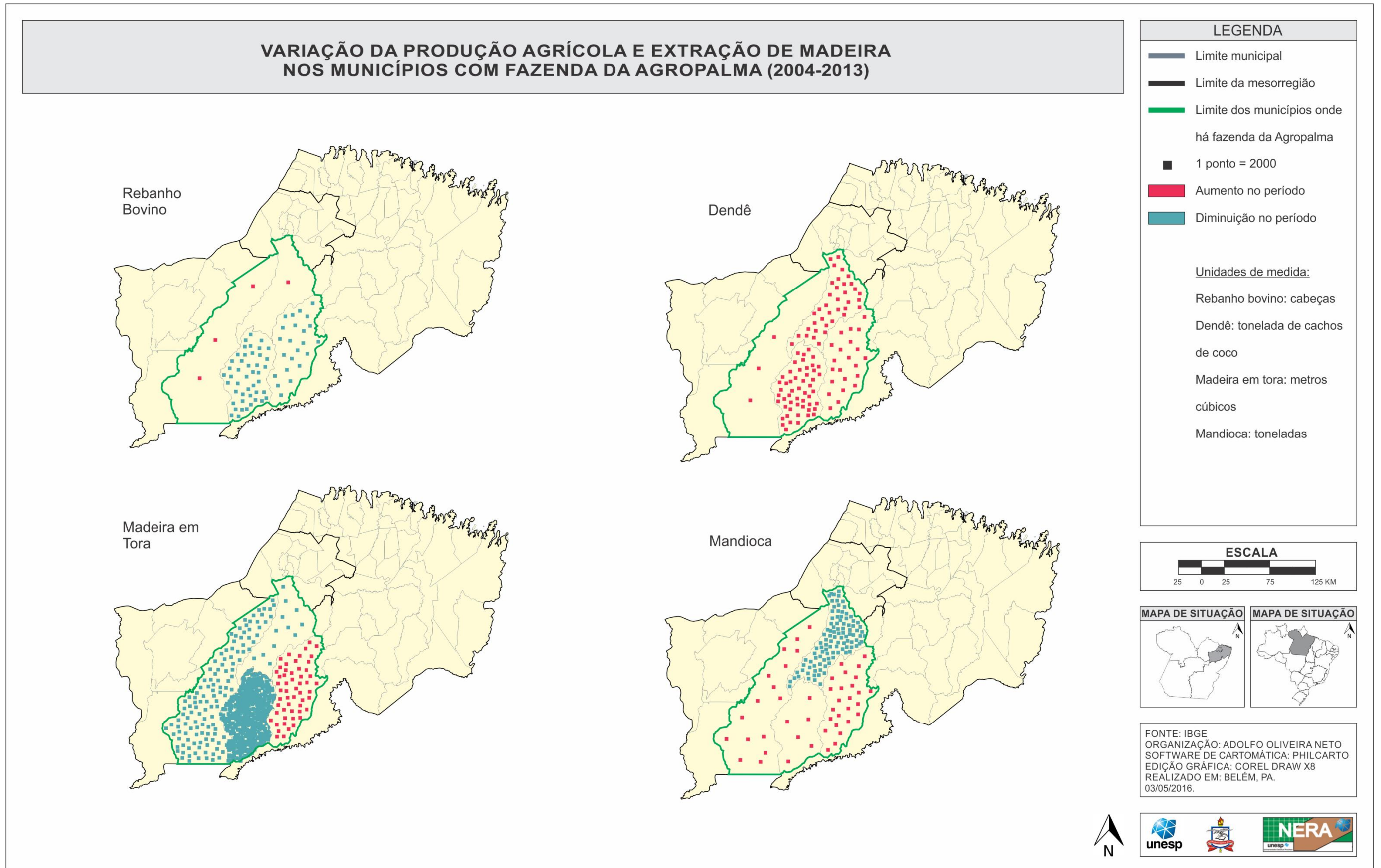
A Figura 48 utiliza a mesma metodologia e forma de representação da Figura 47 e o objetivo é mostrar como se comportaram a extração de madeira, o cultivo de dendê, o cultivo de mandioca e o rebanho bovino entre os anos de 2004 e 2013.

Nela, a indústria madeireira entrou em um ciclo de diminuição acentuada da produção no município de Tailândia, além de declinar nos municípios de Moju e Acará, deslocando-se para, Tomé-Açu. As áreas abertas foram incorporadas pela dendecultura nos municípios do Acará, Tailândia e Tomé-Açu e, em menor escala, pela cultura da mandioca nos municípios de Moju, Tomé-Açu e Tailândia.

Se na década entre 1995 e 2004 houve um avanço difuso das principais atividades econômicas na região, sem a hegemonia clara de um dos setores, na década entre 2004 e 2013 há uma forte hegemonia da dendecultura, avançando sobre territórios dominados por outras frações do agronegócio, como o rebanho bovino, e sobre territórios camponeses, que mesmo tendo como característica típica a policultura, possui a mandioca como um dos seus principais elementos.

Mesmo considerando que a grande vencedora foi a dendecultura, a incorporação de novas áreas e o avanço da produção de mandioca indica que o próprio campesinato vem buscando estratégias para se reproduzir frente ao avanço reestruturador do cultivo do dendê.

Figura 48: Variação da produção agrícola e extração de madeira nos municípios com fazenda da Agropalma entre 2004-2013.



Década em que as outras três principais atividades no campo se desenvolvem sob hegemonia do dendê, que passou a monopolizar terras e concentrar investimentos e mão de obra.

A Figura 49 apresenta o volume total de produção dos quatro produtos analisados nas duas figuras anteriores. O objetivo é representar a força de cada produto e a sua concentração na área estudada no de 2013.

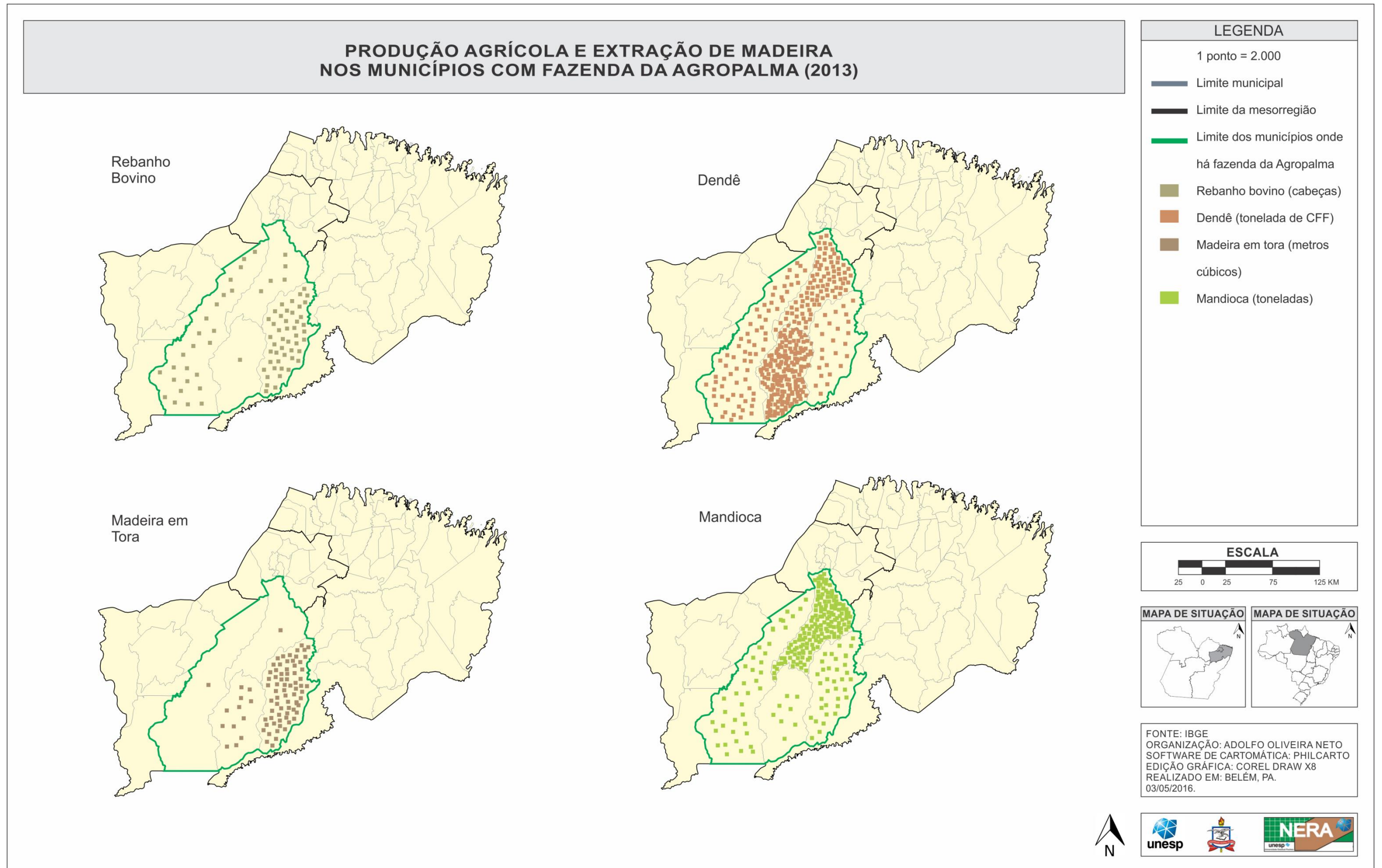
A análise preliminar dos dados indica algumas questões. A primeira, é que a indústria madeireira que, entre 1995 e 2004, avançou nos municípios do Acará e de Tailândia, encontram entre os anos de 2004 e 2013 um período de retração, sendo obrigada a migrar para outros municípios. Dos analisados, o único em que ela tem produção significativa em 2013 é Tomé-Açu.

A segunda, é que o rebanho bovino que cresceu no período de 1994 a 2004 no município de Tailândia, regrediu no período apresentado na Figura 48, o que indica as dificuldades que este tem tido para se manter na região, tendo como ultimo município com grande produção Tomé-Açu.

A terceira, é que o cultivo de mandioca que cresceu no período de 1994 a 2004 no município de Moju, regrediu no período apresentado na Figura 48, mostrando que as terras e/ou a mão de obra podem ter sido absorvidas por outras culturas, com especial destaque para a dendecultura. No entanto, ela migrou ara outros municípios. No caso em questão, o principal município produtor de mandioca passou a ser o município do Acará.

Por fim, o único produto que teve um crescimento constante na região foi a dendecultura. Quando se analisa a Figura 47, tem-se uma década com crescimento difuso, disputando a posição de principal cultivo regional com outras culturas. A Figura 48 mostra que ela se constituiu como a cultura hegemônica no período, avançando sobre as demais. A análise a Figura 49 aponta o poder que ela exerce nos quatro municípios analisados, consolidando um novo capítulo na história da questão agrária da região, marcado pelo avanço do agronegócio do dendê a partir do processo definido como *land grabbing*.

Figura 49: Produção absoluta da produção agrícola e extração de madeira nos municípios com fazenda da Agropalma em 2013.



A Figura 50 apresenta a relação entre a área utilizada para a cultura do dendê e a utilizada pela cultura da mandioca. Diferente das imagens anteriores onde a produção nos permitiu observar as dinâmicas do campo, esta tem como objetivo espacializar os dados.

Como os dados sobre área ocupada só estão disponíveis para estes dois cultivos, se optou pela construção de um mapa multitemporal de pontos, onde cada unidade representa 100 hectares de área ocupada pela cultura, o que nos possibilitou perceber como os dois cultivos foram se espacializando ao longo do tempo. Os dados utilizados são de 1995, 2004 e 2013 para seguir a mesma métrica das figuras anteriores.

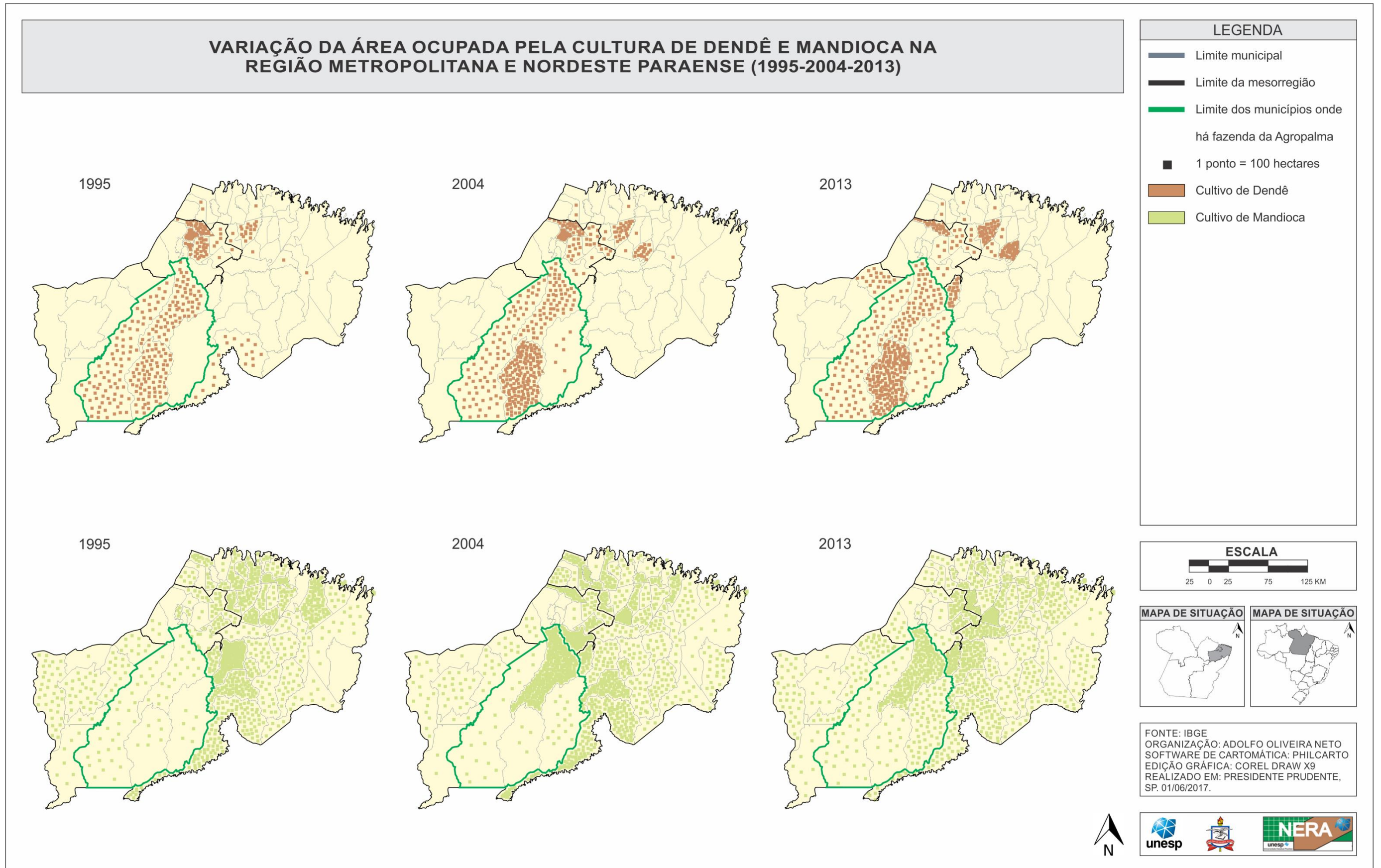
A escala espacial analisada é referente aos municípios da Região Metropolitana de Belém e do Nordeste Paraense, mesmo que continuemos destacando no mapa os quatro municípios em que estão localizadas as fazendas do Grupo Agropalma.

O mapa evidencia o dendê como um fenômeno forte, porém localizado em alguns municípios. Os três recortes espaciais nos permitem perceber a consolidação do cultivo em alguns polos, cuja principal empresa é a Agropalma.

Em contra partida, quando analisamos a área ocupada pelo cultivo de mandioca na região, encontramos uma abrangência muito superior à do dendê. O movimento parece ser diferente nos diversos casos, sendo que que nos municípios em que o dendê mais se consolidou e construiu uma rede territorial mais forte, a cultura da mandioca perdeu espaço.

Em contrapartida, enquanto ela perdeu espaço nos municípios de produção consolidada do dendê, cresceu em municípios onde a produção do dendê ainda não é hegemônica por dois motivos: o primeiro, é que na década entre 2004 e 2013 a diminuição da produção nacional de mandioca gerou a elevação do preço, incentivando novos cultivos na região e o aumento das áreas existentes; o segundo é que o dendê tem gerado uma dinamização econômica de diversos municípios e uma fixação da população do campo que, entre outras coisas, vem abrindo novos sítios e roças, como mostram as entrevistas analisadas no último capítulo.

Figura 50: Área ocupada pelo cultivo de dendê e mandioca na Região Metropolitana de Belém e Nordeste Paraense.



A Figura 51 analisa como a área plantada de dendê aumentou entre 2008 e 2013. A referência é o trabalho de Lameira; Vieira; Toledo (2015) para mostrar as áreas plantadas e a multiplicação das empresas dendecultoras. A partir dos dados apresentados pelos autores tem-se que em 2009 haviam três grandes núcleos territoriais de produção de dendê. Um ligado à Denpasa, outro à Palmasa e, por fim, outro ligado à Agropalma. Os dados levantados pelos autores indicam 11 empresas atuando na região e a passagem da área plantada de 80.272 para 146.611 hectares.

Outro elemento que destaca o avanço da dendecultura na região é a mudança na composição do Produto Interno Bruto (PIB), como mostra a Figura 52.

Entre 2004 e 2013 os quatro municípios com fazendas da Agropalma tiveram um crescimento expressivo no PIB. Percentualmente, o município que teve o maior crescimento foi Moju (266%), seguido por Acará (245%), Tailândia (165%) e Tomé-Açu (161%).

No primeiro, o PIB passou de R\$ 179.173.000, em 2004, para R\$ 657.367.000, em 2013. Neste período, a agropecuária que representava 31,7% do total do PIB em 2004, com de R\$ 56.866.000, reduziu para 29,5% em 2013, registrando R\$ 194.169.000.

No município do Acará, o PIB passou de R\$ 252.212.000, em 2004, para R\$ 871.620.000, em 2013. A participação da agropecuária na composição do PIB é a maior entre os municípios analisados. Ela teve um crescimento no período, passando de R\$ 138.028.000 (54,7% do PIB), em 2004, para de R\$ 571.898.000, em 2013, o que representa. 65,6% do total.



Figura 51: Distribuição dos plantios de dendê em 2008 e 2013 na Região Metropolitana de Belém e na Região Nordeste Paraense.

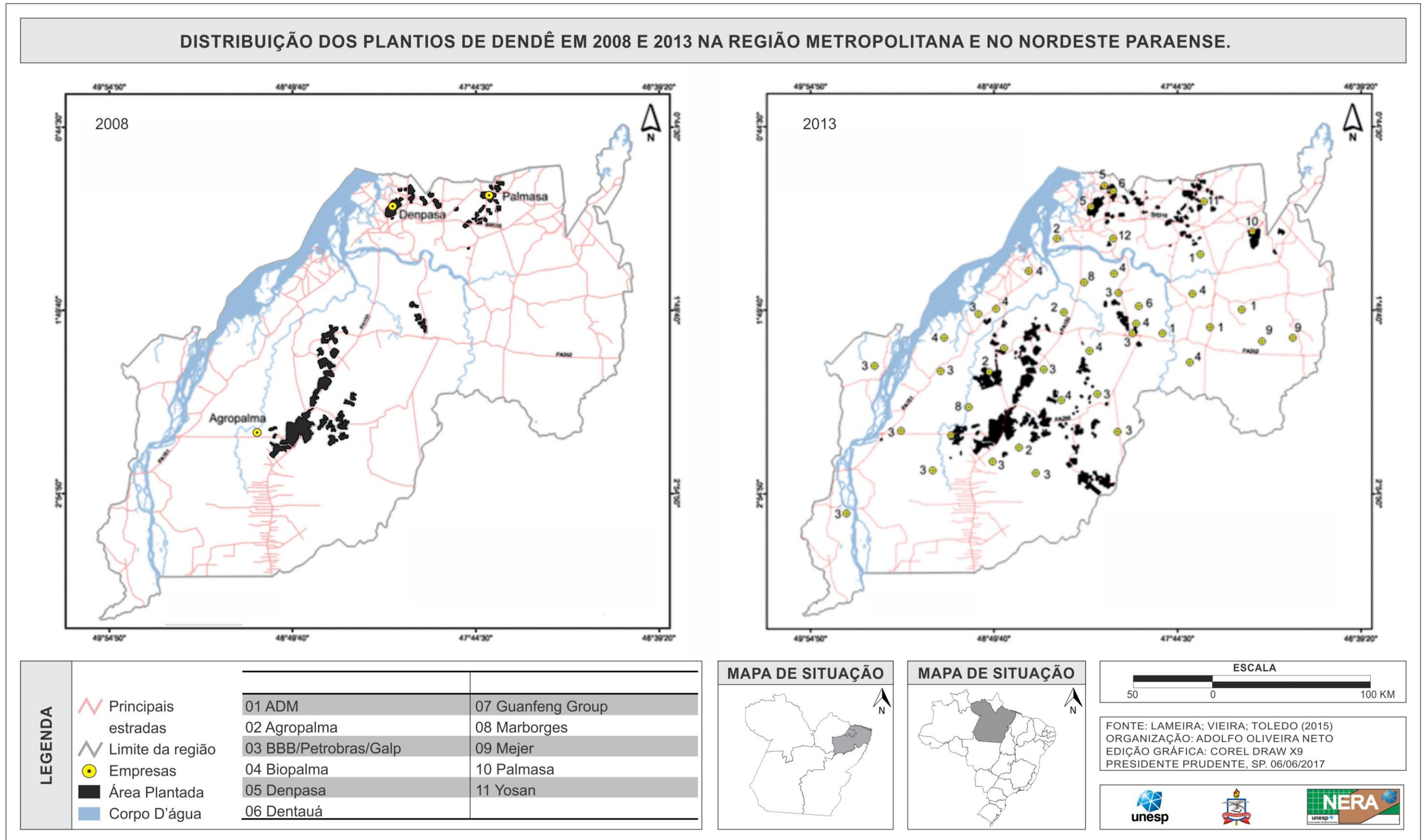
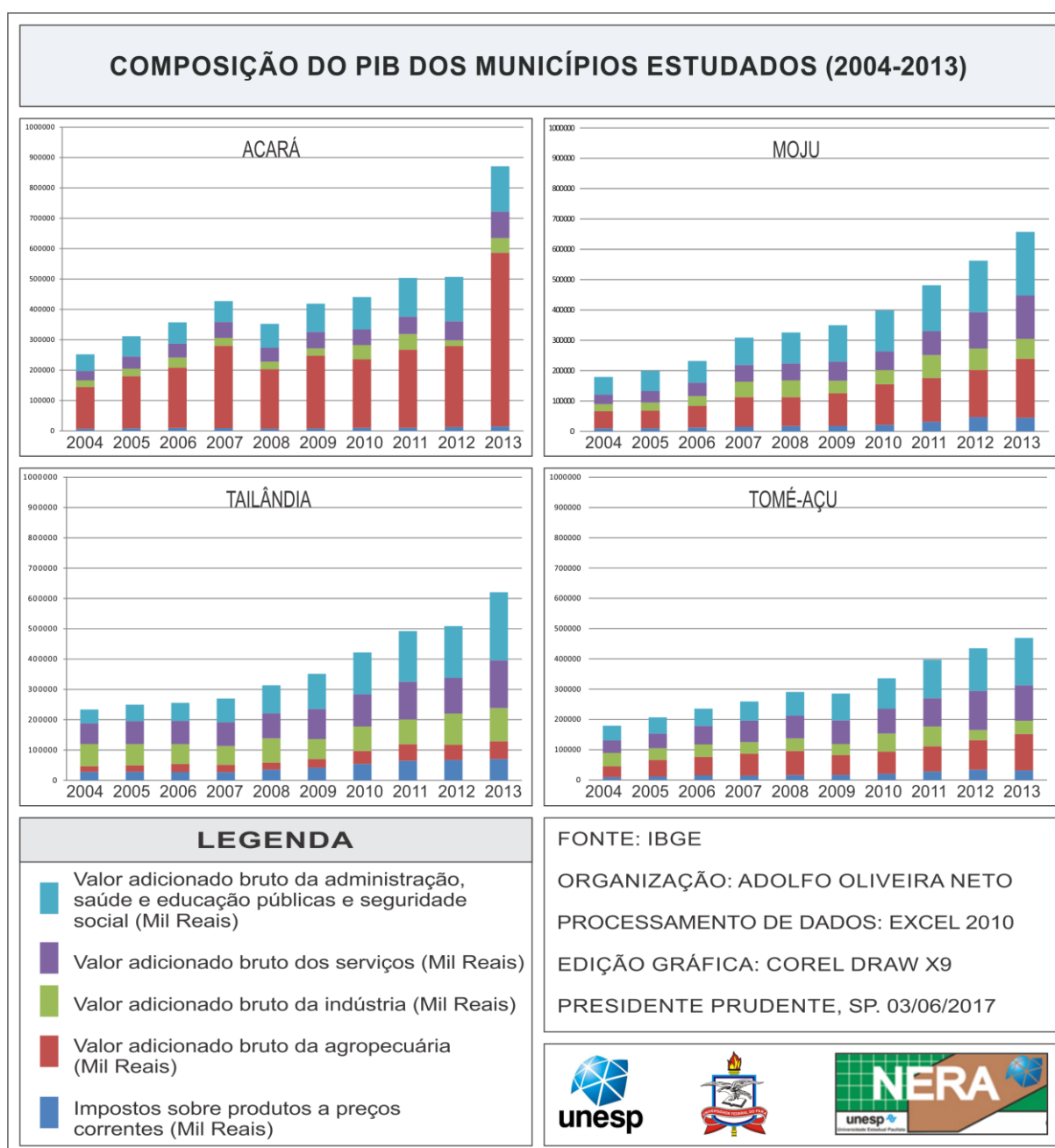


Figura 52: Composição do PIB dos municípios estudados (2004-2013)



Fonte: IBGE

A maior contradição é o município de Tailândia, que mesmo tendo a maior área plantada de dendê entre os quatro municípios estudados, com 54.310 hectares, em 2013, e a maior produção, com 405.055 toneladas, em 2013, possui o PIB com menor participação da agropecuária na composição, tendo sido de 8% em 2004 e de 9,3% em 2013. Na série histórica, o pico da participação da agropecuária na composição do PIB ocorreu em 2011, com apenas 11%. O setor com maior participação na composição do PIB foi a “Administração pública, os serviços públicos

de saúde e educação e a seguridade social”, com 36,2% do total, seguido pelos “serviços”, “indústria”, “impostos” e, por último, a “agropecuária”.

Por fim, o município de Tomé-Açu é o que possui o menor PIB entre os municípios analisados. Entre 2004 e 2013 ele teve um crescimento de R\$ 289.974.000, passando de R\$ 179.080.000 para R\$ 469.054.000. A participação da agropecuária passou de 19,8%, em 2004, para 25,5%, em 2013, com pico em 2007, com 28%.

A análise do PIB destes municípios revela que eles tiveram um crescimento expressivo na última década. No entanto, a composição do PIB complexifica a questão. Se, empiricamente, a dendecultura é uma realidade e vem se impondo como a principal atividade produtiva destes municípios, a análise da composição do PIB não revela esta característica, tendo crescido a economia dos municípios como um todo. As exceções são os municípios do Acará, que possui uma dependência da agropecuária muito maior que a média regional, e o município de Tailândia, que possui um descompasso da área plantada e produtividade do dendê com a porcentagem que a agropecuária participa da composição do PIB municipal.

### 3.3 A Agropalma como produtora de *commodity* e *flex crop*.

O avanço do agronegócio como complexo de sistemas e da produção de *commodities* agrícolas flexíveis são as principais bases do atual avanço da dendecultura na Amazônia. Se por um lado, o agronegócio significa a fusão dos sistemas agrícolas, industriais, comerciais, financeiros e tecnológicos, de outro, a produção de *commodities* e *flex crop* são a base real que o capital financeiro se apropria da produção agrícola mundial. Parte destas *flex crop* tem sua produção incentivada pelo recente mercado de agrocombustíveis, criado a partir dos anos 2000, como parte das políticas dos países do Norte para diminuir a dependência dos combustíveis fósseis. Houtart alerta que:

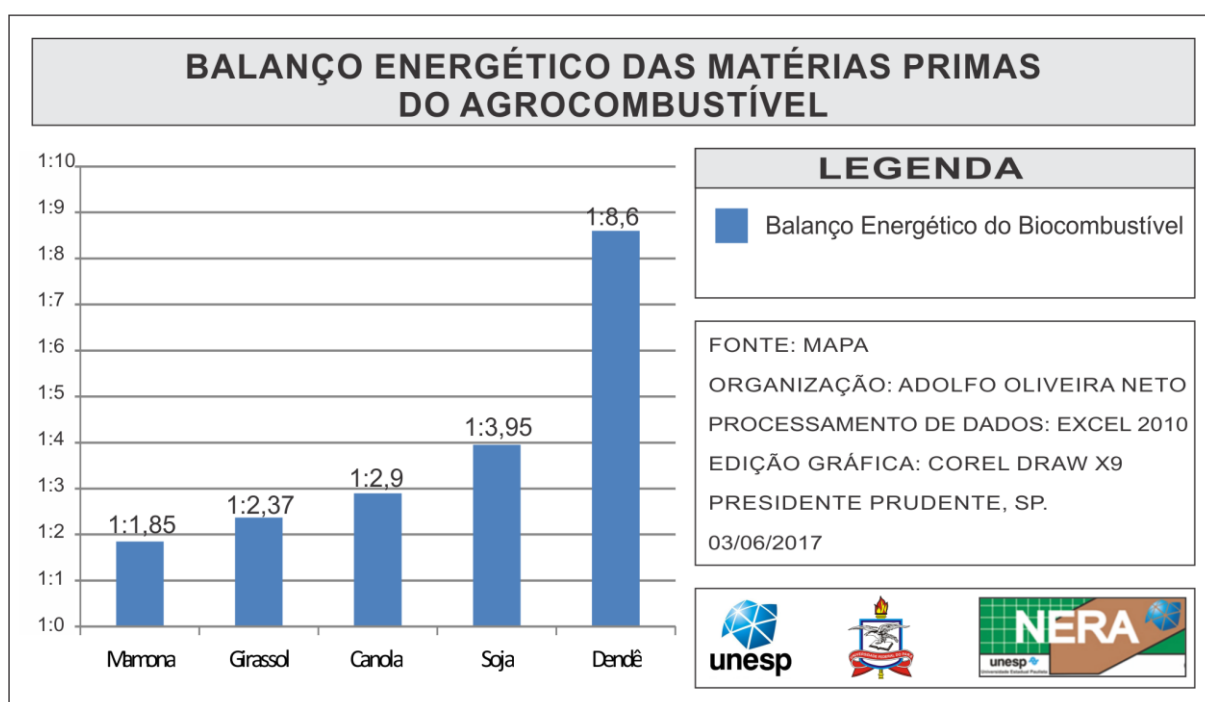
La Unión Europea – con sus metas de 10% de agrocombustible a incorporar al diesel para el año 2010, y 20% de energía renovable en 2020 – va a necesitar utilizar más tierras cultivables si quiere alcanzar ese objetivo. Pero si no dispone de suficientes espacios, tendrá que recurrir a países del Sur, actualmente suministradores de

más del 50% de los agrocombustibles a nivel mundial. (HOUTART, 2011, p. 157)

Em virtude deste mercado, diversos países do mundo subdesenvolvido constroem políticas de incentivo à produção de agrocombustíveis baseadas no cultivo de cereais (como o milho e a soja), em cana-de-açúcar ou oleaginosas (como o dendê, girassol ou mamona).

O balanço energético do dendê é uma das vantagens comparativas mais divulgadas em relação às outras culturas que servem de base para o biodiesel. No caso, o dendê tem um balanço energético 4,6 vezes maior que o registrado pela mamona, por exemplo. O balanço energético dos cinco principais cultivos incentivados para o biodiesel no Brasil são apresentados na Figura 53. Nela vemos que o dendê produz 8,6 calorias para cada 1 caloria consumida pela planta. Isso significa que uma área menor e com uma quantidade menor de energia absorvida é possível produzir uma quantidade maior de energia quando comparada ao produzido pelos outros cultivos.

Figura 53: Balanço energético das matérias primas do biocombustível.



Fonte: MAPA

Alguns dos trabalhos que discutem a dendecultura nesta perspectiva são Souza *et al.* (2010), Angarita *et al.* (2009) e Pleanjai; Gheewala (2009). Esses

autores utilizam elementos como o balanço energético, pegada de carbono e a liberação de gases do efeito estufa para defender que a cultura é uma alternativa viável para a produção de energias renováveis e para o desenvolvimento sustentável.

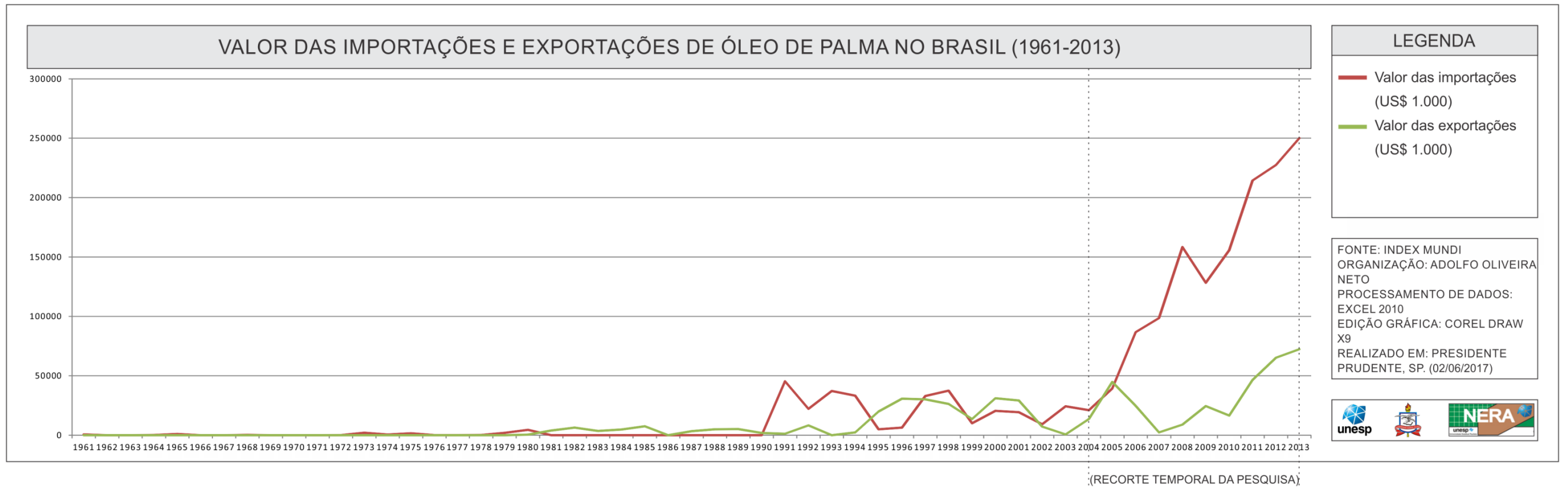
Outro argumento definido pelo Governo Federal (BRASIL, 2004) é a necessidade de diminuir as importações de óleo de palma feitas pelo Brasil, já que a utilização cada vez mais flexível do óleo de palma fez subir a demanda interna também nos ramos alimentícios e industrial. Os dados relativos ao volume e ao valor das importações e exportações de óleo de palma do Brasil, entre 1961 e 2013, estão sistematizados na Figura 54.

O volume das importações de óleo sofrem um aumento substancial a partir de 2001, passando de 19,4 mil toneladas para cerca de 250 mil, em 2013. As exportações subiram em um ritmo menor, passando de 29,2 mil toneladas, em 2001, para 72,4 mil, em 2013. A diferença entre o volume importado e o exportado cresceu 648% entre 2004 e 2013, criando um déficit de 177,6 mil toneladas de óleo.

O valor aproximado das importações para atender este mercado subiram cerca de 1.600% entre 2004 e 2013, passando de US\$ 11,7 milhões para US\$ 201,6 milhões. Neste período, a diferença entre os valores das importações e importações passaram de US\$ 4,9 milhões, em 2004, para cerca de US\$ 139,8 milhões em 2013, ampliando ainda mais a diferença que é observada desde o início da série histórica. Apenas o período entre 1981 e 1990 não podemos avaliar devido a falta dos dados relativos a importação esta década.

Paralelamente, a possível utilização do óleo de palma em um novo mercado que se iniciava em 2004 com a adoção do B2 criou um mercado interno de cerca de 800 milhões de litros/ano, que em termos financeiros representaria cerca de US\$ 160 milhões por ano favoráveis ao país na balança comercial com a redução de importação de óleo mineral.

Figura 54: Importações x exportações de óleo de palma no Brasil (1961 - 2013).



No entanto, o déficit acumulado não é pelo novo mercado de biodiesel que se abriu no Brasil a partir do PNPB. O biodiesel brasileiro, que inicialmente foi pensado para ter na sua base principalmente os óleos vegetais do dendê, mamona, girassol, milho e algodão, passou a se constituir, principalmente, pelo óleo de soja e, em menor quantidade, pela gordura bovina. Estes dois ingredientes juntos significam mais de 90% das matérias primas utilizadas para a produção do biodiesel no Brasil, segundo os dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), que estão sistematizados na Figura 55. Nela, apresentamos os dados do perfil nacional de outubro de 2008 a dezembro de 2014, período que expressam a passagem do Biodiesel 3 (B3) até o Biodiesel 7 (B7). Os números associados ao nome Biodiesel indicam a porcentagem de óleo vegetal ou animal que é acrescentado ao diesel mineral. O Biodiesel 3, por exemplo, possui 3%, o Biodiesel 4 possui 4% e assim sucessivamente.

As principais matérias primas utilizadas no biodiesel no período foram óleo de soja, gordura bovina, óleo de algodão, sebo de porco, óleo reutilizado de fritura, gordura de frango, óleo de mamona, óleo de girassol, óleo de amendoim, óleo de canola e óleo de palma. Nos 75 meses analisados na Figura 55, em apenas 18 (24% do período) houve óleo de palma na composição do biodiesel e em quantidade que raramente superou 1% dos óleos e materiais graxos utilizados para produzir o biodiesel.

Além do dendê, mamona, amendoim e girassol permaneceram com percentuais pouco significativos durante o período, o que representa que a proposta inicial do biodiesel baseado em óleos vegetais baseados em uma política de desenvolvimento territorial de caráter nacional, na prática, foi substituída por um agrocombustível baseado em commodities agrícolas e em subprodutos dos empreendimentos econômicos tradicionais do campo brasileiro, especialmente a pecuária e a soja, baseado em monocultura e muito estudados pelos seus efeitos de concentração da renda e da terra, além do uso intensivo de agrotóxicos.

A produção nacional de biodiesel veio se consolidando desde o início da produção, em abril de 2005. Os dados da ANP presentes na Figura 56 mostram como a produção passou de 8 m<sup>3</sup> de óleo em março de 2005 para 214.364 m<sup>3</sup> em dezembro de 2013.

Figura 55: Matérias-primas utilizadas para a produção de biodiesel - perfil nacional (%).

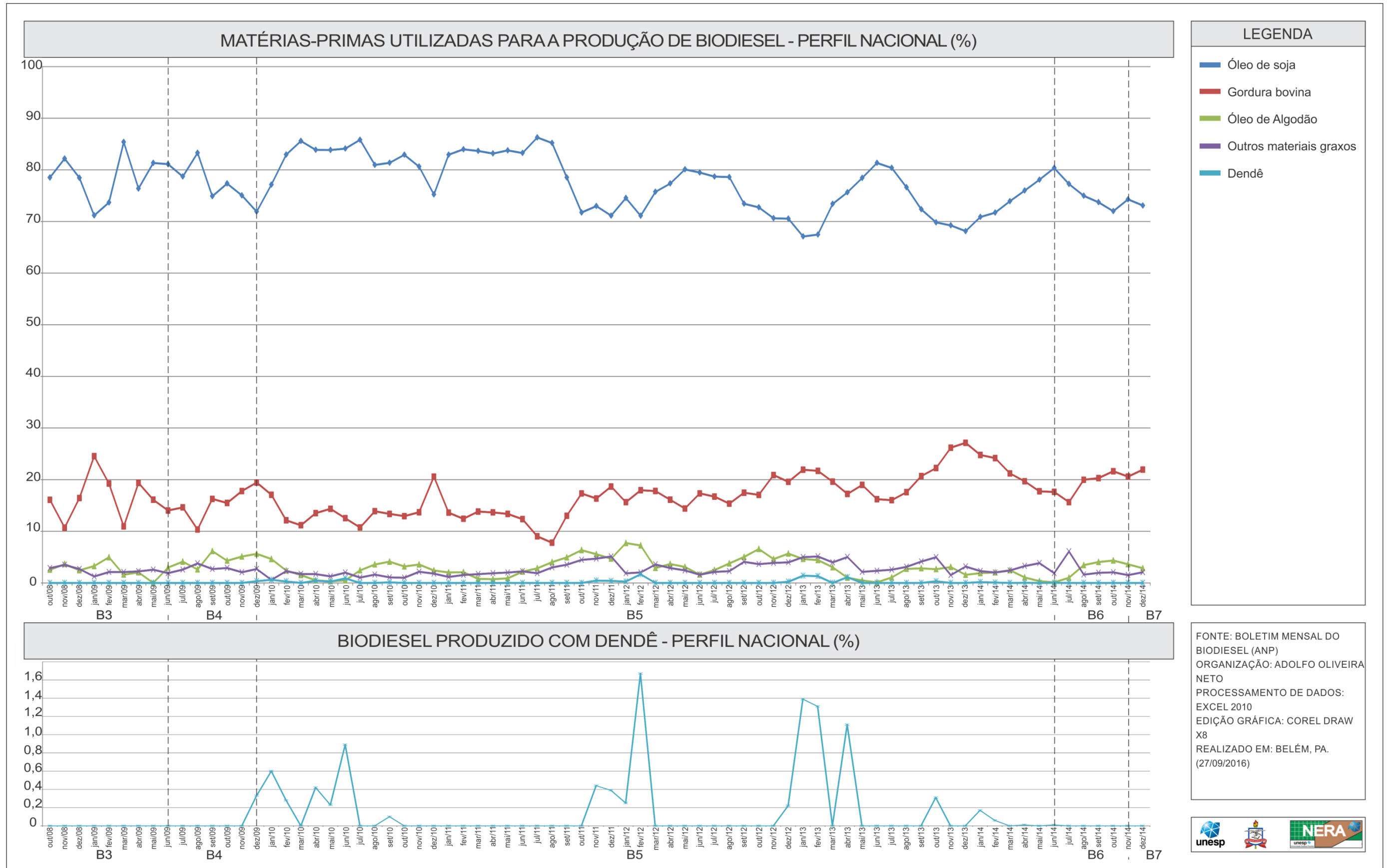
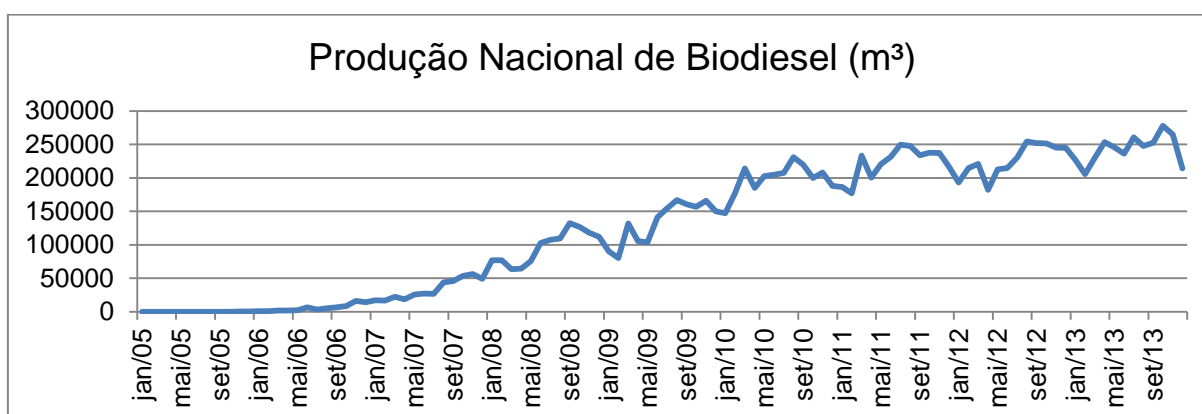




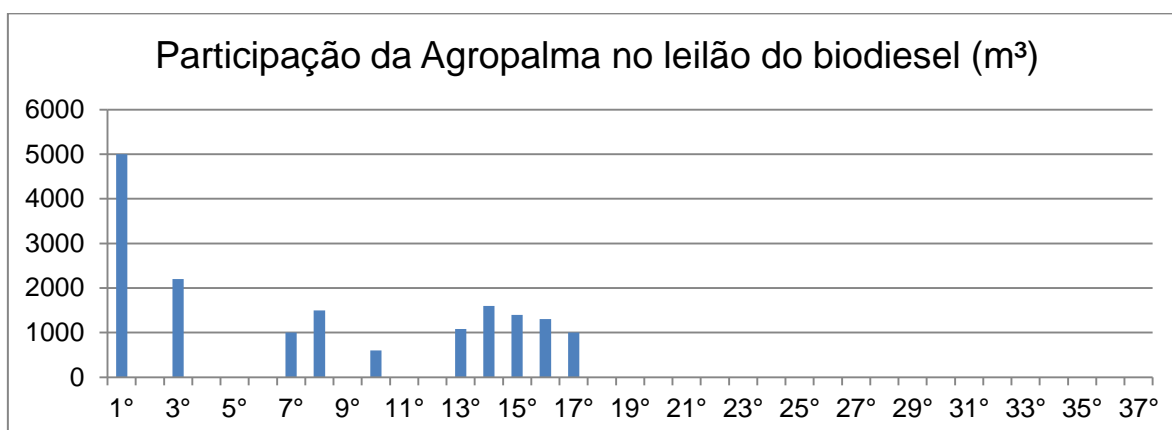
Figura 56: Produção Nacional de Biodiesel (m<sup>3</sup>)

Fonte: Brasil (2015)

O avanço da produção de biodiesel no Brasil se dá corroborando com o crescimento, em escala mundial, da tentativa de substituição de dos combustíveis fósseis e preservação do meio ambiente, na tentativa de responder ao que Houtart (2011) definiu como uma dupla crise, climática e energética. Segundo o autor:

Efectivamente, por un lado la doble crisis, energética y climática, se ha vuelto una realidad insoslayable, que ya no si puede ignorar y, por otro, el afán de buscar energías nuevas se ha convertido, de cara al precio del petróleo y del gas, en una actividad muy rentable para los inversionistas de capitales y goza de una imagem absolutamente positiva a los ojos de una opinión pública que se sensibiliza cada vez más con los problemas del medioambiente. (HOUTART, 2011, p. 13)

Em contrapartida, o aumento da produção de biodiesel foi acompanhado pela consolidação da cadeia produtiva e matérias primas que servem de base para o produto. Os dados apontam que, hoje, o óleo de palma brasileiro não é produzido com o objetivo de atender a cadeia dos agrocombustíveis. A Agropalma, única planta da região especializada na produção de biodiesel a partir do óleo de palma, participou de apenas 10 dos 37 leilões de biodiesel feitos pela ANP e sempre com uma quantidade muito de óleo, como apresenta a Figura 57.

Figura 57: Participação da Agropalma no leilão do biodiesel (m<sup>3</sup>)

Fonte: Brasil (2015).

Esta é uma opção da empresa, que possuía plantas industriais para a produção de agrodiesel e plantas industriais para a produção de diversos produtos que servem de base para o ramo alimentício, industrial e farmacêutico. Esta flexibilidade e a valorização do óleo de palma em diversos ramos da indústria é uma dos principais elementos que sustentam a valorização do óleo de palma no mercado de *commodities*. Esta flexibilidade pode fazer com que a indústria base altere rapidamente o produto final e possa atender ao mercado que mais lhe convém. Houtart chama atenção para a palma como *flex crop* quando lembra que

La utilización del aceite de palma es multiple. En primer lugar, es un producto básico para la alimentación: margarina, aceite de mesa, crema glacé, chocolate, comida precocinada, alimento para animales, etc., pero también se usa abundantemente para producir pinturas y esmaltes. En fin, la industria farmaceutica es una fuerte consumidora. A ello se añade la existencia de una veintena de subproductos interesantes como, por ejemplo, el furfural, bactericida antihongos e insecticida natural, igual que la lignina que procede de la madera y que sirve para los contraplacados. Últimamente el aceite de palma ha comenzado a transformarse masivamente en agrdiesel, sobretudo después que se dispararon los precios del petróleo. (HOUTART, 2011, p. 122)

No caso brasileiro, a incorporação dos derivados da soja e da gordura bovina ao agrodiesel fizeram com que a política de biocombustíveis reforçasse as cadeias destes produtos, que possuam preço menor que o do óleo de palma.

A principal bolsa de referencia para a definição do preço do óleo de palma é a Bolsa de Valores de Rotterdam, e o seu preço está subjogado às mesmas

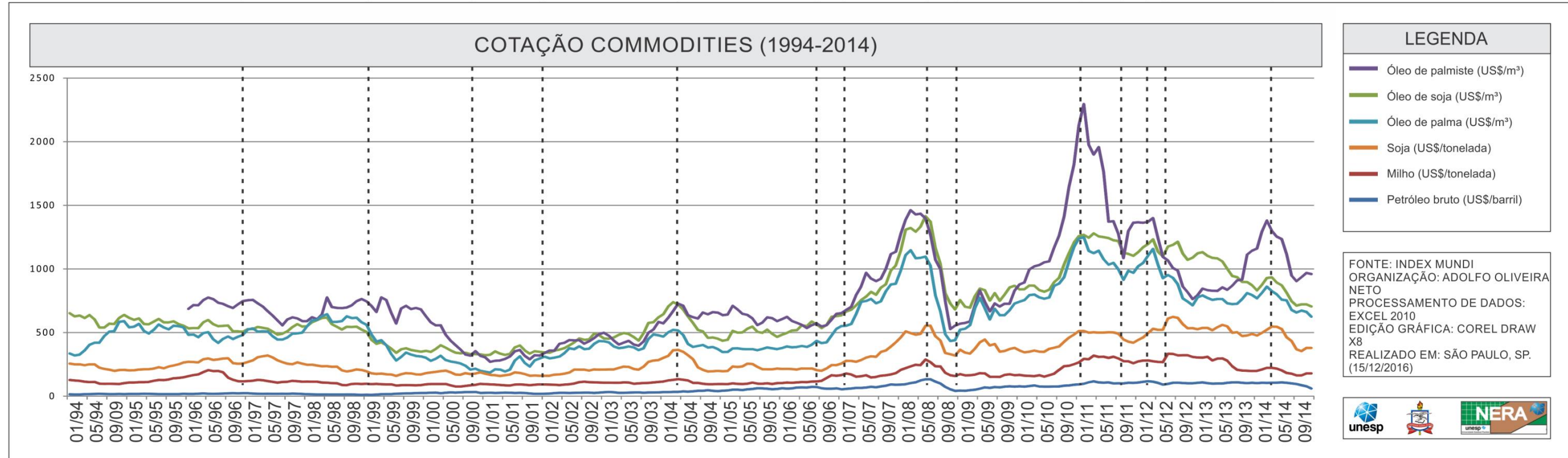
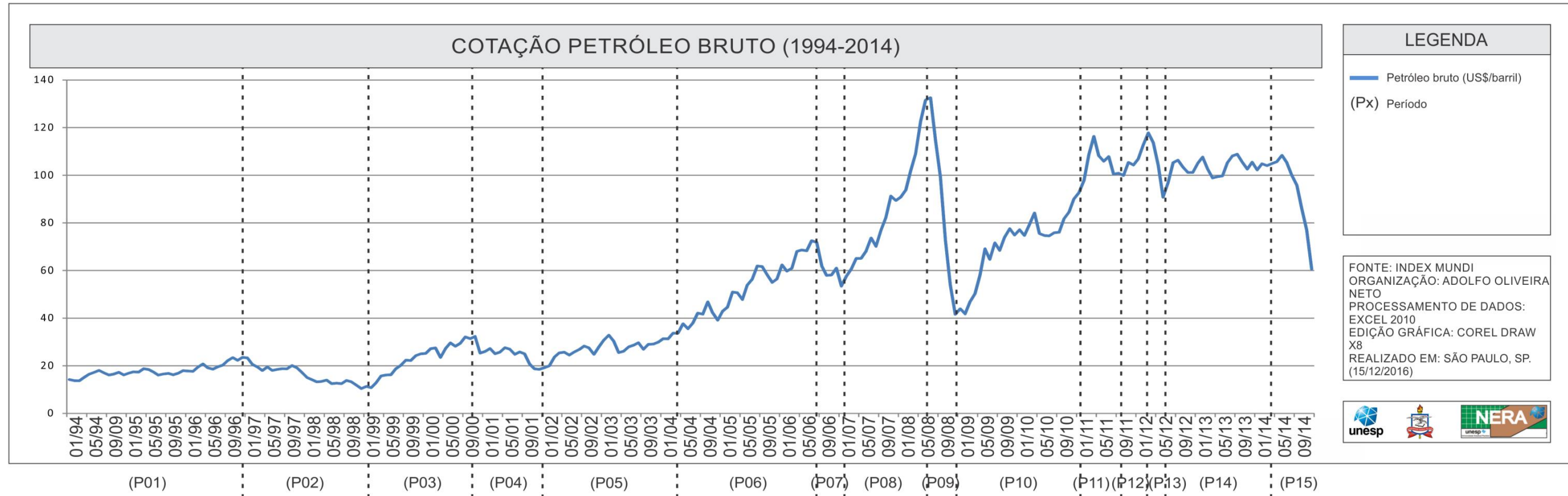
dinâmicas das demais *commodities*. A Figura 58 faz um histórico dos preços de janeiro de 1994 a dezembro de 2014 e o objetivo é mostrar como se comportou neste período a variação do preço do óleo de palma no mercado internacional se comparado com o petróleo, óleo de palmiste, milho e soja.

Neste recorte temporal, demarcamos 15 períodos diferentes com a finalidade de mostra a relação entre o preço do petróleo e das demais *commodities* agrícolas. Por opção, o petróleo é apresentado tanto no gráfico da “Cotação commodities” quanto de maneira isolada, no gráfico “Cotação do petróleo bruto”, para que seja possível perceber melhor a variação dentro da série histórica.

Em linhas gerais, os períodos se dividem em dois grupos. O primeiro é formado pelos que podemos perceber a mesma tendência entre o preço do petróleo e o preço das demais *commodities*. O segundo grupo é quando a tendência dos preços não coincidem. Dentro do primeiro grupo, ainda temos a diferença entre períodos em que há crescimento de todas as commodities analisadas (5, 8, 10 e 12); períodos de relativa estabilidade de todas as commodities (1); e períodos de queda nos preços de todas as commodities (2, 9, 11, 13 e 15). Também é possível perceber momentos em que há um movimento diacrônico nos preços, como observados nos períodos 3, 4, 6, 7 e 14.

Em todo caso, houve no período uma valorização muito maior do preço do petróleo, que teve seu preço multiplicado mais de três vezes, do que das commodities agrícolas. O nível de financeirização que atingiu os grãos e oleaginosas apontam que o capital financeiro encontrou na circulação destas mercadorias uma fonte para a reprodução acelerada do capital, bem como, um porto seguro para estancar a sangria de capitais representada pelas crises financeiras. É esta característica que colocam em mesmo nível de comparação a produção de alimentos com os demais setores controlados pela especulação.

Figura 58: Cotação de commodities entre 1994 e 2014 (II).



Analisando a questão, Blanca Rubio afirma que:

de esta manera, las materias primas convirtieron, desde principios de la década de 2000, en efecto refugio de los capitales especulativos, con lo cual pasaron a ser un mecanismo de Estados Unidos para fortalecer su capital financiero y con él el rol hegemónico en el mercado mundial. (...) Empezó a generarse por tanto un vínculo entre las recurrentes crisis capitalistas, el declive del dólar, la caída de la rentabilidad de los activos financieros, y el flujo de estos hacia las *commodities* como efecto refugio. Los granos básicos se convirtieron así en una salida para la crisis financiera que atraviesa el capital. Tal situación generó que las materias primas se trastocaran en uno de los productos más financiarizados, es decir, con mayor inversión especulativa en el orbe. (VEGA, 2014, p. 192)

A disputa por cereais e óleos entre o mercado de alimentos, o de agrocombustíveis e o farmacêutico tem elevado a preocupação com a crise alimentar mundial e o problema da fome, ao passo que que eleva o preço das *commodities* que estão em disputas. Segundo Vega

los precios que registran crecimientos más elevados son aquellos de los cultivos dedicados a los agrocombustibles; como puede verse (...), el precio del maíz subió 14% de 2006 a 2012, y el de la soya 14,1%, mientras que el del arroz y el trigo registraron crecimientos menores. (VEGA, 2014, p. 188)

As ações do grupo Agropalma, mesmo não tendo sua produção vinculada à produção de agrocombustível, são características de dinâmicas globais que buscam acelerar a circulação de capitais, aumentar o controle dos territórios agrícolas, extrair uma renda cada vez mais capitalizada da terra, potencializar a mais-valia e, em alguns casos, auferir o preço de monopólio. Os elementos da crítica a esta dinâmica do agronegócio de palma em escala mundial estão presentes em trabalhos importantes como Houtart (2011), Fabrini (2010), Oliveira (2011), Bernardes (2011), Bernardes & Aracri (2011), Puttilli & Tecco (2012), Brandão (2010) e Laschefski & Zhouri (2010).

O processo de *land grabbing* das terras agrícolas, aliado ou não há subordinação dos territórios camponeses, são os elementos fundamentais para entender a dinâmica do agronegócio de palma e, ainda, não foram suficientemente analisados na Amazônia. Cinco mecanismos se articulam conformando a

subordinação territorial. O primeiro, é o reforço das relações de dominação Norte-Sul que se dão pela imposição (via mercado), aos países do Sul, do leque de produtos agrícolas necessários para sustentar o modelo de desenvolvimento dos países do Norte.

A maneira como esta produção deve ser desenvolvida é o segundo mecanismo: o agronegócio. Nele, a junção dos sistemas agrícola, industrial, financeiro, comercial, tecnológico e político constroem um sistema territorial que possibilita a produção verticalizada e a ampliação das possibilidades de lucro.

O terceiro, são os cultivos que mais atendem a esta lógica. Estes cultivos são, preferencialmente, grãos ou óleos vegetais que tenham grande flexibilidade no seu uso e possam ser disputados no mercado por diversos ramos, gerando sempre uma disputa por qual pagará os melhores preços.

O quarto, é que este modelo agrícola sobrevive com grandes transferência de dinheiro público, seja pelo mecanismo do financiamento da produção a juros subsidiado, seja por mecanismos fiscais.

O quinto mecanismo é a integração do campesinato às empresas dendeicultoras. Neste processo, eles assumem o financiamento bancário e se comprometem a vender a sua produção às empresas integradoras por uma porcentagem fixa do valor de comercialização do óleo na Bolsa de Rotterdam.

Por este mecanismo, eles abrem mão da autonomia dos seus territórios, que passam a ser controlados nas formas e nas relações de produção a partir dos interesses das empresas. No entanto, sem qualquer tipo de mecanismo que possibilite um proteção dos agricultores à flutuação típica dos preços do mercado financeiro. Nesta relação, o campesinato abre mão da sua autonomia em nome da renda que a empresa promete pagar e a empresa se transforma em uma intermediária produtiva entre o capital financeiro e o território, que de fato passa a ser subordinado não à empresa mas, ao capital especulativo.

### 3.4 Síntese do Capítulo

O debate sobre o cultivo em larga escala do dendê na Amazônia não é novo. Iniciou na década de 1940 e viveu momentos de apogeu e crise. No entanto, o momento de crescimento mais acelerado da cultura do dendê na Amazônia é a década entre 2004 e 2013.

Neste período há, uma associação entre empresas e Estado para reeditar o discurso do dendê como desenvolvimento, desconsiderando os sujeitos locais e subordinando as dinâmicas territoriais. Com dinheiro público e decisões privadas, a o dendê avançou na região, monopolizando terras a partir da expansão dos latifúndios, integrando produtores individuais ou se territorializando em territórios camponeses, sejam eles derivados de ocupações ou áreas de reforma agrária.

Se a estimativa das empresas for correta, o processo que observado na década que é o recorte temporal da pesquisa (2004-2013) tende a se intensificar. Isto porque nesta década foi construído um conjunto de infraestruturas que permitiram às empresas dendecultoras ampliarem significativamente a sua força de ação. Estimativas indicam que a área plantada pode alcançar até 316.000 hectares até 2019, o que supera em muito os 54.475 hectares identificados em 2013 a partir dos dados do IBGE.

Destaca-se o impacto da dendecultura na estrutura produtiva da região foi diferente nos municípios e se transformou ao longo do tempo, sendo marcada pela diversidade de ações e diferente poder de intervenção. Existem casos em que a dendecultura acabou em determinados municípios. Em outros casos, ela perdeu espaço para outras frações do agronegócio, como o gado, ou perdeu espaço para o campesinato, em casos onde suas terras foram destinadas à reforma agrária.

Em outros municípios, ela conseguiu avançar mas, sem conseguir se consolidar como força hegemônica e nem, tampouco, monopolizar o território. No entanto, na maioria dos casos da última década a dendecultura avançou reconfigurando territórios, relações e estruturas produtivas.

A multiplicidade dos processos envolvendo esta dinâmica indica que o fundamental não é a cultura em si, mas a força com que o agronegócio se impõe nos territórios a partir de um suporte fundamental dado pelo Estado. O avanço da dendecultura e os casos de sucesso estão diretamente ligados ao volume de capital envolvido no avanço desta cultura. Onde o agronegócio do dendê se impôs com mais força, mobilizando mais capital, monopolizando terras e mão-de-obra, o dendê

se impôs sobre as demais. Onde a quantidade de capital foi menor, o cultivo avançou com menos força.

O agronegócio baseado na produção mundializada de *commodities* e *flex crop* avança tendo como base do discurso o combate as crises energética e climática, ambas de escala mundial, e que seriam minimizadas pelos agrocombustíveis. O modelo de produção é o agronegócio e a comercialização é centrada nas bolsas de valores, indicando que os grãos e as oleaginosas são capturadas pelo capitalismo financeiro que encontra nesta dinâmica formas de se reproduzir de maneira acelerada em curto e médio prazo.

O processo de produção vertical do agronegócio, o processo de integração subordinada do campesinato às indústrias dencultoras e o nível de especulação a que estão submetidas estas culturas reforçam a tese de que o processo de avanço das *commodities* agrícolas nos países do sul é marcado pela subordinação do território ao mercado financeiro e pelo avanço do *land grabbing* que apropria terras no Sul para reforçar o modelo de desenvolvimento dos países do Norte.



#### 4. USOS E ABUSOS NO TERRITÓRIO: as contradições impostas pela produção mundializada aos assentamentos de reforma agrária Arauaí I, Soledade e Arauaí II, no município de Moju, PA.

##### Introdução

A dendeicultura impactou diretamente toda a região a partir de dinâmicas diferentes. Como apresentado no capítulo anterior, este processo se espacializou a partir inúmeros diálogos com as estruturas sociais, políticas, ambientais e territoriais pré-existentes, criando um mosaico onde o principal vetor na região é o avanço da dendeicultura. Contraditoriamente, também diminuiu em determinados municípios, perdendo espaço para a agricultura camponesa ou para outras frações do agronegócio.

A estratégia adotada pela Agropalma frente ao campesinato também é igualmente diversa. Por um lado, ela trabalha com um modelo de integração vertical da produção e utiliza uma grande quantidade de assalariados rurais para desenvolver as suas atividades. Sobre o assunto, é interessante consultar Nahum e Santos (2014) mesmo que ele tenha como objeto empírico outra empresa. No entanto, ele mostra que a maioria absoluta dos trabalhadores vinculados à empresa são oriundos da agricultura que, momentaneamente, se tornaram assalariados rurais. Por outro lado, a Agropalma mantém uma produção horizontalizada, que dialoga com o campesinato a partir da integração subordinada que é realizada em áreas de assentamentos de reforma agrária, como analisam Vieira (2015) e Silva (2015), por exemplo.

O item 4.1 O Histórico do Grupo Agropalma na Região. analisa como o grupo Agropalma conseguiu construir um sistema territorial e um complexo territorial na região. O primeiro foi construído em parceria com o Estado e é o que garante a fluidez dos seus objetivos no território. É o conjunto de infraestruturas (rodovias, portos e aeroportos) que permitem a ligação entre as indústrias, os centros de comando e as áreas de produção que possibilitam a integração vertical de todos os sistemas que estruturam o modelo do agronegócio. O complexo territorial do dendê é o que permite a economia de escala e que transformou a região a ponto de termos a disponibilidade de boa parte dos insumos, equipamentos, matérias primas e mão de obra.

O 4.2 Questão agrária e integração subordinada nos assentamentos de reforma agrária: o caso dos assentamentos Arauaí I, Soledade e Arauaí II. analisa a

integração subordinada do campesinato à Agropalma. Nele se avalia como os assentamentos realizados em parceria entre o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Prefeitura Municipal de Moju e a Agropalma se constituíram como projetos de reforma agrária delimitados pelos pressupostos do Paradigma do Capitalismo Agrário e, hoje, se constituem como a transferência das áreas da reforma agrária para o grande capital, a partir do mecanismo conhecido como o *land grabbing*.

#### 4.1 O Histórico do Grupo Agropalma na Região.

A Agropalma é um dos exemplos mais complexos de como o capitalismo avançou no campo na Amazônia, reestruturando territórios e se articulando a agentes para subordina-los à lógica de acumulação desenvolvida em escala planetária. A sua lógica de produção está muito além de uma base tecnológica isolada ou de um sistema agrícola, por mais complexo e tecnificado que ele possa ser. Ela representa a subordinação dos territórios a um sistema técnico-científico-informacional que age em escala planetária e que tem no seu cotidiano uma relação tão integrada entre o industrial, comercial, agrícola, científico e financeiro que é impossível definir os limites de cada um destes sistemas, funcionando realmente como um complexo de sistemas.

Ela produz em terras próprias, arrendadas, em parceria com agricultores independentes e com agricultores integrados no Programa de Agricultura Familiar, tendo na sua cadeia agrícola vários tipos de propriedade da terra. Na sua composição do lucro está presente a mais-valia dos assalariados rurais, a renda absoluta da terra, a renda da terra I, renda da terra II e o preço de monopólio, cada um a partir de uma cadeia diferente e de um tipo de relação de produção que ela desenvolve.

Na composição orgânica do capital não é possível distinguir o caráter agrícola, industrial ou financeiro do seu negócio, já que todos os ramos estão integrados a um único ciclo produtivo complexo e interdependente. A atuação no mercado acontece em escala mundial, tendo como principais clientes a Europa e Estados Unidos. São estes mercados que definem os *Stakeholders* e, por

consequência, as dinâmicas dos negócios e constrangimentos territoriais que serão impostos à toda cadeia produtiva controlada pela empresa que vende, ao mesmo, tempo um produto e um discurso.

O Grupo Agropalma é composto por duas empresas de capital fechado e é parte do Conglomerado Alfa que tem investimentos bastante diversificados, atuando na área financeira e não financeira, como demonstra a lista de empresas que fazem parte do conglomerado que apresentamos Quadro 8.

Quadro 8: Empresas que compõem o Conglomerado Alfa.

<b>Conglomerado Alfa:</b>	
<b>Empresas financeiras:</b>	Alfa Financeira
	Alfa Seguradora
	Banco Alfa
	Banco Alfa de Investimentos
	Alfa Arrendamento Mercantil
	Alfa Corretora de Câmbio e Valores Imobiliários.
<b>Empresas não financeiras:</b>	Agropalma
	Águas Prata
	C&C
	Hotel Transamérica São Paulo
	La Basque
	Rede Transamérica De Comunicação
	Soubach
	Teatro Alfa
	Hotel Transamérica Ilha de Comandatuba
	Transamérica Expo Center
	Transamérica Hospitality Group
	TV Transamérica
	Produtora Exclusiva

Fonte: <http://soubach.com.br/quem-somos/>  
Acessado em: 29/06/2017

O núcleo financeiro é composto por um banco de varejo; um banco de investimentos; uma financeira; uma seguradora; uma empresa de arrendamento mercantil; e uma empresa de cambio e valores imobiliários. O núcleo não financeiro possui treze empresas, sendo três ligadas ao ramo de comunicações; três ligadas ao ramo hoteleiro; duas ligadas a exposições e eventos culturais; uma ligada ao varejo da arquitetura e engenharia; e quatro agroindústrias de ramos diversificados. Esta diversidade de capitais ligados ao conglomerado explica o início das atividades do grupo Agropalma, em 1982, dentro da política de incentivo fiscal e financiamento

a condições altamente favoráveis para grandes empresas que optassem em desenvolver atividades na região amazônica. Alguns trabalhos importantes para entender este momento de ocupação da região, o modelo de desenvolvimento baseado em polos de desenvolvimento e a atração de grandes capitais são Becker (2005, 2004, 1982, 1974), Binswanger (1991), Castro (2012), Coelho *et al.* (2001), Emmi (1999) Fearnside (1987), Hébette (2004a, 2004b, 2004c, 2004d), Kohlhepp (2002), Laurence *et al.* (2001), Loureiro (1992), Monteiro (2005) e Théry (2005).

Estes estudos, a partir de perspectivas teóricas e metodológicas diferentes, mostram como as políticas de desenvolvimento que os governos da ditadura civil-militar implementaram nas décadas de 1970 e 1980 foram baseados no controle territorial, ocupação física, construção de infraestrutura e atração de grandes empreendimentos econômicos. Baseada na ideia de região vazia, buscou ocupar a região física e economicamente para se integrar ao território nacional, como destaca Pettit (2003).

Os principais projetos incentivados eram os hidrelétricos, os minero-industriais, os agropecuários e os de infraestrutura. Como quase unanimidade, os projetos tinham como um objetivo fundamental superar o atraso econômico que a floresta representava. Nos termos de Ianni (1978, p. 219),

o poder público federal alegara, pela voz dos governantes e técnicos, motivos econômicos, de segurança nacional ou a necessidade de expandir as fronteiras internas da sociedade brasileira, como justificativas para a adoção dos planos de desenvolvimento agropecuário, mineração, expansão da rede rodoviária, povoamento e colonização ou outros planos formulados especialmente para a região da Amazônia Legal.

Apoiado no bojo de um conjunto de projetos agropecuários destinados ao cultivo de palma na região, a Agropalma tornou-se o caso mais emblemático desse período, podendo ser considerado o caso de sucesso desta política. Uma síntese que mostra o poder que a empresa atingiu nestes 35 anos de atuação é feita por ela própria no relatório de responsabilidade sócio ambiental. Nos seus termos, ela afirma que:

O Grupo Agropalma foi fundado em 1982 e é um empreendimento privado. É formado por duas empresas, Agropalma S/A e Companhia Refinadora da Amazônia. Nossa receita em 2013 foi de R\$ 652 milhões, abaixo da receita de 2012 que atingiu R\$ 728 milhões, em

razão dos baixos preços do óleo de palma e da redução de produtividade devido a fatores climáticos.

A Agropalma opera no mercado nacional e internacional. Exportamos cerca de 50% da nossa produção: 90% das nossas exportações, aproximadamente, vão para a Europa e 10% para os EUA. (AGROPALMA, 2013, p. 13)

Três trabalhos fundamentais para entender o avanço da dendecultura na região e a consolidação do grupo Agropalma são Sacramento (2012), Cruz (2006) e Santos (2015). O primeiro estuda como os projetos agroindustriais implantados na década de 1970 no município de Moju foram concretizados a partir de disputas pelo controle da terra, violência, mortes e saques, além de discutir a organização camponesa para resistir ao projeto que se apresentava.

Cruz (2006) estuda o processo de territorialização do Grupo Agropalma e como esta se constituiu como um complexo agroindustrial que se organiza em rede e monopoliza o território. Para isso, reestrutura a sua organização constantemente, desde a sua fundação, com vistas a dinamizar a produção, ter uma estrutura eficiente e de custo adequado para ganhar competitividade. Do ponto de vista da relação estabelecida entre a empresa e fornecedores (sejam empresas, produtores integrados ou autônomos) a preocupação expressa pela empresa foi em relação ao custo das operações e a qualidade dos produtos, formando alianças estratégicas para rastrear produtos e conseguir certificações que permitam a empresa acessar mercados com altos níveis de exigência socioambiental.

Santos (2015) estuda o avanço da dendecultura no município do Moju, no Pará. Sua análise está ligada às ações das empresas Agropalma, Biopalma e Belém Bioenergia do Brasil, buscando como estas empresas impactam em comunidades camponesas.

Outros trabalhos importantes que discutem a dendecultura e/ou a ação da Agropalma na região são Carvalho (2011), Guedes (2014), Langevin (2011), Nahum & Santos (2016, 2015a, 2015b, 2014, 2013), Ribeiro & Nahum (2014), Nahum & Malcher (2012), Silva (2015), Vásquez (2015) e Vieira (2015).

Em geral, as pesquisas tem buscado resgatar o histórico da empresa e enfocar temas como o crescimento e consolidação dela como principal player do setor, estratégias para a integração com o campesinato, conflitos, problemas ambientais e a política da empresa frente a estes desafios. Tais estudos possuem como referência o avanço de novas empresas dendecultoras na região, em especial

as com finalidade não alimentícia, que marcam um novo período de avanço da cultura do dendê na Amazônia.

O Quadro 9 apresenta uma síntese de alguns dos fatos importantes que contribuíram para a consolidação do Grupo Agropalma. O Grupo tem sua origem na fundação do Banco da Lavoura de Minas Gerais, em 1925, transformando-se, em 1971, no Banco Real. Em 1998, esse banco e a companhia de Crédito Imobiliário foram vendidos ao ABN Anro Bank, sendo que as empresas restantes formaram o Conglomerado Alfa.

Quadro 9: Síntese dos principais fatos e eventos ligados ao Grupo Agropalma.

<b>Ano</b>	<b>Instituição/Fato/Evento</b>	<b>Descrição</b>
1925	Banco da Lavoura de Minas Gerais	Criação do Banco que deu origem ao Conglomerado Alfa.
1966	SUDAN	Criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e extinção da SPVEA pela Lei nº 5.173 de 27/10/1966. Lei nº 5.174 de 27/10/1966 - concede incentivos fiscais para investimentos na Amazônia, regulamentado pelo Decreto 60.079 de 16/01/1967.
1967	GOVERNO FEDERAL	Cria o Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM).
1969	GOVERNO FEDERAL	Institui o Decreto Lei nº 756 que abrange toda a legislação relacionada com incentivos fiscais na Amazônia.
1970	GOVERNO FEDERAL	Cria o Programa de Integração Nacional por meio do Decreto Lei nº 106 de 16/06/1970.
1971	Banco Real	O Banco da Lavoura de Minas se reestrutura e se transforma em Banco Real.
1972	GOVERNO FEDERAL	Institui o Decreto Lei 1.243 que estende o PIN até 1978.
1975	CODENPA	Organização da Cooperativa Agrícola Mista Paraense, com sede em Santa Izabel do Pará, com 26 agricultores, iniciando o plantio de 50 mil palmeiras. Posteriormente seria constituída a Companhia de Dendê Norte Paraense (Codempa).
1980	Fundo de Investimento Setorial (FISSET)	Criado pelo Governo Federal com o objetivo de fornecer incentivos para projetos de reflorestamento, tendo financiado só no Pará quase 6.000 ha.
1981	COACARÁ	Compra pela Denpasa de 27,5 mil hectares no Município de Acará, onde foi implantado o Projeto Companhia Agrícola do Acará (Coacará).
1981	AGROMENDES	Mendes Júnior Agrícola do Pará S.A. (Agromendes) tem seu projeto aprovado na Sudam, para ser implantado em Acará, iniciando a plantação em 1983.
1982	AGROPALMA	Início das atividades no município de Moju.
1982	CRAI.	Sudam aprova o projeto da Companhia Real Agroindustrial (CRAI), iniciando a produção de óleo

		de palma em 1985 no município do Acará que posteriormente se fragmentou. A área da companhia passou a pertencer ao município de Tailândia.
<b>1983</b>	AGROPALMA.	Plantio próprio alcança 5.060 ha.
<b>1985</b>	AGROPAR	Início da plantação da Companhia Agroindustrial do Pará (Agropar), pertencente ao Grupo Agropalma.
<b>1989</b>	COOPARAENSE	Reformulação da Cooperativa Agrícola Mista de Santa Izabel do Pará para Cooperativa Agrícola Mista Paraense Ltda. (Cooparaense) que, entre outras atribuições, administra a plantação e a usina de óleo de dendê por meio da Codenpa.
<b>1989</b>	AGROPALMA.	Adquire a empresa AGROPAR Adquire a empresa AMAPALMA Adquire a empresa AGROMENDES.
<b>1994</b>	AGROPALMA	Cria a unidade de agricultura orgânica. Certifica a sua produção de óleo orgânico.
<b>1995</b>	AGROPALMA	Primeira exportação de óleo cru para a Alemanha.
<b>1996</b>	AGROPALMA	Declara que é o último ano em que desmata floresta para plantar dendê.
<b>1997</b>	AMAPALMA S.A.	Empresa criada pelo Grupo Agropalma inicia seus primeiros plantios.
<b>1997</b>	CRA	Início das operações da Companhia Refinadora da Amazônia (CRA), do Grupo Agropalma, no Tapanã, em Belém.
<b>1998</b>	Conglomerado ALFA	Venda do Banco Real e da Cia. de Crédito Imobiliário ao ABN Anro Bank. As empresas restantes formaram o Conglomerado Alfa.
<b>1998</b>	AMAPALMA	Aprova na SUDAM o projeto de plantio e construção de agroindústria, atingindo 11.685 hectares em 2006.
<b>2000</b>	COACARÁ	É comprada pelo Grupo Agropalma e passa a se chamar Companhia Palmares da Amazônia.
<b>2000</b>	GOVERNO FEDERAL	Estudo de potenciais áreas para o cultivo do Dendê.
<b>2001</b>	MCT&I E MDA	Lançam a portaria interministerial 01 que institui o Programa de Biomassa Energética em Assentamentos do Inbra na Amazônia (Probioamazônia).
<b>2002</b>	GRUPO AGROPALMA	As cinco agroindústrias (Crai, Agropalma, Agropar, Amapalma e CPA) e a Cia Refinadora da Amazônia passam a compor o Grupo Agropalma, constituindo o maior e mais moderno complexo agroindustrial de plantio de palma, produção e processamento de óleo de palma do País.
<b>2002</b>	PROJETO ARAUÁ I	Primeira experiência de integração de camponeses a Agropalma por meio do Assentamento Arauá I, com a participação de 50 famílias.
<b>2004</b>	PROJETO SOLEDADE	Segundo projeto de integração do campesinato a Agropalma a partir do Assentamento Soledade com 50 famílias.
<b>2005</b>	PROJETO ARAUÁ II	Terceiro projeto de integração do campesinato à Agropalma a partir do Assentamento Arauá II com 50 famílias.
<b>2005</b>	CRA	Em 26 de abril o presidente Lula inaugura a Planta Piloto de Esterificação de Ácidos Graxos – resíduos do processo de refino na CRA para produzir

		biodiesel e visita a comunidade do Arauaí.
<b>2006</b>	PROJETO CALMARIA	Quarto projeto de integração do campesinato à Agropalma a partir do Assentamento Calmaria com 50 famílias.
<b>2007</b>	GRUPO AGROPALMA	Reorganização societária, passando a ser constituído por apenas duas empresas: a Agropalma S.A. e a Companhia Refinadora da Amazônia. Criação da Gerência de Responsabilidade Social e Ambiental.
<b>2008</b>	GRUPO AGROPALMA	Recebe o selo EcoSocial para a linha de produtos orgânicos.
<b>2010</b>	PROGRAMA DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE PALMA DE ÓLEO NO BRASIL (PSPO)	Lançado pelo presidente Lula, em 6 de maio.
<b>2010</b>	ZONEAMENTO AGROECOLÓGICO DA CULTURA DE PALMA DE ÓLEO.	Instituído pelo Decreto nº 7.172 dispõe sobre o estabelecimento de normas referentes às operações de financiamento ao segmento da palma de óleo, nos termos do zoneamento.
<b>2010</b>	PRONAF-ECO	Lançado pelo Governo Federal com o objetivo de financiar a expansão do dendê, com empréstimo de até R\$ 80.000,00 para cada agricultor.
<b>2010</b>	CRA	Fim da produção de biodiesel.
<b>2013</b>	PALM OIL INNOVATION GROUP (POIG)	Lançado na reunião da Tropical Forest Alliance, em Jacarta, Indonésia. Fazem parte o Greenpeace, WWF, Rainforest Action Network (RAN), Forest People Program (FPP) e as empresas Agropalma (Brasil), Daabon (Colômbia) e New Britain Palm Oil (Papua e Nova Guiné).
<b>2014</b>	RIO MOJU	Colisão de uma balsa que prestava serviço à Agropalma com a ponte sobre o Rio Moju, danificando a ponte.
<b>2015</b>	RIO MOJU	Reabertura da ponte em 19 de dezembro, depois de 08 meses e 26 dias interditada.

Fonte: Agropalma (2015, 2013), Homma (2016), Vasquez (2015).  
Organização: Adolfo Oliveira Neto.

Os plantios mais antigos foram feitos por companhias que são anteriores a existência da própria empresa, como o plantio da antiga Companhia Agrícola do Acará, de 1981, adquirida da Denpasa pela Agropalma, em 2000, passando a se chamar Companhia Palmares da Amazônia.

Outro plantio anterior à fundação da empresa é o de 1983 da Mendes Júnior Agrícola do Pará S/A (Agromendes), comprado pela Agropalma em 1989. Segundo relatos apresentados em Cruz (2006), a Agromendes teria sido adquirida em troca do perdão de dívidas financeiras que o Grupo Mendes Júnior possuía com o Banco Real, principal empresa do Conglomerado controlador da Agropalma.

A instabilidade econômica da década de 1980 ajudou o Grupo Agropalma que viu várias empresas do setor passarem por dificuldades financeiras, enquanto



ela, favorecida por recursos oriundos do setor financeiro a partir da atuação de outras empresas do conglomerado, conseguiu atravessar o período ampliando suas ações.

O marco inicial do Grupo Agropalma ocorreu em 1982, quando começa as suas atividades com a aprovação na Sudam do plantio próprio e a construção de uma indústria refinadora de óleos, a Companhia Real Agroindustrial (CRAI), localizada no Complexo I.

No ano seguinte, a área plantada da empresa atinge 5.060 hectares no município do Acará, que depois seria desmembrado para formar o atual município de Tailândia.

Além do plantio próprio, a empresa adquiriu outras empresas que se encontravam em dificuldades no período. Um marco fundamental é o ano de 1989 quando, além de comprar a empresa Agromendes, a Agropalma adquiriu a Companhia Agroindustrial do Pará (Agropar) e a Amapalma.

Os plantios da Agropar foram iniciados em 1985. Quando a Agropalma comprou a empresa já haviam os primeiros pés de dendê em fase produtiva. Já os plantios da Amapalma só iniciaram em 1997, quase uma década depois de ter sido adquirida pela Agropalma. Em 2006 a área plantada da Amapalma atingiu 11.685 hectares.

No ramo industrial, as atividades iniciaram em 1985 com a Companhia Real Agroindustrial (CRAI), que foi a primeira indústria extratora de óleos do grupo e que se localiza no Complexo I. A Figura 59 apresenta a área de processamento da CRAI, bem como mostra CFF produzidos nas fazendas próprias da Agropalma no processo inicial de processamento.

A Figura 60 mostra os tanques onde o óleo bruto de palma e de palmiste são armazenado antes de serem transportados para a Companhia Refinadora da Amazônia (CRA) ou para a Xhara (em Limeira, SP), inaugurada em 2016.

Figura 59: Companhia Real Agroindustrial (CRAI).



Fonte: Trabalho de campo. Maio 2016.  
Crédito: Adolfo Oliveira Neto.

Figura 60: Tanques da Companhia Real Agroindustrial (CRAI).



Fonte: Trabalho de campo. Maio 2016.  
Crédito: Adolfo Oliveira Neto.

Em 1997 iniciaram as operações da Companhia Refinadora da Amazônia (CRA), em Belém, que tem a finalidade de processar os óleos brutos de palma e palmiste vindos da CRAI. A Figura 61 mostra a entrada da CRA. Nela, em 26 de abril de 2005, o presidente Lula inaugurou a Planta Piloto de Esterificação de Ácidos Graxos que processava os resíduos dos refinamentos da CRAI para produzir biodiesel, mantendo produção até 2010. Segundo a empresa, o fim da produção de biodiesel se deu pela dificuldade em concorrer neste mercado com outros materiais, como a soja, mamona e gordura bovina, que dominam o mercado nacional.

Figura 61: Companhia Refinadora da Amazônia (CRA).



Fonte: Trabalho de Campo. Maio 2017.  
Crédito: Adolfo Oliveira Neto.

A CRA possui porto próprio e sua ligação logística com a CRAI é constituída, principalmente, pela hidrovia do rio Moju, enquanto que com a Companhia Palmares da Amazônia (CPA) é feita pelo rio Acará. Na CRAI o óleo bruto é transportado por caminhões até o porto Moju, o que pode ser visto nas figuras Figura 62 e Figura 63.

Quando os caminhões carregados com óleo chegam ao porto, eles estacionam e as mangueiras apresentadas na Figura 62 levam o óleo para balsas como a que está presente na Figura 63, que o transportam pelo rio Moju até Belém ou até Limeira (SP).

Figura 62: Área de estacionamento dos caminhões no Porto Moju (Agropalma).



Fonte: Trabalho de Campo. Fevereiro 2017.  
Crédito: Jean Brito.

Figura 63: Porto Moju (Agropalma).



Fonte: Trabalho de Campo. Fevereiro 2017.  
Crédito: Jean Brito.

Os transportes rodoviários são feitos por dois tipos de caminhões, como mostra a Figura 64. O primeiro é o caminhão caçamba, responsável por levar os Cachos de Fruto Frescos (CFF) das áreas de plantação para as indústrias de processamento, como ilustra a Figura 65 (página 206). Nela, há uma fila de caminhões descarregando na CRAI enquanto, de relance, é possível visualizar a saída de um caminhão que transporta óleo bruto até o porto Moju. A cor da caçamba muda de acordo com a origem do fruto (propriedade própria, produtor independente ou agricultura familiar) para facilitar a identificação da origem do produto. Na imagem em questão, o caminhão atende às fazendas próprias do Grupo.

Figura 64: Caminhões e transporte de óleo e de CFF.



Fonte: Trabalho de campo. Maio/2016.  
Crédito: Adolfo Oliveira Neto.

O outro é o caminhão tanque, preparado especificamente para transportar óleo vegetal. Tem a finalidade de fazer pequenos transportes entre a CRAI e os portos do Grupo Agropalma, percorrendo o eixo rodoviário do sistema logístico do Grupo.

Figura 65: Caminhões transportando CFF para serem processados na CRAI.



Fonte: Trabalho de campo. Fevereiro 2017.  
Crédito: Jean Brito.

Além dos milhares de quilômetros de estradas próprias, dos portos próprios, das indústrias de refino, o Grupo ainda possui uma estrutura altamente complexa na região. Um dos elementos que fazem parte desta estrutura é a pista de pouso da empresa, localizada no Complexo I, cujo pórtico de entrada é apresentado na Figura 66, que tem a finalidade de permitir o fluxo dos sujeitos de comando e de mercadorias essenciais em tempo menor.

Figura 66: Pórtico de entrada da pista de pouso da Agropalma.



Fonte: Trabalho de campo. Maio 2016.  
Crédito: Adolfo Oliveira Neto

Pelas imagens de satélite, a pista foi construída no início da década de 1990, provavelmente entre 1993 e 1995. O pórtico também dá acesso à área da fazenda que se estende até o rio Acará, onde fica a Companhia Palmares da Amazônia.

A empresa conta com escola para atender aos filhos dos funcionários, refeitório e alojamento (Figura 67), além de um conjunto grande de estruturas complementares que fazem com que ela seja a empresa dendeicultora com a melhor e mais complexa estrutura da região.

Figura 67: Alojamento "Cupuaçu" para trabalhadores da Agropalma.



Fonte: Trabalho de Campo. Fevereiro 2017.  
Crédito: Jean Brito

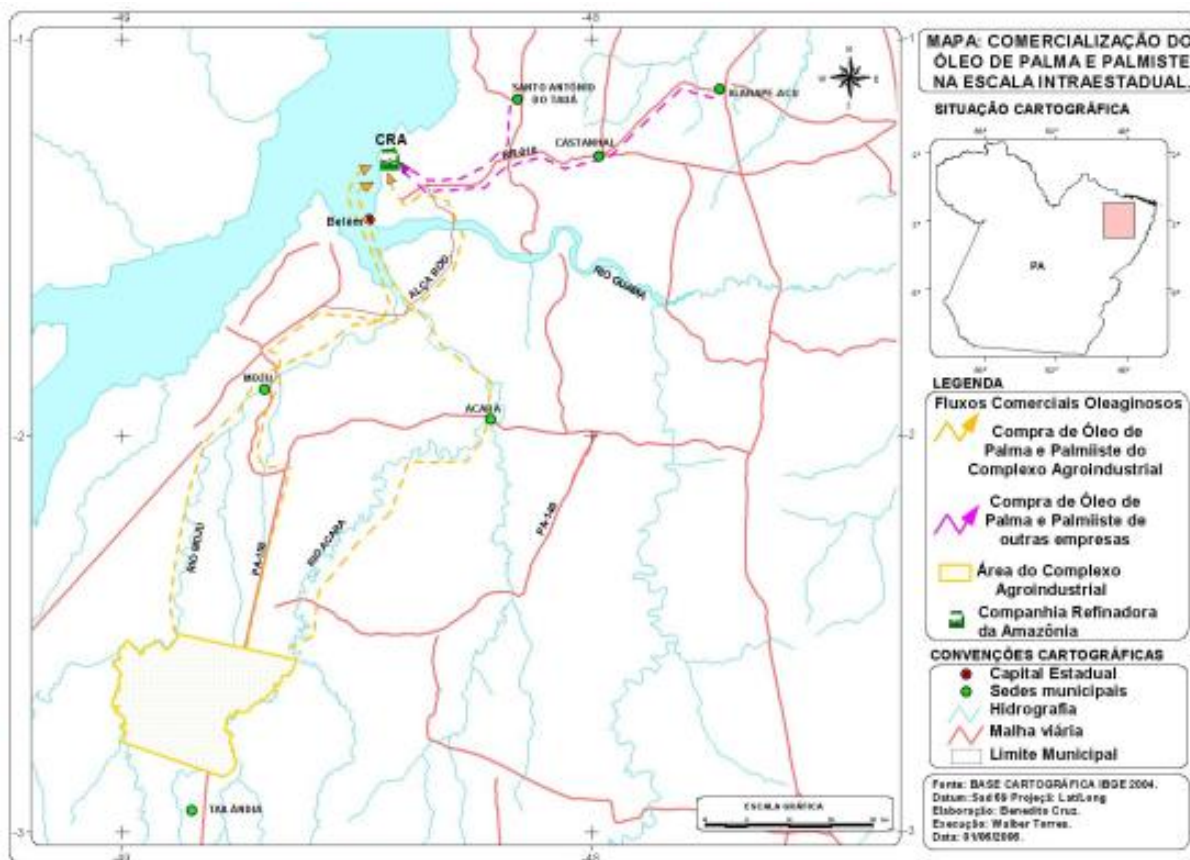
As estruturas de agrícolas, industriais, rodoviárias, hidroviárias e aeroviárias constroem a rede territorial da empresa que, em largos traços, foi identificada por Cruz (2006) a partir da construção do mapa de comercialização do óleo de palma e palmiste na escala intraestadual, que reproduzimos no seu formato original na Figura 68.

No mapa, o autor consegue identificar a rota CRAI-CRA e a rota CPA-CRA. A primeira liga a área agrícola dos municípios do Acará, parte de Moju e parte de Tailândia à CRAI, que processa o fruto e escoar o óleo bruto pelo rio Moju. A segunda liga as áreas agrícolas de Tomé-Açu, parte de Moju e parte de Tailândia a Companhia Palmares da Amazônia, que escoar o óleo bruto para a CRA pelo rio Acará.

A complexidade e a interdependência entre as várias estruturas que compõem o território da empresa formam um sistema territorial marcado pelo controle centralizado, a fluidez de objetos, comandos e a articulação multiescalar.



Figura 68: Mapa de comercialização de palma e palmiste na escala intraestadual.



Fonte: Cruz (2006, p. 111)

Mesmo o dendê possuindo melhor balanço energético, o elevado preço do óleo de palma no mercado internacional não faz com que ele esteja no mesmo patamar de competitividade da soja, milho, gordura bovina, algodão, girassol e mamona, que são utilizados na produção de biodiesel. Isso fez com que a Agropalma decidisse focasse a sua produção aos produtos destinados à alimentação e cosméticos/farmacêuticos.

O Quadro 10 apresenta os principais produtos produzidos pelo Grupo Agropalma, indicando a categoria a que eles se destinam e a sua aplicação.

Quadro 10: Principais produtos do Grupo Agropalma.

PRINCIPAIS PRODUTOS DO GRUPO AGROPALMA		
CATEGORIA	PRODUTO	APLICAÇÃO
ORGÂNICO	Oleína de Palma Orgânica	Alimentos em geral, cosméticos e indústrias óleos-química.
	Refinada (Justo Comércio) Super Oleína de Palma	Alimentos em geral, cosméticos e

	Orgânica Refinada (Justo Comércio)	indústrias óleos-química.
	Óleo de Palma Orgânico	Alimentos em geral, cosméticos e indústrias óleos-química.
	Óleo de Palmiste Orgânico Bruto (Justo Comércio)	Alimentos em geral, cosméticos e indústrias óleos-química.
	Óleo de Palmiste Orgânico Refinado (Justo Comércio)	Alimentos em geral, cosméticos e indústrias óleos-química.
FOOD SERVICE	Gordura de Palma – 180 A (Gordura para aspersão)	Uso geral na indústria de alimentos.
	Gordura Vegetal Doratta Fry (RSPO)	Indústria de Frituras.
	Gordura de Palma - 180 F	Indústria de Frituras.
	Gordura de Palma - 370 F	Indústria de Frituras.
	Gordura de Palma - 370 B	Massa de biscoitos.
	Gordura de Palma - 420 B	Massa de biscoitos.
	Gordura de Palma - 460 UG	Uso geral na indústria de alimentos.
	Gordura de Palma - 370 SE (RSPO)	Sorvetes.
	Óleo de Palmiste Refinado	Indústria de alimentos (em especial de sorvetes), cosméticos e oleoquímicas.
INDUSTRIAL	Óleo de Palma Refinado	Frituras em geral.
	Óleo de Palmiste Refinado	Indústria de alimentos, cosméticos e oleoquímicas.
	Gordura de Palma para Biscoitos	Indústria de biscoitos.
	Gordura de Palma para Frituras	Indústria de frituras.
	Oleína de Palma Refinada PN4	Indústria de alimentos, cosméticos e óleos-química.
	Oleína de Palma Refinada PN6	Indústrias de alimentos, cosméticos e óleos-química.
	Oleína de Palma Refinada PN8	Indústria de alimentos, cosméticos e óleos-química.

Fonte: Agropalma (2013, p. 16); [www.agropalma.com.br/produtos](http://www.agropalma.com.br/produtos)

Em 2002, as cinco agroindústrias (Crai, Agropalma, Agropar, Amapalma e CPA) e a Companhia Refinadora da Amazônia passaram a compor o Grupo Agropalma, constituindo o maior e mais moderno complexo agroindustrial de plantio de palma, produção e processamento de óleo de palma do país. Em 2007, houve uma reorganização societária no Grupo que passou a ser constituído por apenas duas empresas: a Agropalma S.A. e a Companhia Refinadora da Amazônia.

Nestes 35 anos de ação, podemos identificar a aliança Estado-empresa privada nos moldes descritos por Ianni (1978). Esta aliança foi instituída como padrão nos projetos de desenvolvimento para a Amazônia no período. Sua gênese vem da criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e continua após a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966.

Durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, a política de desenvolvimento gestada pelo Estado era baseada em incentivos fiscais e abundância creditícia para as grandes empresas que decidissem realizar projetos minerais ou agroindustriais na região.

A criação de fundos setoriais de investimento, como o Fundo para Investimentos Provados no Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM), de 1967, o Fundo de Investimento Setorial (FISSET), de 1980, e, mais recentemente, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), criado pela Constituição de 1988, demonstram como o setor público foi o grande responsável pelo financiamento das grandes atividades produtivas na região.

Projetos importantes para a Agropalma, como a CRAI, AGROPAR e AMAPALMA, entre outros, só foram viabilizados a partir dos empréstimos conseguidos com bancos oficiais, após a aprovação da SUDAM.

Além do aporte financeiro, o Governo Federal foi importante no estabelecimento de normas tributárias que favoreceram a atividade com diversas ações, como a instituição do Decreto Lei nº 756/1969, que unificou toda legislação relacionada à incentivos fiscais na Amazônia; e o Decreto nº 7.172/2010, que dispõe sobre o estabelecimento de normas referentes às operações de financiamento ao segmento da palma de óleo, nos termos do zoneamento econômico e ecológico.

O Governo Federal também foi fundamental para o desenvolvimento de estudos para melhoramento genético e dos tratamentos culturais da cultura de palma, a partir da construção de redes de pesquisa temáticas e estudos sobre áreas potenciais para o cultivo. A portaria interministerial 01/2001, lançada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCT&I) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) instituiu o Programa de Biomassa Energética em Assentamentos do Incra na Amazônia (Probioamazônia), que foi o marco inicial para possibilitar que áreas de reforma agrária fossem destinadas ao cultivo do dendê, em parceria com as empresas do setor.

Medidas importantes para proteger o setor também foram tomadas como a instituição da Resolução nº 42 de 2016 da Câmara de Comércio Exterior (Camex), que eleva de 10% para 20% a alíquota do imposto de importação de óleo de palma refinado, e o lançamento do Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo no Brasil, em 2010.

Essa iniciativa visava dificultar a entrada de óleo de palma refinado no Brasil, tentando construir um modelo de produção de palma que se distanciasse dos problemas ambientais e sociais que experimentados pelo setor na Ásia, África e alguns países da América Latina.

Buscando se diferenciar das ações promovidas pela maioria das empresas que produzem óleo de palma no mundo, o Grupo Agropalma criou, em 1994, a primeira unidade de agricultura orgânica, passando a certificar a produção.

Desde 2002 a empresa declara que não há conversão de floresta em área de cultivo do dendê, sendo aquele o último ano de desmatamento para o plantio de palma na sua cadeia de produção. Esta posição é importante porque valoriza as áreas degradadas e aumenta a disputa da dendecultura com outros cultivos no processo de expansão da cadeia do dendê vinculado à Agropalma. Segundo a empresa,

As propriedades abrangem 107 mil hectares, dos quais aproximadamente 39 mil são plantações de palma, sendo 4.107 hectares orgânicos. Cerca de 4 mil hectares são utilizados com infraestrutura, indústrias, estradas e moradias, enquanto que uma área de aproximadamente 64 mil hectares é destinada a reservas florestais, que protegemos e monitoramos. 100% de nossas terras são de propriedade da empresa e a conversão de floresta em plantação de palma ocorreu entre 1982 e 2002. (AGROPALMA, 2015, p. 20)

A questão da titularidade e dos conflitos pelo uso da terra é diferente entre as diversas empresas dendecultoras que atuam na região. Na última década, Agropalma teve um impacto menor no que se refere a conflitos entre populações tradicionais e a empresa para definir a titularidade da terra.

No seu relatório de gestão a empresa destaca que, atualmente, não tem interesse em adquirir novas áreas e que seu objetivo atual é fazer o replantio das suas fazendas próprias. Este procedimento é necessário pois o ciclo produtivo do dendê é, em média, de 25 anos, sendo composto por um período de crescimento em que não há produção; um período jovem em que a planta vai aumentando a produção gradativamente; um período que estabiliza em seu pico produtivo; e, por fim, um período de declínio da produção, quando as palmeiras são substituídas.

A Figura 69 apresenta como o replantio está sendo feito no Complexo I. Nele as palmeiras são, em média, da primeira geração plantada pela empresa, na década

de 1980. Nela há uma linha formada por palmeiras jovens que ainda não estão na fase produtiva e uma linha da palmeira no final do seu ciclo produtivo.

Figura 69: Replântio nas fazendas próprias do Complexo Agropalma I.

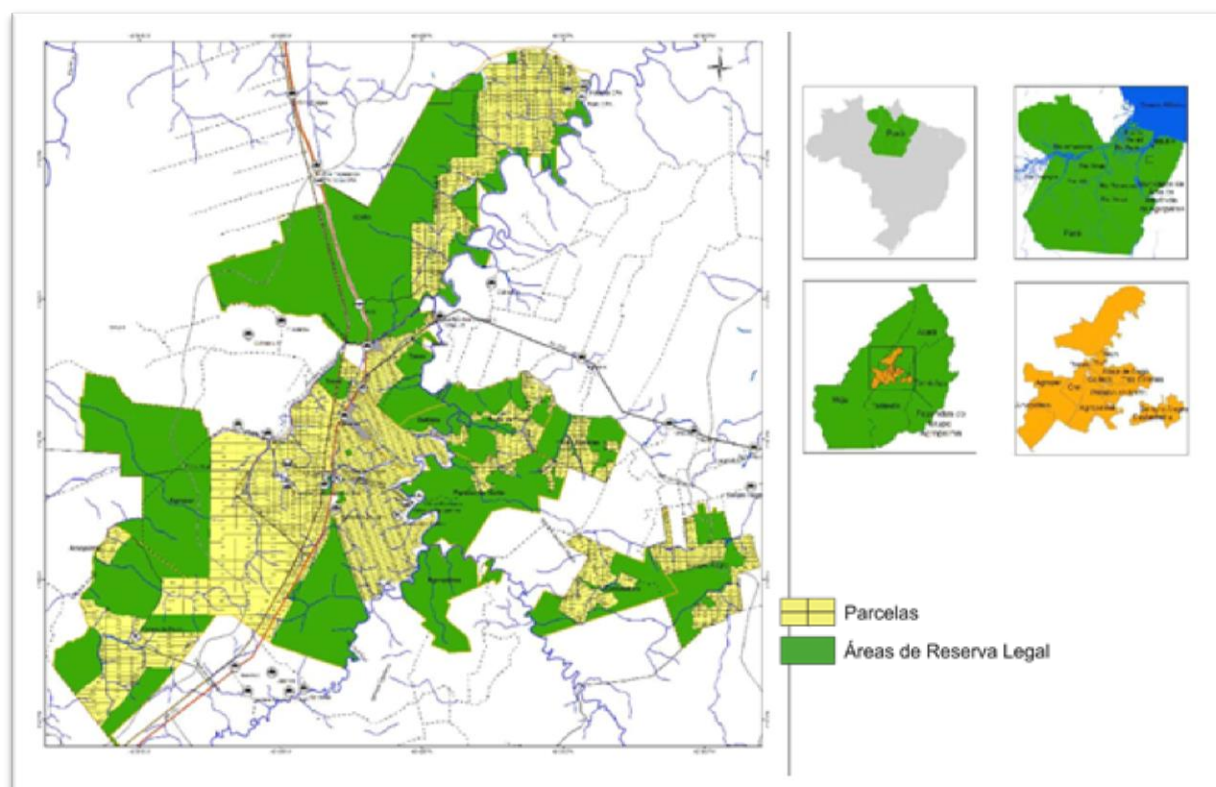


Fonte: Trabalho de campo. Maio/2016.  
Crédito: Adolfo Oliveira Neto.

No que se refere as terras, atualmente o grupo conta com duas fazendas próprias (Figura 70), a partir do mapa produzido pela IBD CERTIFICATIONS para a certificação RSPO. Uma, de 97.410 hectares, que é apresentada na Figura 71 e que possui o nome fantasia de Agropalma – Complexo I. A Figura 72 (página 216) apresenta o Complexo II, que possui 10.204 hectares.

Nas Figura 71 e Figura 72 as imagens estão georreferenciadas e são oriundas do SIMLAM Público. As figuras são constituídas por uma imagem temática, que mostra os usos da terra e está identificada com o número 01, e uma imagem que mostra a cobertura vegetal da região e está identificada com o número 02.

Figura 70: Mapa de áreas produtivas e das florestas pertencentes ao Grupo Agropalma.



Fonte: IBD CERTIFICATIONS (2011b, p. 15).

Devido à escala, não foi possível identificar na Figura 71 os usos da terra na imagem 1, como na Figura 72. e sim os limites da Área da Propriedade Rural Total (APRT) provisórias e das APRT definitivas das propriedades.

Nas duas figuras chama a atenção o poder de ação da empresa que conseguiu construir duas fazendas de áreas contigua gigantesca, mesmo para o padrão da Amazônia, que durante muito tempo foi caracterizado como região de terra farta pelo discurso oficial. A área das fazendas e a titularidade da terra demonstram a capacidade da empresa de se impor sobre os outros usos, monopolizando o território no decorrer dos anos a partir das estratégias apresentadas anteriormente.

Figura 71: Agropalma - Complexo I

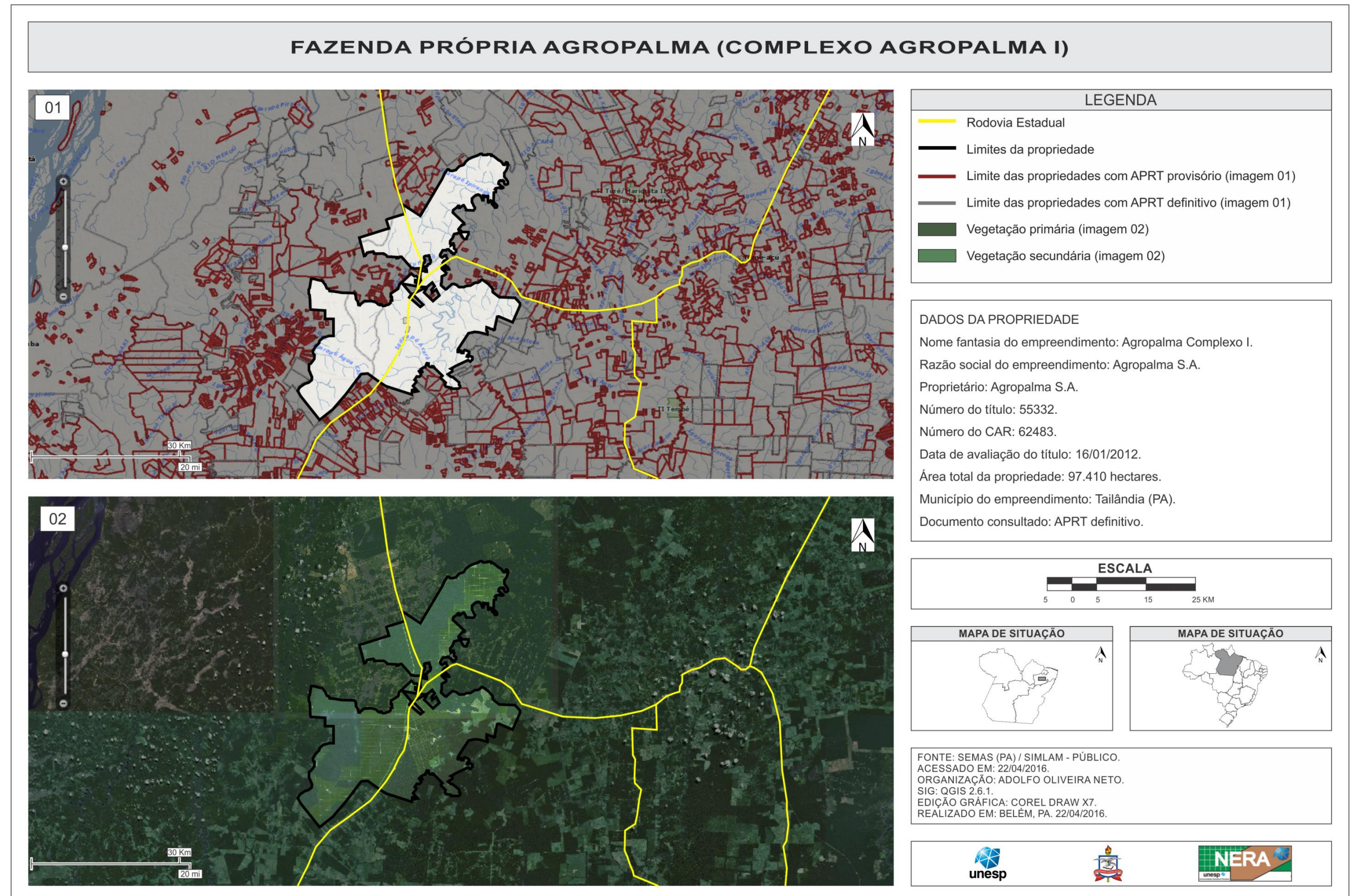
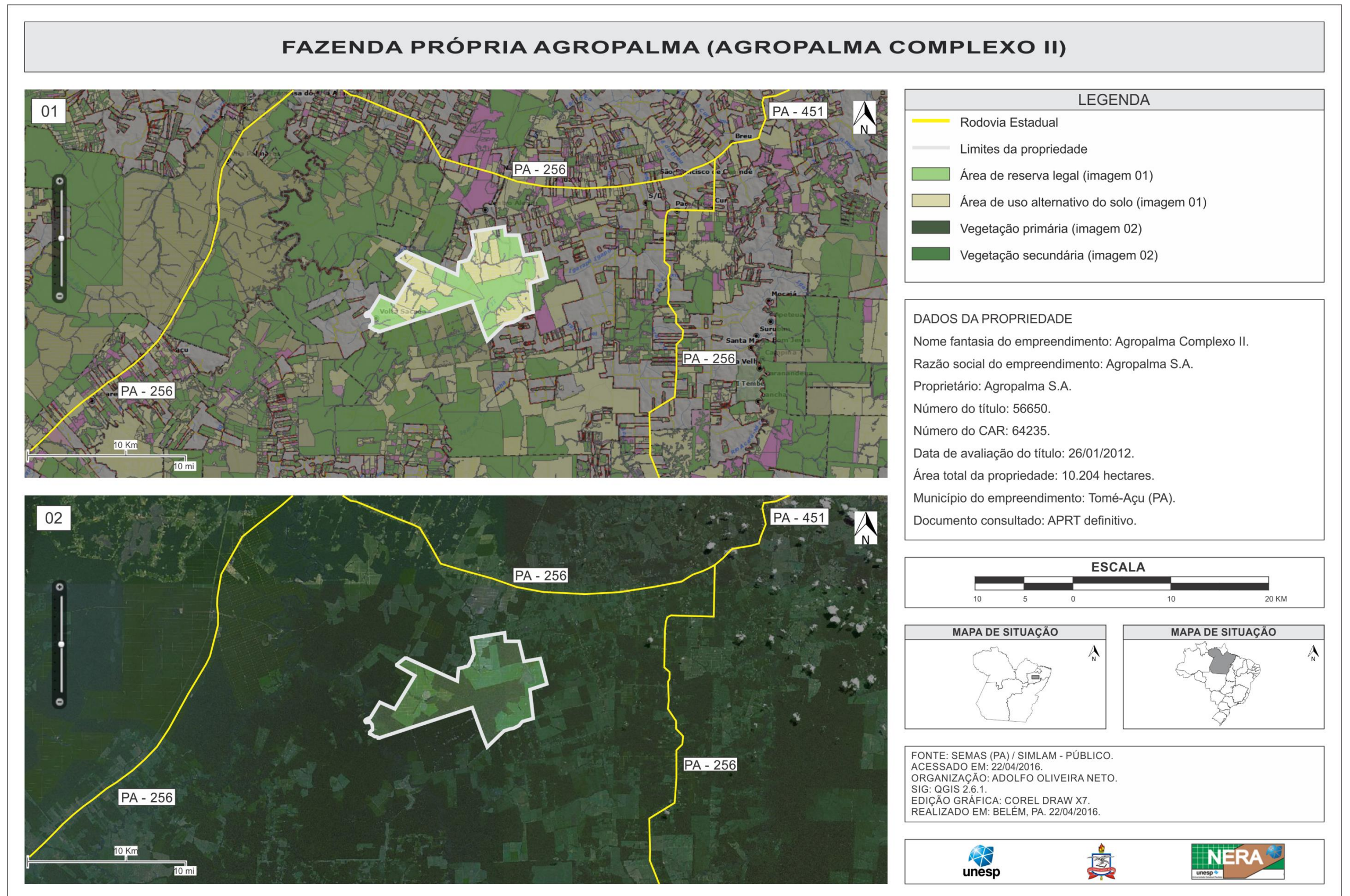


Figura 72: Agropalma - Complexo II





Para exemplificarmos melhor a questão, o tema será abordado sob de duas perspectivas metodológicas. A primeira, é a partir da síntese apresentada na Figura 73, que utiliza os dados da estrutura fundiária do estado do Pará, das duas regiões estudadas (Região Metropolitana de Belém e a Região Nordeste Paraense) e dos municípios que possuem produção de dendê. Os dados são do censo agropecuário de 2006, levantado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na escala em questão, se tem uma estrutura fundiária diversa, com municípios que possuem grande concentração de terras ao lado de municípios que possuem pouca concentração.

A figura apresenta o mapa da região e um conjunto de gráficos da estrutura fundiária de cada município. No rótulo horizontal está destacado o tamanho das propriedades em classes enquanto que, na vertical, o percentual. As barras paralelas indicam o número de propriedades e a área ocupada por estas propriedades.

Para melhorar o entendimento dos gráficos, as categorias do IBGE foram agrupadas em 12 extratos, como apresentados na legenda.

Mesmo com os dados, não é possível avaliar o impacto da dendecultura na estrutura fundiária destes municípios, pois o novo avanço da dendecultura é recente e não existe uma série estatística confiável que permita avaliar a dinâmica da estrutura fundiária.

Quando a análise é delimitada apenas nos quatro municípios estudados, o resultado é diferente. A Figura 74 possui os mesmos dados e a mesma metodologia da figura anterior. No entanto, a escala espacial é menor, representando apenas os municípios que fazem parte da área de estudo. Conseguimos perceber que o processo de consolidação da Agropalma, como principal empresa da região, acentuou o processo de concentração de terras pois, a área ocupada pela empresa apenas com a suas fazendas próprias é superior a 97 mil hectares.

≤

Figura 73: Percentual dos estabelecimentos agrícolas x percentual da área ocupada (hectares).

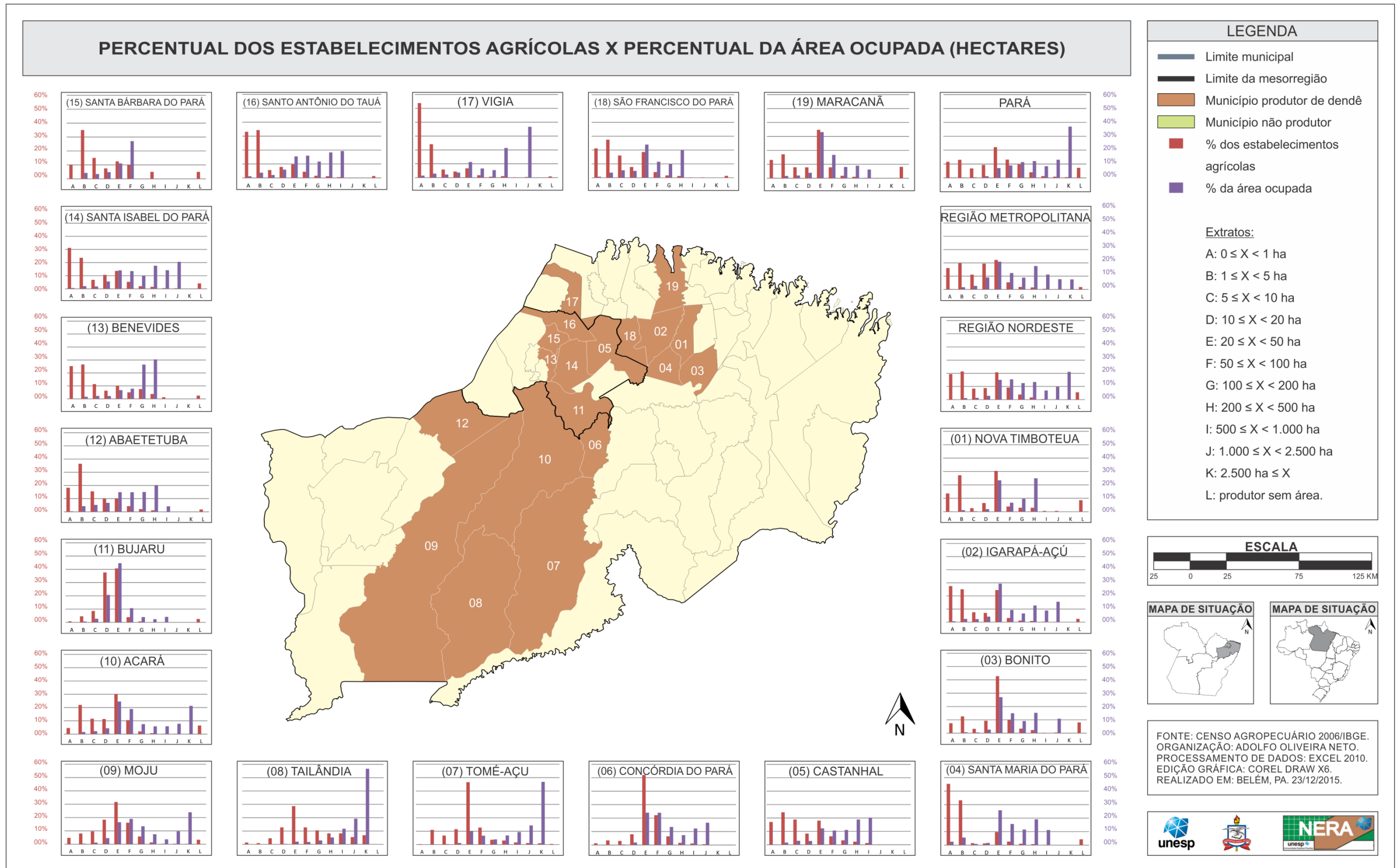
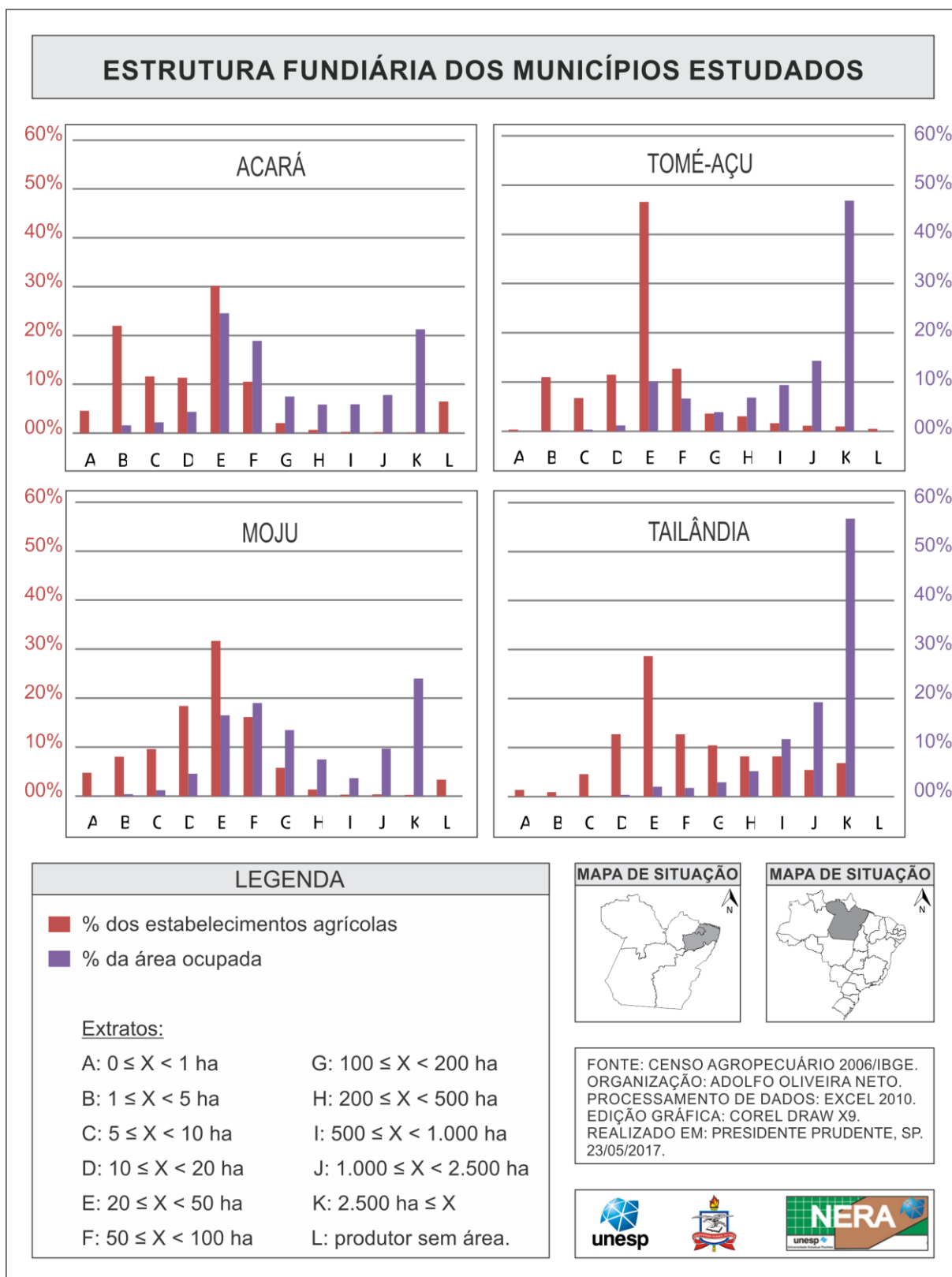


Figura 74: Estrutura fundiária da área estudada.



O município com maior concentração de terras é Tailândia, seguido por Tomé-Açu. No primeiro, 15 propriedades que possuem acima de 2500 hectares, ou 06,82% do total, detêm 63.340 hectares, ou 56,71% da área do município. Se somarmos as 12 que possuem área maior que 1000 e menor que 2500 hectares e as 18 que estão entre 500 e 1000 hectares vamos identificar que 45 propriedades dominam 97.979 hectares, ou 87,72% da área do município.

Em Tomé-Açu, 1,01% do total de propriedades possuem área maior que 2500 hectares (20 propriedades) e dominam 108.950 hectares, o equivalente a 46,84% do município. Quando somamos os 33.325 hectares ocupados pelas 23 propriedades que possuem área entre 1000 e 2500 hectares, e os 21.889 hectares ocupados pelas 33 propriedades que possuem área entre 500 e 1000 hectares, chegamos constatação que apenas 76 propriedades, ou 3,83% do total, controlam 70,58% da área do município, ou 164.164 hectares.

Em contrapartida, os municípios que possuem uma estrutura fundiária menos concentrada são Moju e Acará, mesmo que ainda assim sejam fortemente marcados pela concentração de terras. No primeiro, por exemplo, 72,48% das propriedades, ou 2.787 unidades, são minifúndios<sup>17</sup> e elas ocupam apenas 22,68% da área do município (45.672 hectares).

No município do Acará, 79,69% das propriedades são minifúndio<sup>18</sup> (3.701 propriedades) e elas ocupam apenas 32,75% da área agrícola do município (49.506 hectares). Em comparação, os 79,69% das propriedades que são minifúndios no município ocupam 3.390 hectares a menos que o 0,58% das propriedades (27 unidades) que possuem mais de 100 módulos fiscais e ocupam 34,98% da área agrícola do município, ou 52.896 hectares.

A segunda metodologia utilizada para exemplificar a questão é a partir do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Em geral, na região, os CAR foram feitos pelas empresas ou orientados por estas para que se completasse o ciclo de avanço da dendecultura, a partir da incorporação do setor bancário na expansão. No entanto, propriedades que tem as suas atividades principais ligadas a outros ramos também possuem o CAR.

---

<sup>17</sup> No município um módulo fiscal equivale a 50 hectares.

<sup>18</sup> No município um módulo fiscal equivale a 50 hectares.

Cabe destacar que esta metodologia é apenas aproximativa, pois em vários casos há sobreposição de cadastros, além de áreas em que ele não foi feito. A avaliação das grandes propriedades considerou apenas aquelas acima de 15 Módulos Fiscais (MF). Nelas, as atividades econômicas são diversas várias foram convertidas em dendezaís pelas empresas para a produção independente. No entanto, registra-se que não se pode considerar que todas as grandes propriedades são produtoras de dendê devido à disputa por terras com outros cultivos, sendo os principais o coco-da-baía e o gado.

A Tabela 6 na apresenta uma síntese dos dados disponíveis no SICAR 2.0 até 04 de maio de 2016, que foi a data da consulta. Nela estão presentes as propriedades possuíam cadastro migrado do SIMLAM para o SICAR, além de propriedades que possuíam CAR, mas que os dados ainda não haviam migrado para o novo sistema, dando uma visão bem abrangente. A lista completa destas propriedades com o seu tamanho e, em alguns casos, o Cadastro Ambiental Rural disponibilizamos no ANEXO 2, na página 315.

Tabela 6: Síntese das Grandes propriedades na área estudada.

<b>Município</b>	<b>Tamanho do MF no Município (em hectares)</b>	<b>Número de MF da Maior Propriedade</b>	<b>Área da maior propriedade (em hectares)</b>	<b>Número de CAR de propriedades acima de 15 MF</b>
<b>Acará</b>	50	332,70	16.634,90	59
<b>Moju</b>	70	198,70	13.864,57	109
<b>Tailândia</b>	50	125,10	6.254,79	94
<b>Tomé-Açu</b>	50	171,11	8.555,73	107

Fonte: SISCAR 2.0

Disponível em: <http://car.semas.pa.gov.br/#/site/consultar>

Acessado em: 04/05/2016

Esta região é emblemática no que se refere às dinâmicas territoriais e desigualdade estrutural relativa ao uso da terra. Com características assim, como as da estrutura fundiária desigual e perversa, a contradição e o conflito pela posse da terra são elementos inerentes e insolúveis. Abertos ou não, violentos ou não, essas contradições e conflitos são a tônica de como os projetos territoriais vão produzindo as relações de trabalho, a cultura, as ações políticas e as dinâmicas sociais, colocando as classes sociais em disputas em que elas se enfrentam, sendo a

subordinação uma das estratégias com as quais a classe dominante constrói a hegemonia.

Estas disputas e estratégias de reprodução das classes têm características territoriais. A Figura 75 apresenta a localização das duas fazendas do grupo Agropalma, os assentamentos federais, alguns assentamentos estaduais e terras indígenas que se localizam próximos. Esta é a materialização, no segundo território, das disputas entre classes que na região se expressam na disputa entre o agronegócio e o campesinato em suas diversas formas de manifestação.

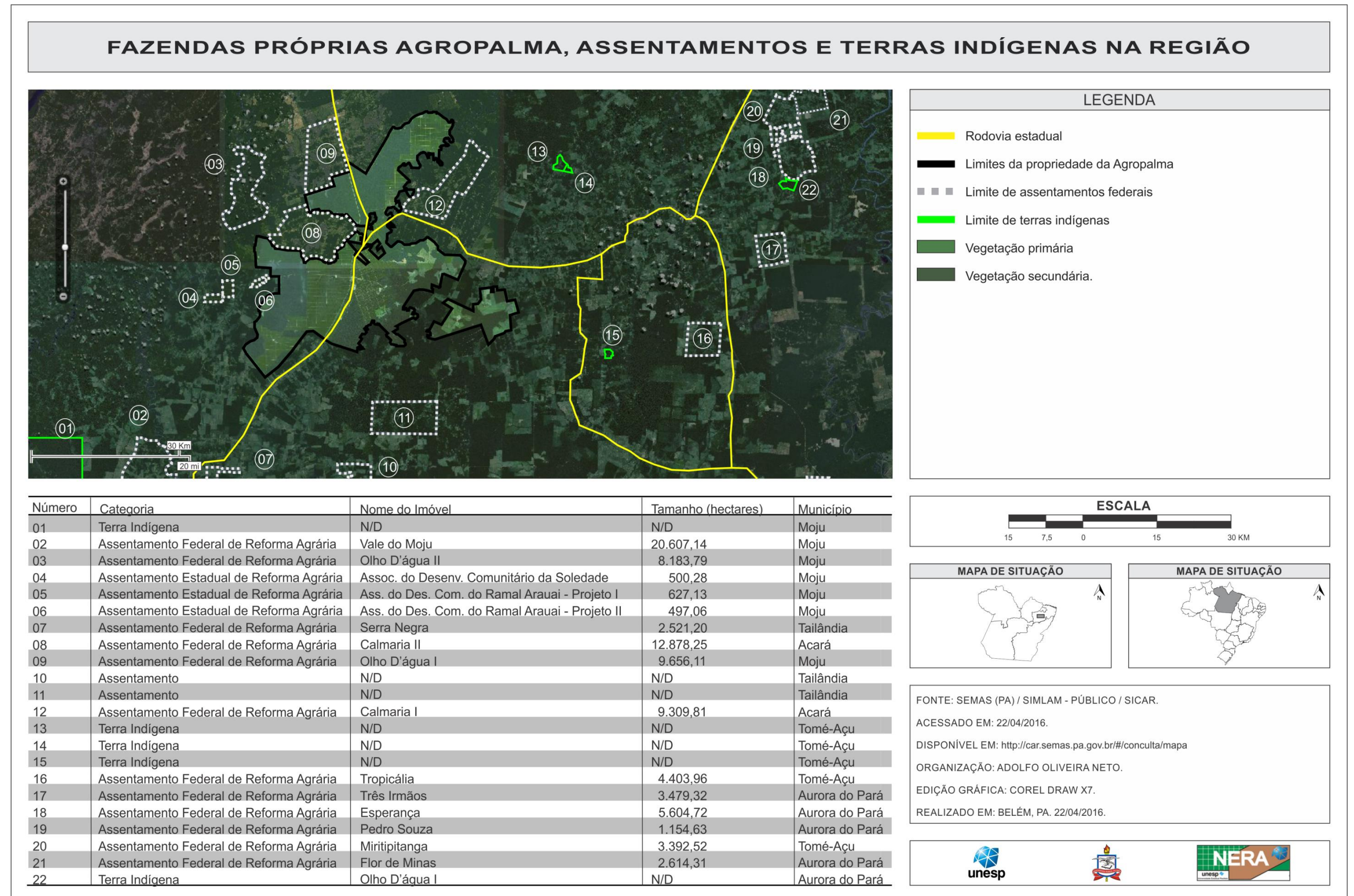
Os dados usados disponíveis no SIMLAM – Público (antes dele sair do ar) e no SICAR 2.0. Por isso, algumas informações das áreas não estão disponíveis na figura, pois não estavam disponíveis nestas fontes.

A imagem não da conta de toda a complexidade das disputas territoriais existentes na região, nem das diversas características que estas possuem. O próprio processo de conflito ou o de subordinação são processos de diferentes características, expressando formas diferentes de como a disputa territorial acontece e se concretiza nas estratégias diferentes da reprodução das classes.

A título de exemplo, os assentamentos marcados com os números 04 (Soledade), 05 (Arauaí I), 06 (Arauaí II) e 08 (Calmaria II) são de produção integrada à Agropalma. O 03 (Olho D'água II) e o 09 (Olho D'água I) são integrados a Biopalma. O 12 (Calmaria I) não produz dendê e busca resistir a esta lógica enquanto que a Terra Indígena marcada com o número 01 está em processo de litígio por terras com a Biopalma.

Este conflito é entre as classes e, de maneira muito simples, no campo ele se manifesta na disputa entre o agronegócio e as diversas formas de manifestação do campesinato, reestruturando os territórios a partir de seus próprios interesses. Obviamente, a Empresa possui suas próprias estratégias de reprodução e que se diferencia das demais que atuam na região e, por isso, deve ser avaliada pela sua situação específica.

Figura 75: Fazendas Próprias Agropalma, Assentamentos e Terras Indígenas na Região.



Como reestruturação, entendemos as dinâmicas territoriais ligadas as mudanças na estrutura fundiária, nos arranjos institucionais e nos usos da terra, além de todas as tensões e contradições que emergem neste processo no qual os territórios camponeses sofrem impacto direto, sejam eles territórios reconhecidos (como assentamentos e terras indígenas), territórios de tensão (como ocupações), territórios de posse mansa e pacífica do campesinato ou núcleos urbanos.

Uma referência inicial é a lista de comunidades diretamente impactadas pelas ações do Grupo Agropalma elaborada pela IBD Certifications a pedido da Empresa que é apresentada no Quadro 11. A tipologia que categoriza estas comunidades é a original apresentada pela empresa.

Quadro 11: Comunidades diretamente impactadas pelas ações do Grupo Agropalma.

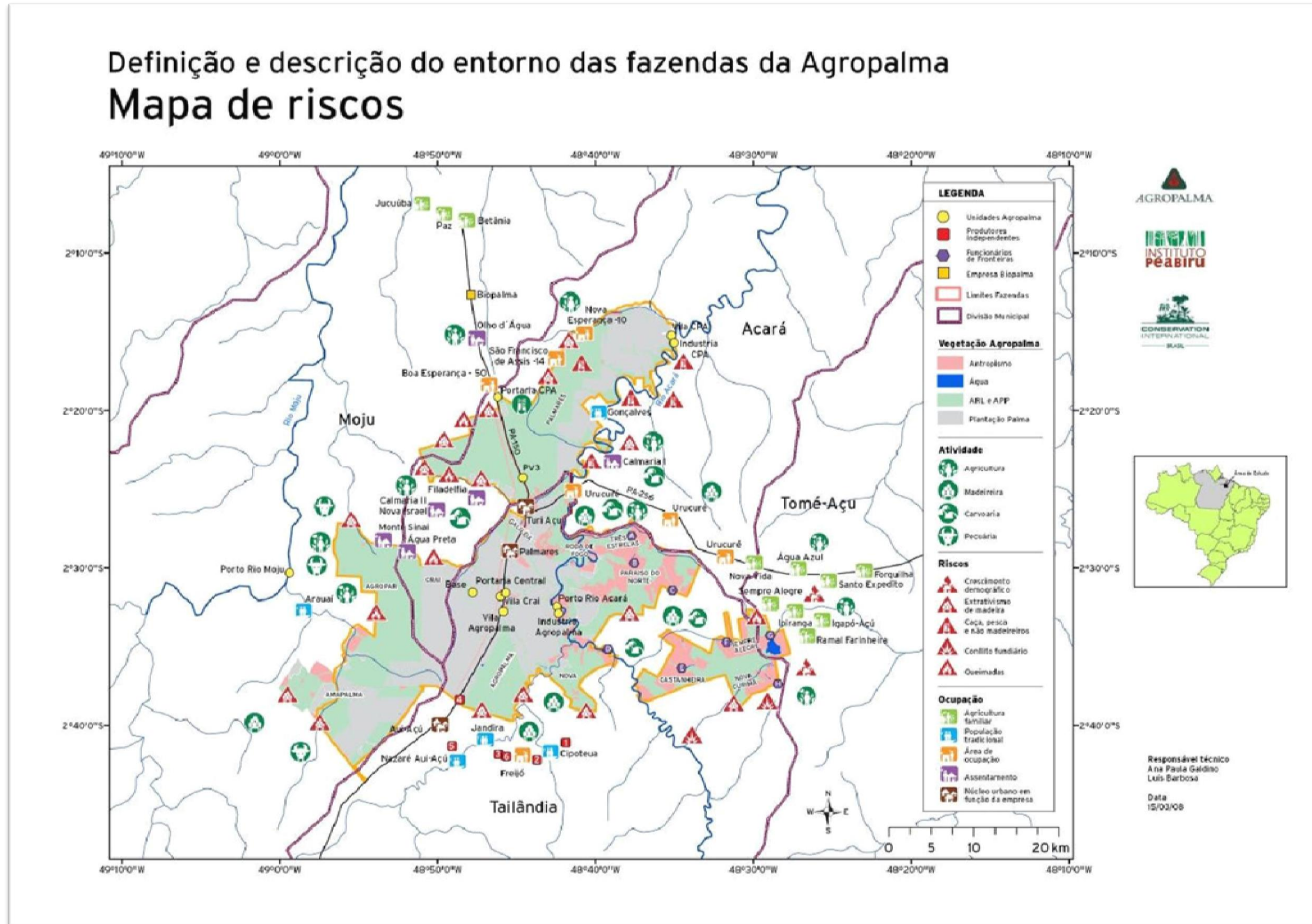
N°	Comunidade	Categoria	N°	Comunidade	Categoria
01	Olho D'água	Assentamento	15	Sempre Alegre	Agricultura Familiar
02	Boa Esperança 50	Área de Ocupação	16	Santo Expedito	Agricultura Familiar
03	São Francisco de Assis 14	Área de Ocupação	17	Palmares	Núcleo Urbano
04	Nova Esperança 10	Área de Ocupação	18	Gonçalves	População Tradicional
05	Jupuuba	Agricultura Familiar	19	Turi-Açu	Núcleo Urbano
06	Nova Paz	Agricultura Familiar	20	Calmaria II	Assentamento
07	Betânia	Agricultura Familiar	21	Soledade	População Tradicional
08	Calmaria I	Assentamento	22	Arauaí	População Tradicional
09	Forquilha	Agricultura Familiar	23	Jandira	População Tradicional
10	Água Azul	Agricultura Familiar	24	Cipoteua	População Tradicional
11	Nova Vida	Agricultura Familiar	25	Aui-Açu	Núcleo Urbano
12	Urucuré	Área de Ocupação	26	Nazaré – Aui-Açu	População Tradicional
13	Igapó-Açu	Agricultura Familiar	27	Freijó	Área de Ocupação
14	Ipiranga	Agricultura Familiar			

Fonte: IBD Certifications (2011b, p. 40).

Esta lista está relacionada com o mapa de riscos produzido pela IBD Certifications para a Agropalma que é apresentado na Figura 76. Nele os principais riscos apresentados são: (a) o crescimento demográfico de comunidades rurais; (b) o extrativismo de madeira em propriedades da empresa, a caça, pesca; (c) extrativismo não madeireiro em propriedades da empresa; (d) conflitos fundiários e; (e) queimadas.



Figura 76: Mapa de riscos do entorno das fazendas do Grupo Agropalma.



Dentre as atividades econômicas próximas das fazendas, o IBD Certifications destaca: (a) agricultura; (b) atividade madeireira; (c) carvoaria e; (d) pecuária. Esta categorização é importante porque nos permite analisar quais são as outras atividades econômicas que disputam terras e mão-de-obra com o cultivo do dendê na região. Apesar de não trazer especificações sobre tamanho da propriedade e tipos de cultivo, ele indica a importância que a indústria madeireira e a pecuária tiveram para a região na época de confecção do mapa, em 2006.

Sobre a tipologia de ocupação da terra, o mapa traz cinco categorias. (a) agricultura familiar; (b) população tradicional; (c) área de ocupação; (d) assentamento e; (e) núcleo urbano em função da empresa. Sobre as áreas de ocupação, o mapa espacializa as cinco áreas definidas na Figura 76: **Mapa de riscos do entorno das fazendas do Grupo Agropalma**, que é apresentado na página 225 e mostra a tensão por terras na região.

Para evitar a entrada em suas terras para usos outros, a empresa passou a colocar guaritas em diversos pontos da fazenda e espalhar placas como a apresentada na Figura 77.

Figura 77: "Entrada Proibida": fazenda própria da Agropalma.



Fonte: Trabalho de Campo. Fevereiro 2017.  
Crédito: Jean Brito.

O mapa da Figura 76 (página 225) localiza ainda as comunidades do Arauaí e da Soledade, que posteriormente se transformaria em assentamentos de reforma agrária. Com a edição da portaria interministerial 01/2001 MCT&I/MDA a empresa passou a discutir um programa de aquisição de frutos frescos a partir da reforma agrária. Esse projeto se consolidou em 2002 com o assentamento Arauaí I que tem como parceiros a empresa, a Prefeitura Municipal de Moju, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater), o Banco da Amazônia S/A (BASA) e a Associação do Desenvolvimento Comunitário do Ramal do Arauaí nos anos de 2004 e 2005 o projeto se expandiu com os assentamentos Soledade e Arauaí II, respectivamente.

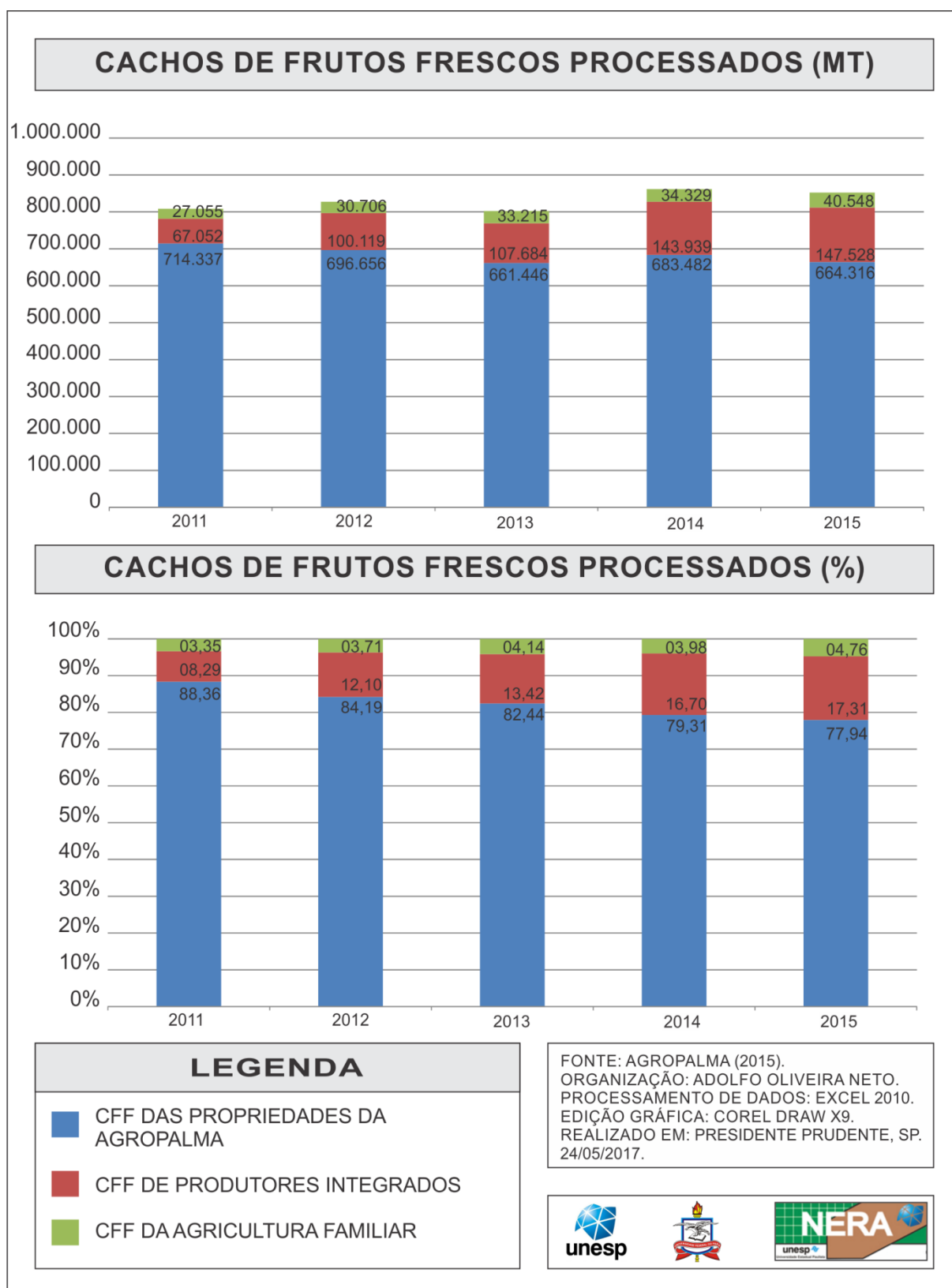
Um resultado preliminar desta política pode ser avaliado na Figura 78. Nela, a partir de dados do Relatório de Sustentabilidade da empresa (AGROPALMA, 2015), se tem o crescimento da produção ligada ao projeto de agricultura familiar que está em fase produtiva em 04 assentamentos, mesmo que em diferentes níveis.

Nos dados apresentados pela empresa, a produção da agricultura familiar passou de 27.055 mil toneladas de CFF processados no ano de 2011 para 40.548 mil toneladas em 2015. Em termos percentuais, em 2011 a produção da agricultura familiar representava 03,35% do total de CFF processado pela Agropalma. Em 2015 este número passou para 04,76%.

Nesse período, o maior crescimento foi da produção independente. Em 2011 ela foi responsável por 08,29% do total, processando 67.052 mil toneladas de CFF. Em 2015 ela passa a representar 17,31% do total, processando 147.528 mil toneladas, mostrando que o principal parceiro da empresa foram os produtores integrados que converteram suas terras em dendezaís a partir de contratos individuais firmados com a empresa.

Nesta figura também é possível perceber uma queda de um pouco mais de 50.000 mil toneladas de CFF das propriedades próprias da empresa, que passou de 714.337 mil toneladas, em 2011, para 664.316 mil, em 2015. Segundo a empresa, isso se dá pela diminuição da pluviosidade no período. Além disso, se acrescenta o replantio, como mostrado na Figura 69 (página 213).

Figura 78: Produção de Cachos de Frutos Frescos (CFF) (mil toneladas)



Fonte: Agropalma (2015, p. 21)

Atualmente, há um refluxo nos investimentos ligados a dendecultura no Pará, o que em certa medida aumenta o poder do Grupo Agropalma na Região. Após o lançamento do PNPB e do Plano Palma, muitas empresas se instalaram para produzir biodiesel entusiasmadas com o preço do óleo de palma no mercado internacional que atingiu o seu pico histórico no primeiro semestre de 2011.

No entanto, desde lá o preço do óleo vem caindo no mercado internacional o que inviabiliza que os projetos de empresas como Petrobras Biocombustíveis, BBB, Biovale se mantenham no mesmo ritmo do que foi planejado inicialmente. Hoje, muitas áreas destas empresas e de produtores que firmaram contratos com elas estão produtivas e as plantas para o processamento dos frutos não foram concluídas, fazendo com que eles busquem outras empresas como a Dendetauá, Palmasa, Marborges e, principalmente, a Agropalma para tentar vender a sua produção.

Como explica a empresa, ela encontra dificuldades para processar estes frutos. Segundo a Agropalma,

Muitos investidores e pequenos produtores da região converteram suas plantações para a palma há 5 ou 10 anos, quando os preços globais do CPO estavam em alta, prevendo a construção de pequenas usinas próprias ou a venda de frutos para outras usinas recém-construídas. No entanto, como a capacidade industrial prevista nunca se concretizou, uma vez que a construção tornou-se inviável devido à queda dos preços do óleo de palma, esses produtores agora esperam ser incluídos como fornecedores da Agropalma.

Uma vez que a Agropalma tem o compromisso de total certificação RSPO e da manutenção de uma cadeia de fornecimento segregada, só podemos nos envolver com fornecedores elegíveis para a certificação RSPO. No entanto, a maioria destes fornecedores não foi submetida a estudos adequados de AVC e a resolução de imagens de satélite disponíveis não é adequada para fornecer provas conclusivas do uso anterior do solo. (AGROPALMA, 2015, p. 33)

Esta reconfiguração é identificada quando se faz um histórico do uso da terra na região. Por questão de escala, a Figura 79 apresenta apenas a área que estamos chamando de pioneira da Agropalma na região, bem como o da área da Vila Palmares e das comunidades Arauaí e Soledade.

Figura 79: Histórico do uso da terra na área pioneira da Agropalma e dos assentamentos Arauaí I, Arauaí II e Soledade.

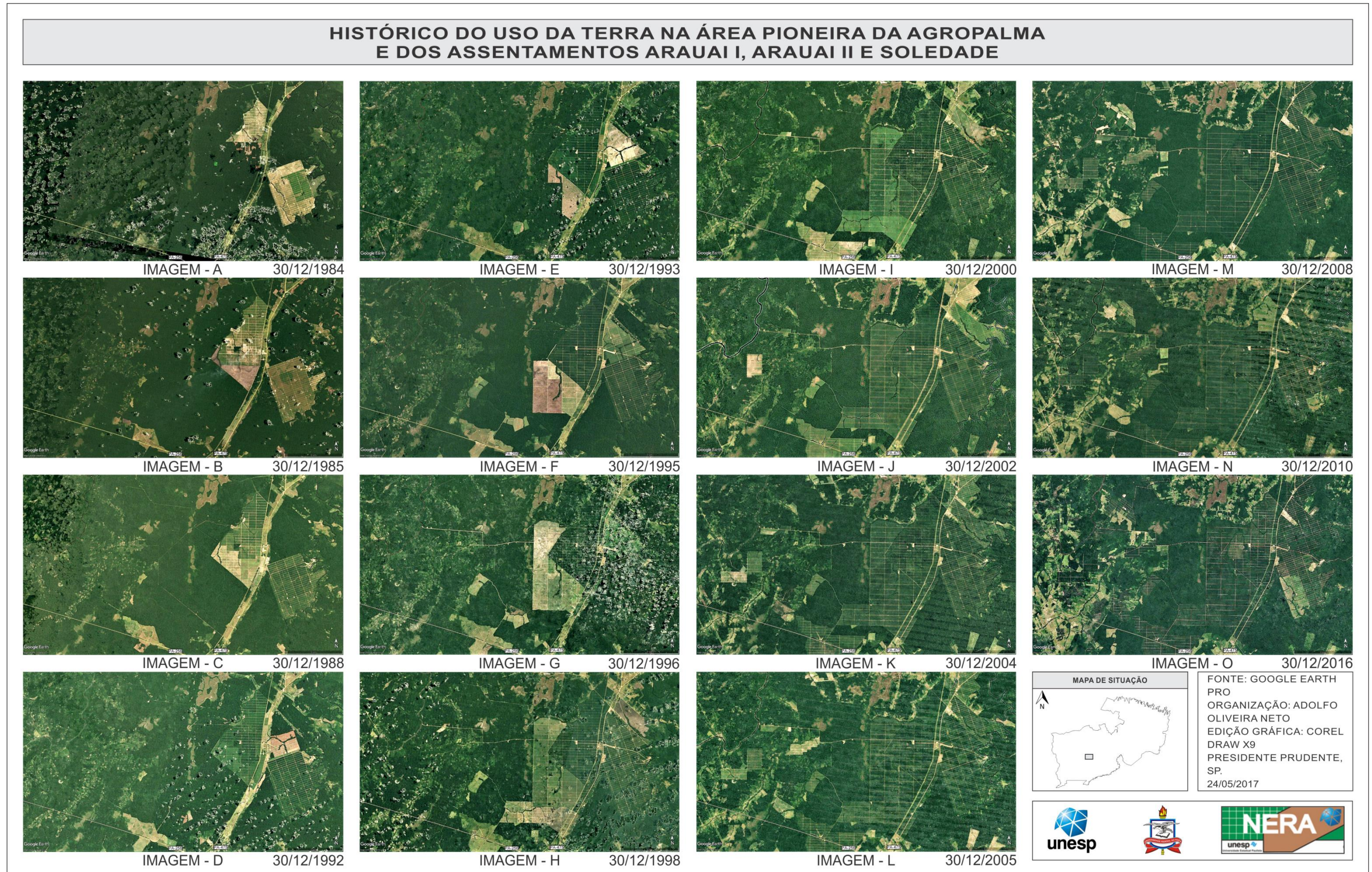


Figura 80: Histórico do uso da terra na área pioneira da Agropalma e dos assentamentos Arauaí I, Arauaí II e Soledade (2).



Este histórico conta com 15 imagens que vão de 1984 até 2016. Elas representam a mesma área, mas o intervalo temporal varia. Apesar de possuímos as imagens anuais, a opção pelo intervalo apresentado é para que melhor seja possível perceber as transformações no uso da terra. Para facilitar a análise, a Figura 80 na página 231 apresenta o mesmo histórico, acrescido de marcações que mostram as principais diferenças nas imagens em relação a anterior.

A “Imagem A” das figuras Figura 79 e Figura 80 é de 30 de dezembro de 1984 e registra o início dos primeiros plantios da empresa realizados a partir de 1982. Na “Imagem B”, de 1985, há a ampliação do plantio próprio da Agropalma; e a abertura de floresta ao sul e ao nordeste da imagem. Na “Imagem C”, de 1988, se tem a abertura de estradas pela empresa na floresta com o objetivo de ampliar a produção. Cabe destacar que a abertura foi planejada e as estradas foram construídas por profissionais especializados, que fizeram com traçados retos. Na “Imagem D”, de 1992, há a abertura da área onde se localiza a Vila Palmares, no nordeste da imagem; a expansão da área de cultivo da Agropalma, ao centro; e o aumento do desmatamento no sul. Na “Imagem E”, de 1993, também se destacam o aumento do cultivo da Agropalma. Na “Imagem F”, de 1995, se tem o aumento no número de casas da Vila Palmares; a pista de pouso da Agropalma; o aumento do cultivo próprio da empresa; e o aumento de novas clareiras para o cultivo de dendê. Na “Imagem G”, de 1996, chama a atenção o aumento da área plantada da Agropalma; e a construção da estrada e do porto Moju, que passou a servir de base para a exportação de óleo oriundo da CRAI. Na “Imagem H”, de 1998, temos o momento em que a vila Palmares ficou completamente cercada pelo cultivo do dendê; a expansão do cultivo próprio da Agropalma; e a abertura de novas áreas na estrada que liga o Complexo I ao porto Moju. Na “Imagem I”, de 2000, há o aumento do número de casas da Vila Palmares; a ampliação do cultivo próprio da empresa na parte sul do Complexo I; e um fenômeno que começa se intensificar, o aumento demográfico do Ramal Arauaí e da Comunidade Soledade, que está a sudoeste do centro do Complexo I. Na “Imagem J”, de 2002, há a expansão do cultivo próprio da empresa nas proximidades da vila Palmares; e o plantio do primeiro projeto de assentamento integrado à empresa, denominado Arauaí I, localizado no Ramal homônimo. A “Imagem K”, de 2004, registra quatro áreas que são emblemáticas do avanço da dendecultura. Na parte superior direita da imagem, há a ampliação da Vila Palmares. Próximo do centro, na parte superior, o aumento da área de uma



fazenda de produtor integrado à empresa. Um pouco mais abaixo, a área onde foi feito o cultivo do Projeto Soledade, segundo assentamento de reforma agrária integrado com a empresa. Mais abaixo, à esquerda, a ampliação demográfica do Ramal Arauaí e, por fim; mais abaixo, à direita, a ampliação do cultivo próprio da empresa. No centro da “Imagem L”, de 2005, se tem o Projeto III de integração da agricultura familiar à empresa através de áreas de reforma agrária, o projeto Arauaí II. Nela, também há o avanço do desmatamento nas bordas da empresa; o aumento populacional no Ramal Arauaí e na Vila Palmares, tendência que vai se intensificar até a “Imagem O”, de 2016.

As frentes de expansão da dendecultura, a intensidade deste processo, os usos da terra e os sujeitos mudaram de características ao longo do tempo. Um elemento fundamental para entender este processo a partir deste histórico do uso da terra e do próprio histórico da empresa, é que na região se formou um complexo territorial para a produção do dendê que tem como principais agentes as empresas dendecultoras e, como o principal player, o Grupo Agropalma, reestruturando toda a estrutura fundiária e agrícola, além de ter conseguido se territorializar em territórios camponeses pelo modelo de integração subordinada, como analisará o próximo item.

#### 4.2 Questão agrária e integração subordinada nos assentamentos de reforma agrária: o caso dos assentamentos Arauaí I, Soledade e Arauaí II.

A reestruturação da região motivada pela dendecultura se dá em diversas frentes. Do ponto de vista fundiário, pelo menos três elementos devem ser destacados. O primeiro, é a ação expansionista da empresa ao longo de sua existência, que incorporou outras empresas do setor que atuavam na região, formando o oitavo maior imóvel rural de propriedade privada em área contígua do estado do Pará, de acordo com os dados do SICAR, como sintetiza o Quadro 12.

Quadro 12: 10 maiores propriedades privadas registradas no SICAR.

Área (Hectares)	Município	Proprietário	Nome da Propriedade
909.825,03	Almeirim	Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.	Gleba Jari-I
247.793,80	Altamira	Iolanda Neto Menezes	Seringal Fortuna
155.355,24	Portel	ABC Agropecuária Brasil Norte S.A. Produção e Exportação	Fazenda Pacajá
153.148,42	São Félix do Xingu	Paulo José da Silva	Fazenda Terra Roxa I e II
153.113,95	Bagre	Martins Agropecuária SA	Martins Agropecuária SA
149.190,55	Paragominas	Manoel Pereira Dias	CKBV Florestal LTDA
99.165,44	Goianésia do Pará	Décio José Barroso Nunes	Fazenda Lacy
97.410,00	Tailândia	Agropalma SA	Agropalma Complexo I
95.321,25	Óbidos	Fazenda Cajueiro	Joaquim Oliveira dos Santos
87.056,98	Alenquer	Carlos Newton Vasconcelos Bonfim	Fazenda Bahia

Fonte: SICAR.  
Acessado em: 13/06/2017.

O segundo, é que houve a incorporação de produtores que antes desenvolviam atividades ligadas a outros ramos do agronegócio, a partir do pacote técnico e tecnológico da empresa, que passaram a produzir dendê com contrato de venda da produção para o grupo Agropalma, com prazo médio de 25 anos. Com esta medida, a empresa consegue construir o que estamos chamando de complexo territorial do dendê, que impõe a sua lógica de produção a região.

O terceiro, é a ação da empresa na subordinação do campesinato em projetos de reforma agrária, que é objeto deste capítulo. Estas ações não estão ligadas, exatamente, à captura da mais-valia dos trabalhadores e nem a renda capitalizada da terra, mas à escamoteação da questão agrária e captura do preço de monopólio. Esta prática não é nova no setor. Houtart (2011), por exemplo, denuncia que:

Em Indonésia, más o menos la tercera parte del aceite de palma lo producen los pequeños agricultores, que con frecuencia han perdido su derecho a la tierra en favor de la expansión de las plantaciones. Al ser beneficiados con dos hectáreas a título de “redistribución” se encuentran atados de pies y manos y vinculados a la industria de aceite de palma que les ha concedido créditos a cambio de su cosecha. Eso significa que, de entrada, no reciben el mejor precio por su producción. (HOUTART, 2011, p. 137)

Outros trabalhos discutiram a integração subordinada do campesinato à indústria de palma, tomando como referência a Agropalma, em projetos de reforma agrária e, mais especificamente, nas comunidades analisadas neste trabalho. Entre eles, destacam-se Menezes et al. (2015) que fazem uma caracterização socioeconômica dos assentados da reforma agrária que estão integrados a Agropalma e concluem que, pela elevação da renda, existe um alto grau de satisfação dos assentados com o projeto.

Guedes (2014), que leva em consideração as estratégias das empresas dendecultoras para desenvolver seus projetos de agricultura familiar e estuda o caso da Biopalma, no município de Tomé-Açu, e da Agropalma, em Moju. Como conclusão destaca, entre outras coisas, que o processo da dendecultura avança pela conquista da terra, cessão da força de trabalho e conquista do imaginário social dos agricultores que passam a se integrar na dendecultura.

Nahum e Santos (2015b), que avaliam a integração do campesinato à Agropalma realizada a partir dos projetos de reforma agrária. Eles tomam como referência o território usado e partem da premissa que a dendecultura monopoliza o território com a finalidade apreender a área e o seu uso, reeditando a importância da renda da terra tal qual presente nas formulações de Smith, como “preço pago pelo uso da terra”.

Santos (2015), que faz uma análise do processo de integração do campesinato às empresas dendecultoras no município de Moju. Por ser o segundo maior polo dendecultor do estado, há uma diversidade de empresas que atuam na região a partir desta estratégia. A análise do autor leva em consideração o processo de integração com as empresas Marborges, na região da PA-252, Biopalma, na região da PA-150, e da Agropalma, especificamente nos assentos de reforma agrária vinculados à Associação de Desenvolvimento Comunitário Ramal do Arauaí (projetos I e III). Para o autor, “a introdução do plantio do dendê trouxe mudanças no modo de vida, nas formas de trabalho e de produção das comunidades camponesas onde a atividade aportou” (SANTOS, 2015, p. 145). No entanto, estas mudanças não foram capazes de eliminar o roçado e a pluriatividade do campesinato na região, mesmo que estas atividades não se desenvolvam mais com a finalidade de obter renda principal para sustentar a família e não sejam mais a principal atividade produtiva.

Por fim, Silva (2015), que toma como referência apenas a integração subordinada do campesinato às grandes empresas dendecultoras em áreas de reforma agrária, mais especificamente em assentamentos federais. O primeiro caso registrado no estudo é o Assentamento Calmaria II, que em 2004 se estabelece uma relação contratual entre os assentados, a empresa Biopalma e o Banco da Amazônia S.A. que passou a financiar a integração a partir de recursos oriundos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, na linha de Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental, para o cultivo de Dendê (Pronaf Eco-Dendê). Para ele, “a expansão dos monocultivos de dendê na Amazônia Paraense está inserida no contexto das agroestratégias comandadas pelo capital transnacional” (SILVA, 2016, p. 09) que se apropriam de maneira irregular das áreas da reforma agrária a partir de estratégias como o *land grabbing* e *green grabbing*.

No ANEXO 3 (página 326), apresentamos a lista fornecida em 2011 pela empresa à IBD Certifications em virtude da avaliação para a certificação RSPO. Nela estão os 21 produtores integrados e os projetos de agricultura familiar ligados à empresa naquele período. Infelizmente, não conseguimos dados mais atuais que apontem o número atual de produtores integrados e, tampouco, dados que nos permitam rastrear a área, localização ou regularidade ambiental dos imóveis.

Em relação ao PAF, o primeiro foi implantado em 2002. Nahum e Santos registram este acontecimento destacando que:

O projeto foi pensado em três etapas. A primeira iniciou em 2002, na comunidade do Arauaí, com o plantio de 500 hectares, distribuídos em lotes de 10 hectares para cada família, num total de 50 famílias. A segunda, em 2004, na comunidade da Soledade, também localizada no alto Moju, com 500 hectares destinados para 50 famílias e a terceira, no ano de 2005, novamente na Comunidade do Arauaí, denominado Arauaí II, com o plantio de 500 hectares, distribuído em lotes de 10 hectares destinados para 50 famílias. Totalizando 1.500 hectares para 150 famílias. O projeto foi estendido, em 2006, para o Projeto de Assentamento, Calmaria II, do INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária, localizado nas proximidades do km 65, da rodovia PA-150, com uma área de 210 hectares destinados para 35 famílias, cada uma com 6 hectares. (NAHUM; SANTOS, 2015b, p. 1125)

De fato, entre o planejamento e a concretização do projeto houveram mudanças. A área total dos projeto I, II e III é de, aproximadamente, 1.624 hectares,

tendo sido ocupados 627, 500 e 497 hectares pelos projetos, respectivamente, como mostra o Quadro 13.

Quadro 13: Projetos de Agricultura Familiar vinculados à Agropalma.

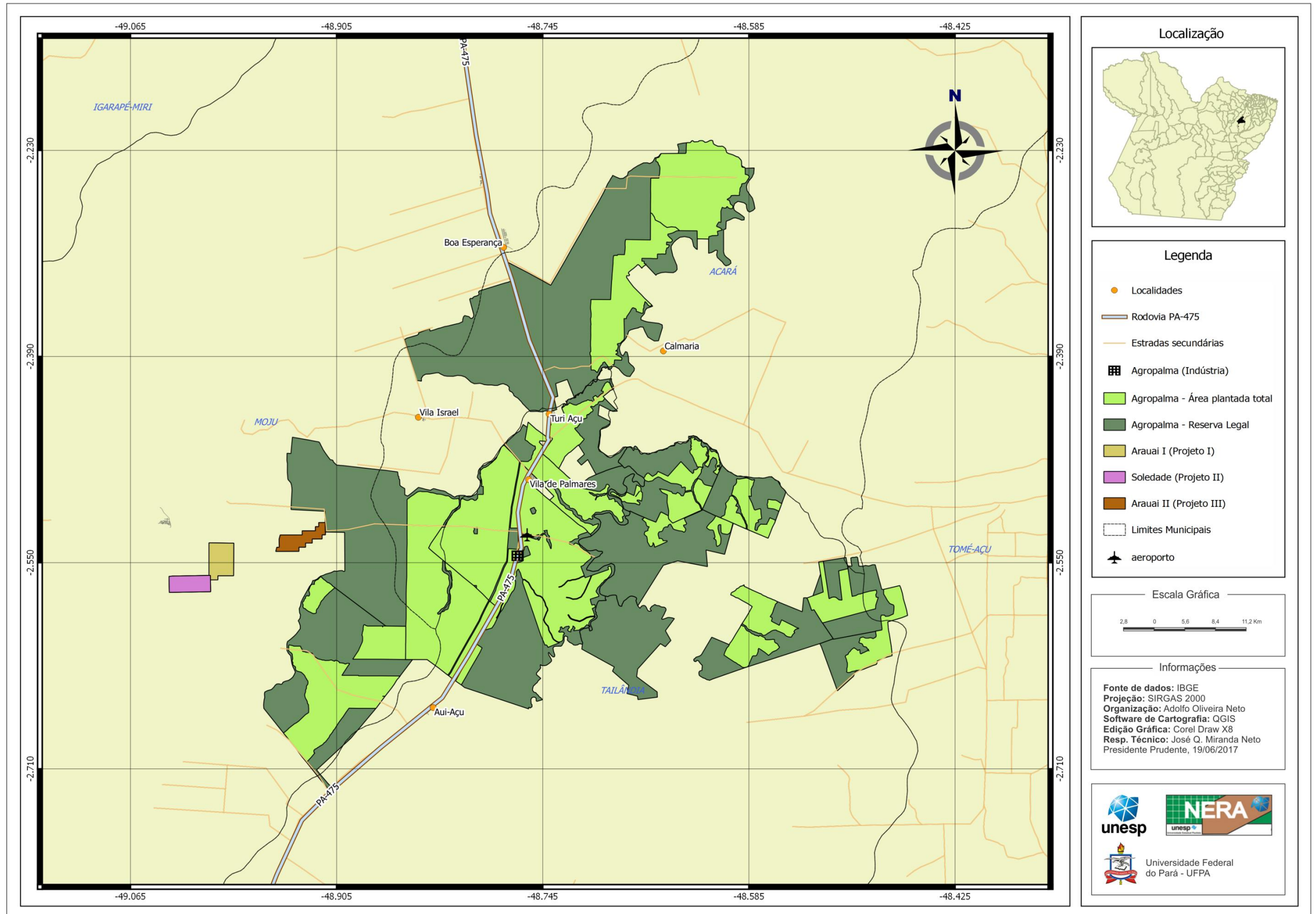
Razão Social	Proprietários do Empreendimento	Área (ha)	CAR	Documento Consultado	Município
Associação do Desenvolvimento Comunitário do Ramal do Arauaí – Projeto I	Associação do Desenvolvimento Comunitário do Ramal do Arauaí	627	145937	APRT Provisório	Moju
Associação Desenvolvimento Comunitário da Soledade – Projeto II	Associação Desenvolvimento Comunitário da Soledade	500	145936	APRT Provisório	Moju
Associação do Desenvolvimento Comunitário do Ramal do Arauaí – Projeto III	Associação do Desenvolvimento Comunitário do Ramal do Arauaí	497	145939	APRT Provisório	Moju

Fonte: SIMLAM Público; Trabalho de Campo.  
Acessado em: 17/03/2016.

A Figura 81 apresenta o mapa de localização dos três assentamentos que foram construídos tendo como base as duas associações. Os projetos I e III estão ligados à Associação de Desenvolvimento Comunitário Ramal do Arauaí e o projeto II ligado à Associação de Desenvolvimento Comunitário da Soledade.

A área onde os projetos foram realizados, inicialmente, foi ocupada por famílias camponesas entre a década de 1980 e 2000. Estas famílias abriam pequenos ramais na floresta para ocupar o território. A extensão da posse era determinada pela área que o sujeito definisse como sua e pudesse zelar. Em geral, nem os próprios camponeses sabiam a dimensão real da terra, por não conseguirem percorrer toda a propriedade e nem, tampouco, cercar ou identificar os limitadores de terras, sejam eles naturais, como igarapés ou árvores, ou artificiais, como cercas e pontos de referência.

Figura 81: Mapa de localização dos assentamentos integrados à Agropalma.



Este foi um elemento que facilitou o início do projeto. Como na região existiam apenas algumas famílias que possuíam apenas a posse da terra, o Governo do Estado do Pará, através do Instituto de Terras do Pará (ITERPA) iniciou a negociação com as famílias no intuito de que elas desocupassem de maneira pacífica a área que seria destinada ao projeto.

A proposta feita pelo ITERPA era que, em troca da desocupação, cada família ganharia um lote agrícola titulado com 25 hectares (em geral, com 250 metros de frente por 1000 metros de fundo) e, ainda, se quisesse poderia ter um lote com 10 hectares no projeto de reforma agrária para o cultivo de dendê, em associação com a Agropalma. Com esta estratégia, todas as famílias que moravam na região optaram por trocar a posse da área pelo lote titulado, tendo ainda algumas optado pelo lote adicional para o cultivo do dendê.

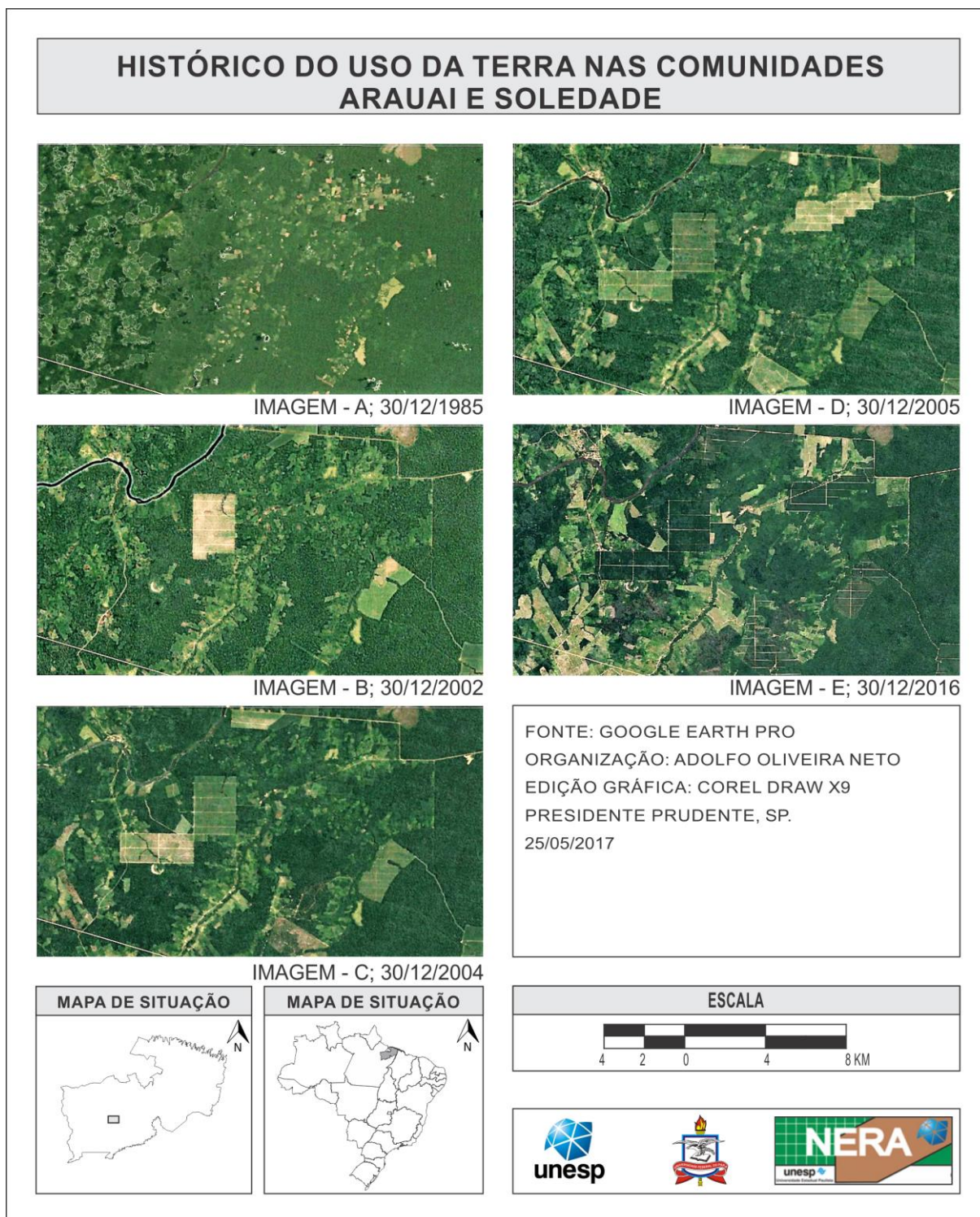
Esta história é registrada na fala dos sujeitos quando explicam que:

Na verdade, os posseiros, todos nós lá, vamos supor, o cara se centralizava em uma área e tinha lá, 2, 3, 4 mil metros para ele. Então ele dizia que aquela área era dele, só que não tinha documento, não tinha título, mas o cara estava trabalhando lá com a família. Então quando foi chamado, o Governo do Estado nos colocou a proposta: o projeto é bom, nos tira um lote para vocês, então que seria 1000 metros por 250 metros, e o restante da terra libera para fazer o projeto. Essa parte que ficar para vocês, nós vamos dar o título definitivo para vocês e esta parte que ficar para o projeto, o título vem nome da associação. Então será um projeto coletivo, cada um tira a sua cota e todo mundo vai trabalhar. E nós aceitamos. Então o povo que tinha área lá ficou com o restante da terra. de 250 por 1000 metros, e o restante foi liberado. Tipo assim, o cara dizia que era dele, mas não tinha documento. Então foi uma coisa fácil até de resolver. (Sujeito 1, Projeto 1)

A Figura 82 apresenta um mapa multitemporal com do uso da terra nas comunidades Arauaí e Soledade. Ele foi construído com imagens de satélite dos anos de 1985, 2002, 2004, 2005 e 2016. Estes anos foram escolhidos porque a de 1985 é a mais antiga que conseguimos encontrar da localidade. Os anos de 2002, 2004 e 2005 são os anos de implantação dos projetos I, II e III, respectivamente, e a de 2016 é a imagem mais atual disponível no momento.

Para facilitar a interpretação, a Figura 83 (página 241) apresenta as mesmas imagens, mas destacamos a localização dos projetos I, II e III e as comunidades do Ramal do Arauaí e São Vicente.

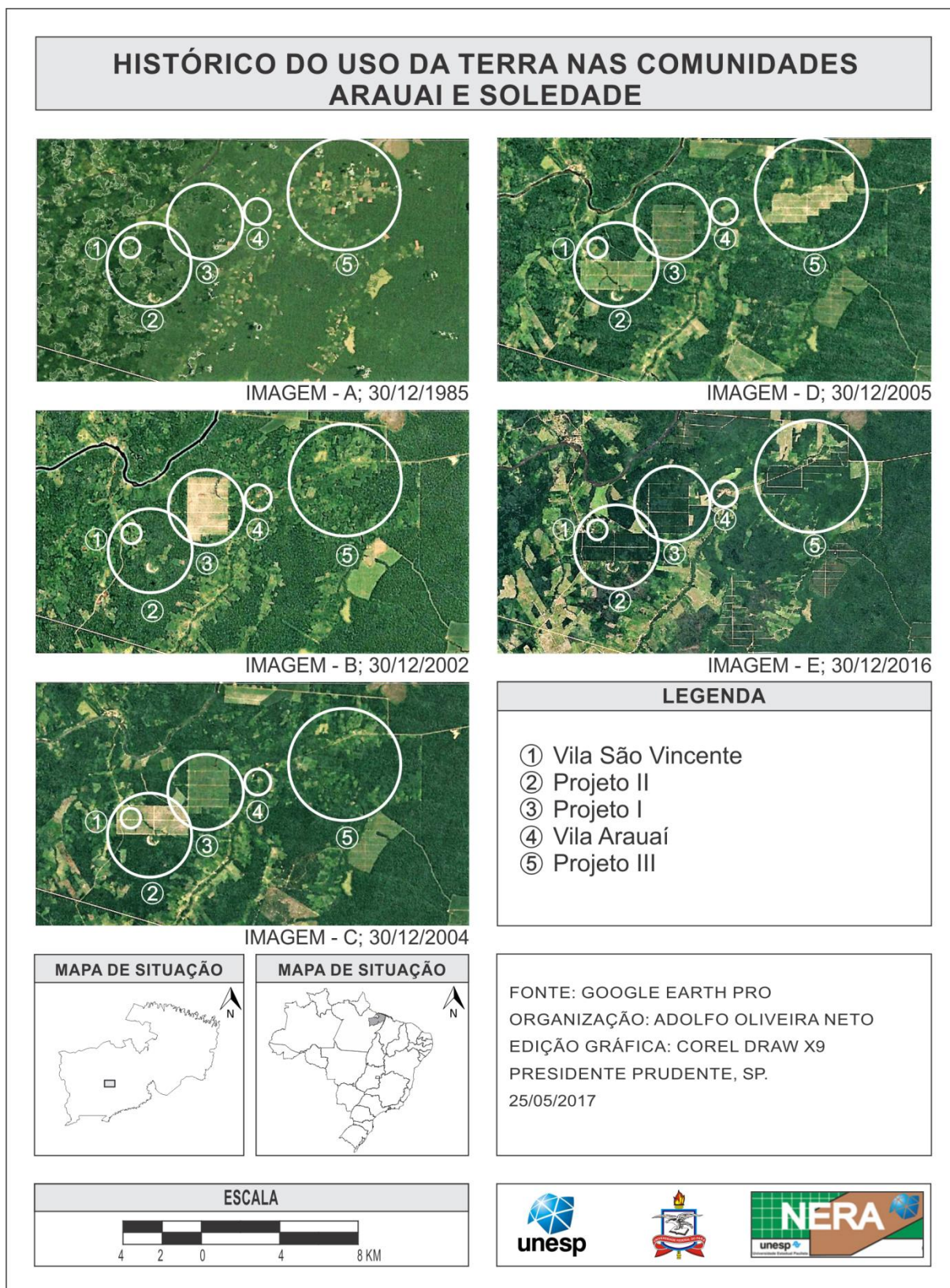
Figura 82: Histórico do uso da terra nas comunidades Arauaí e Soledade.



Fonte: Google Earth Pro.



Figura 83: Histórico do uso da terra nas comunidades Arauaí e Soledade (II).



Fonte: Google Earth Pro.

Nela, há que o processo de ocupação é anterior a 1985, mas ele se intensificou a partir da instalação do projeto I. A “Imagem A” da Figura 82 comprova o relato apresentado pelo Sujeito entrevistado. Nela, há apenas a existência de pequenas roças no Ramal do Arauaí.

As atividades produtivas se caracterizavam pela pluriatividade e pela prevalência de três formas de trabalho: trabalho coletivo, cooperado e familiar. A pluriatividade era caracterizada pela cultura da lavoura branca associada à caça, pesca e extrativismo. Dentro da lavoura branca, a mandioca era a cultura predominante, como em toda região. A ela, associava-se culturas como milho, banana, feijão, arroz e jerimum, entre outras.

Ainda não existia a estrada ligando a comunidade às cidades da região. A única via de transporte que ligava a comunidade às cidades era o igarapé. Para a realização do comércio, existia um sujeito que foi muito característico da Amazônia no período de comércio pelos rios: o Marreteiro. Ele era o grande responsável pela entrada e saída das mercadorias das comunidades camponesas ribeirinhas na Amazônia e, talvez, o principal sujeito que apreendia a renda não capitalizada da terra.

A história das comunidades do Ramal do Arauaí e da Soledade é marcada pelas mesmas dificuldades a que esteve submetido o campesinato em grande parte da Amazônia. Hoje, ela é recontada como forma de demarcar um passado que ficou na memória. Esse passado é lembrado pelo Sujeito 1 (Projeto 3) quando afirma que:

E o marreteiro chegava aqui, na época esse igarapé não era assim, ele era limpo, limpo, limpo... Ai o marreteiro chegava até aqui que ficava cheio. Tu não conseguia quase nem passar com o casco. Eles vinham pegar a produção. Era banana, milho, arroz, farinha, tudo. Tudo era escoado por ai que por aqui a gente não podia nem fazer nada por que não tinha estrada. (Sujeito 1, Projeto 3)

Analisando a “Imagem A” (Figura 82) temos que na comunidade do Ramal do Arauaí e da Soledade não existiam as vilas. Existiam apenas as roças, com algumas casas junto das próprias áreas de produção.

As imagens “B”, “C” e “D” (Figura 82) mostram, respectivamente, a implantação dos projetos I, II e III. Por fim, na imagem “E” há a consolidação da ocupação ao longo do ramal do Arauaí, a construção da estrada que liga as Comunidades à PA – 256 por dentro da fazenda do grupo Agropalma.

Na Figura 83 cabe destacar os Itens 1 e 4 que são a localização das vilas do Ramal do Arauaí e de São Vicente. Nas imagens se percebe o quão forte foi o crescimento populacional nas vilas após a implantação dos projetos.

Também é possível destacar que a maior parte da área ocupada pelos projetos é remanescente de pequenas roças ou de áreas de floresta. Para implementar o cultivo do dendê, a limpeza da área foi feita em associação entre os trabalhadores e a empresa, como destaca o Sujeito 1 (Projeto 1) ao relatar que:

A parte que tinha mais capoeira era o três. O um e o dois tinha mais floresta. O três foi limpado na máquina. A maior parte era capoeira. O um estava na mata, ainda. Nós teve que derrubar. (Sujeito 1, Projeto 1)

A Figura 84 utiliza a mesma metodologia das duas figuras anteriores para construir um histórico do uso da terra na Vila Cairari, que é a principal vila próxima aos projetos I, II e III. As imagens utilizadas são dos anos de 2002, 2008, 2010, 2013 e 2016.

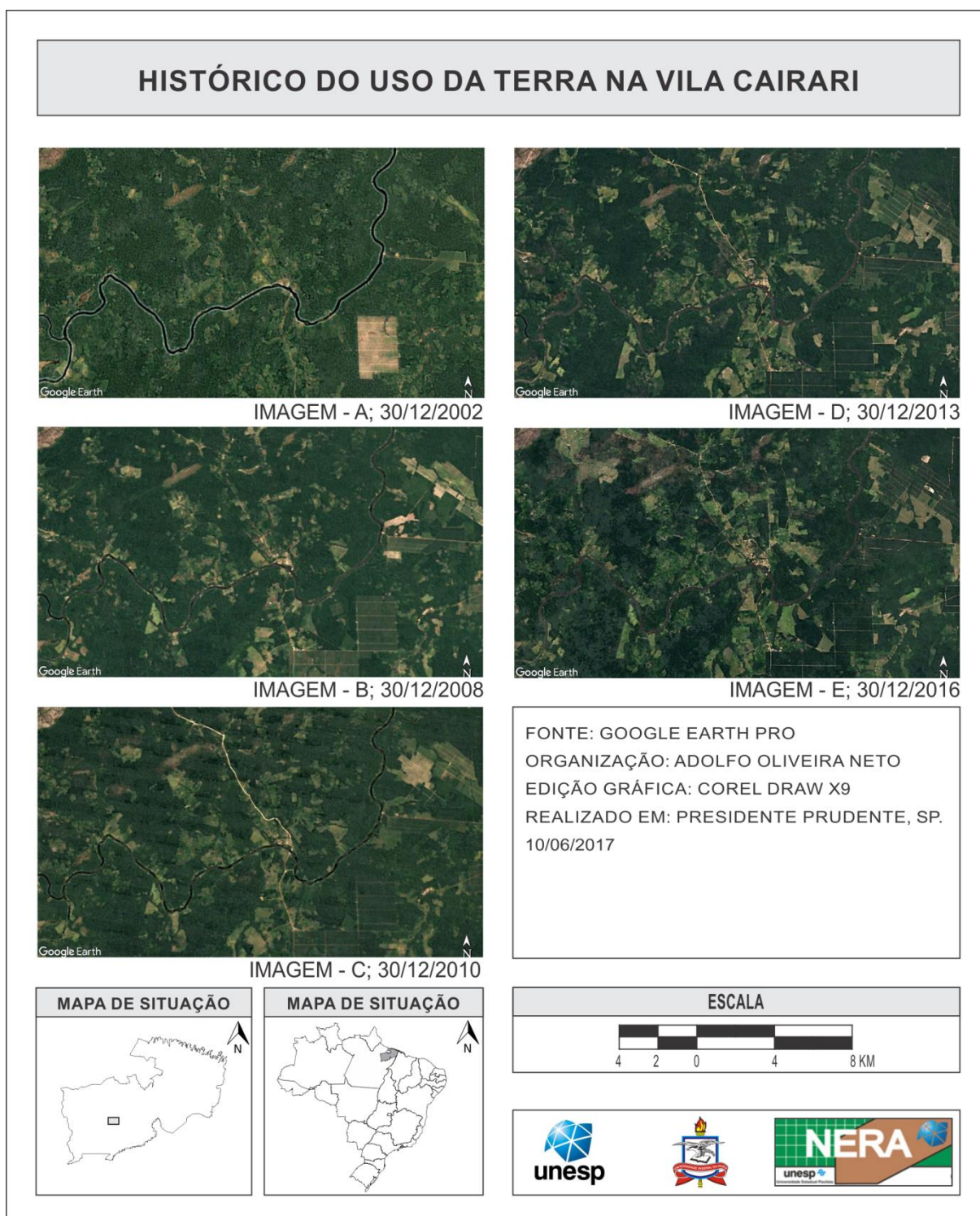
A Figura 85 utiliza a mesma metodologia de representação, as mesmas imagens e a mesma escala da figura anterior. No entanto, destaca a localização da Vila Cairari para facilitar a interpretação.

O crescimento acelerado que atingiu as comunidades do Ramal do Arauaí e da Vila São Vicente também atingiu a Vila Cairari, que cresceu de maneira acelerada na década da nossa pesquisa (2004-2013). Antes da instalação do projeto, a única ligação entre a Vila Cairari e as comunidades do Ramal do Arauaí e São Vicente era o Igarapé. O fluxo de pessoas e mercadorias era baixíssimo e elas funcionavam a partir de suas dinâmicas próprias, cuja única interligação era o tempo da natureza comandando a dinâmica produtiva e o tempo do marreteiro, comandando a dinâmica do comércio.

Segundo um dos sujeitos entrevistados, até a ligação das roças com a vila era difícil. Segundo ele,

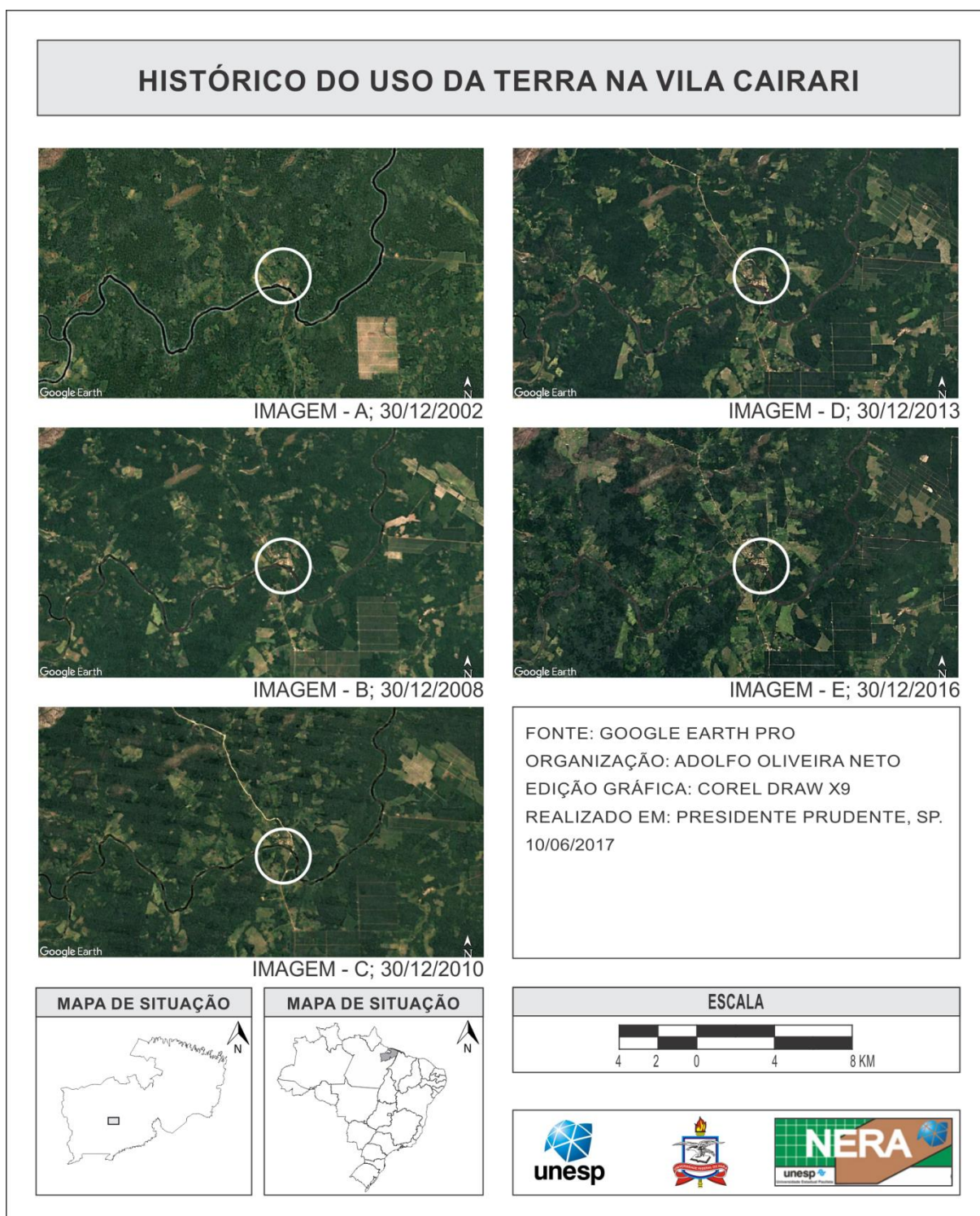
Na época do projeto eu trabalhava aqui na minha terra. Eu tenho uma terra daqui a 08 km. Eu vivia de lavoura. Era arroz, banana, farinha, tudo a gente tinha lá dentro no meu trabalho. Ai eu vivia disso. Passava dificuldade para varar e lá para cá porque é 08 km e naquele tempo faz de conta que dava mais de 20 km. Porque o cara para vim de lá aqui na rua comprar uma coisa e voltar saía de lá as 06h e voltava 01h, 02h da tarde de volta. (Sujeito 2, Projeto 1).

Figura 84: Histórico do uso da terra na vila Cairari.



Fonte: Google Earth Pro.

Figura 85: Histórico do uso da terra na vila Cairari (II).



Fonte: Google Earth Pro.

As duas principais mudanças destacadas pelos entrevistados são o crescimento populacional e a construção de estradas que ligam a vila às rodovias da

região, como destaca outro sujeito entrevistado durante trabalho de campo. Segundo ele,

Do lado do igarapé ninguém morava. Agora você vai lá, ixi... Está cheio de casa. Pra cá para trás de novo, está tudo cheio de casa. Ai a estrada entrou, que era para fazer uma PA, né. Fizeram só o começo, mas não terminaram. Que era para interligar aqui a PA – 150 com a PA – 151. Só vieram, alargaram, ficou um serviço até bom. Só fizeram do lado de lá, mas do lado daqui que a piçarra é mais ruim... Mas melhorou a estrada. No verão roda bem e no inverno vara, né. Mas é mais complicado. (Sujeito 2, Projeto 2)

Na “Imagem C” da Figura 85 temos a estrada e, na composição das cindo imagens, o crescimento acelerado pelo qual passou a vila nos 12 anos registrados. Hoje, ela é o principal destino dos agricultores que participam dos PAF da Agropolma e se tornou um centro de serviços, contanto com um mercado, posto da Polícia Militar, escola, Unidade Básica de Saúde e comércio, entre outros, como exemplificam as figuras

**Figura 86 e Figura 87.**

Figura 86: Posto da Polícia Militar na Vila Cairari.



Fonte: Trabalho de Campo, Fevereiro/2017.  
Crédito: Jean Brito.

Figura 87: Unidade Básica de Saúde na Vila Cairari.



Fonte: Trabalho de Campo, Fevereiro/2017.  
Crédito: Jean Brito.

Em poucos anos, a vila cairari sofreu um crescimento acelerado, com a ampliação do número de residências, infraestruturas, diversificação dos serviços e do comércio. Hoje ela é a principal vila da região e atende não apenas os agricultores que fazem parte do projeto mas, também, trabalhadores assalariados rurais que prestam serviços para o consórcio, para a empresa e comerciantes em geral.

Dos sujeitos entrevistados, todos destacaram que antes do projeto mantinham a prática da pluriatividade e que residiam na região. A maioria migrou nas décadas anteriores de outros municípios próximos para em busca de terra para trabalhar. As atividades desenvolvidas eram as mais diversas mas sempre tendo como base a lavoura branca, caça, pesca, extrativismo e criação de pequenos animais.

As histórias dos sujeitos parecem se complementar, como no caso dos três sujeitos destacados nas falas a seguir.

Sempre trabalhei na agricultura. Na verdade a gente tem projeto e tem roça. Essas verduras tudo são da nossa roça. (Sujeito 1, Projeto 3)

Morava na região. Há 30 anos eu moro na região. Eu vim de São Miguel do Guamá. Sempre trabalhei na agricultura. Antes era farinha, milho, arroz. (Sujeito 2, Projeto 3)

Nós trabalhava na roça. Cultivava o arroz, o milho, a mandioca. E as vezes, quando dava, nós tirava a madeira, né. Quando tinha muita madeira... E nós ia se mantendo. Um pouco da pesca, da caça... Que é o que tinha muito na época, a floresta era muito grande. (Sujeito 1, Projeto 1)

A pluriatividade era uma característica geral do campesinato na região que, sustentando a si e a sua família, via satisfeita as suas necessidades, sem instrumentos técnicos e lógica produtiva destinada à acumulação de capital. A relação com o dinheiro era conflituosa e a monetarização das relações sociais só se dava no estritamente necessário, já que as dificuldades econômicas eram enormes. A maioria dos sujeitos entrevistados relatam como principal dificuldade antes do projeto dificuldades econômicas e o alto nível de autoexploração a que eles estavam submetidos, como no trecho da entrevista transcrita abaixo.

Quando eu trabalhei com lavoura até 60 tarefas eu joguei em baixo para encher de mandioca. Eu jogava era 40, era 30. Não tinha um limite. É porque eu só mexia com lavoura, mano. Ai enchia de milho, enchia de arroz, jerimum, melancia, macaxeira, cana. Chegava em casa e eu pegava era de lata de caldo de cana ai, quando eu tinha. Eu não mexia só com uma coisa, eu mexia com várias coisas lá dentro. Não era só mandioca. Eu plantava mamão. Tudo eu tinha ai. Mas mesmo assim dava para comer aperreado e às vezes não sobrava nada. Olha, só para te dar um exemplo, eu vou te contar uma. Eu queria comprar uma motosserra. E ai, sabe quantos sacos de farinha eu fiz? Eu trabalhei quatro meses porque eu não queria botar muita gente. Eu fiz 260 sacos de farinha. Saco, não é sacola dessas. Ai tirei o da despesa, paguei uns trabalhadores que trabalharam comigo. Sobrou naquele tempo sabe quanto? 25 cruzeiro. Certinho para comprar uma motosserra. Custou 25 cruzeiros naquele tempo. E de lá, como eu te disse, só ganhei o que eu comi, né? Ai comprei a motosserra, eu estava com um alqueire brocado lá, que eu derrubei e botei um cara para cortar comigo lá, que tinha outro motor, né. Ai botei o parceiro para trabalhar comigo lá e quando terminei, bora ver as tuas diárias quanto é. Ele disse: não, bora fazer o seguinte. Eu tenho 5 tarefas ali, nós corta num dia lá. Não gasta um dia com o teu motor (motosserra) e fica por isso. Então umbora pra lá. Quando eu encostei no motor, faltava um tanto como daqui para aquela casa ali e o cara foi cortar um matá-matá grande e eu fui e cortei um acapuzeiro lá e parei o motor, vareei num ramal que



tinha ei eu olhei para ele lá e o que abaixei o motor aqui, eu andei um pouco. Ai nisso que eu deixei o acapu cortado eu fui encostei o motor no pau. E nisso que eu to com a cabeça baixa aqui, o vento trouxe não sei o que pra lá e eu não vi. Rapaz, passou aqui. Bateu na aba do chapéu, e deu no motor que me arrancou da mão, quebrou o motor que ainda cortou a minha mão e sobrou só o bagaço do motor. Puro azar, perdi o motor novinho. (Sujeito 2, Projeto 1)

No território camponês não temos a especialização produtiva, pois ele é reflexo da vida e do conjunto de relação que a classe estabelece, em sua totalidade, dando-se em processo com os demais sujeitos. Justamente porque o território camponês não tem como única finalidade a geração do lucro, a economia camponesa possui características diferentes da economia do agronegócio.

Uma visão importante da questão é apresentada por Vergés (2011). Para o autor:

Vista em seu conjunto, a economia camponesa vende produtos, mas para garantir a sua reprodução sente-se obrigada também a vender o excedente da força de trabalho que não pode absorver. Em todos esses intercâmbios, o campesinato se vê submetido a uma transferência de valor. Ao englobar a venda de mão de obra dentro dos intercâmbios assimétricos praticados pelo camponês, torna-se evidente que não apenas a produção mercantil camponesa transfere seu excedente, mas também que uma importância igual à mais-valia contida na produção para o autoconsumo aparece no ciclo do capital quando este se incorpora a força de trabalho parcialmente autossustentável. (VERGÉS, 2011, p. 09),

Sobre esta questão, devemos ainda considerar três elementos. O primeiro, é a diferença entre a produção simples de mercadoria e a produção mercantil capitalista. O primeiro tem grande presença nos territórios camponeses enquanto que o segundo é, geralmente, a marca principal dos territórios do agronegócio.

O segundo, é a diferença entre a renda da terra e a renda capitalizada da terra. Quando avaliamos o campesinato, a renda da terra é sempre o elemento principal. A renda capitalizada, que pelo incremento de técnica e capital amplia exponencialmente a renda da terra, não está acessível ao campesinato principalmente pela dificuldade de acesso à assistência técnica, insumo e maquinário agrícola, além da diferença na lógica da produção.

Nas mercadorias produzidas sob a égide capitalista, os preços pagos consideram o custo mais o lucro médio, o que não ocorre nas mercadorias camponesas que, em geral, tem como componente do valor apenas o primeiro

elemento. No processo de circulação das mercadorias produzidas pelo campesinato, quando esta circulação e consumo passam a ser monopolizados pela lógica capitalista, há uma transferência de valor do camponês para o capitalista, o que implica no processo de exploração que só pode ser entendido no seu conjunto.

O terceiro elemento é que o processo de exploração do campesinato só pode ser entendido no complexo processo em que ele está envolvido. Para o autor, “o processo camponês de produção, em um sentido imediato, não contém em seu interior a chave da exploração do trabalho camponês. Esta somente pode ser descoberta quando a produção camponesa é localizada no contexto da reprodução social do capital” (VERGÉS, 2011, p. 13).

Como evidência empírica do processo de autoexploração a que estava submetido o campesinato na região, as entrevistas evidenciam a enorme assimetria entre os preços da farinha de mandioca (principal produto produzido na região à época) e dos produtos que os camponeses adquiriam do marreteiro, como o destacado no trecho abaixo.

Rapaz, naquele tempo eu acho que um saco de farinha deveria ser uns 5 cruzeiro, 3 cruzeiro por ai assim. Era mixaria. Só para tu ver, na época da farinha, tinha uma época que a gente vendia 60 kg de farinha para comprar 1 kg de charque. Pra tu ver. É só um exemplo, para ver como ela era caro, né? (risos). Não tem bem lembrado mas era uma coisa assim. (Sujeito 2, Projeto 1)

Diante deste quadro, o projeto de integração subordinada do campesinato à Agropalma avançou entre os representantes do poder público e os agricultores tendo como o principal justificativa a necessidade de elevar a renda dos agricultores. Este foi o centro do discurso da empresa e, como conseguinte, a principal expectativa criada com o projeto, como aparece no trecho a seguir .

Nós tinha um boi, um búfalo. O boi que tinha aqui já tava já... Ai podia dizer que era um capitalista já, na época. (...) Ai o representante da empresa falou: olha, quem não tem condição... Presta atenção, mais dia vocês vão jogar fora a bicicleta. Aqui vai ser formado uma vila. E olha, primeiramente, a primeira coisa que vocês vão logo querer comprar vai ser logo moto. Eu olhei assim, cara isso não acontece... É, eu falava mesmo, eu ficava pensando, nós vai comprar uma moto... Mas como isso vai acontecer, meu Deus. Ai o pessoal do um (Projeto 01) começava a comprar. É bicicleta para ir para o trabalho, para um lado e para o outro... Ai eu fiquei também, fui, comprei uma bicicleta também...

Ai comprei essa bicicleta ei já ia na garupa com ele. (Sujeito 1, Projeto 3).

A Figura 88, no entanto, marca como a história se conduziria. Nela estão presentes os três elementos mais significativos da mudança que a comunidade passou. No centro da foto, o elemento central que possibilitou esta reestruturação, que são os Cachos de Fruto Frescos que foram colhidos no Programa de Agricultura Familiar da Agropalma e que estão aguardando transporte para serem processados da CRAI.

A direita a moto, que é um dos principais elementos que representa o crescimento da renda dos agricultores e que, ao contrário da desconfiança inicial relatada pelo sujeito na entrevista acima, se tornou um elemento comum na comunidade. A elevação da renda pode ser identificada pelo aumento do poder de consumo, que é canalizada para bens não duráveis (principalmente motos), vestuário e a construção de habitações em alvenaria.

Na esquerda, a nova escola que, diferente da que foi inaugurada de maneira improvisada pelo presidente Lula em 26/04/2005, continua ignorando o debate da educação do campo e funcionando com professores vindos da cidade, o que é simbólico para demarcar a dificuldade que a comunidade tem em desenvolver um projeto territorial baseado na reprodução do campesinato.

A relação que a escola estabelece com a comunidade é, em muitos momentos, de estranhamento. Um dos elementos que demarca isso é que a escola não possui merenda escolar com base na produção local e, tampouco, adquire os alimentos dos produtores locais. O cardápio não é regionalizado e possui como uma das tímidas experiências que tentam vincular ela com o campo a construção de uma horta escolar. Os professores não possuem formação em educação do campo e a gestão democrática não se efetivou.

No entanto, estes elementos não são questionados pelos sujeitos, já que a própria comunidade não tem no horizonte a luta organizada contra o modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio, fazendo com que debates importantes como o da agroecologia, soberania alimentar, educação do campo e autonomia territorial não estejam presente na agenda da comunidade.

Figura 88: Escola, transporte de CFF do PAF e a Moto: indicadores de uma "nova realidade".



Fonte: Trabalho de campo. Fevereiro/2017.  
Crédito: Jean Brito.

A característica comum destas comunidades antes do projeto era a possibilidade da vida na falta quase absoluta de recursos financeiros. Muitas das necessidades dos sujeitos não eram monetarizadas, como a troca de trabalho, o lazer e parte da alimentação. No entanto, eles também não conseguiam acessar às mercadorias e serviços monetarizados que eram fundamentais para o desenvolvimento da sua vida.

O principal elemento usado para o convencimento dos agricultores foi a própria situação de pobreza em que eles estavam submetidos que, apesar de ser estruturada de maneira sistêmica, na região se mantinha como quase endêmica.

Em contrapartida, a principal dúvida dos produtores não era sobre a possibilidade ou não de melhorar economicamente, porque nisso eles nem acreditavam, como destacou a entrevista anterior. A principal dúvida era se eles conseguiriam, ou não, dar conta do trabalho com o dendê, principalmente aquelas famílias com pouca mão de obra disponível.

A pobreza, associada à fragilidade da organização política e de um projeto territorial referenciado na autonomia do território camponês, criaram um espaço propício para o avanço das ideias defendidas pela empresa. Um dos indicadores é que as próprias associações que hoje representam os agricultores foram criadas para o projeto, com baixíssimo nível de organização e organicidade, como destaca a entrevista abaixo.

A associação nasceu para o projeto. Não existia. Ela nasceu para fazer o projeto e até hoje a gente está sustentando. Olha hoje já é mais difícil um pouco conduzir o cara para a reunião, porque assim, hoje, quase todo mundo tá melhor, já ganhou o seu dinheirinho aí o cara já fica meio... Não é como no início que o cara está naquela ansiedade, mas ainda consegue... Agente não faz reunião assim, continuo. (Sujeito 1, Projeto 1)

A entidade organizativa dos agricultores é uma representação do modelo de gestão da empresa, onde os princípios e a matriz de pensamento são reproduzidas. A principal finalidade da associação é garantir que os agricultores consigam atender ao definido pelos *stakeholders*, seja no padrão técnico, tecnológico, ambiental ou social. A definição política das formas de produzir e de comercializar escapa a lógica dos sujeitos e, para completar, a sua estrutura organizativa que poderia representar

uma forma de resistência e garantir a autonomia de pensamento e, conseqüentemente, uma autonomia na produção, tem a sua função reduzida a uma corrente de reprodução do comando do sujeito hegemônico.

Atualmente, duas associações são responsáveis pelo o título coletivo da terra onde o projeto foi desenvolvido e que, por isso, são as responsáveis pela organização política e econômica dos assentamentos. Uma é a Associação de Desenvolvimento Comunitário Ramal do Arauaí, que fica localizada na comunidade do Ramal do Arauaí e é apresentada na Figura 89. Esta associação é responsável pelos agricultores que participam dos projetos I e III.

Figura 89: Associação do Desenvolvimento Comunitário do Ramal do Arauaí, Escola e transporte de CFF do PAF.



Fonte: Trabalho de Campo. Fevereiro/2017.  
Crédito: Jean Brito.

A outra associação é a Associação de Desenvolvimento Comunitário da Soledade, localizada vila São Vicente, que é responsável pelos agricultores do Projeto II. A falta de uma organização política prévia que pudesse envolver os sujeitos em torno da defesa de um projeto político e territorial baseado na reprodução do campesinato limitou, inclusive, o horizonte de discussão em que os sujeitos se inseriram, além da própria percepção do que seja a questão agrária, os conflitos e a realidade contraditória em que eles estão inseridos.

Este horizonte restrito fez com que os sujeitos não conseguissem perceber a importância histórica e as outras políticas públicas que poderiam acessar como beneficiários da reforma agrária. No trecho abaixo, por exemplo, o único elemento que o sujeito percebe como favorável por participar de projeto é o crédito subsidiado, mostrando o limite histórico, real e concreto da percepção da questão agrária.

É porque na agricultura familiar... Teve toda a ajuda para a agricultura familiar que nós pegamos. A Agropalma subsidiou para brocar, que era mata, tinha a maior parte de mata e capoeira. Derruba, empilhamento para meter as plantas e as plantas, porque agora, só as plantas, eu não sei se está de R\$ 7,00 a R\$ 10,00 uma planta. Ai você plantar 1480, 1500 plantas a R\$ 10,00 da R\$ 15.000,00. Ai tudo isso, se eu for pagar, vai só aumentando. Eu falei lá que o pessoal da Petrobras já plantaram, mas tudo nesse sistema. Tudo vai ser pago. Nem empilharam com máquina, mas o financiamento deles foi muito alto, 80 e poucos mil. O nosso foi 22 mil. Mas foi isso, porque o financiamento do banco foi só para custear o rebaixo e essas coisas, e o adubo. Três anos de adubo. Ai, de lá, a Agropalma passa a financiar. Vender o adubo para nós. Ela compra e passa para a gente. Toda a produção da gente fica 20% lá na empresa para pagar o adubo. Lá eles cobram até cobrir o débito. Cobriu o débito, eles param de cobrar. Vão cobrar só no outro ano. Ai é assim. Mas se for particular, me parece que fica, quando está devendo o financiamento de adubo, porque você fica três anos sem produzir, ai quando começa a pagar a dívida está alta. Está mais que o financiamento do banco. Ai tem que ficar 50% lá na empresa. Da produção que vai, 50% fica para pagar. Só que ela financia tudo, né. A Agropalma. (Sujeito 2, Projeto 2)

O déficit de organização política era tão evidente que, no processo de debate para a implantação do projeto, não havia entidade representativa dos trabalhadores que pudesse exercer o papel de defensora dos interesses dos camponeses frente aos interesses do poder público e da empresa. O convite para participar do projeto era feito por representantes da empresa diretamente aos agricultores que moravam na região. Isto aparece quando os sujeitos relatam que:

Ele foi implantado em 2002, mas começamos a nos organizar em 2000. Para iniciar o projeto houve o interesse da parte do prefeito da época, prefeito, Governo do Estado, empresa e tal... Eu lembro do dia da primeira reunião. Do secretário de agricultura... Nos chamaram e nos colocaram a proposta. Que seria um negocio bom. De agricultura familiar, da Agropalma e tal... No momento muitas pessoas ficaram de pé atrás porque a gente não conhecia. Era acostumado a trabalhar aqui na roça... Uma parte também no extrativismo, madeira... No início foi difícil completar 50 famílias

porque o povo não acreditava. Não conhecia, na verdade. Ai foram acreditando, graças a Deus, até que liberaram o projeto. (Sujeito 1, Projeto 1)

Quando chegou esta coisa do dendê, chegou em 2001. Ai foram em casa mais de 10 vezes atrás de mim. Eu morava lá na boca do igarapé Arauaí. Bora fazer, bora fazer o projeto dendê.

Eu: - ai não, eu não quero.

- Mas porque tu não quer? Diz que é bom, não sei o que... Vem pra melhorar.

- Eu não quero porque não dou conta do dendê. Vamos que eu pegue o dendê e não de conta...

Foram, foram, foram e desistiram de mim. Quando saiu o projeto dois, ali no São Vicente, eles foram atrás de mim de novo, pra mim fazer. Sempre me coisando. Me perturbando pra fazer. Mas o pessoal tá me perturbando pra fazer, eu não quero. Eu estou bem na minha roça... Nesta época eu criava muito porco. Eu sempre criei negócio de criação... Galinha, essas coisas. Eu sempre gostei de criar. Em 2005 pinta este negócio do três. Eu vim aqui na comunidade e encontrei um colega meu da empresa. Disse, bora. Tu não fez o projeto, mas agora tu vai fazer o projeto três. É o último projeto que a gente vai fazer aqui na região, é o três. E tá sobrando projeto, não tem pessoas pra fazer, tá sobrando. Nós já fizemos tudinho o projeto e tá faltando. (Sujeito 1, Projeto 3)

Aconteceu também de algumas famílias abandonarem o projeto durante o processo de instalação. Como a titulação da área aconteceu em nome da associação, ela ficou responsável por repassar a área para outras famílias trabalharem no projeto do dendê, mediante assunção da dívida existente no banco e do compromisso de trabalhar de acordo com as normas definidas pela empresa. Este processo é explicado por Nahum; Santos (2015b, p. 1126) quando, discutindo os termos do contrato feito entre a empresa, a associação e os agricultores, esclarecem que:

No Art. 2º diz que “a área de terras previstas no Art. 1º não poderá ser objeto de qualquer operação que importe na sua transferência a terceiros, sob qualquer hipótese”, portanto a área foi doada à Associação, sendo que cada lote seria “arrendado” as famílias participantes do projeto para utilizarem 10 hectares com dendê. Sendo que, caso alguma família abandonasse ou não tratasse o lote corretamente de acordo com as recomendações agronômicas do profissional responsável pela área, o mesmo poderá ser repassado para outra família que tenha interesse em assumir a atividade e o financiamento bancário, fato que ocorreu com apenas 6% (seis por cento) dos lotes durante os 8 (oito) anos de existência do projeto I” (NAHUM; SANTOS, 2015b, p. 1126).



Na região não é difícil encontrar exemplos de trabalhadores que abandonaram o projeto e, por conseguinte, trabalhadores que chegaram após a instalação para ocupar vagas ociosas. Um dos trabalhadores entrevistados relata esta situação. Ele chegou após o início do projeto. Segundo ele:

Eu to desde 2009 para cá. Porque algumas pessoas não conheciam e desistiram. Ai deu oportunidade para gente. Hoje ninguém desiste. Hoje não. Quem desistiu se arrependeu. (Sujeito 2, Projeto 3)

O período onde mais trabalhadores abandonaram o projeto foi o de instalação, devido, principalmente, a grande quantidade de trabalho para a realização dos tratos culturais na fase inicial e pela dificuldade de manter a subsistência apenas com os recursos que eles recebiam do banco como parte do financiamento.

Mais recentemente, houve um caso de trabalhador que optou por deixar o projeto por achar que não compensava mais permanecer, pois a certificação RSPO passou a exigir que toda a mão de obra fosse regularizada, como garantia de boas práticas e valorização do trabalho. Como alternativa, foi criado um consócio de trabalhadores que atende a área do projeto, a partir da demanda dos assentados. No entanto, a contratação do consócio é mais cara que as antigas formas de trabalho precarizados que eles utilizavam.

No período de instalação do projeto, todos os entrevistados ressaltaram como a maior dificuldade o grande esforço físico para fazer a limpeza da área, o plantio, os tratos culturais e a remoção das culturas daninhas. Mesmo a cultura do dendê sendo uma cultura de alta precisão, cujo planejamento da espécie, espaçamento e tratos culturais é feito milimetricamente em computadores para depois tocar o chão, os trabalhos eram feitos de forma basicamente manual, por não possuírem máquinas, utilizando as da empresa para trabalhos que realmente não poderiam ser feitos manualmente. Essa realidade aparece quando os sujeitos relatam que:

De jeito nenhum (se arrepende do projeto). Não tem por que. Apesar da luta que nós entramos. A luta foi muito grande nos primeiros anos porque nós não conhecia a cultura e mudar assim, né? Da forma que nós trabalhava e mudar não é fácil. E trabalhamos muito, muito mesmo lá... Mas hoje nós tem a recompensa. (Sujeito 1, Projeto 1)

No início foi apertado. Eu deixei o pessoal aqui e morei lá. Preparei uma casinha e morei quatro anos lá. Atrás do lote tem um igarapé e lá eu preparei uma casinha de 6x6 tudo no jeito mesmo. Lá eu levei 4 anos. (...) Muito pesado mesmo (no início). Quando o pessoal veio comigo eu já estava quase no meio dos dez hectares, capinando de enxada. A minha tentação era capinar de enxada. Ai o fiscal foram lá e não, pode só avançar para ai. Ai eu falei não pode prestar pra ai porque pra cá eu já fiz, né? (Sujeito 1, Projeto 2)

As entrevistas exolicitam que, mesmo com toda a dificuldade, fica evidente que a opção deles é pela subordinação. As dificuldades iniciais, o trabalho cansativo, a falta de autonomia e a necessidade de ter que cumprir com todas as normas da empresa, na visão deles, são menores do que os benefícios que eles tem com a renda alcançada.

A área do projeto é destinada prioritariamente para a produção, não possuindo espaço destinado para casas ou qualquer outra infraestrutura deste tipo no dendezal. Quando isso acontece, é por baixo do cultivo ou em áreas que não possuem pés de dende, como sobre as APP.

A plantação de dendê é contígua, não existindo cerca separando os lotes. Também não é permitido a criação de grandes animais ou cultivo de qualquer outra espécie exógena ao dendê. O traçado das linhas e o espaçamento é definido anteriormente pela empresa e a única marcação física que permite saber onde começa e onde termina um lote são as placas colocadas na diviza, como mostra a Figura 90.

No início, o esforço físico necessário para a implementação do projeto colocava uma dificuldade a mais para as famílias que dispunham de pouca força de trabalho adulta e masculina, sendo uma das principais preocupação dos agricultores, como é destacado nos dois relatos a seguir :

Teve dois mais maior que hoje dá graça para nós, né. Teve dois que falaram: quer morrer, então fique para ai. E colocaram a barraca na costa e se mandaram. Hoje eles se lembram. Nos primeiros quatro anos um homem tem que ser homem mesmo. (Sujeito 1, Projeto 2)

Eu fiquei pensando, nós vai pegar e como vai fazer para roçar, para plantar... E nós não temos um filho homem. É só mulher. Ai pensando, só ele e eu porque as crianças estão pequenas ainda... Ai pegamos. Ai, caramba. Fomos saber o que era bom pra tosse. Olha, já chorei dentro deste projeto. (Sujeito 1, Projeto 3)

Figura 90: Identificador da área dos lotes no PAF.



Fonte: Trabalho de campo. Fevereiro/2017.  
Crédito: Jean Brito.

Desde o início do plantio até o início da produção, cada produtor recebia a quantia de R\$ 750,00 a cada dois meses. Este recurso era oriundo do financiamento bancário que a família assumia com a finalidade de manter a subsistência até que o lote entrasse no período produtivo. Para as condições de vida destacadas pelos sujeitos antes da instalação do projeto, o valor poderia ser suficiente. No entanto, muitos agricultores relatam que com a instalação do projeto se tem um novo tipo de consumo produtivo na região e a monetarização das relações.

Mesmo esta renda sendo maior do que eles estavam habituados, os agricultores começaram a passar dificuldades porque muitos haviam abandonado a roça que provinha parte dos alimentos, além de terem que pagar mão de obra para auxiliar no trato do lote do dendê.

Esta equação tornou-se negativa para os trabalhadores que, para não abandonarem o projeto do dendê, retornaram para as atividades que desenvolviam antes como forma de garantir a sua subsistência e ter uma excedente mínimo para auxiliar na manutenção do lote. Dois exemplos disto estão presentes nos relatos abaixo:

la completar um ano e nós sofrendo lá. Nós roçando lá, quando terminava o projeto daqui do outro lado tava quase cobrindo as plantas. Meu Jesus... Tá bom, fomos, fomos, fomos e podia colocar quem quisessem lá. E nós recebia R\$ 750,00 em dois em dois meses. E nós pagava trabalhador... E eu tinha roça lá pra baixo. E quando colocava o trabalhador eu ia lá pra baixo torrar farinha porque aquele dinheiro não dava para nós. E era de dois em dois meses... Não dava. Ai nós tinha que tirar para colocar ai. Quando já foi com três anos os cachos já começou a sair de cabeça de macaco. Ai terminou o pagamento... (Sujeito 1, Projeto 3)

É, mas nos tinha a pimenta que supriu. Muita gente lá perdeu lote. Eu cansei de sair de lá e ir para Cametá. Vendia pimenta e tinha até um vizinho que falava: rapaz, não sei como esse homem ai... Eu chegava lá por um rio e já voltava no outro. (Sujeito 1, Projeto 2)

Na quela etapa, a manutenção da lavvoura e a pluriatividade, de maneira geral, era por necessidade de se ter uma fonte de renda complementar, além da necessidade de reprodução do modo de vida camponês. Em outros momentos, ela aparece como realização social, em busca de reproduzir seu modo de vida e não pelo carater propriamente econômico da ação, como é destacado no trecho abaixo:

Olha, dentro do projeto meu fez tipo uma roça. Eles queimaram... Ficou aquele negócio bonito, né. E eu soltei-lhe maniva beirando o empilhamento, eu plantei-lhe milho, melancia, muita verdura, queria que tu visse. Couve, pepino, quiabo, mas rapaz... Plantei feijão, fiz tipo uma roça lá dentro. Abóbora... Pimenta dessas queimosa, de cheiro, o pessoal da empresa vinham tudo. (Sujeito 1, Projeto 3)

Superada a fase inicial que exigiu bastante fisicamente dos trabalhadores, hoje quase não se encontra produtores na região que estejam dispostos a abandonar o projeto. As poucas pessoas que ainda pensam em abandonar levam em conta, principalmente, a relação entre custo de produção do dendê x renda auferida. Depois da exigência de regularização de todas as relações de trabalho dentro do assentamento, os que não possuem mão de obra familiar suficiente para realizar as atividades no lote ou os que possuem outras atividades econômicas optaram por sair do projeto, pois a renda obtida no dendê não era suficiente para pagar o empréstimo bancário, a dívida com a empresa e os trabalhadores do consórcio.

Um dos exemplos está descrito no trecho da entrevista abaixo :

Olha, hoje é mais difícil (alguém desistir). Ainda existe, mas é mais difícil. Aqui mesmo, no ano passado, teve um vizinho meu que desistiu do lote dele. É o (...). É porque, é assim... A empresa, a Agropalma, ela colocou a proposta de certificar o projeto de agricultura familiar que, na verdade, é agregado da empresa. Então essa questão de certificar o projeto, a mão de obra informal que nós usava lá, pagando uma diária, teve que legalizar, então, com isso, nós sofremos o impacto. Tivemos que criar o consórcio, assinando a carteira... E teve pessoas que não aceitou. Inclusive ele foi uma pessoa que não aceitou. Então ele disse que ia se desfazer do projeto porque não dava para ele dessa forma. E uma parte das famílias trabalha a própria família e os que não têm mão de obra suficiente então paga, só que agora é mão de obra legalizada, com carteira assinada. Então isso foi um impacto que deu no projeto e eu também não acho razão de o cara deixar o projeto. E eu não sei se hoje o (...) já se arrependeu ou não, mas sei que eu não faria. Não faria, não faço e não aconselho ninguém a fazer um negócio desse. Mas cada um tem o direito de escolha, né. Então assim, hoje não se ver mais quase alguém falar em questão de gente que quer desistir. No início não, tinha mais pessoas. (Sujeito 1, Projeto 1)

Em alguns casos, mesmo a família não trabalhando no lote e o trabalho sendo todo realizado pelo consórcio, o lote dá lucro. Em outros casos, não. A diferença se dá porque a produtividade é diferente nos três projetos em virtude das espécies plantadas e do tamanho da área. Se o lote tem um, ou mais, variedades diferente de planta. Isto porque, a empresa vem desenvolvendo variedades genéticas que melhor se adaptam as características da região e que conseguem manter a produtividade o ano inteiro. Os lotes localizados no projeto II, por exemplo, sofrem com a queda expressiva da produção na entressafra.

Por outro lado, o tamanho do lote varia porque quando o dendê é planejado, se esquadreja a área e planeja a distribuição das plantas no computador. Quando elas são plantadas, deve ser respeitada as áreas de proteção permanente e os córregos dos igarapés. Os lotes que são entrecortados por igarapés acabam ficando com uma quantidade menos de plantas do que o planejado como lote padrão.

Mas, um dos elementos fundamentais no trecho destacado acima é perceber que a margem de opção dentro do projeto é muito estreita e, em alguns casos, chega a ser nula. Ou o camponês está de acordo com as regras definidas em parceria entre o poder público, a empresa e os stakeholders, ou então ele está fora do projeto.

A opção não é seguir ou não as regras. É aceita-las e participar do jogo ou então renunciar a sua condição de assentado e permitir a inclusão de outra pessoa no lugar. Neste caso, evidencia-se o extremo da subordinação à que o campesinato

está submetido e o nível de territorialização da empresa no território camponês, em parceria com o Estado.

Atualmente, muitos agricultores também mantem roça em outros locais. Nestas roças eles geralmente cultivam os produtos que eram comuns antes da chegada do dendê e geralmente tem um caráter de lazer e complemento da alimentação, não sendo caracterizadas por áreas plantadas que demandem muito trabalho e nem possuem um trato cultural tão exigente. Sobre a manutenção da roça hoje, os entrevistados afirmam que:

A área que eu planto (roça) são 10 tarefas. Nós tem maniva, que é para fazer farinha, macaxeira... Temos milho e arroz que a gente plantou. (Sujeito 1, Projeto 3)

Tem roça, açaí, cupuaçu. Nós fez 06 tarefas só que descuidei e não queimei. Chegou muito cedo a chuva para nós aqui. (Sujeito 2, Projeto 3)

Aqui eu tenho um plantiozinho de açaí, de pimenta... Mas é pequeno. Não é, assim, um lote de terra completo. Mas eu tenho meu sitio aqui com banana, mamão... (Sujeito 1, Projeto 1)

Alguns agricultores ainda mantem a roça ou tem pretensão de retornar com fins comerciais, sobretudo devido o uso de novas máquinas agrícolas e a melhoria da infraestrutura da comunidade, que permite acesso mais fácil às cidades da região. A finalidade principal não é a econômica mesmo que, eventualmente, se comercialize seus produtos.

A roça é parte de recuperação da sociabilidade e de recomposição da sua relação com a terra, a partir dos traços definidos na história social e na memória dos sujeitos, sendo assim uma estratégia de recriação do campesinato, meso que isso se de como forma de resistência cotidiana, e não como enfrentamento conflituoso. Esta resistência, contraditoriamente, se dá paralelamente a reafirmação da subordinação, que é baseada na defesa do dendê como a principal atividade econômica, como relatam os sujeitos nos trechos abaixo:

A roça é bom também porque eu não vou menosprezar o amor velho pelo novo... (roça x dendê). Hoje o pacote de 30 kg aqui (de farinha) é R\$ 100,00. Na época não. Naquela época era, nem lembro, uns R\$ 20,00. (Sujeito 2, Projeto 3)

Até o vizinho aqui, que é produtor do um (projeto 01) ele levou para Abaetetuba 10 pacotes (de farinha de 30 kg para vender). Facilitou mais. Tem um tratorzinho que ele comprou. Os meninos estão até beneficiando ali a mandioca para fazer farinha. Esse ano mesmo eles plantaram muita coisa. Muito arroz, milho. Os produtores mesmo. Porque depois de um período fica mais fácil. Tu vai (no projeto) só colher. Antes não, tinha que tá lá. Agente chama de rebaixar, né. Era manual mesmo. Hoje não, melhorou, tem trator, roçadeira. Não tinha como a pessoa plantar. Hoje não. É o costume mesmo, né. Nos primeiros anos não dava. Hoje dá. Tem muito trator, roçadeira. O governo financia. O banco financia ai ficou mais fácil. O pessoal compraram roçadeira, varado, a lâmina... (Sujeito 2, Projeto 3)

Além dos tratores, veículos e maquinas, um dos elementos mais destacados pelas sujeitos é que, na atual fase, o dendezeiro precisa de poucos cuidados, sobrando um tempo considerável que eles podem dedicar a outras culturas, como é destacado nos trechos abaixo:

Por que assim, mesmo o agricultor que tem o projeto de dendê e ele têm a sua areazinha para trabalhar. Hoje o agricultor tem tempo para trabalhar, tranquilamente, sem dificuldade nenhum. Porque o trabalho agora não é constante lá. Então da para mexer com a sua roça lá. (Sujeito 1, Projeto 1)

Você vai lá, limpou tudo e só vai lá para cortar e carrear, né (na entressafra do projeto 2). Ou seja, de um mês, você vai lá e empata quatro dias só. Nem empata quatro dias. Ai o resto a gente pode fazer outra coisa. Não prende 100% lá. A vantagem é essa, não prende 100% lá. Até na safra ele não prende. Se você tem a família que já ajude você vai, você corta e se cortar tudo só em um dia, no outro dia é carrear e é só esses dois dias. É só com 10 ou 15 dias que você vai lá tirar de novo. A vantagem é que ninguém meche. Você pode ir lá tirar, deixar no chão. Carrear, deixar na rua lá que ninguém rouba. A pessoa tem é raiva porque a pesar de tudo ainda tem espinho... (Sujeito 2, Projeto 2)

O trabalho diminui porque são poucas as atividades que os agricultores desenvolvem no lote. Duas vezes no ano é feita a adubação e, uma vez, o controle de pragas. Durante o ano inteiro nos projetos I e III é feito o corte e coleta e no projeto II, apenas no período da safra. A atividade mais trabalhosa desenvolvida pelos agricultores era a limpeza do lote, contendo o mato e plantas invazoras para não disputar luz, água e nutrientes com o dendê. Na fase atual, como o dendezal sombreia o solo, a quantidade de espécies que precisam ser controladas é muito pequena. Nesse controle e na polda, toda matéria orgânica recolhida é colocado

entre as fileiras de dendê para ajudar na fertilização do solo, como apresenta a Figura 91.

Figura 91: Manejo e adubação no PAF.



Fonte: Trabalho de campo. Fevereiro/2017.  
Crédito: Jean Brito.

No entanto, uma parcela dos agricultores optou por vender as terras da roça e dedicar seu tempo apenas para o dendê ou, em outros casos, simplesmente abandonam a antiga produção, como é o caso do sujeito destacado abaixo que possuía cultivo de pimenta-do-reino e que não vem realizando os tratamentos adequados para a cultura.

Ainda tem um resto lá, mas a gente está parando com a pimenta porque a gente se achou melhor foi com o dendê. E hoje tem muito pouco. Acho que não dá nem 2.000 pés. Antes nós tínhamos quase 5.000. (...) Pra nós é dendê. A gente está tentando segurar o lá da colônia porque é da gente e tava plantado, né? (Sujeito 1, Projeto 2)

O grande esforço físico necessário para a implementação do projeto no início e, hoje, a manutenção de outros cultivos apenas como elemento complementar explicam a diminuição do cultivo de mandioca e da produção de farinha pelos agricultores que estão no PAF da Agropalma. Os relatos dos sujeitos, neste sentido, complementam a análise presente no capítulo anterior, indicando que



nos municípios em que a dendeucultura se instalou com mais força, ela avançou sobre a produção da mandioca. Não necessariamente pela monopolização da terra, embora isso também aconteça, mas, sobretudo, pela monopolização da força de trabalho que, na fase inicial, passa ser praticamente exclusiva ao cultivo do dendê.

Sobre a diminuição do cultivo de mandioca e produção de farinha na fase inicial de plantio do dendê, é importante resgatar o que fala o sujeito no trecho abaixo:

Antes era só na mandioca. Olha, diminuiu mais uma época ai porque a gente não podia se atrapalhar com negócio da mandioca, né. E hoje em dia tem muitas pessoas que não tem roça. E tem muitas pessoas que venderam tudo as suas propriedades. (Sujeito 1, Projeto 3)

Com a inclusão do dendê o cultivo de mandioca deixa de ser o principal elemento de organização da vida econômica e social da comunidade e assume a função assessoria.

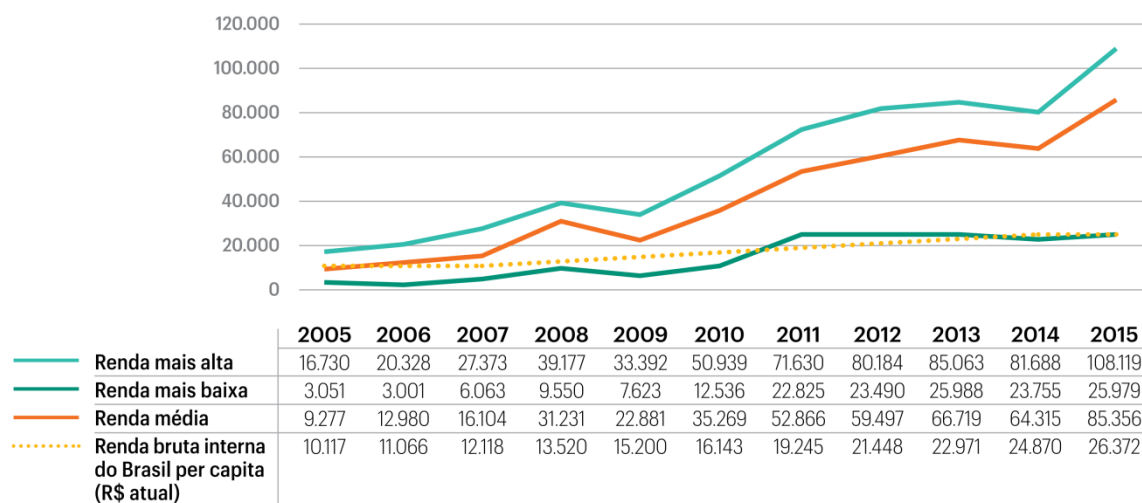
Neste período, a principal mudança destaada pelos entrevistados, pela empresa e pelos representantes do poder público, sem dúvida nenhuma, é a mudança econômica dos sujeitos.

Os dados apresentados na Figura 92 são de origem da Agropalma. Eles estão presentes no relatório de sustentabilidade de 2015 e apontam que, desde o início da fase produtiva do Projeto I, em 2005, a renda média dos agricultores está em elevação e, desde 2006, a renda média dos agricultores é maior que a renda bruta *per capita* interna do Brasil. Naquele ano, a renda média anual do lote do projeto I era de R\$ 12.980,00 enquanto que a renda bruta interna do Brasil alcançava R\$ 11.066,00. Entre 2006 e 2015, a renda média bruta de um lote do projeto I se multiplicou por mais de 6,5 vezes, alcançando R\$ 85.356,00, enquanto que a renda bruta interna do Brasil per capita atingiu, apenas, R\$ 26.372,00.

Vale destacar que estes números referem-se apenas ao projeto I, pois o projeto II e o projeto III ainda estão em fase de consolidação e que os números apresentados pela empresa não traduzem, exatamente, o montante recebido pelo agricultor. O valor líquido representa aproximadamente metade do apresentado no gráfico pois cerca de 25% do que ele tem para receber fica retido no banco para a amortização do empréstimo inicial que custeou o projeto e cerca de 25% do valor

fica retido na própria empresa, para pagar os custos do adubo e agrotóxicos, até que a dívida anual seja saldada.

Figura 92: Renda do Agricultor de Palma (Projeto I) entre 2005 e 2015.



Fonte: Agropalma (2015, p. 47).

Nas comunidades analisadas, o dendê é a principal fonte de renda. Ele é destacado pelos sujeitos como o principal elemento que permitiu a manutenção do sujeito no campo e o crescimento da população, como destaca o trecho abaixo:

Olha, (o dendê) representa tudo porque a pessoa vive de lá. É a única fonte de renda, a única coisa que segurou o povo aqui foi esse dendê. Senão isso aqui estava deserto. Não tinha morador aqui não. Isso aqui era tudo fazenda que os fazendeiros entravam, iam comprando, comprando, comprando ai quando eles começaram a entrar e deram com o dendê todo mundo começou a voltar. Ai tem umas fazendinhas, mas é pequena. Não tem como crescer ai porque o dendê está imprensando. E quem tem alguma terra, já plantou dendê. Quem não plantou com a Agropalma, plantou com a Petrobras, com a BBB. Quem faz um contrato no mínimo é 25 anos. Ou pelo mínimo até pagar o banco, né. Pagar o financiamento... (Sujeito 2, Projeto 2)

O crescimento populacional também está ligado à chegada dos assalariados rurais, pessoas que vem desenvolver atividades de trabalho esporádicas ligados à dendecultura, comércio e crescimento de outros serviços, como destacado nos trechos abaixo:

Olhando por outro lado, tem muitas pessoas que trabalham lá e ganham. Então ele não beneficia só as pessoas que tem projeto, mas beneficia também as pessoas que não tem projeto e trabalham lá. (Sujeito 1, Projeto 1)

Olha, ele (o dendê) representou bastante melhora para todos porque muitas pessoas que não tinha, pegaram trabalho. Surgiu um emprego para o cara que não tinha onde ganhar nada, ele tem. Então, de qualquer maneira, acho que melhorou a situação não foi só do dono, foi de outras pessoas, né? Eles vão trabalhar ai eles têm o dinheirinho deles também, né? Porque olha, depois do dendê, muitos trabalhadores que trabalhavam com nós, andavam até a pé ou em uma bicicletinha... Hoje quase todo mundo tem moto. Comprou com o dinheiro trabalhando com nós, né? Com o dendê. Então eu acho que melhorou a situação não foi só dos donos do projeto, foi para as outras pessoas. (Sujeito 2, Projeto 1)

Não conseguimos levantar dados precisos sobre o montante financeiro que os projetos I, II e III movimentam. No entanto, a partir dos dados disponibilizados pela Agropalma que foram apresentados na Figura 92, pode-se supor que o projeto I movimentou, em 2015, em valores brutos de cerca de R\$ 4.267.800,00, cujo histórico é sistematizado na Tabela 7.

Tabela 7: Movimentação financeira estimada do Projeto I entre 2005 e 2015.

<b>Ano</b>	<b>Renda Média Bruta Informada (R\$)</b>	<b>Valor Total Estimado (R\$)</b>
<b>2005</b>	9.277,00	463.850,00
<b>2006</b>	12.980,00	649.000,00
<b>2007</b>	16.104,00	805.200,00
<b>2008</b>	31.231,00	1.561.550,00
<b>2009</b>	22.881,00	1.144.000,00
<b>2010</b>	35.269,00	1.763.450,00
<b>2011</b>	52.886,00	2.643.300,00
<b>2012</b>	59.497,00	2.974.850,00
<b>2013</b>	66.719,00	3.335.950,00
<b>2014</b>	64.315,00	3.215.750,00
<b>2015</b>	85.356,00	4.267.800,00

Fonte: Agropalma (2015, p. 47).  
Organização: Adolfo Oliveira Neto.

Para chegar nestes números, se multiplicou a renda média bruta anual informada pela agropalma para o projeto I pela quantidade de lotes no projeto (50). Não foram feitos estes cálculos para os projetos II e III porque eles possuem espécies diferentes de plantas e estão em fase diferente de maturação, tendo uma produtividade menor.

Só o valor global movimentado pelo projeto I é bem superior ao que supõe os agricultores, como destacado no trecho abaixo :

Só esse projeto (projeto I, II e III) movimenta mais de R\$ 2 milhões. Mais. Porque, só esse consórcio aqui, bruto, que eles cortam e colhem. Eles me falaram que foi R\$ 1.300.000,00. Isso porque tem muitos agricultores que cortam... Por isso que eu te digo assim, ó, a crise não nos atingiu. No final do ano assim R\$ 40 mil. Não é direto, é na safra. É dinheiro, moço. Um produtor me disse: irmão, meu projeto quebrou, quebrou, quebrou igual arroz de terceira.

- Foi, moço?

- Foi! A minha folha foi de R\$ 6.700,00 quebrado.

- Foi, moço? Queria que a minha folha quebrasse assim.

Agora isso falando sério.

- Não, rapaz, porque no mês passado a minha folha foi R\$ 18.000,00, mas é porque está terminando a safra, Né. (Sujeito 2, Projeto 3)

Os principais elementos que os sujeitos tomam como referência para comparar o período antes e depois da instalação do projeto são os bens de consumo, bens não duráveis, máquinas, implementos agrícolas e vestimentas que puderam adquirir, mostrando que eles foram completamente convencidos da lógica que associa qualidade de vida com consumo, sendo a mercadoria a definidora da vida. Dois exemplos relatados pelos sujeitos estão destacados abaixo:

Eu devo da muita graça primeiramente em Deus, porque me fez pensar nisso, né? (em aderir ao projeto) e em segundo lugar nele, porque o que ele falou eu fiquei prestando atenção, porque tudo que ele falou deu certo. Porque naquela época eu não tinha nem casco (canoa). Nós emprestava casco dos ouros para a gente andar. Quem tinha uma bicicleta aqui era uma pessoa até rico, quase, na época. To lhe dizendo com certeza. (...) Ai já passado tempo nós compramo um tratozinho da empresa. Ih rapaz, nós fez a festa. Com esse tratozinho ai, nós tivemos muito lucro com ele. Ai de lá, ele começou dar prego. Depois o banco veio por ai e fez uma coisa para os produtor. Ai quem quisesse, ele ia financiar para cada um... (Sujeito 1, Projeto 3)

Hoje tá muito diferente. Você vê por ai carro novo, moto nova. Antes você não via isso não. A produção, ela é muito alta. Eu falo que a crise não nos atingiu. Porque nós vende para a Agropalma. É 25 nos o nosso contrato. Dia 05 tá lá o nosso dinheiro. Do dia 05 ao dia 10 tá lá. (...) Tem agricultor que tira 22 mil. Isso em um mês. Ta certo que é na safra, né. Mas é R\$ 22 mil. (...) tem produtor lá, amigo meu. Novembro e dezembro... Na safra, duas pancadas de R\$ 20 mil. R\$ 40 mil... (Sujeito 2, Projeto 3)

Neste caso, a subordinação do território e a dependência da empresa não é encarado como algo negativo, pois a empresa cumpre com os seus compromissos de comprar a produção e cria nos sujeitos uma ideia de liberdade econômica, tendo mensalmente uma renda que é bastante elevada para os padrões locais.

Os casos de melhora econômica e de asenso social são tratados a partir de um modelo que individualiza os sujeitos e não como problemas do projeto, da subordinação ou da dependência da empresa que é derivada direta das flutuações do mercado financeiro, que é quem define o preço da tonelada do CFF que é pago ao agricultor.

Nas vilas onde residem os agricultores de dendê, um dos indicadores que podem facilmente ser percebidos na paisagem é a construção de casas de alvenaria, que até pouco tempo eram raras na região. A Figura 93, por exemplo, ilustra esta mudança, destacando a casa de um dos agricultores do projeto. Ela fica na comunidade do Ramal do Arauaí. Nesta comunidade, há grande diferença entre os agricultores e não agricultores de dendê. Nela, os primeiros possuem casas de alvenaria e, em geral, construída nos últimos 05 anos. Os segundos, com raras exceções, possuem casa de madeira.

Então, na cabeça do agricultor, o problema da condição de vida deles deixa de ser um problema da condição social à que eles estão submetidos e passa a ser o resultado das escolhas individuais, pois seria por ekas que se adquire, ou não, determinado bem ou produto.

Figura 93: Casa de agricultor integrado ao PAF/Agropalma no ramal do Arauaí.



Fonte: Trabalho de campo. Fevereiro/2017.  
Crédito: Jean Brito.

Em outras palavras, no território subordinado do camponês, o debate é deslocado do campo da economia política para à educação financeira, como o trecho abaixo traduz a partir da interpretação que os agricultores fazem da sua realidade.

Esses que não cuidam no final eles vão dizer: ah, não dá! Não dá! Não. É porque eles não cuidam porque para mim, graças a Deus, depois do projeto tudo melhorou. Dá para mim comer, beber, calçar, vestir e ainda sobra para alguma coisinha. Ainda sobra para muita coisinha então porque que não dá, né? Às vezes eu fico conversando com um amigo meu, que é parceiro, ele diz: rapaz eu vou vender o projeto que não dá. Eu digo: não é que não dá. É que ele não sabe administrar o trabalho dele. Ele vai, faz um empréstimo no banco. Ele vai e compra em uma loja. Isso e aquilo outro. Ai muitos comprou carro, muitos comprou trator. Ai quando o coco vai para a empresa e eles repassam para o banco o banco não quer saber se o cara vai ter saldo, desconta logo o dele. Ai se o cara for bom para pagar, o que acontece? Ele pega e paga uma continha para cá, uma para lá e é arriscado que no fim, ele até chegar em casa sem levar a comida para a família. Ai fica falando que não dá... (Sujeito 2, Projeto 1)

O excedente criado a partir da dendecultura, inclusive, permite que outras atividades comerciais sejam desenvolvidas. O principal exemplo é a abertura de novos negócios e a aquisição de bens de consumo e imóveis pelos agricultores, como destaca o trecho abaixo:

Está todo mundo satisfeito, tá bem. Ai quem já tem o dendê já vai aplicando em outras coisas para ir melhorando mais. Muitos já colocaram um comerciazinho, outros já não estão só com o dendê, outros já colocaram um gadozinho pra ali, e assim que vai as coisas, né. Vai só melhorando. Vai só melhorando. (Sujeito 2, Projeto 1)

Por este motivo, a relação com a empresa é a melhor possível. Instalada a lógica empresarial nos assentamentos, a Agropalma passa a ser a principal referência e modelo de negócio para os agricultores. A dependência é externada em diversos aspectos. A empresa é responsável desde a definição das técnicas, produtos e equipamentos, até a racionalidade do trabalho que é decidida no diálogo entre ela e os *stackholders*.

Nos trechos abaixo, foi destacada a visão dos agricultores sobre a empresa:

E a Agropalma, as vezes as pessoas reclamam, mas é uma boa empresa. Eles estão aqui todos os dias. Vão lá, dão uma olhada. Nós chama eles de fiscal. Todos os dias eles estão aqui. São três fiscais. Um tá no um (Projeto I), o outro esta no dois (Projeto II) e o outro está no três (Projeto III). Cada projeto tem um supervisor na moto. Para ver se tá colhendo, com tá, se tem problema em uma planta, se precisa de EPI. (Sujeito 2, Projeto 3)

As maior dificuldade, hoje a gente não tem quase muita dificuldade. Não tem porque assim, como eu to te falando, a família que não tem quase mão de obra para fazer o projeto, o consórcio faz. Ai então a gente tem os caminhões terceirizados... E a empresa tem cumprido com o papel de comprar a nossa produção. Comprar, pagar, essa parte a gente não tem do que se queixar. (Sujeito 1, Projeto 1)

A lógica da empresa está presente em vários momentos das atividades desenvolvidas na comunidade. Outro exemplo é quando os agricultores se organizam para ampliar a mecanização da produção. Para eles, o principal fator que faz eles investirem na mecanização é a diminuição do custo da mão de obra.

Nos formamos um grupo lá (na associação) de 22 produtores e compramos duas garras e duas caçambinhas. No projeto I. Na

verdade nós estendemos para todo o projeto I. Por quê? Porque algumas coisas beneficia nós com esse projeto lá. Primeiro porque o coco lá no projeto I é pesado. Tem cacho lá que precisa de dois homens para carregar para colocar na caçamba do caminhão. E segundo lugar porque a gente paga, você sabe que pagar a mão de obra formal é mais cara. Então em cada trator lá que utiliza mão de obra manual, de homem, é dois homem para cada trator, para colocar o cacho dentro do trator. Então a garra faz só ela o trabalho. É só um tratorista e a garra vai lá e junta o cacho e basculha na caçamba, igual é lá na empresa. Então nós deixamos de pagar quatro mão de obra. Não é querendo tirar o emprego. Não! É porque nós somos agricultores. Pequenos agricultores. E o custo ficou muito mais barato ainda. Antes nós gastava R\$ 30,00 (por tonelada) e hoje nós estamos pagando R\$ 200,00 (por tonelada). (Sujeito 1, Projeto 1)

O debate colocado é de custo da mão de obra e não de condições de trabalho, pois desde o início da produção o trabalho mais pesado não é desenvolvido pelos agricultores. Na primeira etapa, ele era desenvolvido em grande parte pelos trabalhadores que os assentados contratavam e, mais recentemente, desenvolvidos principalmente pelos trabalhadores vinculados ao consórcio.

A lógica de produção da empresa tem gerado nos agricultores a elevação do consumo produtivo. Ele está presente nas relações que os sujeitos estabelecem com a empresa, que repassa aos agricultores adubo, agrotóxicos e EPI, por exemplo, e na relação que estabelece com o mercado, adquirindo constantemente novos equipamentos e tentando aumentar cada vez mais a mecanização do trabalho. Na relação com a empresa, a própria agropalma assume a função de intermediadora financeira e de garantidora do crédito, pois a dívida contraída com a empresa é ligada ao lote e não ao sujeito. Quando os produtos ou equipamentos são ligados à outras empresas, o banco assume o papel de intermediador financeiro.

A multiplicidade dos papéis desempenhados pela Agropalma na relação com a agricultura camponesa e o grau de subordinação a que a primeira submete a segunda foi descrito por Nahum e Santos (2015b) quando relataram que:

O Grupo Agropalma atua no projeto fornecendo as mudas e proporcionando a infraestrutura inicial para a área do projeto bem como assistência técnica. Por meio de contrato, a empresa compromete-se a comprar a produção por um período de 25 anos, tempo de economicamente útil do dendezeiro, fixando o valor em 10% do preço Free On Board (FOB) do óleo bruto no porto de Roterdã. Ainda financia os fertilizantes utilizados pelos agricultores num total de R\$ 7.000,00 ao ano, sendo descontados 25%, desse valor, do que o agricultor tem a receber da matéria prima entregue à empresa; também é descontado 25% do valor do cultivo do agricultor



para ressarcimento do financiamento bancário, introduzido para reduzir o risco de inadimplência do financiamento.

As obrigações dos produtores são basicamente duas: a) a venda de toda a produção para a empresa durante os 25 anos estabelecido no contrato; b) os tratos culturais, ou seja, a gestão do plantio. Os três anos iniciais do plantio exigem tratos culturais intensivos como, por exemplo, o coroamento (rebaixo) uma vez por ano, que consiste em eliminar a vegetação que circundam a palma, evitando à competição com as mesmas; a podagem, consiste na retirada de algumas folhas não saudáveis ou danificadas na planta uma vez por ano; a adubação duas vezes ao ano por conta da especificidade do solo amazônico e a aplicação de herbicida uma vez ao ano para às prevenções e os combates das pragas e outras doenças que acometem o dendezeiro (Müller, 1980). Quanto ao período de colheita do fruto a média é de 17 dias de trabalho por mês, já que a palma de dendê produz todos os meses do ano, tendo uma diminuição de produtividade no período do verão. Os agricultores devem seguir as normas estabelecidas no contrato pela empresa, caso descumpram alguma cláusula, podem sofrer sanções do grupo. Os agricultores que conseguem desempenhar bons tratos culturais, ou seja, uma boa gestão dos plantios é acrescida 8% sobre o valor pago pela tonelada. Os agricultores que atrasam na colheita por 60 dias, ou atrasam por mais de 12 meses nas atividades de poda e roçagem, ou atrasam na atividade de adubação por mais de 30 dias, em uma dessas situações, o agricultor poderá ter seu contrato cancelado. (NAHUM; SANTOS, 2015b, p. 1127)

Além da mecanização, outro mecanismo muito utilizado pelos agricultores é o consórcio. Ele foi criado em 2011 para formalizar as relações de trabalho, um elemento fundamental para a empresa de obter a certificação RSPO em toda a sua cadeia produtiva. Em virtude disso, entre os compromissos que a empresa assume está o combate ao trabalho degradante, ao não formalizado e ao trabalho infanto-juvenil.

Com isso, os agricultores do projeto ficaram proibidos de utilizar mão-de-obra não formalizada no trato do lote e também de usar mão de obra de crianças e adolescentes, sendo permitido a utilização apenas de assalariados rurais ou então de familiares maiores de idade.

A alternativa encontrada pela associação e pela empresa foi a criação de um consórcio. Ele é responsável por contratar trabalhadores, regularizando toda a questão trabalhistas. Estes trabalhadores funcionam como volantes nos assentamentos, trabalhando a partir da demanda dos agricultores, que pagam pelas horas que os assalariados do consórcio trabalham no lote.

A utilização do consórcio varia de assentado para assentado. Existem casos em não utiliza o trabalho do consórcio no lote porque o próprio assentado e sua

família conseguem desenvolver todas as atividades. Em outros casos, famílias que possuem pouca mão de obra disponível, utilizam o consórcio em momentos eventuais. Há também casos em que o trabalho no lote é feito praticamente só utilizando o consórcio. No entanto, a maioria dos agricultores utilizam-o eventualmente, apenas em caráter complementar, para os trabalhos que são mais difíceis ou em situações específicas.

Sobre esta questão, os trechos abaixo destacam alguns duas questões diferentes que levam os agricultores a usarem o consórcio. No primeiro caso, o uso é esporádico. No segundo, o uso é permanente. Segundo eles:

Olha, as vezes sim (usa o consórcio). Eles, mais o que eles faz lá é a colheita. Quando não dá para eu ir lá com os meus filhos eu falo lá com a pessoa e ela manda ir lá fazer para mim. Hoje, na verdade, tem adubadora... A limpeza tem vezes, que o consórcio faz também. Quando dá para a gente fazer, a gente faz. Quando não precisa a gente plantar mandioca lá, a gente faz. Só que assim, tudo é legalizado, com carteira assinada dos trabalhadores. (Sujeito 1, Projeto 1)

Lá no projeto eu não botava ninguém. Era só eu. Agora não dou mais conta, ele cresceu, está alto, e eu já fiquei em uma idade que não dá mais conta, e agora está por conta do consórcio. O consórcio é que corta lá. (Sujeito 2, Projeto 1)

Os que são contrários à instalação do consórcio se posicionam assim, principalmente, pelo fato de aumentar o preço pago pela força de trabalho, como destacado nos trechos abaixo.

Vou te falar, se não fosse esse consórcio ai tinha gente que estava muito mais melhor, né? Porque metia o trabalhador e ainda ganhava muito dinheiro. (Sujeito 1, Projeto 2)

Como solução, este grupo insatisfeito propõe como saída o aumento da mecanização do trabalho, para se ter uma mais-valia relativa maior em relação aos padrões atuais. Segundo eles,

Aqui a maioria não ficaram satisfeitos (com o consórcio). Aqui nos pensamos em comprar um trator que é para fazer o trabalho que aqueles trabalhadores que nos tínhamos faziam. Igual como eles tem, que pegaram uma máquina grande ai, né, ai ela já manda podar a planta e jogar toda a coisa. Quer dizer, que aquele trabalho que um trabalhador fazia a máquina já faz e quem ganha esse dinheiro é eles

porque nós não podemos contratar trabalhador (fora do consórcio). Na hora que podar a planta, a maquina já vai arredar essa planta lá e o lote fica limpinho. Não carece roçar, não carece nada. (Sujeito 1, Projeto 2)

A utilização da mão de obra do consórcio inaugura outro tipo de relação em que o agricultor pode, por opção, definir que todas as atividades sejam desenvolvidas no lote apenas pelo consórcio. Sem desenvolver atividade nenhuma, o valor que ele receberia da empresa é suficiente para pagar o financiamento do banco, os insumos da empresa, a mão de obra do consórcio e ainda lhe sobriaria uma fração. Esta é a opção de poucos sujeitos, que reclamam que sobriaria pouco:

Para quem não mora ai, sai mais caro um pouco, né? Mas ele não tá ai, tá só pegando o dinheiro, ele nem vai lá. Vai só no banco pegar o dinheiro. Eu acho que não é ruim não. (Sujeito 2, Projeto 2)

É quase meio com meio (lucro da produção com o consórcio). Vamos dizer, se fosse eu mesmo trabalhar era tudo meu, né. Era muito mais melhor. Mas eu não dou conta, tenho filho mas cada qual tem sua família, tem o seu trabalho, e eu não vou tirar eles do trabalho deles para colocar no meu, né? (Sujeito 2, Projeto 1)

No entanto, o interessante desta relação é que ela indica que a composição do capital e a estrutura das relações de produção admitem a existência de componentes diferentes da forma geral em que o interesse da empresa é a renda diferencial I, II e a subordinação da força de trabalho.

Esta posição não invalida a análise feita por Nahum e Malcher que “a monopolização do território pela dendeicultura transforma o camponês em trabalhador do capital posto que, mesmo sendo proprietário, a renda da terra lhe escapa” (NAHUM; MALCHER, 2012).

No entanto, quando se trata da integração subordinada em assentamentos de reforma agrária, a lógica da dendeicultura precisa ser complementada. O objetivo da empresa, neste caso, não a apropriação da mais-valia pela compra da força de trabalho, pois não está se discutindo a o assalariamento do campesinato, e nem a apropriação da totalidade da renda da terra, que pode ser capturada pelos próprios camponeses quando, por exemplo, podem optar por não trabalhar na terra contratando o consórcio para desenvolver todas as atividades e, ainda assim, obterem rendimentos vindos do lote. Os poucos casos assim comprovam que o que está em jogo não é a renda diferencial e nem, tampouco, a mais-valia. Na verdade, o

que a empresa busca com este segmento é a renda vinda do preço de monopólio, que será analisado mais adiante.

Uma das evidências empíricas é que a parte fracionada e rastreada da produção é certificada e, dentro do processo de certificação, se impõe a obrigatoriedade do uso de mão de obra formal mesmo nos lotes da reforma agrária como parte das boas práticas. Quando se tem indicativos que durante o processo de cultivo do dendê se utilizou mão de obra não formal ou então algum tipo de prática degradante de trabalho, a própria empresa se opõe a receber o fruto, como explica um dos sujeitos ao afirmar que “quando descobre que tá com gente de fora a empresa não leva o coco. Se levar, volta. Já perdeu”. (Sujeito 1, Projeto 2)

Este processo de certificação é uma das principais chaves para compreender os objetivos estratégicos da empresa e a sua relação com o campesinato na área de reforma agrária. Para os sujeitos, ela se manifesta apenas no respeito às relações trabalhista, ambiental e na manutenção dos tratos culturais. O processo de acompanhamento é constante, como aparece na fala dos sujeitos quando afirmam que:

Às vezes, quando tá tudo podadinho, ai tem o bônus, RSPO, por ai. Mas isso depende de mim. Cuidar direitinho... Sempre eles vêm ai. Todo ano. Da uma volta ai, conversa com a gente, vê como está o projeto. (Sujeito 2, Projeto 3)

Para a empresa, no entanto, a certificação é a chave fundamental para acessar determinados mercados e distanciar suas práticas econômicas e comerciais do que ela considera serem os sujeitos que atuam de forma “controversa” no setor (AGROPALMA, 2015), afirmando a sua conformidade com a legislação trabalhista, tributária e ambiental.

Ainda sobre este último, além do histórico do uso da terra para comprovar que o cultivo não se deu convertendo área de floresta desde 2002, o respeito às áreas de proteção permanente, a manutenção da reserva legal, o uso da agricultura orgânica em parte fracionada da produção e o uso controlado de agrotóxicos na produção em geral, são alguns dos pilares do discurso ambiental da empresa.

Na Figura 94, por exemplo, há uma das técnicas de controle de pragas utilizada pela empresa. Neste caso específico, o controle é biológico e não conta com a utilização de agrotóxico.

Figura 94: Controle biológico de pragas e doenças no PAF.



Fonte: Trabalho de campo. Fevereiro/2017.  
Crédito: Jean Brito.

No entanto, nem todo o controle é feito desta maneira, permanecendo o uso de agrotóxicos para controlar determinadas animais que são considerados pragas que atingem a plantação, evidenciadas, por exemplo, pela quantidade de fezes presente no chão da plantação, como mostra a Figura 95.

O cultivo de uma relação proporcional entre plantas masculinas e femininas também é outro elemento importante da política de produtividade da empresa. Nos projetos de reforma agrária, algumas plantas do gênero masculino são plantadas em uma distância planejada para que a polinização possa ocorrer de forma natural em todo o dendezal e a produtividade seja a esperada. Esta planta macho não dá frutos e tem formato diferente das demais. A sua função é polinizar as flores das plantas fêmeas, apresenta, por exemplo, na Figura 96.

Figura 95: Fezes de lagarta no PAF.



Fonte: Trabalho de campo. Fevereiro/2017.  
Crédito: Jean Brito.

Figura 96: Floração do dendê.



Fonte: Trabalho de campo. Maio/2016.  
Crédito: Adolfo Oliveira Neto

A força com que a Agropalma se instalou na região, criando o seu sistema territorial, e as múltiplas ações que desenvolveu para expandir a sua produção,

contanto com terras próprias, terras arrendadas e subordinando áreas da reforma agrária, é parte da construção do complexo territorial ligado à dendecultura que uniu o mapeamento das áreas propícias para o desenvolvimento do cultivo, a construção de infraestrutura, a construção de uma legislação compatível com o desenvolvimento da atividade, o desenvolvimento de redes de pesquisa, políticas creditícias e arranjos institucionais.

Como resultado, há um novo *boom* do dendê e a reestruturação produtiva da região. Isso se deu, também, pela especialização da agricultura na região e, mais do que isso, pela especialização das atividades produtivas no território.

Com isso, mantivera-se a mesma precariedade das redes territoriais que não estão vinculados à dendecultura e o papel secundário que é atribuído ao campesinato no desenvolvimento territorial. Para a agricultura camponesa, o levantamento da disponibilidade e adequação das terras agrícolas, a regularização fundiária, a assistência técnica, o crédito bancário e a infraestrutura, por exemplo, que foram elementos fundamentais para o avanço da dendecultura, são negados, dificultando o aumento da produção e a apropriação da renda diferencial II por um número maior de sujeitos.

Isso tem impacto direto no desenvolvimento territorial quando os próprios sujeitos percebem o impasse que é a dendecultura para o território, por causa da especialização produtiva, quando refletem que:

Agora a questão nossa aqui, falando de agricultura, está muito fraco. Aqui o forte é o dendê. Ai você vai em uma vila dessa aqui tem muita gente, tem muita terra, mas a agricultura aqui é zero. É totalmente zero. E eu considero que a agricultura é um ponto forte. Mas aqui é zero. Porque não há interesse, na verdade, dos representantes. Da prefeitura, da secretaria. Não há esse incentivo. (Sujeito 1, Projeto 1)

Ou então, que a especialização do território concentra a renda e acaba tirando da maioria dos sujeitos a possibilidade de se reproduzir socialmente a partir do seu trabalho e da renda diferencial II, quando afirmam, por exemplo, que:

Só tem incentivo só para o dendê porque para outro eu não vejo, assim, nem um incentivo de projeto... O pessoal vão se virando ai, plantando a sua mandioquinha... Mas dizer que há um incentivo... Vão plantar! Porque não é só o dendê que é cultura boa, não é só o dendê. Tem muita coisa boa. Eu tenho aqui mesmo, no meu lote aqui pertinho da vila, é bem pequeno, eu tenho poucos pés de açai, acho

que uns 200 pés de açaí mas olha, eu já estou há uns quantos dias sem comprar açaí. Banana, mamão, uns pés de pimenta. Então, tipo assim, não é só o dendê que é bom, mas o povo precisa plantar. Mas também precisa do incentivo. Eu vejo muito deste lado, porque a vila aqui está crescendo, mas não tem emprego, aí o povo fica correndo aqui atrás de um trabalhozinho na prefeitura, mas não dá para todo mundo. Então não tem incentivo na agricultura. O povo se vira aí pelo mato, tirando madeira, faz roça... (Sujeito 1, Projeto 1)

Como resultado, o dendê se fortalece a partir da ideologia do produto bom para todos, porque ideologicamente é bom para o Estado, bom para a empresa e bom para o campesinato. A maior prova que o campesinato foi completamente envolvido pela empresa é quando se pergunta se eles têm interesse em ampliar a produção de dendê em parceria com as empresas. A resposta é quase uníssona e pode ser conferida abaixo:

E muito... Porque o dendê ele não é uma riqueza, todo mundo sabe. Mas, para mim, que foi criada na roça, porque, bem aqui quando eu cheguei para cá, em 1979, 1980 nos torrava cem sacos de farinha, hoje em dia não posso torrar nem um porque no outro dia to toda lascada, antes nos torrava 60, 100, porque assim, uma saca de farinha nós trocava por um quilo de charque. Eu to te dizendo. Nós já penemo aqui dentro deste Moju. Na época que nós chegamos aqui, em 1980. Se não acreditar, pode perguntar para qualquer morador que mora aqui que é da minha época se é mentira. Tem morador da minha época e que sabe o que eu to falando. Era um quilo de charque que era trocado por uma saca de farinha. (Sujeito 1, Projeto 3)

E tenho vontade de plantar mais porque está dando certo. O meu é 08 hectares porque tinha um vilarejinho lá e ficou oito. Hoje eu quero plantar na área que tenho (sítio) porque hoje, o pessoal com a Petrobras planta na área que tem. Nós, com a Agropalma foi plantado aqui tudo em grupo, mas hoje o pessoal com a Petrobras não, planta lá mesmo (Sujeito 2, Projeto 3).

Se eu tivesse área sim (aumentaria a plantação de dendê). Com certeza. Se eu tivesse área... Porque hoje é difícil um projeto como o que foi lá, coletivo. Hoje estão plantando cada um na sua área. O cara tem a sua área aí, vai lá e... Muitos plantaram agora com a Petrobrás, né. O cara vai lá e planta na sua própria área. (...) Com certeza (plantaria mais dendê). Se tivesse área teria a possibilidade de plantar mais, né? Se tivesse área poderia plantar, ao invés de 10 hectares, 20, 30... Porque na agricultura familiar o que está liberado é 10 hectares por família e para outros pode estender, como nós temos o fulano lá que tem área com nós lá no projeto e tem fora também. 33 hectares e agora já plantou mais lá, em outra porção lá... Só está crescendo. Então eu queria assim, se tivesse uma área de terra plantava mais... (Sujeito 1, Projeto 1)



Deus me livre, até. Eu já fui até conversar com eles lá na colônia. Eu queria plantar no meu (terreno), né. É o que eu tinha vontade. Eu to aqui porque eu to monitorando. Eu monitoro o projeto e monitoro quem está na colônia. (Sujeito 1, Projeto 2)

(ampliar) sem dúvida. O que impede é que eu não tenho terra. E o negócio de plantar é muita burocracia, né. Ainda mais com essa questão de que se trabalhar tem que trabalhar 100% legalizado, né. Só se tivesse uma área toda mecanizada. 100% limpa ai você trabalha só com máquina. Mete o trator e o serviço que é de uma semana para o pião você vai e faz em meio dia. Ai tem como trabalhar, mas se depender de gente ai fica mais difícil trabalhar agora. Que muita gente veio e desistiu foi por causa disso. (Sujeito 2, Projeto 2)

Hoje o povo já sabe, né? Já conhece. Então hoje nós não temos dificuldade para conseguir famílias para trabalhar no dendê. O povo não conhecia e não acreditava que ia dar certo. Hoje não. O povo já sabe... (Sujeito 1, Projeto 1)

Em alguns casos, o dendê é quase uma redenção, superando as condições difíceis que os sujeitos passaram e os cultivos que não conseguiam fazer com que eles aumentassem a renda. As dificuldades e os cultivos que não deram certo são misturadas com a história de vida dos sujeitos e internalizadas como uma derrota pessoal, que marca a história e caracteriza a identidade do próprio sujeito. No imaginário, é o dendê que consegue romper com esta situação e trazer o progresso, como se pode perceber no trecho abaixo.

Para mim, graças a Deus, deu, E eu só não tenho mais dendê porque eu corri para plantar 5 mil pés na minha terra ali e é por causa desse rio que não tenho 5 mil pés ai. (...) A vontade era (só trabalhar om dendê) porque de tudo que eu já comecei a fazer, o futuro que deu para mim foi só mexer com ele (Sujeito 2, Projeto 1).

Então, a integração subordinada do campesinato à empresa nos assentamentos de reforma agrária é, na verdade, uma subordinação da própria questão agrária. O discurso que é manifestado pelos agricultores, pelo Estado e pela Empresa indicam que a questão agrária pode ser superada a partir da integração entre o capital e o trabalho e oculta que, na verdade, o que está em jogo é a possibilidade da empresa desenvolver diversos tipos de relação com as classes sociais que estruturam o território para construir o seu próprio sistema territorial, que lhe permitirá um lucro cada vez maior.

Neste trabalho, se analisou apenas a relação da empresa com o campesinato no contexto da reforma agrária, mas trabalhos interessantes como

Altieri; Bravo (2015), Fabrini (2010) e Roos (2015) tratam do processo de integração entre o agronegócio e o campesinato devem ser consultados, bem como o trabalho desenvolvido por Herrera (2012) que mostra como o capitalismo se desenvolve no campo na Amazônia a partir de múltiplos processos e, muitas vezes, na relação com o campesinato “ao invés de eliminá-los do espaço agrário há o processo de valorização das desigualdades e adversidades como meios de se obter lucros facilitados e, conseqüentemente, a acumulação do capital” (HERRERA, 2012, p. 251).

Acreditamos que a integração subordinada do campesinato à empresa nas áreas de reforma agrária significa a monopolização do território, enquanto área e usos, mas vai além. É a territorialização do agronegócio nos territórios camponeses, que passam expressar a lógica do segundo.

Neste caso, o lote da reforma agrária se torna uma miniatura incompleta do modelo geral representado pela empresa, que é o agronegócio. Em outros termos e no extremo, o lote é uma representação em miniatura do modelo agrícola defendido pela empresa, baseado em uma visão comercial que tem a renda diferencial II e a relação assalariada com a mão de obra como o seu fundamento, pois, por opção, os agricultores podem ter 100% do trabalho agrícola em seu lote desenvolvido através do trabalho assalariado.

Esta lógica é a reprodução da lógica da empresa, que é um conjunto complexo de sistemas, tendo em si a união de sistemas agrícolas, mercantis, industriais, tecnológicos, financeiro, cultural e o sistema de representação política. Além do lote se vincular apenas ao primeiro dos sistemas, ele é parte do complexo territorial construído pela empresa e não um novo complexo a parte. Por isso, ele é uma miniatura caracterizada e incompleta do que é o agronegócio, encarnado pela empresa.

A política foi suprimida e o pacto pelo desenvolvimento advogado pelos defensores do PCA, como Abramovay (2000b), por exemplo, ganhou força e se tornou um discurso do consenso em prol de um desenvolvimento marcado pela supremacia do mercado em que não há lugar para a discordância. A empresa é, em última instância, quem determina a dinâmica do projeto, através de uma ação quase messiânica que “pensa o projeto”, gesta, inicia, ensina, controla e, no final de todo o processo, vê se realizar a principal promessa feita: o aumento nos rendimentos dos agricultores subordinados a ela.

A lógica da empresa se tornou amplamente vitoriosa e é vista como o modelo a ser seguido e representação da verdade, esmagando qualquer discurso que se construa explicitando a contradição presente nesta relação. Ela monopoliza o território camponês pelo monocultivo do dendê e pela monocultura do agronegócio. O primeiro, é a expansão nas terras da reforma agrária da produção do dendê que toma como referência a produção de apenas um tipo de produto agrícola, em larga escala. O principal interesse deste modelo de produção é instalar a sua racionalidade técnica-instrumental nos territórios para capturar uma renda diferencial II cada vez mais elevada, independente da degradação que tenha que impor à natureza, às pessoas ou aos territórios.

Por outro lado, o avanço da monocultura do agronegócio é a prevalência da racionalidade filosófica que subordina a política, o trabalho, a ação coletiva e as possibilidades de futuros aos caminhos estreitos construídos sob os desígnios do mercado, em uma nova imbricação complexa entre diversos sistemas sob os desígnios da lógica despótica do capital.

### 4.3 Síntese do Capítulo

O Grupo Agropalma é um dos exemplos mais complexos de como o capitalismo avança no campo na Amazônia, a partir do discurso da sustentabilidade e preservação ambiental. O Conglomerado que o Grupo faz parte é originário do Banco da Lavoura de Minas Gerais, inaugurado em 1925. O Grupo Agropalma inicia as suas atividades em 1982, a partir de incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Desde então, a partir de aquisição de outras empresas que atuavam na região e a ampliação da sua área própria, a empresa se expandiu e se tornou a principal empresa do setor na região e a líder nacional na produção de óleo de palma.

A valorização que o óleo de palma experimentou desde a década de 1980 a transformou em uma das *commodities* agrícolas mais valorizadas, passando a ser caracterizada como uma *flex crop*, pela diversidade de usos do óleo. O novo uso ligado aos agrocombustíveis e o aumento da demanda das indústrias farmacêutica e alimentícia são parte do processo de aumento dos preços e, em última instância, é transferência de parte dos custos ambientais e sociais do modelo de desenvolvimento dos países do Norte para os países do Sul.

O aumento da produção do setor a partir da década de 1990 foi controversa, principalmente em países do Sudeste Asiático, África e América Latina, sendo associada ao avanço do desmatamento, conversão de florestas nativas, queimadas, superexploração do trabalho, trabalho infantil, concentração de terras, eliminação de espécies animais e vegetais. Estas características produziram um mercado verde que se opõe a estas práticas, o que levou a construção de um mercado que só pode ser acessado por produtos certificados e rastreados, que não tenham na sua cadeia produtiva associação com as características descritas anteriormente, pagando por este um preço de monopólio, que é superior ao praticado no mercado internacional.

Como parte das reestruturações para acessar este mercado, o Grupo Agropalma estabeleceu um projeto de integração subordinada com beneficiários da reforma agrária nos anos de 2002, 2004 e 2005. Estes projetos foram realizados em parceria com o Governo do Estado do Pará, que tituló uma área de aproximadamente 1500 hectares em nome das associações de desenvolvimento comunitário ramal do Arauai e Soledade, que foram criadas para o projeto. Nestes

projetos, a subordinação do território camponês à empresa é completa, já que a empresa é responsável pela definição de todas as regras do cultivo e manejo, fornecendo as mudas, insumos, orientação técnica e fiscalizando os projetos.

Aos agricultores, só existem duas opções: a primeira é seguir as prescrições da empresa com a promessa de se ter uma produtividade cada vez maior. A segunda é sair do projeto e passar para outra família a terra, já que a dívida do banco e a necessidade de pagamento mensal do financiamento e dos insumos faz com que os sujeitos não consigam manter o lote sem que a empresa compre a produção.

Este cenário mostra que a subordinação é total. De um lado, o território é subordinado à empresa que, no limite, detém poder quase pleno de decisão sobre a produção do dendê. De outro lado, a renda dos agricultores é subordinada diretamente à bolsa de valores, pois o que eles recebem contratualmente é uma porcentagem do preço de venda do óleo bruto de palma e de palmiste na bolsa de valores de Rotterdam, ficando reféns da flutuação da dinâmica do mercado financeiro e do câmbio. Mesmo assim, o que se tem observado é a melhoria acentuada da renda dos agricultores integrados no projeto, comparando com a realidade antes da instalação do projeto e da dinâmica observada na região.

Mesmo neste cenário, os agricultores integrados buscam alternativas de resistência. Sem contestar a subordinação, eles buscam reproduzir seu modo de vida retomando a pluriatividade, a produção de farinha, artesanato, criação de pequenos animais e construção de roças em sítios e quintais, que passam a assumir a função de lugar de lazer e reprodução social, ao passo que o dendezal é a fonte de renda. Neste contexto, a subordinação do território camponês não significou a extinção do campesinato subordinado e sim, a sua recriação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O avanço da dendecultura na Amazônia paraense no período de 2004 a 2013 marca uma nova etapa da acumulação capitalista no campo. Ela tem como base o modelo do agronegócio, entendido como complexo de sistemas, e tem como finalidade a produção mundializada de *commodities* agrícolas, preferencialmente do tipo *flex crop*. O processo de integração subordinada do campesinato às empresas dendecultoras atua não somente como uma tentativa de diminuir as tensões em torno da estrutura fundiária como, também, como uma tentativa de ocultar a questão agrária ou decretar a sua superação. Os termos da integração e o nível de subordinação dos territórios camponeses às empresas dendecultoras põem em cheque o verdadeiro objetivo da reforma agrária, iniciando um novo modelo de “reforma agrária” baseada na inclusão via mercado. A renda paga aos camponeses, definida como 10% do valor do óleo de palma na bolsa de Rotterdam, transfere grande parte do risco do mercado financeiro diretamente aos produtores integrados e a dinâmica do mercado de *commodities* inaugura uma situação nova, onde os territórios passam a estar subordinados diretamente à lógica do mercado financeiro, sendo as empresas dendecultoras apenas intermediárias.

Este modelo de desenvolvimento, baseado na integração subordinada, tem forte vínculo com as interpretações presentes no Paradigma do Capitalismo Agrário, que é dominante na região. Como constatamos, o desenvolvimento territorial é um termo polissêmico e seu conceito é disputado por autores do Paradigma da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário. Os três principais sujeitos que constroem a base da política pública seguiram as orientações do PCA, mesmo que em diferentes formas, pois o Estado, a empresa e as associações que representam os agricultores defendem interpretações diferentes do que seja a temática.

O primeiro, assumiu defender o “desenvolvimento territorial” baseado na relação subordinada dos trabalhadores às grandes empresas e estas subordinadas ao mercado financeiro, que busca transferir os custos sociais e ambientais do modelo de desenvolvimento adotado pelos países do Norte para os países do Sul a partir do processo de *land grabbing*. A empresa, que objetivando se posicionar no mercado mundial através do discurso da economia verde, sustentabilidade e responsabilidade social, construiu uma política de integração que na prática representa a subordinação dos territórios camponeses e não apenas para captura

da renda diferencial I e II, mas, também, a captura do preço de monopólio que é pago nos “mercados verdes”. O terceiro sujeito é a própria representação política do campesinato na região que foi criada para ser o intermediário formal dos camponeses com a empresa e que, buscando romper com a situação registrada no período anterior à chegada da dendecultura, onde a agricultura camponesa não recebia qualquer tipo de apoio e era marcada pela auto exploração e subsunção da renda no processo de circulação, opta pela subordinação formal e real do campesinato à Agropalma e do território camponês ao mercado financeiro para se ter acesso a parte da renda diferencial II, aumentando a renda dos trabalhadores.

Este processo se deu com investimentos massivos do Estado para que o modelo do agronegócio se consolidasse e para que a produção e dendê pudesse acessar os mercados mundializados. Os mecanismos mais utilizados foram a construção de uma rede científica e tecnológica que auxiliasse a produção, créditos a juros subsidiados, alíquota diferenciada nos principais impostos ligados aos agrocombustíveis, melhoria da infraestrutura local, construção de barreiras tributárias e definição de novas políticas públicas de caráter intersetorial. O impacto foi sentido na região a partir de dinâmicas diferentes, com a chegada de novas empresas, o avanço da dendecultura sobre áreas da agricultura familiar e sobre áreas de outros ramos do agronegócio, disputando espaço, principalmente, com a pecuária e disputando mão-de-obra, principalmente, com a cultura da mandioca.

No objeto em questão, a encruzilhada esteve em como interpretar a dendecultura como uma política de desenvolvimento territorial rural tomando como referência o Grupo Agropalma. Isto porque, em primeiro lugar, o Grupo afirmou não ter se beneficiado das políticas desenvolvidas para o agrocombustível através do PNPB pelo fato das terras serem próprias e terem sido adquiridas antes do período estudado, se vinculando às antigas políticas de desenvolvimento da Amazônia implementadas pela SUDAM, ainda na década de 1980, e que buscava atrair grandes empresas para dinamizar economicamente a região. Em segundo lugar, pelo fato da empresa ter atuado por um período muito curto no mercado de agrocombustíveis e, atualmente, ter encerrado a planta industrial destinada a este produto, focando no mercado de alimentos e indústria farmacêutica.

No entanto, o posicionamento da empresa no mercado de *commodities*, a produção baseada no modelo de produção vertical do agronegócio e a integração subordinada do campesinato mostram que ela reproduziu toda a estrutura da política

pública pensada para a dendeicultura e se beneficiando da dinâmica do mercado internacional, já que o óleo de palma, quando entra no circuito de produção de agrocombustíveis, tem uma valorização dos seus preços e a cotação passa a ser definida não apenas pela demanda alimentar, que é o principal mercado atendido pelo grupo, mas também pela demanda energética.

Pelo que tratamos na tese, a política de reforma agrária baseada na integração subordinada do campesinato às empresas dendecultoras é um mecanismo de transferência de terras do campesinato ao capital mundializado, já que o processo de subordinação se estabelece em um nível tão elevado que, se em um conflito de interesses estiveram em lados opostos o assentado e a empresa, o sujeito que deixará o lote é o primeiro. Isto se dá por mecanismos contratuais e financeiros onde o sujeito, não tendo como arcar com o pagamento do financiamento bancário feito para viabilizar o projeto sem que a empresa compre seus frutos, geralmente opta por sair do projeto e permitir que outra pessoa assumira a dívida, a racionalidade técnica e o lote.

A integração subordinada não é a mesma coisa que o fim do campesinato. Em muitos dos casos que avaliamos, a integração é uma forma resistência, já que ela permite aos sujeitos uma renda elevada para os padrões locais e disponibilidade de tempo para trabalhar em roçados, caçar, pescar e se reproduzir socialmente como sujeito do campo. Neste sentido, a resistência é entendida como buscas de alternativas de reprodução sem, necessariamente, significar enfrentamento com a empresa ou tentativa de retomar um modelo autônomo de desenvolvimento, o que é um limite no horizonte político e social dos sujeitos analisados.

A pesquisa de campo realizada nos assentamentos mostram que os assentados estão completamente satisfeitos com o processo de integração. O principal motivo é porque antes da chegada da dendeicultura a agricultura camponesa era desenvolvida sem qualquer tipo de apoio do Estado e o que caracterizava os territórios camponeses era a presença da auto exploração e da subsunção de parte significativa da renda da terra (renda absoluta e diferencial I, principalmente) no processo de circulação, que mantinha os sujeitos em uma situação permanente de pobreza crônica e em territórios que eram caracterizados por ausência dos direitos sociais básicos como saúde, educação, saneamento, esporte e segurança. Após o processo de integração subordinada, se teve uma elevação significativa na renda dos assentados, fazendo com que eles melhorassem



as suas condições de vida, acessassem mais mercadorias e fazendo com que o serviço público disponibilizasse para os seus territórios escolas, atenção básica de saúde e melhoria nas infraestruturas de transportes.

O agronegócio avançou na região a partir de um mecanismo complexo e multifacetário mas a sua principal característica foi que, aliado ao monocultivo do dendê e a integração subordinada dos territórios camponeses, ele avançou como mono-cultura, sendo assumido pelo Estado como única alternativa de desenvolvimento e assumido pelo campesinato integrado como única alternativa de futuro, após anos de abandono do poder público e tentativas frustradas de melhoria de vida.

Mesmo assim, os sujeitos recriaram os territórios camponeses em sítios e quintais. A revalorização da policultura, extrativismo, pesca, produção de farinha e criação de pequenos animais, é uma forma de resistir territorialmente. Neste contexto, a subordinação do território camponês não significou a extinção do campesinato subordinado e sim a sua recriação já que a integração à empresa foi a única forma de se ter acesso ao apoio técnico, infraestrutura, financiamento bancário e acesso à renda capitalizada da terra, rompendo com o ciclo de autoexploração, precariedade do trabalho e ausência de direitos que caracterizava a região antes da chegada do projeto.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, jan/ago 1999. 1-21.
- ABRAMOVAY, R. FUNÇÕES E MEDIDAS DA RURALIDADE NO DESENVOLVIMENTO CONTEMPORÂNEO. **Texto para discussão do IPEA**, Rio de Janeiro, n. 702, Janeiro 2000a. ISSN ISSN 1415-4765.
- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, abril/junho 2000b. 379-397.
- ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. **ESTUDOS AVANÇADOS**, 2001a. 121-140.
- ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: UNESP, EDUSP, 2001b. p. 165-178.
- ABRAMOVAY, R. Ruralidade e desenvolvimento territorial. **Gazeta Mercantil**, Rio de Janeiro, p. A3, Abril 2001c.
- ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, p. 35-64, Novembro 2004.
- ABRAMOVAY, R. Para una teoría de los estudios territoriales. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G.; LATTUADA, M. **Desarrollo rural: Organizaciones, instituciones y territorios**. Buenos Aires: Ciccus, 2006. p. 51-70.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3ª. ed. São Paulo: Edusp, 2012.
- ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Texto para discussão IPEA**, Brasília, abril 1999.
- AGROPALMA. **Relatório de sustentabilidade**. Agropalma. [S.l.], p. 01-70. 2013. Disponível em: <http://www.agropalma.com.br/responsabilidade-socioambiental/relatorio-de-sustentabilidade> Acessado em: 21/07/2015.
- AGROPALMA. **AGROPALMA: relatório de sustentabilidade 2015**. Agropalma. São Paulo, p. 81. 2015.
- ALTIERI, M. The ecological impacts os large-scale agrofuel monoculture production systems in the Americas. **Bulletin of Science, Technology e Society**, v. 29, n. 3, p. 236-244, Jun 2009. ISSN DOI: 10.1177/0270467609333728.
- ALTIERI, M.; BRAVO, E. La tragédia social y ecológica de la produccion de agrocombustibles en el continente Americano, 2015. ISSN <https://www.researchgate.net/publication/267809151>.
- ANDRADE, L. C. G. D. **Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) Possibilidades e limites do desenvolvimento econômico e da inclusão social para a**

**agricultura familiar na Amazônia:** O assentamento Calmaria II, Moju (PA). Belém: Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará, 2009.

ANDRADE, M. C. D. **A terra e o homem no nordeste.** São Paulo, SP: Brasiliense, 1963.

ANDRADE, M. C. D. **Tradição e mudança:** a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do submédio São Francisco. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1982.

ANGARITA, E. E. et al. The energy balance in the palm oil: Derived Methyl Ester (PME) life cycle for the cases in Brazil and Colombia. **Renewable Energy**, v. 34, n. 12, p. 2905-2913, December 2009. ISSN DOI: 10.1016/j.renene.2009.05.007.

ANTUNES, R. **A dialética do trabalho:** escritos de Marx e Engels. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2004.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo, 2005.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 12. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

BARRETO, A. G. T. **Vulnerabilidade de agricultores familiares da cadeia de produção de biodiesel de dendê à extremos de precipitação na Comunidade Águas Pretas, Moju (PA). Dissertação de Mestrado. Orientador:** Claudio Szlafsztein. Belém: Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia., 2012.

BECKER, B. A Amazônia na estrutura espacial do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 03-36, abr/jun 1974.

BECKER, B. **Geopolítica da Amazônia:** a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BECKER, B. **Amazônia:** fronteira do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BECKER, B. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, jan/abr 2005. ISSN <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000100005>.

BECKER, B.; EGLER, C. **Brasil:** uma nova potência regional na economia-mundo. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BERNARDES, J. A. políticas públicas, solo combustível social e território usado. In: BERNARDES, J. A.; ARACRI, L. A. **Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia:** limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola. Rio de Janeiro, RJ: Arquimedes, 2011. p. 65-76.

BERNARDES, J. A.; ARACRI, L. A. **Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia:** limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola. Rio de Janeiro, RJ: Arquimedes, 2011.

BERNSTEIN, H. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BERNSTEIN, H.; BRASS, T. **Agrarian questions: essays in appreciation of T. J. Byres**. London: FRANK CASS, 1996.

BID. Política de Desarrollo Rural, 2005. Disponível em: <<http://www.iadb.org/es/acerca-del-bid/politica-de-desarrollo-rural,6229.html>>. Acesso em: 02 Fevereiro 2016.

BINSWANGER, H. P. Brazilian policies that encourage deforestation in the Amazon. **ScienceDirect**, v. 19, n. 7, p. 821-829, Julho 1991. ISSN [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(91\)90135-5](https://doi.org/10.1016/0305-750X(91)90135-5).

BORRAS JÚNIOR, S. et al. Land grabbing and global capitalist accumulation: key features in Latin America. **Canadian Journal of Development Studies / Revue canadienne d'études du développement**, v. 33, n. 4, p. 402-416, December 2012. ISSN <http://dx.doi.org/10.1080/02255189.2012.745394>.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e reiteração do capitalismo dependente no Brasil. In: ALMEIDA, A. W. E. A. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro, RJ: Lamparina, 2010. p. 09-38.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2ª. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL. **Biodiesel: um novo combustível para o Brasil**. Ministério de Minas e Energia. Brasília, DF. 2004.

BRASIL. **DIRETRIZES DE POLÍTICA DE AGROENERGIA 2006-2011**. MAPA, MCT, MME, MDICE. BRASÍLIA, DF. 2005.

BRASIL. **Anuário estatístico da agroenergia 2014**. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), 2015.

CAMACHO, R. S. **Paradigmas em disputa na educação do campo. (Tese de Doutorado)** Orientador: Bernardo mançano Fernandes. Presidente Prudente: Programa de Pós-Graduação em Geografia. Unesp, 2014.

CAMPOS, J. F. D. S. **Leituras dos territórios paradigmáticos da geografia agrária: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo (Tese de Doutorado)**. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Orientador: Bernardo Manano Fernandes. Presidente Prudente: UNESP, 2012.

CAMPOS, J. F. D. S.; FERNANDES, B. M. O conceito de paradigma na geografia: limites, possibilidades e contribuições para a interpretação da geografia agrária. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. VI, n. 11, p. 21-52, fev 2011.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaios de interpretação sociológica**. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1970.

- CARNEIRO, J. A. C. **A teoria comparativa do conhecimento de Ludwik Fleck: comunicabilidade e incomensurabilidade no desenvolvimento das ideias científicas** (Dissertação de Mestrado). Orientador: Caetano Ernesto Plastino. Programa de Pós-Graduação em filosofia. São Paulo: USP, 2012.
- CARROCCIO, A. et al. The land grabbing in the international scenario: the role of the EU in land grabbing. **Agricultural and Food Economics**, Palermo, April 2016. ISSN DOI: 10.1186/s40100-016-0056-7.
- CARVALHO, C. M. D. Strategic Environmental Assessment for Sustainable Expansion of Palm Oil Biofuels in Brazilian North Region. **Energy & Environment**, v. 22, n. 5, p. 565-572, Julho 2011. ISSN <https://doi.org/10.1260/0958-305X.22.5.565>.
- CASTRO, E. Expansão da Fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração Sulamericana. **Revista CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, jan/abr 2012.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad economica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.
- CHAYANOV, A. V. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: CARVALHO, H. M. D. **Chayanov e o campesinato**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2014a. p. 99-137.
- CHAYANOV, A. V. Viagem do meu irmão Alexei ao país da utopia camponesa. In: CARVALHO, H. M. D. **Chayanov e o campesinato**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2014b. p. 41-98.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- COELHO, M. C. et al. **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional**. Belém: CEJUP; NAEA/UFPA, 2001.
- CRUZ, B. E. V. **Territorialização e organização espacial do Grupo Agropalma. Dissertação de Mestrado. Orientador: João Santos Nahum**. Belém: Prorama de Pós-Graduação em Geografia, 2006.
- DEMATTEIS, G. Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 33-46.
- DIAMOND, J. **Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- DIAMOND, J. **Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- DUPAS, G. **O mito do progresso ou o progresso como ideologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- ELIAS, D. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, p. 13-32, 2013. ISSN ISSN 1980-5772.

EMMI, M. F. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. 2. ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

ESCOBAL, J. et al. Linkage to Dynamic Markets and Rural Territorial Development. **World Development**, v. 73, p. 44-55, 2015. ISSN <http://dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2014.09.017>.

FABRINI, J. E. O campesinato frente a expansão do agronegócio e do agrocombustível. In: SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. D. **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2010. p. 55-88.

FAN, S.; CHAN-KANG, C.; MUKHERJEE, A. **Rural and Urban Dynamics and Poverty: Evidence from China and India**. FOOD CONSUMPTION AND NUTRITION DIVISION. Washington. 2005.

FAVARETO, A. **Retrato das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil**. Documento de Trabajo N° 26. Programa Dinámicas Territoriales Rurales. Rimisp. Santiago, Chile, p. 01-90. 2009.

FAVARETO, A. a abordagem territorial do desenvolvimento rural: mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 299-319, 2010.

FAVARETO, A. D. S. **PARADIGMAS DO DESENVOLVIMENTO RURAL EM QUESTÃO: do agrário ao territorial**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais / USP, 2006.

FAVARETO, A. et al. **Desenvolvimento territorial em uma região do Semi-árido do Nordeste Brasileiro: para além das transferências de renda**. Centro latinoamericano para el Desarrollo Rural (Rimisp). Santiago, Chile, p. 01-32. 2011.

FAVARETO, A. et al. **A dimensão territorial do desenvolvimento brasileiro recente (2000-2010)**. RIMISP/CEBRAP/UFABC. São Paulo/Santiago de Chile, p. 01-83. 2014.

FEARNSIDE, P. Projetos de COlonização na Amazônia Brasileira: objetivos conflitantes e capacidade de suporte humano. **Cadernos de Geociências**, v. 2, 1987.

FELÍCIO, M. J. A Conflitualidade dos Paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário a Partir dos Conceitos de Agricultor Familiar e Camponês. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. I, n. 2, p. 14-30, 2006.

FELÍCIO, M. J. **Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário. (Tese de Doutorado)**. Orientador: Bernardo Mançano Fernandes. Presidente Prudente: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Unesp, 2011.

FELÍCIO, M. J. Paradigma da Questão Agrária e Paradigma do Capitalismo Agrário. In: VINHA, J. F. D. S.; COCA, E. L. D. F.; FRENANDES, B. M. **DATALUTA: questão agrária e coletivo de pensamento**. São Paulo: Outras Expressões, 2014. Cap. 1, p. 17-38.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo**. (Dissertação de Mestrado). Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira. São Paulo: USP, 1994.

FERNANDES, B. M. Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial. In: BUAINAIN, A. M. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008a. Cap. 3, p. 173-230.

FERNANDES, B. M. Entrando nos Territórios do Território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008b. p. 273-302.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, A.; SPÓSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular. UNESP: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. p. 197-215.

FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico** (tese de livre-docência). Presidente Prudente (SP): UNESP, v. 1-2: il + memorial, 2013.

FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Tese (livre-docência). Presidente Prudente: UNESP, v. 1, 2013a.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STÉDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, v. 7, 2013c. Cap. 6, p. 173-237.

FERNANDES, B. M. Disputas Paradigmáticas e Territoriais: leituras dos modelos agrários de desenvolvimento. In: ROSAS, C. A. **Perspectivas da geografia agrária no Paraná: abordagens e enfoques metodológicos**. Ponta Grossa, PR: Editora Estúdiotexto, 2015. Cap. 5, p. 85-102.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **Os usos da terra no Brasil**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica; Unesco, 2014.

FERNANDES, B.; WELCH, C.; GONÇALVES, E. Agrofuel policies in Brazil: paradigmatic and territorial disputes. **The Journal of Peasant Studies**, v. 37, n. 4, p. 793-819, October 2010. ISSN DOI: 10.1080/03066150.2010.512459.

FERNANDES, M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 - 1999)**. (Tese de Doutorado). Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira. São Paulo: USP, 1999.

FERREIRA, M.; DANIEL, L.; LIMA, J. O programa brasileiro de biodiesel e o risco associado ao preço da mamona em Irecê, Bahia. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 53, n. 04, p. 667-682, out/Dez 2015.

FLECK, L. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FREITAS, M. E. D. Viver a tese é preciso! In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 223-234.

FURTADO, C. **O capitalismo global**. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, C. **Raízes do subdesenvolvimento**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre, RS: L&PM POCKET, 2010.

GERMER, C. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2013. p. 171-180.

GOFFETTE-NAGOT, F.; SCHIMITT, B. Agglomeration economies and spatial configurations in rural areas. **Environment and Planning A**, v. 31, p. 1239-1257, Julho 1999. ISSN 0308518X.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2006.

GRAZIANO, X.; NAVARRO, Z. **Novo mundo rural: a antiga questão agrária e os caminhos futuros da agropecuária no Brasil**. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2015.

GUEDES, A. C. F. **Adesão das famílias camponesas à produção da palma de óleo nos municípios de Moju e Concórdia do Pará: estratégia de parceria das empresas Agropalma e Biopalma**. Dissertação (Mestrado). Orientadora: Joana Valente. Belém: Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social., 2014.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1968.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1979.

GUIMARÃES, A. P. Quatro Séculos de Latifúndio. In: STÉDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. Cap. 1, p. 35-78.

GUIMARÃES, A. P. Formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros. In: WELCH, C., et al. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora Unesp, v. I, 2009. p. 45-55.

HADJIMICHALIS, C. Non-Economic Factors in Economic Geography and in 'New Regionalism': A Sympathetic Critique. **International Journal of Urban Regional Research**, v. 30, p. 690-704, Setembro 2006. ISSN DOI: 10.1111/j.1468-2427.2006.00683.x.

HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém, PA: EDUFPA, v. I, 2004a.

HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, v. II, 2004b.

HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, v. III, 2004c.

HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, v. IV, 2004d.



HERRERA, J. A. **Desenvolvimento capitalista e realidade da produção agropecuária familiar na Amazônia paraense. (tese de doutorado)**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia., 2012.

HOMMA, A. K. O. **Cronologia do cultivo do dendezeiro na Amazônia**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2016. ISBN ISSN 1983-0513.

HOUTART, F. **El escándalo de los agrocombustibles para el Sur**. Quito, Ecuador: Ediciones La Tierra, 2011.

IANNI, O. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 1978.

IANNI, O. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

IANNI, O. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978)**. 2ª. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1986.

IBD CERTIFICATIONS. **Public Announcement – Agropalma S/A – Brasil, January**. IBD CERTIFICATIONS. [S.I.], p. 18. 2011a.

IBD CERTIFICATIONS. **RSPO Certification Audit: principles and criteria, February**. IBD CERTIFICATIONS. Botucatu, SP, p. 90. 2011b.

ISOLANI, K. Produção de biodiesel no Brasil com advento do Selo Combustível Social e os impactos na agricultura familiar. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, v. 28, p. 157-171, 2013. ISSN 1518-952X.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. 4ª. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Jorge Zahar, 2006.

KAUTSKY, K. **A questão Agrária**. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1986.

KILKENNY, M. Transport costs and rural development. **Journal of Regional Science**, v. 38, p. 293-312, Maio 1998. ISSN 00224146.

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, Mai/Ago 2002. ISSN <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142002000200004>.

KRIEGER, T.; LEROCH, M. The Political Economy of Land Grabbing. **Homo Oeconomicus**, v. 33, p. 197–204, October 2016. ISSN DOI: 10.1007/s41412-016-0022-3.

KRUGMAN, P. Increasing returns and economic geography. **The Journal of Political Economy**, Chicago, v. 99, n. 3, p. 483-499, jun 1991.

KRUGMAN, P. The New Economic Geography, Now Middle-aged. **Regional Studies**, v. 45.1, p. 01-07, Janeiro 2011. ISSN ISSN: 0034-3404 (Print) 1360-0591 (Online).

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 9ª. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2007.

LACOSTE, Y. **A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** 19. ed. Campinas: SP: Papirus, 2012.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar:** uma realidade mltiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar:** do mito à realidade. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LAMEIRA, W.; VIEIRA, I.; TOLEDO, P. Análise da expansão do cultivo de palma de óleo no nordeste do Pará. **Novos cadernos do NAEA**, Belém, jun-set 2015. 185-197.

LANGEVIN, M. Social Inclusion, Environmental Sustainability, and Brazil's National Biodiesel Production and Use Policy: The Critical Case of Agropalma. **Renewable Energy L. & Pol'y Review**, 2011.

LASCHEFSKI, K.; ZHOURI, A. Conflitoa ambientais Norte-Sul: agrocombustíveis para quem? In: ALMEIDA, A. W. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais.** Rio de Janeiro, RJ: Lamparina, 2010. p. 257-310.

LAURENCE, W. et al. The Future of the Brazilian Amazon. **Science**, v. 291, p. 438-439, Fevereiro 2001. ISSN DOI: 10.1126/science.291.5503.438.

LENA, P.; OLIVEIRA, A. **Amazônia:** a fronteira agrícola 20 anos depois. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.

LÊNIN, V. I. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América:** novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo, SP: Brasil Debates, 1980.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo, SP: Nova Cultural, 1985.

LEVIDOW, L.; PAUL, H. Global agrofuel crops as contested sustainability: sustaining what development? **Capitalism Nature Socialism**, v. 21, n. 2, p. 64-86, 2010. ISSN <http://dx.doi.org/doi:10.1080/10455752.2010.489672>.

LORETO, M.; CALVELLI, H.; SILVA, É. A dinâmica da produção e reprodução social dos produtores de mamona vinculados ao Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. **Revista Estudo e Debate**, Lajeado, v. 24, n. 1, 133-152 2017. ISSN DOI: <http://dx.doi.org/10.22410/issn.1983-036X.v24i1a2017.1163>.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia:** estado, homem, natureza. Belém: CEJUP, v. 1, 1992.

LUNARDI, J. C. T. **O campesinato tradicional e a indústria de biodiesel:** integração subordinada no sul do Brasil 2003 - 2008. Curitiba: (Tese). Orientadora: Acácia Kuenzer. Universidade Federal Do Paraná. Programa De Pós - Graduação Em Educação, 2011.

LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital.** São Paulo, SP: 1985, 1985.

MARGULIS, M. Regulating food-based agrofuels: the prospects and challenges of international trade rules. **Canadian Food Studies - La revue canadienne des études sur l'alimentation**, v. 2, n. 2, p. 97-106, Setembro 2015. ISSN DOI: 10.15353/cfs-rcea.v2i2.82.

MARTINS, J. D. S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio 1996.

MARTINS, J. D. S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1997.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Fauerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

MENDRAS, H. **La fin des paysans**. Paris: Actes Sud, 1984.

MENEZES, A. J. E. et al. Caracterização socioeconômica de pequenos produtores de dendezeiro: o caso da comunidade de Arauaí, município de Moju, Pará. **Amazônia: ciência e desenvolvimento**, Belém, v. 11, n. 21, jul/dez 2015.

MIELITZ NETTO, C. A política agrícola brasileira, sua adequação e funcionalidade nos vários momentos do desenvolvimento nacional. In: BONNAL, P.; LEITE, S. P. **Análise comparada de políticas agrícolas**: uma agenda em transformação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011. p. 221-252.

MONTEIRO, M. D. A. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, jan/abr 2005. ISSN <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000100012>.

MORAES, J. L.; SCHNEIDER, S. Perspectiva territorial e abordagem dos sistemas produtivos localizados rurais: novas referências para o estudo do desenvolvimento rural. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. VI, n. 2, p. 287-320, mai-ago 2010.

MOREIRA, E. S.; HÉBETTE, J. Metamorfoses de um campesinato no Baixo Amazonas e Baixo Xingu paraense. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A. D.; MARIN, R. A. **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias, construções identitárias e sociabilidade. São Paulo, SP: Editora da Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural: [s.n.], 2009. p. 187-208.

MOYANO-ESTRADA, E.; ORTEGA, A. C. O SIGNIFICADO DAS POLÍTICAS EUROPEIAS DE COESÃO (2014-2020): UMA APOSTA NO ENFOQUE TERRITORIAL. **REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO** Ano , Salvador, BA46, n. 30, p. 46-56, Dezembro 2014.

NAHUM, J. S. C. J. D. S. S. C. B. D.; CARVALHO, A. C. A. D.; VIEIRA, L. L. **Dendeicultura e dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia paraense**. Belém: Editora Açai, 2014.

NAHUM, J. S.; MALCHER, A. T. C. Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: a dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu (PA). **Confins**, Paris, novembro 2012. ISSN DOI : 10.4000/confins.7947.

- NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. D. Impactos socioambientais da dendecultura em comunidades tradicionais na Amazônia paraense. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, 2013. 63-80.
- NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. D. Dendeicultura e descampenização na Amazônia paraense. **campo-Território: revista de geografia agrária**, v. IX, n. 17, p. 469-485, abril 2014.
- NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. D. O boom do dendê na microrregião de Tomé-Açu, na Amazônia paraense. **Confins**, Paris, p. 1-14, 2015a.
- NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. D. Território usado e agricultura familiar nos dendezaís do município de Moju, na Amazônia paraense. **Anais do XI Encontro Nacional da Anpege**, Presidente Prudente, SP, outubro 2015b. 1121-1131.
- NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. D. UMA INTERPRETAÇÃO GEOGRÁFICA DA DENDEICULTURA NA AMAZÔNIA PARAENSE. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**, v. XI, n. 15, p. 309-331, jan-jun 2015c. ISSN DOI: 10.5418/RA2015.1115.0012.
- NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. D. A dendecultura na Amazônia paraense. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 281-294, 2016. ISSN ISSN 2179-0892.
- NAHUM, J.; SANTOS, C. A dendecultura na Amazônia Paraense. **Geosp - Espaço e tempo (online)**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 281-294, 2016. ISSN ISSN 2179-0892.
- NORTH, D. **Structure an change in economic history**. New York (USA)/ London (UK): W.W. Norton & Company, 1981.
- NORTH, D. **Institutions, institutional change and economic performance**. London: Cambreidge University Press, 1990.
- NORTH, D. **Learing, institutions and economic performance**. Princeton (USA): Princeton university Press, 2005.
- NORTH, D.; THOMAS, R. P. **The rise of the Western orld: a new economic history**. London (UK): Cambridge University Press, 1973.
- OLIVEIRA NETO, A. Território e educação: uma análise a partir da educação do campo em comunidades rurais-ribeirinhas na Amazônia. In: SILVA, C. N. E. A. **Sociedade, espaço e políticas territoriais na Amazônia paraense**. Belém, PA: GAPTA/UFPA, 2013. p. 245-258.
- OLIVEIRA NETO, A. A dialética e a problemática espacial: alguns elementos para a análise. In: SILVA, C. N. D.; SILVA, J. M. P. D.; CHAGAS, C. A. N. **Geografia na Amazônia paraense: análises do espaço geográfico**. Belém: GAPTA, 2014. p. 11-44.
- OLIVEIRA NETO, A. Mercados camponeses na América Latina: uma análise a partir de documentos dos movimentos sociais. **GeoAmazônia**, Belém, PA, v. 03, n. 05, p. 192-199, jan/jun 2015. ISSN 2358-1778 (on line) 1980-7759 (impresso).
- OLIVEIRA NETO, A. C.; RODRIGUES, D. S. O lugar de estar sendo dos sujeitos amazônidas rurais-ribeirinhos. In: OLIVEIRA, I. **Cartografias rineirinhas: saberes e**

representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas. Belém: EDUEPA, 2008.

OLIVEIRA NETO, A. D. C. **Educação Popular do Campo e Território: uma análise da prática educativa do GETEPAR-NEP na Amazônia ribeirinha.** Belém: PPGED/Universidade do estado do Pará, 2011. 203 p.

OLIVEIRA NETO, A. D. C. O TERRITÓRIO E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM COMUNIDADES RURAIS - RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA. **Revista Maré: memórias, imagens e saberes do campo**, Belém, 2011. 01-13.

OLIVEIRA, A. U. **Contribuição para o estudo da geografia agrária: crítica ao "Estado Isolado" de Von Thünen.** São Paulo, SP: (Tese de Doutorado) Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1978.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e indústria no Brasil. **Boletim paulista de Geografia. AGB**, São Paulo, SP, n. 58, p. 05-64, Setembro 1981.

OLIVEIRA, A. U. **Monopólio, expropriação e conflitos.** Campinas, SP: Papyrus, 1987.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo, SP: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, A. U. Longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. XV, n. 43, p. 185-206, set/dez 2001.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** São Paulo, SP: labor Edições, 2007.

OLIVEIRA, A. U. D. Os agrocombustíveis e os dilemas da agricultura camponesa e familiar. In: BERNARDES, J. A.; ARACRI, L. A. **Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia: limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola.** Rio de Janeiro, RJ: Arquimedes, 2011. p. 47-64.

OLIVEIRA, F. D. A reconquista da Amazônia. **CEBRAP**, n. 38, p. 03-14, março 1994.

ORTEGA, A. C. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADs. **Revista de Economia Regional**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 275-300, abril/jun 2007.

ORTEGA, A. C. **Territórios Deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural.** Campinas, SP: Alínea, 2008.

ORTEGA, A. C. **Territórios deprimidos: desafios pra as políticas de desenvolvimento rural.** Campinas: SP: Editora Alínea, 2008.

ORTEGA, A. C. Desarrollo territorial rural y estructuras de gobernanza en Brasil. **Economía, Sociedad y Territorio**, Toluca, México, v. XII, n. 38, p. 149-179 , enero-abril 2012. ISSN 1405-8421.

ORTEGA, A. C. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: OS ARRANJOS INDUZIDOS POR POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA CAPACIDADE NA PROMOÇÃO DO

DESENVOLVIMENTO. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária.**, n. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 01-23, jun 2014.

ORTEGA, A. C.; SILVA, F. P. M. D. UMA VISÃO CRÍTICA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E DOS NOVOS ESPAÇOS DE GOVERNANÇA. **REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**32 , Salvador, n. 23, p. 32-52, Julho 2011.

PARREIRAS, M. M. M. **Ludwik Fleck e a historiografia da ciência**: diagnóstico de um estilo de pensamento segundo as Ciências da Vida. (Dissertação de Mestrado) Orientador: Mauro Lúcio Leitão Condé. Programa de Pós-Graduação em História. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

PAULINO, E. T. Geografia agrária e questão agrária. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I.; SUZUKI, J. C. **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2007. p. 339-352.

PAULINO, E. T. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008. p. 213-238.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. 2. ed. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 2012.

PAULINO, E. T. Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária: problematizações necessárias. In: ROSAS, C. A. **Perspectivas da geografia agrária no Paraná**: abordagens e enfoques metodológicos. Ponta Grossa, PR: Estúdio Texto, 2015. p. 61-84.

PETTIT, P. **Chão de promessas**: território, política e economia no Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PLEANJAI, S.; GHEEWALA, S. Full chain energy analysis of biodiesel production from palm oil in Thailand. **Applied Energy**, v. 86, p. 209-214, November 2009. ISSN DOI: 10.1016/j.apenergy.2009.05.013.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre, RS: Editora UFRGS, 2008.

PRADO JÚNIOR, C. **A revolução brasileira**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2004.

PRADO JUNIOR, C. A Questão Agrária e a Revolução Brasileira. In: STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional. São Paulo: Expressão popular, 2005. Cap. 2, p. 79-88.

PUTTILLI, M.; TECCO, N. Biocarburanti e territorio: Il biodiesel tra industria e sviluppo rurale - case empirici e modelli interpretativi. In: SAQUET, M. A.; DANSERO, E.; CANDIOTTO, L. Z. **Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial**: experiências brasileiras e italianas. São Paulo, SP: Outras Expressões, 2012. p. 251-266.

RANIERI, J. **Trabalho e dialética**: Hegel, Marxo e a teoria social do devir. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

RIBEIRO, M. D. S.; NAHUM, J. S. Uma razão, duas visões: dendeicultura e campesinato. **Boletim Amazônico de Geografia**, Belém, v. I, n. 2, p. 202-217, jul-dez 2014. ISSN DOI: <http://dx.doi.org/10.17552/2358-7040/bag.v1n2p202-217>.

ROCHA, J. F. **A formação de novas territorialidades:** a "revisão dos limites municipais fomentados pela dendeicultura e ações públicas - um estudo nos limites territoriais de Moju, Acará e Tailândia/PA. (Dissertação de Mestrado). Orientador: Gilberto de Miranda Rocha. Belém: Programa de Pós-Graduação em Gestõ dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, 2015.

ROOS, D. **Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense:** territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências. (Tese de Doutorado). Orientador: Bernardo Mançano Fernandes. Presidente Prudente: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Unesp, 2015.

SACRAMENTO, E. D. **As almas da terra:** a violência no campo mojuense. Belém: Editora Açai, 2012.

SANTOS, C. B. D. **Dendeicultura e Comunidades na Amazônia paraense:** uma análise do município de Moju. Belém: Editora Itacaiunas, 2015.

SANTOS, J. A. L. D. AGRODIESELESPAÇO: SEAL FUEL SOCIAL AND PEASANT AGRICULTURE IN BRAZIL. **Geotextos: Revista da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia**, Salvador, v. 9, dezembro 2013. ISSN 1984-5537.

SANTOS, M. **O país distorcido:** o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: EdUSP, 2005.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo, SP: EdUSP, 2008a.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo, SP: EdUSP, 2008b.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: EdUSP, 2008c.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço e Tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. 5ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2008d.

SANTOS, M. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo.** 5ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Território, territorialidade e desenvolvimento: diferentes perspectivas ao nível internacional e no Brasil. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. **Desenvolvimento territorial e agroecologia.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 15-31.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, RJ, n. 16, p. 165-184, abril 2001.

SCHNEIDER, S. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, RS, v. IX, n. 3, p. 75-109, 2005.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade da agricultura familiar**. Porto Alegre, RS: EDUFRGS, 2006.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, SP, v. XXX, n. N° 03 (119), p. 511-531, julho-setembro 2010. ISSN 1809-4538.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Agricultura familiar no Brasil. Série: Documentos de Trabalho N° 145. **Grupo de Trabalho: Desarrollo con Cohesión Territorial**. Rimisp, Santiago, Chile, Setembro 2013.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. P. Território e abordagem territorial: ds referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais**, Campina Grande, PB, v. XXIII, n. 01 e 02, p. 99-117, jan-dez 2004.

SEN, A. **Repenser l'inegalité**. Paris: Seuil, 1992.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SHANIN, T. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações**. O velho e o novo em uma discussão marxista. Estudos Cebrap. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

SHANIN, T. **La classe incomoda**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SHANIN, T. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campeinato e territórios em disputa**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2007. p. 23-48.

SILVA, E. P. D. **Agroestratégias e monocultivos de dendê: a transferência silenciosa das terras da reforma agrária para o grande capital na Amazônia paraense**. Dissertação de Mestrado. Orientadora: Sônia Magalhães. Belém: Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Locais e Desenvolvimento Local na Amazônia., 2015.

SILVA, J. G. D. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro, RJ: ZAHAR, 1981.

SILVA, J. G. D. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.

SILVA, R. N. D. **O Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSPO) e o campeinato amazônico: o caso do município de Acará/PA**. Dissertação de Mestrado. Orientador: Francisco de Assis Costa. Belém: Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento, 2016.

SODRÉ, N. W. Formação Histórica do Brasil. In: STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. Cap. 4, p. 111-126.



SOUZA, S. et al. Greenhouse gas emissions and energy balance of palm oil biofuel. **Renewable Energy**, v. 35, n. 11, p. 2552-2561, November 2010. ISSN DOI: 10.1016 / j.renene.2010.03.028.

THÉRY, H. Situação da Amazônia no Brasil e no continente. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, Jan/Abr 2005. ISSN <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000100003>.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

VALVERDE, O. **Geografia agrária do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: INEP, v. I, 1964.

VÁSQUEZ, J. A. M. **Agronegócio do dendê**: evolução no Estado do Pará, no Brasil e no Peru (tese de doutorado). Orientadora: Oriana Trindade de Almeida. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido.: UFPA, 2015.

VASQUEZ, J. A. M. **Agronegócio do Dendê**: evolução no estado do Pará, no Brasil, e no Peru.(Tese de Doutorado). Orientadora: Oriana Trindade de Almeida. Belém: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido, 2015.

VEGA, B. R. **El dominio del hambre**: crisis de hegemonia y alimentos. México: Universidad Autónoma Chapingo; Universidad Autónoma de Zacatecas; Juan Pablos Editor, 2014.

VEIGA, E. A face territorial do desenvolvimento. **Anai do 27° Encontro Nacional de Economia**, Belém: PA, Dezembro 1999. 1301-1318.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho varguista ao zoneamento econômico-ecológico. **Bahia Análise & Dados**, Salvador: BA, v. 10, n. 4, p. 193-206, 2001a.

VEIGA, J. E. O Brasil Rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 101-119, 2001b.

VEIGA, J. E. A dimensão rural do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 21-33, 2004a.

VEIGA, J. E. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 51-67, 2004b.

VEIGA, J. E. Empreendedorismo e desenvolvimento no Brasil rural. **UNIMONTES Científica**, Montes Claros: MG, v. 7, p. 13-45, jul-dez 2005.

VEIGA, J. E. Nascimento de outra ruralidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, p. 333-353, 2006a.

VEIGA, J. E. Potencial de cooperação e articulação no desenvolvimento rural. **Cadernos do CEAM (UnB)**, Brasília: DF, v. 5, p. 221-278, 2006b.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: EDUSP, 2012.

VEIGA, J. E. Dialética e Desenvolvimento em Furtado. **Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 2, p. 203-224, 2013.

VELHO, O. G. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro. **América Latina**, Rio de Janeiro, RJ, v. XII, n. 1, p. 96-104, 1969.

VERGÉS, A. B. Marginales, polifônicos, trashumantes: os campesinos del milênio. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I.; SUZUKI, J. C. **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2007. p. 315-337.

VERGÉS, A. B. **Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, 2011.

VERGÉS, A. B. Campesindios: ethos, classe, predadores, paradigma. In: HIDALGO, F.; HOUTART, F.; LIZÁRRAGA, P. **Agriculturas campesinas en latinoamérica: propuestas y desafíos**. Quito: Editorial IAEN, 2014. p. 269-276.

VIEIRA, A. C. C. **A integração camponesa ao monocultivo do dendê: subordinação e transformação do campesinato amazônico**. Dissertação de Mestrado. Orientadora: Sônia Magalhães. Belém: Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas., 2015.

VIEIRA, L. Os (des)caminhos da agroenergia na Bahia: a participação da MRG de Irecê no circuito espacial produtivo do Agrodiesel. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, Jan/Abr 2015. 67-79.

WANDERLEY, M. D. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF Editora, 2001.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: EDUNB, v. 2, 2000.

WEBER, M. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

WORLD BANK. **Rural well-being - from vision to action. Proceedings of Fourth Annual Bank Conference on Environmentally Sustainable Development**. WORLD BANK. WASHINGTON: DC. 1997.

ANEXOS

## ANEXO 1: Instituições, fatos e eventos relacionados à dendecultura no Pará.

<b>Ano</b>	<b>Instituição/Fato/Evento</b>	<b>Descrição</b>
1940	Campo Agrícola Lira Castro.	Plantio em 08 de abril de 30 mudas, no km 18 da Estrada de Ferro Belém-Bragança com a primeira colheita em novembro de 1941.
1942	Campo Agrícola Lira Castro.	Francisco Coutinho de Oliveira (1903-1961) introduz sementes de dendezeiro subespontâneos da Bahia e planta no Campo Agrícola Lira Castro.
1949	Instituto Agrônômico do Norte (IAN).	Introduz sementes de Palma da África e Oriente com fins comerciais.
1953	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA).	Criada pela lei nº 1806 de 06/01/1953. Não concretizou nenhum projeto, mas promoveu a ideia.
1955	IAN e SPVEA	Estabelecimento de convênio entre o IAN e a SPVEA para produção de mudas de dendezeiros. Distribuição de 65 mil mudas e 160 mil sementes, entre maio de 1955 e janeiro de 1956.
1957	Instituto Agrônômico do Norte (IAN).	Primeiras publicações técnicas sobre o dendê. Professor propôs acordo com o Institut de Recherches Pour Les Huils e Oleaginex (IRHO), atual Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique Pour Le Développement (CIRAD).
1958	Ministério das Relações Exteriores e IRHO.	Acordo com o Governo da França para a vinda de uma missão francesa para pesquisar oleaginosas.
1961	Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Norte (IPEAN).	Promove a ideia da implantação da cultura de dendê na Amazônia com a publicação do artigo de José Maria Pinheiro Conduru (A Cultura do Dendê tem Possibilidades na Amazônia) recomendando a região do Acará para o cultivo.
1963	SPVEA	Clara Martins Pandolfo (1912–2009) apresenta à SPVEA projeto para implantar um polo produtor de dendê e uma usina de beneficiamento.
1964/ 1965	IRHO.	Material do IRHO foi introduzido em Belém para a implantação do projeto da Sudam/IRHO.
1964	Secretaria de Produção do Estado do Pará.	Conduru & Soares. Primeiro planejamento para a implementação do dendê. Projeto para 1000 hectares e processamento de 6 t/CFF/hora em Acará/Moju ou Abaetetuba/Igarapé-Miri/Moju.
1965	SPVEA e IPEAN	I Reunião de Investidores para o Desenvolvimento da Amazônia, visando promover o uso de oleaginosas nativas a contra gosto do IPEAN.
1966	SUDAN	Criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e extinção da SPVEA pela Lei nº 5.173 de 27/10/1966. Lei nº 5.174 de 27/10/1966 que concede incentivos fiscais para investimentos na Amazônia, regulamentado pelo Decreto 60.079 de 16/01/1967.
1967	SUDAM	Início do cultivo do dendezeiro na Estrada de Mosqueiro. Em torno de 3 mil hectares, sendo 1,5 mil hectares da atual Denpasa e 1,5 mil hectares de pequenos produtores.
1967	GOVERNO FEDERAL	Cria o Fundo para Investimentos Privados no

		Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM).
1969	GOVERNO FEDERAL	Institui o Decreto Lei nº 756 que abrange toda a legislação relacionada com incentivos fiscais na Amazônia.
1970	GOVERNO FEDERAL	Cria o Programa de Integração Nacional por meio do Decreto Lei nº 106 de 16/06/1970.
1972	Ministério do Interior.	Determina a transferência do plantio de dendezeiros da Sudam para a iniciativa privada.
1972	GOVERNO FEDERAL	Institui o Decreto Lei 1.243 que estende o PIN até 1978.
1973	Secretaria de Estado de Agricultura do Estado do Pará.	Lançamento do Projeto Dendê com o objetivo de consolidar plantações satélites para atender a DENPASA.
<b>FASE DENPASA, CODENPA, COOPAMA, CAMTA</b>		
1974	DENPASA	Aparecimento dos primeiros casos isolados de Amarelecimento Fatal (AF) nos plantios da Denpasa, em 25 palmeiras.
1975	CODENPA	Organização da Cooperativa Agrícola Mista Paraense, com sede em Santa Izabel do Pará, com 26 agricultores, iniciando o plantio de 50 mil palmeiras. Posteriormente seria constituída a Companhia de Dendê Norte Paraense (Codenpa).
1975	Projeto Dendê	Plantação dos primeiros 355 ha satélites.
1976	DENPASA	Inauguração da fábrica de beneficiamento de óleo de palma.
1976	COOPAMA	Criação pelos Japoneses da Cooperativa Agrícola Mista da Amazônia, com sede em Castanhal.
1979	DENPASA	Adquire empréstimo de 3,5 milhões de dólares com o International Fund Cooperation. Início da operação da fábrica construída em 1976.
<b>FASE DENPASA, AGROMENDES, DENTAUÁ, DENAM, REASA, CRAI, AGROPALMA, PALMASA, APRODEN.</b>		
1980	GOVERNO FEDERAL	Transformação do Centro Nacional de Pesquisa de Seringueira em Centro Nacional de Pesquisa em Seringueira e Dendê. Criação do Programa Nacional de Pesquisa do Dendê, para eliminar a dependência de sementes comerciais.
1980	PRÓ-ÓLEO	Em 22 de outubro foi criado o Programa Nacional de Óleos Vegetais para Fins Energéticos (Pro-óleo), para efetuar a mistura do óleo de dendê com óleo diesel e uso em motores próprios.
1980	DENPASA	Primeira exportação de óleo cru (Holanda).
1980	DENAM	Aprovação do projeto Dendê da Amazônia S.A. (Denam), na Sudam, para implantação de 3000 ha em São Domingos do Capim.
1980	Fundo de Investimento Setorial (FISSET)	Criado pelo Governo Federal com o objetivo de fornecer incentivos para projetos de reflorestamento, tendo financiado só no Pará quase 6.000 ha.
1980	REASA	Reflorestadora da Amazônia S.A. (Reasa), financiada pelo FISSET e Sudam, apresenta proposta para implantação de projeto com dendezeiros no km 11,5 da Estrada Moju-Acará.
1980	EMBRAPA	Elaboração e implementação do Programa Nacional

		de Pesquisa do Dendê (PNPDendê).
1981	COACARÁ	Compra pela Denpasa de 27,5 mil hectares no Município de Acará, onde foi implantado o Projeto Companhia Agrícola do Acará (Coacará).
1981	AGROPALMA	Início das atividades no município de Moju.
1981	AGROMENDES	Mendes Júnior Agrícola do Pará S.A. (Agromendes) tem seu projeto aprovado na Sudam, para ser implantado em Acará, iniciando a plantação em 1983.
1981	Centro Nacional de Pesquisa da Seringueira e Dendê.	Primeiro protocolo de pesquisa firmado entre a Embrapa, o IRHO, o Palm Oil Research Insstitute of Malasya e empresas privadas.
1982	DENTAUÁ.	Fundada em 22 de fevereiro da Dendê do Tauá S.A. (Dentauá), inicia as operações em 1984 no Município de Santo Antônio do Tauá. Cisão entre os cooperados da Cooperativa Agrícola Mista Paraense (Codempa), nascendo a Dendê do Tauá Ltda. (Dentauá).
1982	BANCO MUNDIAL.	Publica um relatório confidencial questionando quanto à viabilidade do óleo de palma como substituto do óleo diesel e da expansão da dendeicultura na Amazônia Ocidental.
1982	CRAI.	Sudam aprova o projeto da Companhia Real Agroindustrial (CRAI), iniciando a produção de óleo de palma em 1985 e sendo posteriormente incorporado ao Grupo Agropalma.
1983	AGROPALMA.	Plantio próprio alcança 5.060 ha.
1983	BANCO MUNDIAL	Financia novas plantações e uma usina da DENPASA no município do Acará. A empresa passa a ser controlada pelo Grupo Oviedo Brito, de São Paulo.
1984	DENPASA	O amarelecimento fatal se alastra no plantio da DENPASA, atingindo mil hectares.
1984	ÓLEOS CAMPEÃO	Usina instalada em Santa Izabel do Pará com capacidade de processamento de 1,5 t/CFF/h.
1984	Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC)	Financia a Companhia Dendê do Norte Paraense (CODENPA) e a Dendê do Tauá (DENTAUÁ), ambas sediadas no município de Santo Antônio do Tauá.
1985	AGROPAR	Início da plantação da Companhia Agroindustrial do Pará (Agropar), pertencente ao Grupo Agropalma.
1985	PALMASA	Início das operações da Agroindustrial Palma S.A., com início do plantio em 1986.
1986	COACARÁ	Realização do primeiro plantio.
1986	DENDÊ MOEMA S.A.	Início das atividades no município de Santa Izabel do Pará.
1987	DENPASA	O amarelecimento fatal atingia 16% plantadas entre 1968 e 1979 pela Denpasa.
1989	COOPARAENSE	Reformulação da Cooperativa Agrícola Mista de Santa Izabel do Pará para Cooperativa Agrícola Mista Paraense Ltda. (Cooparaense) que, entre outras atribuições, administra a plantação e a usina de óleo de dendê através da Codempa.
1989	CENTRO DE PESQUISA AGROFLORESTAL DA	Criado em 11 de julho a partir da fusão do Centro Nacional de Pesquisa de Seringueira e Dendê e do

	AMAZÔNIA.	Uepae-Manaus, diminuindo a prioridade das pesquisas com seringueira e dendezeiro.
1989	AGROPALMA.	Adquire a empresa AGROPAR Adquire a empresa AMAPALMA Adquire a empresa AGROMENDES.
<b>FASE AGROPALMA, DENPASA, CRA, COACARÁ, MARBORGES, YOSSAM E PALMASA.</b>		
1990	MARBORGES	Adquire a empresa REASA.
1990	BNCC	É extinto pelo Plano Collor.
1991	PALMASA	Implantação da unidade de beneficiamento com capacidade de 9 t/cff/h no município de Igarapé-Açu.
1991	GOVERNO FEDERAL	Redução à zero da alíquota de importação de óleo de palma.
1992	MARBORGES	Inauguração da unidade de beneficiamento com capacidade de 9 t/cff/h.
1992	PALMASA	Amplia a capacidade de sua extratora de 9 para 28 t/cff/h.
1993	COACARÁ	Implantação da unidade de beneficiamento com capacidade para 20 t/cff/h.
1994	DENPASA	Trabalhadores fazem greve de três semanas.
1994	REFINORTE	Início do funcionamento em 07/01/1994 no município de Santa Izabel do Pará.
1994	AGROPALMA	Cria a unidade de agricultura orgânica. Certifica a sua produção de óleo orgânico.
1995	AGROPALMA	Primeira exportação de óleo cru para a Alemanha.
1996	AGROPALMA	Declara que é o último ano em que desmata floresta para plantar dendê.
1996	REFINORTE	Suspende as atividades.
1997	AMAPALMA S.A.	Empresa criada pelo Grupo Agropalma inicia seus primeiros plantios.
1997	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ	Criação do Grupo de Estudos de Propostas Estratégicas (Gepe), enfatizando a expansão do cultivo do dendezeiro.
1997	MUNICÍPIO DE MOJU	Início das atividades do primeiro gerador de energia elétrica do estado movido à óleo de palma (Vila Boa esperança, Moju).
1997	CRA	Início das operações da Companhia Refinadora da Amazônia (CRA), do Grupo Agropalma, no Tapanã, em Belém.
1999	YOSSAM LTDA.	Início das operações da Refinaria Yossam Ltda, em Santa Izabel do Pará, do Grupo Kabacznic, com capacidade de 36 mil toneladas/ano.
1999	MOVIMENTO CAMPONÊS	Exige a democratização do crédito.
1999	DENPASA	Reduziu sua área de 5.300 ha para 1.000 ha.
2000	ASSENTAMENTO TARUMÃ-MIRIM	Localizado no km 21, da Rodovia BR-174, foi implantado um viveiro para produção de mudas de dendezeiro, sem concretizar o plantio definitivo.
2000	COACARÁ	É comprada pelo Grupo Agropalma e passa a se chamar Companhia Palmares da Amazônia.
2000	GOVERNO FEDERAL	Estudo de potenciais áreas para o cultivo do Dendê.
2001	DENPASA	Encerra as atividades da usina de processamento de óleo de palma.
2001	MCT&I E MDA	Lançam a portaria interministerial 01 que institui o Programa de Biomassa Energética em

		Assentamentos do Inkra na Amazônia (Probioamazônia).
<b>2002</b>	GRUPO AGROPALMA	As cinco agroindústrias (Crai, Agropalma, Agropar, Amapalma e CPA) e a Cia Refinadora da Amazônia passam a compor o Grupo Agropalma, constituindo o maior e mais moderno complexo agroindustrial de plantio de palma, produção e processamento de óleo de palma do País.
<b>2002</b>	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	Instituição da Rede de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Probiodiesel, pela Portaria 702, do Ministério de Ciência e Tecnologia.
<b>2002</b>	PROJETO ARAUÁ I	Primeira experiência de integração de camponeses a Agropalma através do Assentamento Arauá I, com a participação de 50 famílias.
<b>2003</b>	GOVERNO FEDERAL	Institui a Comissão Executiva Interministerial (CEI) e o Grupo Gestor (GG) encarregado da implantação das ações para produção e uso de biodiesel.
<b>2004</b>	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ.	Lançamento do Programa Paraense de Incentivo à Produção de Biodiesel (Pará Biodiesel).
<b>2004</b>	OCUPAÇÃO 16 DE ABRIL	O MST ocupa no dia 16 de abril o dendezal da Denpasa, localizado na Estrada de Mosqueiro, sendo a primeira experiência de ocupação de um dendezal por um movimento social do campo na Amazônia.
<b>2004</b>	Projeto Soledade	Segundo projeto de integração do campesinato a Agropalma a partir do Assentamento Soledade com 50 famílias.
<b>2005</b>	Projeto Arauá II	Terceiro projeto de integração do campesinato à Agropalma a partir do Assentamento Arauá II com 50 famílias.
<b>2005</b>	B2	Introdução do biodiesel na matriz energética brasileira.
<b>2005</b>	CRA	Em 26 de abril o presidente Lula inaugura a Planta Piloto de Esterificação de Ácidos Graxos – resíduos do processo de refino na CRA para produzir biodiesel e visita a comunidade do Arauá.
<b>2005</b>	SELO COMBUSTÍVEL SOCIAL	Criado em 05 de julho pela IN 01 de 05 de julho de 2005 – MDA.
<b>2005</b>	PNPB	Lançamento do Programa de Produção e Uso do Biodiesel: Marco Regulatório e Metas Físicas.
<b>2006</b>	EMBRAPA AGROENERGIA	Criada em 24 de maio pela resolução nº 61 do Conselho de Administração.
<b>2006</b>	Projeto Calmaria II	Quarto projeto de integração do campesinato à Agropalma a partir do Assentamento Calmaria II.
<b>2007</b>	BELÉM BIO ENERGIA (BBB)	Criada a partir de um acordo entre a Petrobrás e a empresa portuguesa Galp Energia.
<b>2007</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A.	Joint venture criada com participação acionária majoritária do Grupo Vale.
<b>2007</b>	GRUPO AGROPALMA	Reorganização societária, passando a ser constituído por apenas duas empresas: a Agropalma S.A. e a Companhia Refinadora da Amazônia. Criação da Gerência de Responsabilidade Social e Ambiental.
<b>2008</b>	GRUPO AGROPALMA	Recebe o selo EcoSocial para a linha de produtos



		orgânicos.
2008	PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEIS	Planeja a produção de 300.000 toneladas de óleo de palma ao ano com investimento estimado em R\$ 330 milhões, sendo R\$ 237 milhões destinados à área agrícola e o restante à área industrial.
2009	CONSÓRCIO BRASILEIRO DE PRODUÇÃO DE ÓLEO DE PALMA (CBOP)	Criado tendo 59% de seu controle acionário nas mãos da Biopalma e 41% sob controle da Vale.
<b>FASE PROGRAMA DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE PALMA DE ÓLEO NO BRASIL.</b>		
2010	PROGRAMA DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE PALMA DE ÓLEO NO BRASIL (PSPO)	Lançado presidente Lula em 6 de maio.
2010	ZONEAMENTO AGROECOLÓGICO DA CULTURA DE PALMA DE ÓLEO.	Instituído pelo Decreto nº 7.172 dispõe sobre o estabelecimento de normas referentes às operações de financiamento ao segmento da palma de óleo, nos termos do zoneamento.
2010	PRONAF-ECO	Lançado pelo Governo Federal com o objetivo de financiar a expansão do dendê, com empréstimo de até R\$ 80.000,00 para cada agricultor.
2010	CRA	Fim da produção de biodiesel.
2010	Biopalma.	Planeja adquirir 130.000 há no nordeste paraense, sendo 15.000 ha destinados à exploração de 2.000 produtores familiares integrados.
2010	Petrobras Biocombustíveis.	Início do Projeto Pará. Início do Projeto Belém
2011	BBB	Fundação da Belém Bioenergia do Brasil S.A. e início dos plantios.
2011	BIOPALMA	A Vale adquire o controle acionário da Biopalma por US\$ 173,5 milhões.
2011	ADM	Início das atividades em São Domingos do Capim com o plantio de 2.030 ha e o envolvimento de 270 pequenos produtores.
2012	BIOPALMA	Inaugura a sua primeira usina extratora de dendê.
2013	B5	Introdução de 5% de biodiesel no diesel convencional.
2013	PALM OIL INNOVATION GROUP (POIG)	Lançado na reunião da Tropical Forest Alliance, em Jacarta, Indonésia. Fazem parte o Greenpeace, WWF, Rainforest Action Network (RAN), Forest People Program (FPP) e as empresas Agropalma (Brasil), Daabon (Colômbia) e New Britain Palm Oil (Papua e Nova Guiné).
2014	RIO MOJU	Colisão de uma balsa que prestava serviço à Agropalma com a ponte sobre o Rio Moju, fazendo que uma parte da ponte caísse.
2014	ADM	Inauguração em 15 de setembro do Terminal Portuário em Vila do Conde, no município de Barcarena.
2014	B6, B7	Aprovação da Lei nº 13.033 para o uso de 6% e 7% a partir de julho e novembro de 2015, respectivamente, de biodiesel no óleo diesel.
2015	MEJER AGROFLORESTAL	Inauguração do complexo de esterilizadores em Bonito, Pará, com tecnologia malaia, considerado o mais moderno da América Latina.
2015	RIO MOJU	Reabertura da ponte em 19 de dezembro, depois de

---

		08 meses e 26 dias interditada.
<b>2016</b>	ELEVAÇÃO PARA 20% DA ALIQUOTA DE IMPORTAÇÃO DE ÓLEO DE PALMA.	Publicada em 06 de maio a Resolução nº 42 da Camex aumenta de 10% para 20% a alíquota do imposto de importação do óleo de palma refinado.

---

## ANEXO 2: Propriedades com mais de 15 módulos fiscais na área estudada.

<b>Cadastro Ambiental Rural</b>	<b>Mun.</b>	<b>Mód. Fiscais</b>	<b>Área</b>	<b>Data Cadastro</b>
<b>ACARÁ<sup>19</sup></b>				
Não sincronizado	Acará	332,70	16634,90	22/10/2015
PA-1500206-506B02D62E5142698E683411E8316FDC	Acará	104,65	5232,39	16/10/2015
PA-1500206-C373D50146204154B7936E33AFC0B3C3	Acará	102,67	5133,47	21/10/2015
Não sincronizado	Acará	102,39	5119,64	04/05/2016
Não sincronizado	Acará	86,88	4344,05	04/05/2016
Não sincronizado	Acará	86,77	4338,40	04/05/2016
Não sincronizado	Acará	74,25	3712,74	04/05/2016
Não sincronizado	Acará	71,82	3590,92	04/05/2016
Não sincronizado	Acará	66,56	3328,20	04/05/2016
Não sincronizado	Acará	57,54	2876,86	04/05/2016
Não sincronizado	Acará	57,03	2851,63	04/05/2016
Não sincronizado	Acará	56,31	2815,29	04/05/2016
PA-1500206-81FD57B8F0B34301A0970621C6D3891C	Acará	54,19	2709,68	21/10/2015
Não sincronizado	Acará	53,93	2696,49	04/05/2016
Não sincronizado	Acará	53,03	2651,70	04/05/2016
PA-1500206-846E8E60C9A84B8C9BF348A5651E1FBC	Acará	50,62	2530,95	15/10/2015
Não sincronizado	Acará	47,87	2393,63	04/05/2016
PA-1500206-B7B4D61733864B6FAC03815B35F3DCD0	Acará	47,12	2355,76	15/10/2015
Não sincronizado	Acará	46,47	2323,73	04/05/2016
Não sincronizado	Acará	45,84	2292,20	04/05/2016
PA-1500206-6C97495C9C3A4FD4881008BA2AABB055	Acará	43,68	2183,81	15/10/2015
PA-1500206-214A527D081348C5A311C820E3840CDC	Acará	43,45	2172,44	15/10/2015
PA-1500206-D2EFCF325163459298F8E09ADF57AA52	Acará	43,37	2168,65	15/10/2015
PA-1500206-9065E409FB174BBF87CE5AF4636C76C4	Acará	43,26	2162,86	15/10/2015
PA-1500206-2A9EF0E394124A01B448BA995A8A2CE4	Acará	42,13	2106,38	16/10/2015
PA-1500206-93998DF2092B42488F4E029D216C43DC	Acará	42,02	2101,03	15/10/2015
Não sincronizado	Acará	38,83	1941,66	04/05/2016
Não sincronizado	Acará	38,40	1920,03	04/05/2016
PA-1500206-85CDB2C51EE84D2680CE5A11DFD2EFB9	Acará	37,62	1881,01	21/10/2015
PA-1500206-09674A73BBEB46608DFEAB87A78E55C0	Acará	36,40	1820,13	15/10/2015
PA-1500206-A961F97B3B2E4CA387CE2C8C8C7FC5F1	Acará	34,78	1739,14	17/10/2015
Não sincronizado	Acará	34,60	1729,78	04/05/2016
PA-1500206-7AD1D7E06FC6442986AB30E0A1268E14	Acará	32,89	1644,43	15/10/2015

<sup>19</sup> No município um Módulo Fiscal corresponde a 50 hectares.

PA-1500206-88D1D771429F4DF9A79D566E035F4350	Acará	32,83	1641,54	15/10/2015
Não sincronizado	Acará	32,75	1637,60	04/05/2016
PA-1500206-EF6552C6E73B46708B7A18B164686262	Acará	31,80	1589,99	21/10/2015
PA-1500206-626B522CE002429EBF2E23E8527F20C5	Acará	30,78	1539,07	21/10/2015
PA-1500206-E88DCE781EE94465847066A5EB4D7E74	Acará	29,58	1478,99	21/10/2015
PA-1500206-14273F7152C643B793EB067F5A93A52A	Acará	29,40	1470,09	19/10/2015
PA-1500206-2FE6AF3AB1844AA79B6B17166C9C43C1	Acará	29,37	1468,62	21/10/2015
PA-1500206-6975632A7E3C4BE99DCC1EBD5BA2D07A	Acará	28,19	1409,67	21/10/2015
PA-1500206-2D445D84788E44A09626D8642620715A	Acará	26,04	1302,12	19/10/2015
PA-1500206-B03C411FA8E24235B4A9EC14D60015C3	Acará	25,83	1291,60	16/10/2015
PA-1500206-F784DA8BB1B44572BC4EEA1A5A90924C	Acará	25,18	1258,80	21/10/2015
Não sincronizado	Acará	23,95	1197,58	04/05/2016
PA-1500206-2CEE915CD3444732A5DC301FE5A59BB5	Acará	23,47	1173,72	15/10/2015
PA-1500206-1347E899A713444BBDE742E399BAE7A0	Acará	21,78	1088,89	15/10/2015
Não sincronizado	Acará	21,68	1084,06	04/05/2016
PA-1500206-B08CAD59243D4A7F9EB08605519944FF	Acará	20,41	1020,36	21/10/2015
PA-1500206-CC6406A2051A4519A81AD0743C4FF7AF	Acará	20,24	1011,91	19/10/2015
PA-1500206-C6BD62C7CC4748DF9BAF1C0DB809BBD8	Acará	19,01	950,70	16/10/2015
PA-1500206-43ED5879D8F8410DB7918F273CD540E0	Acará	18,97	948,52	15/10/2015
PA-1500206-12111812718D43D5A427B7977C025DF8	Acará	18,68	933,94	15/10/2015
PA-1500206-0023DCD034244E3F94E97D600006BB37	Acará	17,95	897,40	15/10/2015
PA-1500206-353C3DFC78524077AA628E764C4B4F71	Acará	17,06	853,11	15/10/2015
PA-1500206-14D531EDCB8449CBB60859DDA70DE2EF	Acará	16,10	804,95	16/10/2015
PA-1500206-33266B863A024F2EAFCA65EEC582F1C9	Acará	15,98	799,07	21/10/2015
Não sincronizado	Acará	15,67	783,50	04/05/2016
Não sincronizado	Acará	15,19	759,46	04/05/2016
<b>MOJU<sup>20</sup></b>				
Não sincronizado	Moju	198,07	13864,57	04/05/2016
PA-1504703-13DCC3CB06474C38B310394FCB75FB9F	Moju	183,98	12878,39	21/10/2015
Não sincronizado	Moju	156,34	10943,79	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	125,56	8789,54	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	124,46	8712,00	04/05/2016
PA-1504703-4DFFC9EB342342ADBB2B18056C51912E	Moju	116,91	8183,79	21/10/2015

<sup>20</sup> No município um Módulo Fiscal corresponde a 70 hectares

PA-1504703- EFC7C52C95104F0C9A86A7A7E08544C7	Moju	66,23	4636,44	16/10/2015
Não sincronizado	Moju	64,91	4543,61	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	64,90	4542,92	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	63,15	4420,48	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	62,35	4364,51	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	62,23	4356,00	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	62,23	4356,00	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	62,23	4356,00	04/05/2016
PA-1504703- D5B5194D49BA420A9D0F6C012C8860D7	Moju	62,23	4355,97	16/10/2015
Não sincronizado	Moju	62,21	4354,61	04/05/2016
PA-1504703- C38F44DB9BA74AF491607612582E13F1	Moju	62,13	4348,76	19/10/2015
Não sincronizado	Moju	61,74	4321,46	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	60,71	4250,03	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	60,71	4250,03	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	58,37	4086,11	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	57,64	4034,51	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	57,17	4001,87	03/05/2016
PA-1504703- 9477465BDAE0476EA5747300EC4F79BA	Moju	52,66	3686,29	15/10/2015
PA-1504703- 3118C6F3219F4F4EBE9C32FE37DADCBC	Moju	46,73	3271,30	20/04/2016
Não sincronizado	Moju	45,39	3177,15	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	43,48	3043,33	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	42,73	2990,82	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	42,27	2958,63	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	41,03	2872,15	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	39,87	2791,17	03/05/2016
Não sincronizado	Moju	39,62	2773,20	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	36,94	2585,68	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	36,01	2520,74	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	35,98	2518,57	04/05/2016
PA-1504703- 2E4577A62CFD4DBE87ECF94FD895C644	Moju	35,71	2499,76	15/10/2015
PA-1504703- 88F69EA5421B4CCABA79D818FD4245C5	Moju	34,80	2435,69	16/10/2015
PA-1504703- A49E78570045480DA14BAB8781934FFB	Moju	34,72	2430,25	19/10/2015
PA-1504703- 345AA7FE436740C0A7AB5D518717547D	Moju	34,39	2407,29	16/10/2015
Não sincronizado	Moju	34,36	2405,14	04/05/2016
PA-1504703- AECBAE87F0A04F64AAC71B6ABBA96DB8	Moju	33,32	2332,51	15/10/2015
Não sincronizado	Moju	33,29	2330,26	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	32,76	2292,91	04/05/2016
PA-1504703- 09C35A4CD5B64989B4B918ECA12DBD86	Moju	32,16	2251,53	15/10/2015
Não sincronizado	Moju	31,18	2182,25	04/05/2016
PA-1504703- 98F92418128F4060A7E9E9BC37ACC5F4	Moju	31,11	2178,00	31/03/2016

Não sincronizado	Moju	31,09	2176,06	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	31,08	2175,78	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	31,07	2175,14	04/05/2016
PA-1504703- E1F9380DDFBA49D3A213C7163162A5ED	Moju	31,07	2174,71	15/10/2015
Não sincronizado	Moju	31,06	2174,46	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	31,05	2173,46	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	30,84	2158,63	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	30,65	2145,36	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	30,34	2123,65	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	29,21	2045,01	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	28,97	2028,05	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	28,95	2026,69	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	28,57	2000,01	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	27,95	1956,36	04/05/2016
PA-1504703- AE2F57E32D6F476DBC48EB2B61D3554F	Moju	27,91	1953,91	15/10/2015
PA-1504703- 2BB2F2B66BCA4A5EA46D8130695A3ED4	Moju	27,49	1923,98	15/10/2015
Não sincronizado	Moju	26,43	1849,88	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	25,99	1819,52	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	25,97	1817,92	04/05/2016
PA-1504703- E879A073F6284D4FA857273B69F4C71D	Moju	25,31	1771,69	15/10/2015
PA-1504703- F47A8E46B2ED4A8F89B5C95FD3B35887	Moju	25,09	1756,37	19/10/2015
Não sincronizado	Moju	24,71	1729,62	04/05/2016
PA-1504703- ED9D2E5F981D474D8DBBBC145DA0B3A3	Moju	24,05	1683,47	16/10/2015
Não sincronizado	Moju	23,60	1651,77	04/05/2016
PA-1504703- 6AB1987A383745A3A877E020CDDE77A2	Moju	22,31	1561,49	19/10/2015
PA-1504703- 17159F94F4B3452EBDCA16F3DF9167F0	Moju	22,16	1551,01	15/10/2015
Não sincronizado	Moju	21,93	1534,81	04/05/2016
PA-1504703- 291072672C0D48839CE76C01C3E15ECF	Moju	21,68	1517,92	14/04/2016
PA-1504703- FD36051F507644E294D2703D0DB16AE4	Moju	21,26	1488,18	15/10/2015
Não sincronizado	Moju	21,16	1481,54	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	21,14	1480,12	04/05/2016
PA-1504703- 7C22A2B051DB4094BF64080C6C486113	Moju	21,12	1478,06	15/10/2015
Não sincronizado	Moju	21,05	1473,16	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	20,76	1453,33	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	20,72	1450,30	04/05/2016
PA-1504703- 9E5563458B7F4EA987661259FFD9D3AA	Moju	20,71	1449,80	16/10/2015
PA-1504703- 99C9B41B304E4947AF21036F36DAA590	Moju	20,62	1443,70	17/10/2015
Não sincronizado	Moju	20,17	1411,66	04/05/2016
PA-1504703- 987F5D293C934AE988834D7D7B6212E1	Moju	19,90	1392,77	15/10/2015

PA-1504703-4B072781EBEE4360B33DD38AC08EA536	Moju	19,87	1391,09	21/10/2015
PA-1504703-7A99BBCB3F60463D8EF4D7F0E42FB36A	Moju	19,86	1390,00	16/10/2015
PA-1504703-7C7C4F709EC74168B07DF1AC48C6F94C	Moju	19,28	1349,31	15/10/2015
PA-1504703-2E07A6B4FB5E44039A5FFE4826286A2C	Moju	19,16	1341,16	16/10/2015
Não sincronizado	Moju	18,95	1326,26	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	18,76	1313,01	04/05/2016
PA-1504703-A84DB2892BDB4BA393E77F29244FBF7B	Moju	18,73	1311,42	21/10/2015
PA-1504703-60B0BFF1F545494282665A894D2EF490	Moju	18,56	1299,41	15/10/2015
Não sincronizado	Moju	18,56	1298,97	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	18,50	1295,33	04/05/2016
PA-1504703-2A997F2576C24CEABA65003D472A159F	Moju	18,44	1290,86	31/03/2016
Não sincronizado	Moju	18,34	1283,62	04/05/2016
PA-1504703-0461483636824C909598A03A66E2A48D	Moju	18,05	1263,53	16/10/2015
PA-1504703-C1A73049505F4C32816809BB3EC5F267	Moju	17,73	1241,16	16/10/2015
PA-1504703-19D1328C485A44C5BF69C1DCE820C811	Moju	17,73	1240,86	19/10/2015
PA-1504703-D80484562DDC4D9893B27AD224F8B094	Moju	17,32	1212,30	31/03/2016
Não sincronizado	Moju	17,18	1202,44	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	16,79	1175,45	04/05/2016
Não sincronizado	Moju	16,54	1157,59	04/05/2016
PA-1504703-566B918818FF40F6BF3DFB3245259D68	Moju	16,41	1148,67	16/10/2015
PA-1504703-822784275A0243CE81A631A0E302EA9D	Moju	15,51	1085,53	16/10/2015
Não sincronizado	Moju	15,27	1068,65	04/05/2016
PA-1504703-05A83D6C4AA941219D647B227A99F2C6	Moju	15,06	1054,41	16/10/2015
PA-1504703-926A06CF755A46D99C2CF1294D61964A	Moju	15,02	1051,62	16/10/2015

#### Tailândia<sup>21</sup>

Não sincronizado	Tailândia	125,10	6254,79	04/05/2016
Não sincronizado	Tailândia	87,08	4354,22	04/05/2016
PA-1507953-C25F422068884E77A8BEDFF9403C5EC2	Tailândia	71,61	3580,61	21/10/2015
PA-1507953-27C8E15FE7E740BABBB519E68052BFEA	Tailândia	66,40	3320,02	16/10/2015
Não sincronizado	Tailândia	58,92	2946,22	04/05/2016
Não sincronizado	Tailândia	57,93	2896,43	04/05/2016
Não sincronizado	Tailândia	56,59	2829,70	04/05/2016
PA-1507953-DE8972CA71B440E8AF4F995662919B8D	Tailândia	53,03	2651,35	15/10/2015
Não sincronizado	Tailândia	52,98	2649,06	04/05/2016
PA-1507953-ADCBC814D97E41B5A12A46C4EC24A032	Tailândia	52,64	2632,02	16/10/2015

<sup>21</sup> No município um Módulo Fiscal corresponde a 50 hectares.

Não sincronizado	Tailândia	49,94	2497,15	04/05/2016
PA-1507953-096D3671EAB3471C93824A8718AB46EB	Tailândia	49,92	2495,85	15/10/2015
Não sincronizado	Tailândia	49,90	2495,18	04/05/2016
PA-1507953-7D0032571BA543CBA58A5845D2C9A743	Tailândia	49,80	2490,14	15/10/2015
PA-1507953-4E8C78E9AEA24BECB554BC01469452AD	Tailândia	49,75	2487,63	15/10/2015
Não sincronizado	Tailândia	49,58	2479,12	04/05/2016
Não sincronizado	Tailândia	49,48	2474,22	04/05/2016
Não sincronizado	Tailândia	49,26	2463,17	04/05/2016
Não sincronizado	Tailândia	49,18	2459,07	04/05/2016
Não sincronizado	Tailândia	46,96	2348,03	04/05/2016
Não sincronizado	Tailândia	45,80	2290,14	04/05/2016
Não sincronizado	Tailândia	45,22	2260,92	04/05/2016
Não sincronizado	Tailândia	43,92	2196,01	04/05/2016
Não sincronizado	Tailândia	43,58	2179,19	04/05/2016
Não sincronizado	Tailândia	43,10	2154,81	04/05/2016
Não sincronizado	Tailândia	43,00	2149,92	04/05/2016
Não sincronizado	Tailândia	42,45	2122,55	04/05/2016
PA-1507953-EC08C9E4D39C47C98D1B381A742ECDD1	Tailândia	42,03	2101,55	16/10/2015
Não sincronizado	Tailândia	40,78	2039,01	04/05/2016
Não sincronizado	Tailândia	40,11	2005,34	04/05/2016
PA-1507953-5999E918E09249C09249E8951410D5BC	Tailândia	39,87	1993,35	15/10/2015
PA-1507953-1CECB37E4E65409890C7B831D7A68B61	Tailândia	37,62	1881,02	16/10/2015
Não sincronizado	Tailândia	37,58	1878,94	04/05/2016
PA-1507953-9A00C03352DB484E997E0B9E27C67F5A	Tailândia	36,70	1834,76	16/10/2015
PA-1507953-27BA0C77BED84E4E952C8C6D69405B47	Tailândia	36,30	1814,92	16/10/2015
Não sincronizado	Tailândia	36,15	1807,35	04/05/2016
PA-1507953-74A3B1845D21443A88EBE35924E1F3E0	Tailândia	35,85	1792,60	15/10/2015
Não sincronizado	Tailândia	34,13	1706,52	04/05/2016
PA-1507953-37BA1F945AF14A428BBF5D67C9C4843B	Tailândia	30,94	1547,22	15/10/2015
Não sincronizado	Tailândia	30,49	1524,42	04/05/2016
PA-1507953-43DBB095F9F54A3FAA5E40F19F5AEFB8	Tailândia	29,95	1497,31	15/10/2015
Não sincronizado	Tailândia	29,94	1497,19	04/05/2016
Não sincronizado	Tailândia	29,90	1495,13	04/05/2016
Não sincronizado	Tailândia	29,85	1492,31	04/05/2016
Não sincronizado	Tailândia	29,83	1491,34	04/05/2016
Não sincronizado	Tailândia	29,47	1473,51	04/05/2016
PA-1507953-FA39E127A5D543E2AD66188C23D64B7D	Tailândia	29,47	1473,51	19/10/2015
PA-1507953-9AFE20602CC244D2AFEA4D046CC4CFEF	Tailândia	29,29	1464,70	15/10/2015
PA-1507953-CF91683C5C1B4F809050FF9E0CB73B33	Tailândia	29,23	1461,38	19/10/2015



PA-1507953-666F1FDE2A0143A0B17A9E66A648478A	Tailândia	28,50	1425,00	15/10/2015
PA-1507953-B5E40BE1BA2842E187A8A8761941B807	Tailândia	27,95	1397,55	15/10/2015
PA-1507953-19477F92839141509FDD0F5A6EEEBF8E	Tailândia	26,10	1305,09	16/10/2015
Não sincronizado	Tailândia	26,10	1304,79	04/05/2016
Não sincronizado	Tailândia	25,99	1299,49	04/05/2016
Não sincronizado	Tailândia	25,98	1299,14	04/05/2016
Não sincronizado	Tailândia	25,98	1298,96	04/05/2016
PA-1507953-2D71806C5B0F4956BBC054F670A93D73	Tailândia	25,79	1289,51	16/10/2015
Não sincronizado	Tailândia	25,32	1266,17	04/05/2016
Não sincronizado	Tailândia	25,21	1260,39	04/05/2016
PA-1507953-1B9FB9AB922C4D3EB256CE41BFD41F7A	Tailândia	24,10	1205,16	15/10/2015
PA-1507953-DAF49344AA20443E9A9AA9669AAADB58	Tailândia	23,88	1194,10	15/10/2015
PA-1507953-8E6DDE754B4B4BBA8166E4A601633122	Tailândia	23,75	1187,67	16/10/2015
Não sincronizado	Tailândia	23,58	1178,88	04/05/2016
Não sincronizado	Tailândia	23,53	1176,30	04/05/2016
Não sincronizado	Tailândia	23,23	1161,35	04/05/2016
Não sincronizado	Tailândia	22,75	1137,57	04/05/2016
PA-1507953-9150BADD57CE4E1A9CF61E85AB0A26E8	Tailândia	21,88	1094,15	19/10/2015
PA-1507953-80E7BBA97BD84B418F011CA7F4C4D382	Tailândia	21,86	1093,09	15/10/2015
Não sincronizado	Tailândia	21,66	1082,79	04/05/2016
PA-1507953-FBA90DC92954410FA81F2DB7184E9EA1	Tailândia	21,56	1078,03	16/10/2015
PA-1507953-CF8D3FF3526749C28A1B365F94020EBA	Tailândia	21,24	1062,13	16/10/2015
PA-1507953-52271DDC82A2493793A62ECB8B4350E7	Tailândia	20,98	1048,82	22/04/2016
PA-1507953-140A9DE8716541FD872B65B40C9DAB4B	Tailândia	20,70	1035,10	16/10/2015
PA-1507953-CCB83A376B9C40529C58F748765B86B7	Tailândia	19,55	977,43	15/10/2015
Não sincronizado	Tailândia	18,99	949,26	04/05/2016
PA-1507953-8A75C8EFAFCB463FB6273F5A3B566522	Tailândia	18,77	938,33	12/04/2016
PA-1507953-6320E7B5E15246C482EBEDE7F36C0336	Tailândia	18,57	928,56	16/10/2015
PA-1507953-EA1D5452668C42AAAFB06B0FDB0B4F37	Tailândia	18,34	916,96	19/10/2015
Não sincronizado	Tailândia	18,18	908,86	04/05/2016
PA-1507953-939733E998D9402E95A01713A2CB6354	Tailândia	17,84	891,95	31/03/2016
PA-1507953-1300D8D055EE47008F3A83C136AFAC6F	Tailândia	17,63	881,42	15/10/2015
Não sincronizado	Tailândia	17,43	871,45	04/05/2016
Não sincronizado	Tailândia	17,30	864,75	04/05/2016
Não sincronizado	Tailândia	17,07	853,74	04/05/2016
Não sincronizado	Tailândia	16,49	824,59	04/05/2016
PA-1507953-F6481658DA5440F5B090A52B2CC05254	Tailândia	16,48	824,18	19/10/2015
Não sincronizado	Tailândia	16,46	822,76	04/05/2016

PA-1507953- 25080C45929A4830B62CFCC5B4A7E967	Tailândia	16,43	821,42	16/10/2015
Não sincronizado	Tailândia	16,22	810,79	04/05/2016
Não sincronizado	Tailândia	16,22	810,79	04/05/2016
PA-1507953- 8C25BD767DE449BF89D04E9E32840345	Tailândia	16,07	803,73	15/10/2015
Não sincronizado	Tailândia	15,61	780,56	04/05/2016
PA-1507953- 335A223747684DCFAD8E37FC7BC78E6F	Tailândia	15,39	769,43	16/10/2015
Não sincronizado	Tailândia	15,01	750,39	04/05/2016

### Tomé-Açu<sup>22</sup>

Não sincronizado	Tomé-Açu	171,11	8555,73	04/05/2016
Não sincronizado	Tomé-Açu	113,30	5664,82	04/05/2016
Não sincronizado	Tomé-Açu	110,00	5500,07	04/05/2016
Não sincronizado	Tomé-Açu	92,09	4604,37	04/05/2016
Não sincronizado	Tomé-Açu	88,11	4405,54	04/05/2016
Não sincronizado	Tomé-Açu	87,82	4390,82	04/05/2016
PA-1508001- 0CA7D728B2BA4F21B7C909AD06CBEB18	Tomé-Açu	87,73	4386,62	15/10/2015
Não sincronizado	Tomé-Açu	87,50	4374,92	04/05/2016
Não sincronizado	Tomé-Açu	87,38	4369,21	04/05/2016
Não sincronizado	Tomé-Açu	87,12	4356,03	04/05/2016
PA-1508001- 40489BCCE1154A2CB34C8223F0BFE14C	Tomé-Açu	87,12	4356,00	15/10/2015
Não sincronizado	Tomé-Açu	87,06	4353,17	04/05/2016
PA-1508001- D492CD7A495840DBBC6FEB0BDEC8D938	Tomé-Açu	86,94	4347,24	15/10/2015
Não sincronizado	Tomé-Açu	86,84	4342,23	04/05/2016
Não sincronizado	Tomé-Açu	83,72	4185,91	04/05/2016
PA-1508001- 6F2971A041144E6EA4BC897452907096	Tomé-Açu	83,72	4185,88	21/10/2015
Não sincronizado	Tomé-Açu	83,72	4185,85	04/05/2016
PA-1508001- 17799C1EDCDA46309633400BB8D1F911	Tomé-Açu	82,79	4139,66	16/10/2015
PA-1508001- 7BA1FFEB40ED4DA1A6B8E33CA16FA528	Tomé-Açu	81,88	4094,17	16/10/2015
PA-1508001- F55A0FDC5E7740B5AE4470DAAFD46BE0	Tomé-Açu	81,74	4086,94	19/10/2015
Não sincronizado	Tomé-Açu	81,52	4076,02	04/05/2016
PA-1508001- 8C37F539C42640BC92E80C9BD4880A79	Tomé-Açu	79,55	3977,74	16/10/2015
PA-1508001- 9CDB490527FE4301BA1B1594EB6ADBDB	Tomé-Açu	72,95	3647,46	15/10/2015
Não sincronizado	Tomé-Açu	71,75	3587,72	04/05/2016
Não sincronizado	Tomé-	70,23	3511,54	04/05/2016

<sup>22</sup> No município um Módulo Fiscal corresponde a 50 hectares.

	Açu			
Não sincronizado	Tomé-Açu	69,95	3497,31	04/05/2016
Não sincronizado	Tomé-Açu	66,20	3309,88	04/05/2016
PA-1508001-0128094AE1634DD583C34102042833D5	Tomé-Açu	60,90	3044,91	16/10/2015
Não sincronizado	Tomé-Açu	60,60	3030,14	04/05/2016
Não sincronizado	Tomé-Açu	57,80	2889,89	04/05/2016
PA-1508001-AD21D14749294FCF9C31045D0FE6F830	Tomé-Açu	56,72	2836,12	16/10/2015
PA-1508001-25A67538FE3049EC863F2C8099254537	Tomé-Açu	56,44	2821,84	21/10/2015
Não sincronizado	Tomé-Açu	55,95	2797,65	04/05/2016
PA-1508001-483815B8AA4B489B812EC6EE70EED0E4	Tomé-Açu	55,40	2770,15	15/10/2015
PA-1508001-E7414583DF3049D2B24EAC9FE0C63B54	Tomé-Açu	55,38	2769,19	15/10/2015
PA-1508001-097039585D2A4E6A9C26D8E840E4503A	Tomé-Açu	54,81	2740,33	26/04/2016
Não sincronizado	Tomé-Açu	52,97	2648,29	04/05/2016
Não sincronizado	Tomé-Açu	52,00	2599,98	04/05/2016
Não sincronizado	Tomé-Açu	51,81	2590,29	04/05/2016
Não sincronizado	Tomé-Açu	50,92	2545,92	04/05/2016
PA-1508001-14EB251170BF4D4382BA01F33E1A472C	Tomé-Açu	49,95	2497,32	15/10/2015
Não sincronizado	Tomé-Açu	49,07	2453,61	04/05/2016
PA-1508001-ADDB635191264CB79E81FBC2DC251EE0	Tomé-Açu	47,83	2391,44	17/10/2015
Não sincronizado	Tomé-Açu	47,75	2387,56	04/05/2016
PA-1508001-2027C6AE827C4D4C9A9D1A509C710206	Tomé-Açu	45,93	2296,44	21/10/2015
Não sincronizado	Tomé-Açu	44,21	2210,64	04/05/2016
PA-1508001-187D562174C44B42A29992F2D4C2B3AE	Tomé-Açu	43,75	2187,31	21/10/2015
Não sincronizado	Tomé-Açu	43,54	2176,92	04/05/2016
Não sincronizado	Tomé-Açu	42,91	2145,74	04/05/2016
PA-1508001-C86BF079B0144CEF8F4DAF07A81D8DD0	Tomé-Açu	41,92	2096,08	16/10/2015
PA-1508001-4AB41048673442DE87458FA299F29C86	Tomé-Açu	41,68	2083,82	16/10/2015
PA-1508001-FA65823FBBE54454A8C26B1EB8F6ADB8	Tomé-Açu	41,67	2083,62	19/10/2015
PA-1508001-47AEA487C8FE4E7891D09FA1711FF9B7	Tomé-Açu	41,28	2063,83	16/10/2015
PA-1508001-95D2120CCE89471DB660BD5ECC7CBA4A	Tomé-Açu	41,08	2053,88	21/10/2015
PA-1508001-8976817C0175494888B53D219C1610B8	Tomé-Açu	40,10	2004,77	16/10/2015
PA-1508001-59120B7903624C06BE58B7EF71FF4C18	Tomé-Açu	39,26	1963,10	19/10/2015
PA-1508001-AA87EA0883E5466BB60344019776E6C9	Tomé-Açu	37,84	1892,02	21/10/2015
PA-1508001-	Tomé-Açu	35,59	1779,45	16/10/2015

84A8A5E89BC74791BB646409759CFD22	Açu			
Não sincronizado	Tomé-Açu	35,43	1771,53	04/05/2016
PA-1508001-7F69CCBE47054F88BD0A8B7AD50E8DA1	Tomé-Açu	35,25	1762,59	15/10/2015
PA-1508001-1DE083966AC0495B9A929C3AE54D0DF3	Tomé-Açu	33,83	1691,27	16/10/2015
Não sincronizado	Tomé-Açu	32,14	1606,75	04/05/2016
PA-1508001-3E5416A7F7A942F593A4408C6A770A67	Tomé-Açu	30,40	1520,08	21/10/2015
PA-1508001-74AFC2FB07BE4F4893EBC5ED5A63470A	Tomé-Açu	29,82	1491,20	19/10/2015
Não sincronizado	Tomé-Açu	29,52	1476,03	04/05/2016
PA-1508001-D58C06D93A924360A5954B1D12594506	Tomé-Açu	29,21	1460,42	15/10/2015
Não sincronizado	Tomé-Açu	28,86	1443,15	04/05/2016
PA-1508001-CCC31840A70848A781EF7B1ED92F95AD	Tomé-Açu	28,68	1434,17	15/10/2015
Não sincronizado	Tomé-Açu	28,40	1419,79	04/05/2016
Não sincronizado	Tomé-Açu	28,19	1409,53	04/05/2016
Não sincronizado	Tomé-Açu	27,82	1390,90	04/05/2016
PA-1508001-DE2E0285906B4FFF9AEB646835AA396D	Tomé-Açu	27,61	1380,43	19/10/2015
Não sincronizado	Tomé-Açu	27,54	1376,95	04/05/2016
PA-1508001-7A77DF72D04C4C63BC77CCAF7F1F42AB	Tomé-Açu	26,82	1341,00	19/10/2015
PA-1508001-40F2E915B7FE40DEA4BBFE494C8BC43E	Tomé-Açu	26,82	1340,90	31/03/2016
PA-1508001-421B3F4EFDD2484DB2A81BBA98E93B3E	Tomé-Açu	26,75	1337,39	16/10/2015
Não sincronizado	Tomé-Açu	26,75	1337,38	04/05/2016
PA-1508001-60CAAFAB8D044A7B887E43A4DC7B6A53	Tomé-Açu	25,49	1274,56	15/10/2015
Não sincronizado	Tomé-Açu	25,21	1260,75	04/05/2016
Não sincronizado	Tomé-Açu	24,69	1234,28	04/05/2016
PA-1508001-9B08494DA9314F8DAA0DE35DEA134D14	Tomé-Açu	24,31	1215,40	16/10/2015
PA-1508001-2D0BD9EB346B4C2790011D583D562BBA	Tomé-Açu	24,26	1212,78	16/10/2015
PA-1508001-7346EFB94ABD4A898D7652D02790FCE7	Tomé-Açu	24,06	1202,80	15/10/2015
Não sincronizado	Tomé-Açu	23,27	1163,47	04/05/2016
PA-1508001-E955E30DCD21411F9F017CCDE5A3C7A2	Tomé-Açu	23,27	1163,47	15/10/2015
PA-1508001-DC7AFD3E298B4803B8146B6E4EF44534	Tomé-Açu	22,94	1146,90	15/10/2015
PA-1508001-BA6E5E3913114F28B4A753C7D5AA8911	Tomé-Açu	22,92	1146,01	15/10/2015
Não sincronizado	Tomé-Açu	22,92	1145,76	04/05/2016
PA-1508001-5EC781E4FCE244BD814887453A06B025	Tomé-Açu	22,27	1113,71	15/10/2015
PA-1508001-65A1CFC63D004631A5F61FCDBCE91C06	Tomé-Açu	22,15	1107,37	16/10/2015
PA-1508001-	Tomé-	21,81	1090,26	15/10/2015

2CA44207CEB24D0C955E98A31E697239	Açu			
Não sincronizado	Tomé-Açu	20,83	1041,61	04/05/2016
PA-1508001-6F87274D0E414B5AA0817BFF2CD7C3BB	Tomé-Açu	20,56	1028,11	16/10/2015
PA-1508001-BC3AF9613B57440CB1D5EBB8C1F002B6	Tomé-Açu	20,56	1028,11	21/10/2015
Não sincronizado	Tomé-Açu	20,47	1023,69	04/05/2016
Não sincronizado	Tomé-Açu	20,42	1021,19	04/05/2016
Não sincronizado	Tomé-Açu	20,25	1012,71	04/05/2016
PA-1508001-9BB778DBB85647FB86034F66CEB902DF	Tomé-Açu	20,22	1010,86	16/10/2015
PA-1508001-C19EAE31183C400BA5D74845C3E6205C	Tomé-Açu	20,11	1005,31	16/10/2015
Não sincronizado	Tomé-Açu	19,94	996,96	04/05/2016
Não sincronizado	Tomé-Açu	19,61	980,72	04/05/2016
Não sincronizado	Tomé-Açu	19,61	980,66	04/05/2016
Não sincronizado	Tomé-Açu	18,95	947,32	04/05/2016
PA-1508001-B9281602DCF94075A00A15C5F6644664	Tomé-Açu	18,43	921,72	15/10/2015
PA-1508001-7F2B50550C934662BA9F6C504C6EE2DB	Tomé-Açu	17,72	886,08	16/10/2015
PA-1508001-986991B064E349498DB9CB6BA8DD7E2E	Tomé-Açu	16,89	844,69	15/10/2015
PA-1508001-278E5D05CEEC415BAE65F526084FD6E0	Tomé-Açu	16,79	839,63	15/10/2015
Não sincronizado	Tomé-Açu	15,19	759,63	04/05/2016

LISTA DAS PROPRIEDADES COM MAIS DE 15 MÓDULOS FISCAIS NA ÁREA ESTUDADA

Fonte: SISCAR 2.0

Disponível em: <http://car.semas.pa.gov.br/#/site/consultar>

Data da Consulta: 04/05/2016

## ANEXO 3: Produtores integrados e PAF ligados à Agropalma em 2011.

ITEM	Fornecedores de CFF	Contato
1.	Produtor integrado	Avenida Natal, nº 10, Bairro Centro, Tailândia / PA.
2.	Produtor integrado	Travessa Gurupá S/Nº Tailândia - PA
3.	Produtor integrado	Av. Barão do Rio Branco, 1687, Ed. Hélio De Moura Melo, Centro Castanhal/PA.
4.	Produtor integrado	Rua Dr. Assis nº 401 - Cidade Velha - Belém PA.
5.	Produtor integrado	Travessa Humaitá, 1974, Bairro Marco, Belém / PA.
6.	Produtor integrado	Rod. PA 140 - Vila Forquilha Km 24 - Quatro Bocas Tomé-Açú.
7.	Produtor integrado	Rodovia PA 150, Km 117, Ramal Chico da Costa, Km 04, Sítio santo Antônio, Gleba II, Tailândia / PA.
8.	Produtor integrado	Conjunto Guajará I, WE 62, nº 1491, Ananindeua / PA.
9.	Produtor integrado	Travessa Santarém, nº 19, casa F, Bairro Novo, Tailândia / PA.
10.	Produtor integrado	Travessa Moju, nº 126, centro - Tailândia/PA.
11.	Produtor integrado	Rod. PA 50, Km 70, Vc. Galileia Km 03, Faz. JM.
12.	Produtor integrado	Avenida Barão do Rio Branco, 1687, AP 201, Nova Olinda Castanhal.
13.	Produtor integrado	Lote 16 Projeto Agricultor, margem direita Rio Mojú, prox. Vila Soledade, limite c/ Projeto Colono.
14.	Produtor integrado	Rodovia PA 150, Km 90, Ramal da Jandira, Fazenda Santa Marta, Tailândia / PA.
15.	Produtor integrado	Rod PA 140, km 40, Ramal da 2ª Acará.
16.	Produtor integrado	Fazenda Reunidas 2R, Vila Nova Vida, Cx. Postal 10, Tomé-Açu – PA.
17.	Produtor integrado	Rodovia PA 150, Km 3 - Moju.
18.	Produtor integrado	Avenida Natal, nº 12, Bairro Centro, Tailândia / PA.
19.	Produtor integrado	Cidade Nova V, WE 19, nº 301G, coqueiro, Ananindeua / PA.
20.	Produtor integrado	Rodovia PA 150, Km 92, Ramal Nazaré do Aui-Açu, Sítio São Luiz / PA.
21.	Produtor integrado	Rod PA 150 km 100, Ramal Nazaré do Aui-Açu Km 12, Tailândia/PA.
22.	Associação de Desenvolvimento Comunitário do Ramal Arauaí - 100 pequenos produtores.	Comunidade de Arauaí

<b>23.</b>	Associação de Desenvolvimento Comunitário da Soledade – 5º pequenos produtores.	Comunidade de Soledade.
<b>24.</b>	Associação dos Moradores e Pequenos Agricultores Rurais – 35 pequenos produtores.	Comunidade Água-Preta
<b>25.</b>	Grupo de Plantadores de Dendê de Tomé-Açu – 26 produtores independentes.	Município de Tomé-Açu.

Quadro 14: Produtores independentes e integrados à Agropalma em 2013.  
Fonte: IBD Certifications (2011a)

## ANEXO 4: Lista parcial de imóveis rurais ligados às empresas dendeicultoras (próprios e arrendados).

Razão Social	Proprietários do Empreendimento	Área Total da Propriedade (ha)	CAR	Documento Consultado	Município	Sobreposição de Área
<b>AGROPALMA S A</b>						
AGROPALMA S A	AGROPALMA S A	97410	62483	APRT Definitivo	Tailândia	
AGROPALMA S A	AGROPALMA S A	10204	64235	APRT Definitivo	Tomé-Açu	
<b>MARBORGES AGROINDÚSTRIA S A</b>						
MARBORGES AGROINDÚSTRIA S A	PEDRO PAULO VIANNA BORGES	12922	60011	APRT Provisório	Moju	
<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA S. A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.</b>						
FAZENDA AMANDA	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	19578	192025	APRT Definitivo	Moju	
FAZENDA DUAS IRMÃES	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	217	230687	APRT Definitivo	São Domingos do capim	
FAZENDA SÃO FRANCISCO	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	608	238997	APRT Definitivo	Acará	
FAZENDA VALE VERDE	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	2527	147678	APRT Definitivo	Acará	
BIOPALMA DA AMAZÔNIA – FAZENDA MALHADA DA AREIA 2.1	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	1473	75290	APRT Provisório	Moju	6787 (CAR)
BIOPALMA DA AMAZÔNIA – FAZENDA MALHADA DA AREIA 2.2	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	379	75222	APRT Provisório	Moju	6787 (CAR)
BIOPALMA DA AMAZÔNIA – FAZENDA MALHADA DA AREIA 2.3	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	202	75224	APRT Provisório	Moju	6787 (CAR)
BIOPALMA DA AMAZÔNIA – FAZENDA SAMAUMA 1.2	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	49	75227	APRT Provisório	Moju	
BIOPALMA DA AMAZÔNIA – FAZENDA DEUS PROVERÁ	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	187	56730	APRT Provisório	Moju	



<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COM. – SÍTIO SÃO PEDRO.</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	21	75232	APRT Provisório	Moju	
<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA – FAZENDA SANTA TERESA</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	2096	56734	APRT Provisório	Tomé-Açu	
<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA – FAZENDA SONHO MEU</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	578	57755	APRT Provisório	Tomé-Açu	
<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA – SÍTIO MOJU E SÍTIO SANTA LUZIA</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	129	56737	APRT Provisório	Moju	
<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO – ANTÔNIO PANICCHI.</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	22	61336	APRT Provisório	Acará	72983 (CAR)
<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COM. – DOMINGOS DO E. SANTO</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	47	61557	APRT Provisório	Abaetetuba	
<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COM. – FAZENDA SANTA FÉ.</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	219	57754	APRT Provisório	Abaetetuba	
<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COM. – FAZENDA FIRMINO RIBEIRO.</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	66	75230	APRT Provisório	Abaetetuba	
<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COM. – FAZENDA MIGUEL SILVA.</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	64	75231	APRT Provisório	Abaetetuba	
<b>FAZENDA ADHEMAR CHAVAGLIA</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	854	243251	APRT Provisório	Abaetetuba	85773 (CAR) QO <sup>23</sup>
<b>FAZENDA KAKURI I</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	73	145777	APRT Provisório	Abaetetuba	
<b>FAZENDA PRATEADA</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	1022	242725	APRT Provisório	Abaetetuba	
<b>FAZENDA SUL CATARINENSE</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	325	242726	APRT Provisório	Abaetetuba	

<sup>23</sup> Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo das Ilhas de Abaetetuba II

<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COM. – FAZENDA ALAGOANO.</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	305	61354	APRT Provisório	Tailândia	
<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COM. – FAZENDA BONANZA.</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	2163	44082	APRT Provisório	Acará	
<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COM. – FAZENDA BRANCO.</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	853	44088	APRT Provisório	Acará	
<b>FAZENDA CAMPO ALEGRE</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	1003	230729	APRT Provisório	Acará	
<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COM. – FAZENDA CONQUISTA.</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	2531	44085	APRT Provisório	Acará	
<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COM. – FAZENDA CONQUISTA III.</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	2853	44086	APRT Provisório	Acará	97 (CAR)
<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COM. – FAZENDA FÁBRICA.</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	1942	44087	APRT Provisório	Acará	97 (CAR)
<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COM. – FAZENDA IBITIRA.</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	2292	44089	APRT Provisório	Acará	
<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COM. – FAZENDA IPITINGA.</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	1638	44329	APRT Provisório	Acará	
<b>FAZENDA IPITINGA II</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	1197	230626	APRT Provisório	Acará	
<b>FAZENDA PAMPULHA GLEBA I</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	1760	147707	APRT Provisório	Acará	
<b>FAZENDA PARAÍSO</b>	VALE S/A	1097	230733	APRT Provisório	Acará	
<b>FAZENDA PARAÍSO I</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	2172	230734	APRT Provisório	Acará	
<b>FAZENDA PARAÍSO II</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	2178	147706	APRT Provisório	Acará	
<b>FAZENDA PARAÍSO II</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	1256	230735	APRT Provisório	Acará	

<b>FAZENDA PAULISTANA</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	370	230629	APRT Provisório	Acará	72674 (CAR)
<b>FAZENDA SOLIMÕES</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	2652	240772	APRT Provisório	Acará	72674 (CAR)
<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COM. - FAZENDA TOMÉ-AÇU.</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	630	44100	APRT Provisório	Acará	72674 (CAR)
<b>FAZENDA VALE VERDE II</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	1573	230737	APRT Provisório	Acará	
<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COM. - FAZENDA WATANABE.</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	461	44097	APRT Provisório	Acará	
<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COM. - FAZENDA XAVIER.</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	1730	44098	APRT Provisório	Acará	
<b>FAZENDA ANASTÁCIO</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	205	230649	APRT Provisório	Acará	
<b>FAZENDA ASSEIRO</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	446	230660	APRT Provisório	Acará	
<b>FAZENDA BUCAIA</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	444	230666	APRT Provisório	Acará	
<b>FAZENDA CANTUÁRIO</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	42	230669	APRT Provisório	Acará	
<b>FAZENDA CONCEIÇÃO TD 86</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	324	230673	APRT Provisório	Acará	
<b>FAZENDA CONCEIÇÃO TD 96</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	669	230677	APRT Provisório	Acará	
<b>FAZENDA DEMETRIUS</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	123	230684	APRT Provisório	Acará	
<b>FAZENDA ELEUTÉRIO</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	41	230691	APRT Provisório	Acará	

<b>FAZENDA ESMERALDO</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	29	230692	APRT Provisório	Acará	
<b>FAZENDA HONÓRIO</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	503	230703	APRT Provisório	Acará	
<b>FAZEBDA HORTÊNCIO POSSE II</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	234	230704	APRT Provisório	Acará	
<b>FAZEBDA HORTÊNCIO POSSE III</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	345	230705	APRT Provisório	Acará	218838 (CAR)
<b>FAZENDA LIMEIRA GLEBA II</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	94	230709	APRT Provisório	Acará	
<b>FAZENDA MORADA NOVA</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	77	230627	APRT Provisório	Acará	
<b>FAZENDA SILVIA OLIVEIRA</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	601	161972	INFORMAÇÕES DA PROPRIEDADE - SIMLAM	Acará	
<b>FAZENDA VERA CRUZ</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	2876	240130	INFORMAÇÕES DA PROPRIEDADE - SIMLAM	Acará	
<b>FAZENDA DAMIÃO</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	44	230679	APRT Provisório	São Domingos do Capim	39548 (CAR)
<b>FAZENDA DAMIÃO CARLOS</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	49	230680	APRT Provisório	São Domingos do Capim	39548 (CAR)
<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COM. - SÍTIO VALDECIR PEREIRA.</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	65	43677	APRT Provisório	São Domingos do Capim	39548 (CAR)
<b>FAZENDA DONATO PAIVA</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	28	230686	APRT Provisório	São Domingos do Capim	39548 (CAR) 30049 (CAR) PA <sup>24</sup>
<b>FAZENDA ANTÔNIO MAXIMINO</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	21	230656	APRT Provisório	São Domingos do Capim	39548 (CAR) 73934 (CAR)

<sup>24</sup> Projeto de Assentamento Rural Federal Vale do Ariacaua

<b>FAZENDA JOSÉ LAURENTINO</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	55	230708	APRT Provisório	São Domingos do Capim	39548 (CAR) 73934 (CAR)
<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COM. – SÍTIO MIGUEL CAMILO.</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	58	43663	APRT Provisório	São Domingos do Capim	
<b>FAZENDA ALAGOAS</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	217	230644	APRT Provisório	São Domingos do Capim	
<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COM. – SÍTIO TOMIKO TAKAHASHI.</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	22	43675	APRT Provisório	São Domingos do Capim	
<b>FAZENDA JOSÉ ELIVALDO PENHA</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	12	230707	APRT Provisório	São Domingos do Capim	
<b>FAZENDA SANTA BERNADETE II</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	208	242728	APRT Provisório	São Domingos do Capim	
<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COM. – FAZENDA EIKAWA.</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	5500	42371	APRT Provisório	Tomé-Açu	72965 (CAR)
<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COM. – FAZENDA JOSÉ ZANI 01.</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	1772	43680	APRT Provisório	Tomé-Açu	
<b>FAZENDA ZANI 02</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	156	230727	APRT Provisório	Tomé-Açu	
<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COM. – FAZENDA PASSARINHO.</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	273	43665	APRT Provisório	Tomé-Açu	
<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COM. – POLO – TOMÉ-AÇU 01.</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	4949	4696	APRT Provisório	Tomé-Açu	
<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COM. – POLO – TOMÉ-AÇU 02.</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	1420	4695	APRT Provisório	Tomé-Açu	72983 (CAR)
<b>FAZENDA R. N. C. FARIAS</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	76	230641	APRT Provisório	Tomé-Açu	72983 (CAR)
<b>FAZENDA ADAMOR</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	1084	230711	APRT Provisório	Tomé-Açu	72983 (CAR)

<b>FAZENDA JOÃO DE DEUS</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	56	230637	APRT Provisório	Tomé-Açu	72983 (CAR)
<b>FAZENDA BETO AGROVILA</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	45	230716	APRT Provisório	Tomé-Açu	72983 (CAR)
<b>FAZENDA CAROLINA</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	3713	230636	APRT Provisório	Tomé-Açu	72980 (CAR)
<b>ALTER SABADINI</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	45	230739	APRT Provisório	Tomé-Açu	
<b>FAZENDA NIPPAK</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	3512	230722	APRT Provisório	Tomé-Açu	
<b>FAZENDA MARROCOS E JUNTO GOTO</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	3328	230719	APRT Provisório	Tomé-Açu	72976 (CAR)
<b>FAZENDA HIDENORI SUGITA</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	199	240211	APRT Provisório	Tomé-Açu	
<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A – FAZENDA CHAPADÃO</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	3588	57449	APRT Provisório	Tomé-Açu	
<b>FAZENDA SÃO JOÃO</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	561	32646	INFORMAÇÕES DA PROPRIEDADE - SIMLAM	Tomé-Açu	
<b>FAZENDA SHINOMYA</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	2599	230723	INFORMAÇÕES DA PROPRIEDADE - SIMLAM	Tomé-Açu	
<b>FAZENDA TRÊS IRMÃES</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	2889	69995	INFORMAÇÕES DA PROPRIEDADE - SIMLAM	Tomé-Açu	
<b>FAZENDA JOÃO P. DE SOUSA.</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	43	230738	INFORMAÇÕES DA PROPRIEDADE - SIMLAM	Tomé-Açu	
<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COM. – FAZENDA TABAUNA 59 01.</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	1360	42196	APRT Provisório	Concórdia do Pará	233189 (CAR)
<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COM. – FAZENDA TABAUNA 59 02.</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	159	42197	APRT Provisório	Concórdia do Pará	233189 (CAR)

<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COM. – FAZENDA PARANÁ 01.</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	372	42203	APRT Provisório	Concórdia do Pará
<b>BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COM. – FAZENDA PARANÁ 02.</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	24	42206	APRT Provisório	Concórdia do Pará
<b>FAZENDA ANGELIN E MOCOOCA</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	2626	230658	APRT Provisório	Concórdia do Pará
<b>FAZENDA BOA ESPERANÇA</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	158	230661	APRT Provisório	Concórdia do Pará
<b>FAZENDA BOA SORTE</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	251	230665	APRT Provisório	Concórdia do Pará
<b>FAZENDA CASTANHEIRA I</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	272	230670	APRT Provisório	Concórdia do Pará
<b>FAZENDA CASTANHEIRA II</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	69	230672	APRT Provisório	Concórdia do Pará
<b>FAZENDA JOÃO PEDRO</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	245	230706	APRT Provisório	Concórdia do Pará
<b>FAZENDA ANTÔNIO</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	150	230653	APRT Provisório	Bujaru
<b>FAZENDA CAJUEIRO</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	441	230668	APRT Provisório	Bujaru
<b>SÍTIO SÃO FRANCISCO</b>	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO, IND. E COMÉRCIO.	68	225342	INFORMAÇÕES DA PROPRIEDADE - SIMLAM	Bujaru
<b>FAZENDA TIMBORAMA<sup>25</sup></b>	COMPANHIA VALE DO RIO DOCE	8790	230939	APRT Provisório	Moju
<b>DENPASA</b>					
<b>DENDÊ DO PARÁ S. A. – DENPASA I</b>	DENDÊ DO PARÁ S. A. – DENPASA I	1562	233318	APRT Provisório	Santa Bárbara do Pará
<b>FAZENDA DENPASA 6.1 A</b>	DENDÊ DO PARÁ S. A.	393	132932	APRT Provisório	Castanhal
<b>FAZENDA DENPASA 6.1 B</b>	DENDÊ DO PARÁ S. A.	211	133110	APRT Provisório	Castanhal

<sup>25</sup> Vizinha à terra indígena Anambé

<b>FAZENDA DENPASA 6.2 A</b>	DENDÊ DO PARÁ S. A.	49	210160	APRT Provisório	Santo Antônio do Tauá
<b>FAZENDA DENPASA 6.2 B - 1</b>	DENDE DO PARA S. A.	198	183968	APRT Provisório	Vigia
<b>FAZENDA DENPASA 6.2 C</b>	DENDE DO PARA S. A.	108	218441	APRT Provisório	Vigia
<b>FAZENDA DENPASA 6.2 D</b>	DENDE DO PARA S. A.	57	185613	APRT Provisório	Vigia
<b>FAZENDA DENPASA 6.2 E</b>	DENDE DO PARA S. A.	21	182455	APRT Provisório	Vigia
<b>DENDÊ DO PARÁ S.A - DENPASA</b>	DENDE DO PARA S/A	45	185427	APRT Provisório	Vigia
<b>FAZENDA DENPASA II – USINA</b>	DENDE DO PARA S/A	70	135116	APRT Provisório	Santo Antônio do Tauá
<b>DENTAUA</b>					
<b>FAZENDA ALVORADA</b>	DENDÊ DO TAUÁ S. A.	674	96199	APRT Provisório	Castanhal
<b>FAZENDA PINGO DÁGUA</b>	DENDÊ DO TAUÁ S. A.	622	96938	APRT Provisório	Santo Antônio do Tauá
<b>DENDÊ DO TAUÁ S.A - DENTAUA</b>	DENDE DO TAUÁ S.A TSUYOSHI YAMAGUSHI	25	164125	APRT Provisório	Santo Antônio do Tauá
<b>FAZENDA YAMAMOTO</b>	DENDÊ DO TAUÁ S. A.	107	38773	APRT Provisório	Castanhal
<b>FAZENDA três DE OUTUBRO</b>	DENDÊ DO TAUÁ S. A.	32	35799	APRT Provisório	Inhangapi
<b>PALMASA</b>					
<b>PALMASA</b>	AGROINDUSTRIAL PALMASA	25	151192	APRT Provisório	Igarapé-Açu
<b>BELÉM BIOENERGIA BBB</b>					
<b>FAZENDA ACAPÚ</b>	BELÉM BIOENERGIA BRASIL S/A (ARRENDADO DE: SANTA FÉ PARTICIPAÇÕES S/S LTDA.)	1143	209598	APRT Provisório	Tomé-Açu
<b>FAZENDA COLORADO</b>	BELÉM BIOENERGIA BRASIL S/A (ARRENDADO DE: SANTA FÉ PARTICIPAÇÕES S/S LTDA.)	2826	190013	APRT Provisório	Tomé-Açu
<b>FAZENDA SANTA ANTÔNIO E SÃO TOMÉ</b>	BELÉM BIOENERGIA BRASIL S/A (ARRENDADO DE: SANTA FÉ PARTICIPAÇÕES S/S LTDA.)	5258	190828	APRT Provisório	Tomé-Açu
<b>FAZENDA ATALAIA</b>	BELÉM BIOENERGIA BRASIL S/A (ARRENDADO DE: MARIA DO SOCORRO PEREIRA GLÓRIA)	1028	219367	APRT Provisório	Tomé-Açu
<b>FAZENDA MUNDO VERDE</b>	BELÉM BIOENERGIA BRASIL S/A (ARRENDADO DE: CARLOS DA SILVEIRA BUENO NETO)	3450	226740	APRT Provisório	Tomé-Açu



<b>FAZENDA NOVA ESPERANÇA</b>	BELÉM BIOENERGIA BRASIL S/A (ARRENDADO DE: CARLOS DA SILVEIRA BUENO NETO)	4076	226751	APRT Provisório	Tomé-Açu
<b>FAZENDA SANTANA III</b>	BELÉM BIOENERGIA BRASIL S/A (ARRENDADO DE: LAURA BUENO CORREA)	1493	237999	APRT Provisório	Tomé-Açu
<b>FAZENDA ALVORADA</b>	BELÉM BIOENERGIA BRASIL S/A (ARRENDADO DE: ARCA INDÚSTRIA E AGROPECUÁRIA LTDA.)	10058	62726	APRT Provisório	Ipixuna do Pará
<b>FAZENDA ANA PAULA</b>	BELÉM BIOENERGIA BRASIL S/A (ARRENDADO DE: LUAO LOCAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA.)	3130	233660	APRT Provisório	Ipixuna do Pará
<b>FAZENDA NOVA CANAÃ</b>	BELÉM BIOENERGIA BRASIL S/A (ARRENDADO DE: ARCA INDÚSTRIA E AGROPECUÁRIA LTDA.)	1409	74434	APRT Provisório	Ipixuna do Pará
<b>FAZENDA SANTA MARIA</b>	BELÉM BIOENERGIA BRASIL S/A (ARRENDADO DE: JULIANA APÓSTOLI COLOMBI)	1207	104499	APRT Provisório	Ipixuna do Pará
<b>FAZENDA SÃO JOSÉ</b>	BELÉM BIOENERGIA BRASIL S/A (ARRENDADO DE: ARGILÂNIO APÓSTOLI COLOMBI)	1203	75767	APRT Provisório	Ipixuna do Pará
<b>FAZENDA BASTOS</b>	BELÉM BIOENERGIA BRASIL S/A (ARRENDADO DE: ROSA DA SILVA BASTOS)	641	187548	APRT Provisório	Tailândia
<b>FAZENDA BELÉM I</b>	BELÉM BIOENERGIA BRASIL S/A	80	114429	APRT Provisório	Tailândia
<b>FAZENDA ELOÍSA</b>	BELÉM BIOENERGIA BRASIL S/A (ARRENDADO DE: ALEXANDRE CASTRO BÓIA DE ALBUQUERQUE)	1161	223734	APRT Provisório	Tailândia
<b>FAZENDA PÉROLA</b>	BELÉM BIOENERGIA BRASIL S/A (ARRENDADO DE: LAURO FERRAZ HOFFMAN)	1299	147106	APRT Provisório	Tailândia
<b>FAZENDA SONHO REAL</b>	BELÉM BIOENERGIA BRASIL S/A (ARRENDADO DE: A. A. REFLORESTAMENTO DE MADEIRAS LTDA).	881	220672	APRT Provisório	Tailândia
<b>FAZENDA PRIMAVERA</b>	BELÉM BIOENERGIA BRASIL S/A (ARRENDADO DE: PEDRO MENDONÇA RODRIGUES)	998	201814	APRT Provisório	Moju
<b>FAZENDA VITÓRIA</b>	BELÉM BIOENERGIA BRASIL S/A (ARRENDADO DE: GIACOMO MELAZO MENDONÇA)	1450	128139	APRT Provisório	Moju

